

MARIA CAROLINA BOVÉRIO GALZERANI

**“O ALMANAQUE, A LOCOMOTIVA DA CIDADE MODERNA:
CAMPINAS, DÉCADAS DE 1870 E 1880”**

Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de
História do Instituto de Filosofia e Ciências
Humanas da Universidade Estadual de Campinas,
sob a orientação do Prof. Dr. José Roberto do
Amaral Lapa.

Este exemplar corresponde à redação
final da tese defendida e aprovada pela
Comissão Julgadora em

18/12/98

Prof. Dr. José Roberto do Amaral Lapa

Prof.^a Dr.^a Maria Stella Martins Bresciani

Prof.^a Dr.^a Olga Rodrigues de Moraes Von Simson

Prof.^a Dr.^a Ernesta Zamboni

Prof.^a Dr.^a Ana Maria de Almeida Camargo

Data: 18/12/1998

G139a

37364/BC

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA CENTRAL DA UNICAMP

G139a

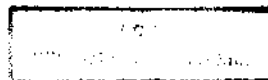
Galzerani, Maria Carolina Bovério

O Almanaque, a locomotiva da cidade moderna :
Campinas, décadas de 1870 e 1880 / Maria Carolina Bovério
Galzerani. -- Campinas, SP [s.n.], 1998.

Orientador : José Roberto do Amaral Lapa..
Tese (doutorado) - Universidade Estadual de
Campinas , Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Almanques - História. 2. Republicanismo. 3. Capita-
lismo. 4. Liberalismo. 5. Positivismo. 6. Romantismo.
7. Leitura. 8. História local. 9. Campinas(SP)-História - 1870-
1880. I. Lapa, José Roberto do Amaral. II. Universidade
Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Hu-
manas. III. Título.

9903442



À memória dos meus pais, Anna e Santo.

Ao Cláudio e a Vivianna.

*A todos os que ousaram (e ousam) buscar raízes e
criar asas, e especialmente ao*

*Prof. Dr. Alcyr Lenharo
(in memoriam).*

*“Atravessar o passado com a
intensidade de um sonho, a fim de
experimentar o presente como o mundo da
vigília ao qual o sonho se refere”*

(Walter Benjamin, 1931)

AGRADECIMENTOS

Produzir este artefato cultural chamado “tese” representou para mim a possibilidade de conciliar a busca das raízes, sobre as quais me situo historicamente — trata-se da história da “minha” cidade —, com o meu ideal de criar asas. Asas que poderiam me conduzir mais autonomamente à criação de percepções, de sensibilidades e de relações, ainda que a partir de pequenos fragmentos do passado, como os almanaques. Asas que me moveriam em direção não somente à Campinas do século XIX, mas também ao meu próprio “mundo de vigília”, isto é, ao meu cotidiano de mulher, de professora.

Pois bem, a “viagem” de produção do conhecimento chega ao seu final. A sensação é de encantamento e, ao mesmo tempo, de perplexidade, face aos seres humanos que toquei, às paisagens que visitei, aos descaminhos “modernos” que percorri. Ao mesmo tempo, ao longo deste trajeto, redimensionei práticas, visões, busquei “novas” trilhas educacionais.

Nesta caminhada de produção de sentidos, a presença de algumas “pessoas” que ousaram ser diferentes da “multidão” conferiu a esta trajetória um sabor de “aventura prazerosa”. Nomeio-as, em especial:

Prof. Dr. José Roberto do Amaral Lapa, meu orientador, o qual me proporcionou “nutrientes” fundamentais para os vôos intelectuais, que deram origem a esta tese; e que soube sempre respeitar-me, nas minhas buscas, nos meus anseios;

Prof^a Dr^a Maria Stella Bresciani, cujas produções historiográficas constituíram uma das fontes fundamentais de inspiração para este vôo. Suas observações acuradas e sensíveis, ao longo de todo o trajeto, permitiram-me concretizá-lo;

Prof^a Dr^a Déa Fenelon, que me introduziu nos meandros da produção do conhecimento histórico;

Profs. Drs. Robert Slenes, Izabel Marson, e Peter Eisenberg (in memoriam), em cujas aulas fervilharam estímulos intelectuais para a produção destes vãos;

Prof^a Dr^a Margareth Rago, cujas pontuações reflexivas sobre esta produção de conhecimento histórico, foram extremamente significativas;

Prof^a Dr^a Ernesta Zamboni, colega e amiga, pelo convívio instigante e enriquecedor nos caminhos da produção de conhecimento sobre o ensino de história e, especialmente, pelas pontuações sobre minha tese;

Professores-doutores, amigos e colegas da F.E., co-participantes da tessitura de conhecimentos, direta ou indiretamente relacionados a esta tese: Joaquim Brasil Fontes, Patrizia Piozzi, Eloisa Hoffling, Lilian Theodoro da Silva, Luiz Carlos de Freitas, Ana Luiza Smolka, Célia M. de Almeida, Vera Lúcia S. de Rossi, Maria Helena Bagnato, Rosely P. Brenelli, dentre outros;

Prof^a Dr^a Maria Tereza Penteado Cartolano, pela gentileza do empréstimo dos “Novos Almanachs de lembrança luso-brasileiros” do século passado;

Prof^a Dr^a Ana Lúcia de Faria, que me propiciou o contato com bibliografia italiana relativamente aos almanaques do século XX;

Colegas e amigos do Curso de Pós-graduação em História, com os quais compartilhei o prazer pela pesquisa historiográfica, especialmente Liane M. Bertucci, Marisa Varanda Carpintero, Marcos Alberto Horta Lima e Kátia Rodrigues;

Alunos do curso de Pedagogia e do Curso de Licenciatura em História, incentivadores incansáveis, cujas vozes estão presentes também nesta produção;

Sr. José Novaes, pesquisador da História de Campinas, “pessoa” como poucas, o qual me confiou ampla documentação pessoal sobre Campinas;

Maria Alice Cantareiro Guedes, amiga que me proporcionou o acesso ao documento, legado de família: “Diccionario da Lingua Portuguesa tomos I e II” (de Antonio de Moraes Silva - 1878);

Funcionários dedicados das instituições que subsidiaram as pesquisas, especialmente Maria Luiza Pinto de Moura (Bibliotecária do Centro de Ciências, Letras e Artes de Campinas), Rosaelena Scarpeline (Bibliotecária do Centro de Memória da Unicamp) e Cássia Denise Gonçalves (responsável pelos Arquivos Especiais do Centro de Memória da Unicamp);

Fernando Bustamante, Jonas Marçal de Queiroz e Leticia Barata, pesquisadores de história, que contribuíram para o enriquecimento empírico desta produção reflexiva;

Sônia Maria Brigagão, colega dos tempos do ensino fundamental em Campinas, pelas constantes trocas de conhecimentos, pelo apoio, pela amizade;

Vivianna, minha filha, razão especial das minhas buscas de olhar raízes e de criar asas;

Cláudio, meu companheiro, nesta trajetória de produção de significados, meu “aliado” nos vãos alçados.

A todos, meus sinceros agradecimentos, meu reconhecimento.

SUMÁRIO

Resumo.....	3
Abstract.....	4
 Introdução: Um convite à leitura do texto.....	5
 Capítulo 1: Preparativos: definindo a paisagem da pesquisa.....	10
Ponto inicial de referência: edição (do primeiro “Almanak”) e sedução na cidade de Campinas.....	10
Apenas uma incursão (“possível”).....	14
Na bagagem: contribuições da historiografia campineira.....	20
O tema da sedução: revisitando sentidos desta(s) viagem(ns).....	25
Notas do Capítulo 1.....	34
 Capítulo 2: Uma “flânerie” pelos caminhos dos almanaques.....	46
Observando etimologias e histórias.....	46
Do “almanak” ao “almanach”: a não simetria dos trajetos campineiros.....	68
Pelos meandros estruturais dos almanaques campineiros.....	79
Notas do Capítulo 2.....	88
 Capítulo 3: O encontro com os editores/redatores dos almanaques: os “mâitres de plaisir”.....	94
Os “Gazeteiros” bacharéis de direito (primeiros anos da década de 70).....	94
Outros “Gazeteiros” (final dos anos 70).....	108
Os egressos do mundo das ferragens e da costura masculina, dentre outros (década de 1880).....	128
Notas do Capítulo 3.....	138

Capítulo 4: Outros focos de observação nas terras dos	
almanaques campineiros: os temas.....	154
História x modernidade.....	155
Modernidade & humor.....	171
Notas do Capítulo 4.....	193
Capítulo 5: Pela locomotiva também se chega, ou a percepção	
cultural dos almanaques enquanto “monumentos”	
das modernidades.....	202
A constituição de sensibilidades e identidades sociais	
“modernas”.....	202
As “novas” práticas de leitura.....	233
Notas do Capítulo 5.....	256
Capítulo 6: Sugestões sobre a continuidade da viagem que está	
sendo narrada, ou o retorno à “sedução”.....	265
Notas do Capítulo 6.....	276
Impressões Finais da Viagem.....	280
Fontes e Bibliografia.....	282
Anexo I: Logradouros de Campinas.....	338
Anexo II: Crédito das Ilustrações.....	340

RESUMO

O presente trabalho tem como objeto de análise os almanaques campineiros, das décadas de 1870 e 1880.

Foram localizadas três diferentes séries discursivas organizadas, respectivamente, pelos jornalistas José Maria Lisboa, Hyppolito da Silva e Carlos Ferreira, e finalmente, por Henrique de Barcellos, seguido de José Gonçalves Pinheiro.

A abordagem desenvolvida contempla a análise dos almanaques desde sua origem no mundo, até o século XIX brasileiro, onde foram selecionados os primeiros anuários publicados na cidade de Campinas, S.P.

A aproximação analítica destas publicações — até então não estudadas pela historiografia brasileira — estimula a reflexão sobre o avanço da modernidade capitalista no Brasil, especialmente na segunda metade do século XIX. Neste sentido, os almanaques foram analisados como “documentos/monumentos”, veiculadores de concepções liberais, positivistas, românticas, e como instintivos de sensibilidades, identidades sociais e práticas de leitura modernas.

Além disso, tendo-se captado a força paradigmática dos almanaques campineiros, para a formação de imagens modernas da história de Campinas, este trabalho sugere a recorrência aos conceitos benjaminianos de “memória” e de “experiências vividas”, pensando-se na produção de outros olhares sobre a história local.

Palavras-chave

história dos almanaques; republicanismo; modernidade capitalista; liberalismo; positivismo; romantismo; sensibilidades modernas; identidades sociais modernas; práticas de leitura modernas; história de Campinas; ensino de história local.

ABSTRACT

The present work has as object of analysis the almanacs produced in the city of Campinas (SP, Brazil), in the decades of 1870 and 1880.

Three different discursive series were focalized, those organized by the journalists José Maria Lisboa, Hyppolito da Silva and Carlos Ferreira, respectively and finally by Henrique de Barcellos, followed by José Gonçalves Pinheiro.

It is presented an analysis of the almanacs since their origin in the world, until the Brazilian 19th century, where the first ones published in the city of Campinas were selected.

The analytical approach to these publications — not yet studied by the Brazilian historiography — stimulates the reflexion about the progress of capitalist modernity in Brazil, mainly in the second half of the 19th century. For that, the almanacs were analysed as “documents/monuments”, transmitters of liberal, positivist, romantic ideas and as establishers of sensibilities, social identities and practices of modern lectures.

Furthermore, having captured the paradigmatic strength of the Campinas almanacs for the development of “modern” images of its history, this work suggests the recurrence to the Benjaminian concepts of “memory” and “lively experience”, looking forward the production of other regards over the local history.

Key words

The history of the almanacs; republicanism; capitalist modernity; liberalism; positivism; romanticism; modern sensibilities; modern social identities; practices of modern lectures; Campinas history; local history teaching.

INTRODUÇÃO: UM CONVITE À LEITURA DO TEXTO

O objetivo fundamental desta elaboração textual é a (re)constituição de trajetórias culturais perdidas, tanto no que diz respeito à história de Campinas, no final do século XIX, quanto no que se refere à história dos almanaques produzidos nesta cidade, nas décadas de 1870 e 1880. Estas trajetórias têm sido varridas do cenário brasileiro por padrões assertivos homogeneizadores, capazes de produzir uma amnésia cultural relativamente às experiências locais, sobretudo às que incomodam os grupos dominantes.

Os almanaques têm sido largamente utilizados pelos historiadores no Brasil. Contudo, existem no país apenas duas teses, versando sobre almanaques brasileiros — de farmácia, do século XX — e nenhuma no campo da historiografia. As teses foram defendidas em nível de Doutorado, respectivamente em 1990, na área de Semiologia na UFRJ, e em 1998 na área de Educação, na Unicamp. São elas: “Leitura de almanaques de farmácia: Biotônico Fontoura e a Saúde da Mulher” de Vera Lúcia de Casa Nova (RJ: UFRJ, 1990) e “Histórias e leituras de almanaques no Brasil”, de Margareth B. Park (Campinas, S.P.: FE, Unicamp, 1998). Ambas se revelaram produções de conhecimento, capazes de superar a fragmentação cultural que tem prevalecido na prática de leitura de muitos dos historiadores brasileiros, no que se refere aos almanaques. Alguns profissionais da história, acabam por separar o texto do contexto, não focalizando o almanaque como documento histórico. Questiono, portanto, alguns percursos historiográficos brasileiros, que acabam por utilizar os almanaques como receptáculos de dados estatísticos, de informes históricos vistos como “verdadeiros”, como totalmente objetivos.

Ao mesmo tempo, a (re)constituição destas trajetórias perdidas possibilita-me problematizar historicamente o engendramento de sensibilidades e práticas culturais ditas “republicanas”, “modernas”. Sensibilidades e práticas

estas, intimamente articuladas à produção dos almanaques campineiros oitocentistas. Às portas do século XXI, na “moderna” Campinas, enquanto mulher, professora e pesquisadora, vivendo cotidianamente o esfacelamento do social — em suas múltiplas dimensões culturais —, interessa-me, particularmente, tal “viagem” reflexiva.

Mas, para além das razões de ordem intelectual, outras moveram-me nesta produção. “Impressões matinais” (Walter Benjamin), ainda presentes em mim, instigam-me à decifração destes signos do século XIX. Rememoro os meus contatos infantis com os almanaques de farmácia, na minha cidade natal — Jaboticabal, S.P. —, ainda na década de 50. Vejo-me, já naquele momento, envolvida, curiosa em relação à “leitura” das cartas enigmáticas, das informações enciclopédicas, dos pequenos contos, das anedotas.

Daí o prazer intenso que sinto na elaboração desta reflexão, pois ela me propicia articular elementos voluntários e involuntários.

No que se refere ao material documental com o qual dialoguei, devo priorizar, nesta referência, os almanaques campineiros para os anos de 1871, 1872, 1873, 1886, 1888, os almanaques literários da província de São Paulo para o período de 1876 a 1881, e, ainda, para 1884 e 1885, os almanaques da corte (Laemmert, por exemplo), os almanaques luso-brasileiros (dentre os quais, o Novo Almanach de Lembranças luso-brasileiras), os almanaques franceses (Hachette, dentre outros) para as décadas de 1870 e 1880. Ao mesmo tempo, foram consultados os jornais locais (Gazeta de Campinas, Diário de Campinas, O Constitucional, Opinião Liberal, Correio de Campinas, Letras e Artes), e o jornal da capital “A Província”, além das Atas da Câmara do período focalizado. A aproximação analítica das obras literárias do final do século XIX (locais, nacionais, francesas, inglesas e portuguesas), dos relatos dos viajantes estrangeiros, além dos dicionários do século XIX e das fontes iconográficas, constituiu igualmente passo fundamental para a tessitura deste trabalho.

Passo, a seguir, a indicar as tônicas fundamentais perseguidas, ao longo da elaboração da tessitura deste trabalho.

No primeiro capítulo, intitulado “Preparativos: definindo a paisagem da pesquisa”, explicito os recortes de análise, isto é, focalizo o objeto sob o ponto de vista material e formal. O ponto de partida é uma cena construída na cidade de Campinas, numa noite especial no mês de agosto de 1870. Nela, flagro a figura central de José Maria Lisboa, seduzida pela produção do primeiro “almanak” da cidade, dedicando-se pessoalmente aos últimos retoques, ainda no prelo. Na desmontagem deste episódio historiográfico, apresento os fundamentos teórico-metodológicos os quais constituem os estímulos fundamentais desta produção. Registro as contribuições da historiografia campineira, bem como as ponderações sociológicas de Jean Baudrillard sobre o tema da “sedução”.

No segundo capítulo (“Uma ‘flânerie’ pelos caminhos históricos dos almanaques”), percorro alguns traçados etimológicos e históricos, relativos a estes anuários, percebendo-os, inclusive, em sua imbricação com práticas de leitura historicamente dadas. Para tal, recorro também a arquivos internacionais, tais como a Public Library, de Boston (Mass., USA) e a Bibliothèque Nationale, de Paris (França). Detenho-me, dentre outras imagens, na representação elaborada por Eça de Queirós a propósito dos almanaques. Em seguida, adentro a paisagem brasileira, reconhecendo em meio à floresta de símbolos, algumas visões sobre estes anuários. É Machado de Assis, o literato, quem me faz estancar nesta “flânerie”, para um diálogo mais pontual. Circulo, ainda, por algumas visões produzidas sobre os almanaques campineiros oitocentistas, garimpadas através de pesquisa dos jornais locais: o “almanak como “o livro do povo”, “o livro da revolução”, “o livro da idéia”, “o livro da informação”; o “almanach, a locomotiva da litteratura moderna”, o “almanach” como receptáculo de dados objetivos. Finalmente, adentro o universo estrutural interno dos anuários campineiros oitocentistas, trazendo à tona similaridades e diferenças. As séries revisitadas — na verdade, as que resistiram à ação do

tempo — são as seguintes: “almanaks” para os anos de 1871, 1872 e 1873; “almanachs” para os anos de 1878 e 1879; “almanachs” para os anos de 1886 e 1888.

No terceiro capítulo (“O Encontro com os editores/redatores dos almanaques: os ‘maîtres de plaisir’”), penetro no universo urbano campineiro e nele focalizo as figuras responsáveis pela edição/redação dos almanaques — os “maîtres de plaisir”, para utilizar a expressão de Walter Benjamin. Na tentativa de captar o perfil de cada um deles, enfoco suas origens sociais, suas visões e suas práticas cotidianas. Estimulo a percepção de similaridades e de discrepâncias entre tais figuras, sobretudo no diálogo com o republicanismo. Mais especificamente, convido-o, caro leitor, a acompanhar os movimentos fugidios dos “gazeteiros” — como eram conhecidos na época os jornalistas da Gazeta de Campinas — bacharéis (autores dos “almanaks” para os anos de 71, 72 e 73), dos “gazeteiros” provenientes das classes trabalhadoras (editores dos “almanachs” para 78 e 79) e dos egressos do mundo das ferragens e da costura masculina (editores dos “almanachs” para 86 e 88).

No quarto capítulo (“Outros focos de observação na terra dos almanaques campineiros: os temas”), utilizando a metáfora teatral, construo cenas de apresentação das principais temáticas relativas a estes pequenos textos. Articulo a movimentação cênica de cada um dos temas, em torno do foco central dos almanaques campineiros: a modernidade. O recorte temático realizado, tem como pressuposto a força paradigmática do tema na constituição de imagens sobre a cidade de Campinas — é o caso da notícia histórica — ou a expressividade numérica do mesmo no conjunto das elaborações — é o caso do humor. O objetivo fundamental, deste percurso é trazer à tona os campos conceituais discursivos, nos quais são forjados.

No quinto capítulo (“Pela locomotiva também se chega, ou a percepção cultural dos almanaques enquanto monumentos da(s) modernidade(s)”), capto os almanaques campineiros oitocentistas como

instituintes da(s) modernidade(s). Ou seja, como documentos capazes de engendrar sensibilidades, identidades e práticas de leitura modernas. Ao mesmo tempo, numa leitura “a contrapelo” da tessitura discursiva destas publicações, deparo-me com centelhas de sensibilidades, identidades e práticas de leitura dissonantes.

Quanto ao sexto capítulo, (“Sugestões sobre a continuidade da viagem, que está sendo narrada, ou o retorno à “sedução””), numa busca de articulação de trajetos historiográficos e educacionais de pesquisa, sugiro também a recorrência aos conceitos benjaminianos de “memória” e de “experiências vividas”. Ou seja, tendo captado a força paradigmática dos almanaques campineiros para a formação de imagens “modernas” da história de Campinas — diga-se unidimensionais, hierarquizadoras, excludentes, dentre outras — objetivo estimular a produção de “memórias” locais, de “experiências vividas”.

CAPÍTULO 1 PREPARATIVOS: DEFININDO A PAISAGEM **DA PESQUISA**

“Quiseram nos fazer crer que tudo era produção. Leitmotiv da transformação do mundo, é o jogo das forças produtivas que organiza o curso das coisas. A sedução é apenas um processo imoral, frívolo, superficial, supérfluo, da ordem dos signos e das aparências, voltado aos prazeres e à fruição dos corpos inúteis. E se tudo, contra a aparência - de fato segundo a regra secreta das aparências - caminhasse ao sabor da sedução?”

(Jean Baudrillard, “Da Sedução”)

PONTO INICIAL DE REFERÊNCIA: EDIÇÃO (DO PRIMEIRO “ALMANAK”) E SEDUÇÃO NA CIDADE DE CAMPINAS

Nossa viagem começa (re)visitando uma cena que se desenrola no ano de 1870, numa das salas de chão batido da “Typographia da Gazeta de Campinas”, na esquina das ruas Formosa¹ e de Baixo², em pleno “coração” da cidade de Campinas (para se utilizar uma metáfora orgânica, tão em voga nos textos da época), interior da província de São Paulo, no mês de agosto³, mais precisamente “quando a perfumada família dos cambarás começa a desdobrar as suas flechas floridas para o céu”⁴.

O jornal "A Gazeta de Campinas", empreendimento do bacharel em direito, poeta e jornalista Francisco Quirino dos Santos, e de seu sogro, o capitalista Joaquim Roberto de Azevedo Marques, constitui, então, o único periódico local, e circula na cidade, bissemanalmente, desde 31 de outubro de 1869.

A "capital agrícola da província com uma população de cerca de 10.000 habitantes⁵ apresenta-se como uma "grande igreja em construção" (Matriz Nova), cercada de um casario baixo, com grandes quintais, por todos os lados"⁶.

Os perfumes da vegetação local misturam-se aos odores fétidos que se desprendem dos cães mortos e dos depósitos de lixo, facilmente encontráveis em suas ruelas estreitas e becos sinuosos⁷, isto é, Beco do Caracol, Beco do Inferno, Beco do Rodovalho e Beco do Rocio.

Neste cenário urbano, que se estende do "brejo do nascente" ao "brejo do poente", ou, mais precisamente, até a Rua do Campo, e da Rua do Imperador à rua do Tanquinho⁸, destacam-se alguns largos, quais sejam, os da Matriz Nova, do Teatro, do Rosário, da Matriz Velha ou da Cadeia, Municipal, do Tanquinho, do Jorumbeval, de Santa Cruz e do Mercado. "No Largo do Rosário, da Cadeia e do Theatro, a herva cresce"⁹; os largos do Jorumbeval, do Tanquinho e do Mercado não passam de repositórios de lixo da cidade, pois, oficialmente, a Câmara Municipal, em época muito anterior, designara tais áreas para nelas serem deitados os detritos de toda a área urbana, a fim de soterrar os brejos e os alagadiços, cavados profundamente pelas enxurradas de longos anos¹⁰. No largo de Santa Cruz, ao clarão das fogueiras, negros escravos e livres, nesta noite, animam-se aos ruidosos batuques das congadas, após terem cumprido os ritos das cerimônias religiosas católicas, pela "Assumpção de Nossa Senhora"¹¹.

Ao mesmo tempo, o porte de algumas de suas construções chega a impressionar o "flaneur" campineiro ou o visitante, quais sejam: a Matriz Nova, neste momento em construção, o Teatro São Carlos, os sobrados dos

barões do café, com suas varandas de ferro rendado. Haviam, ainda, outras grandes construções locais, tais como a Matriz Velha (ou Igreja de Santa Cruz), a Igreja do Rosário e os edifícios da Câmara Municipal e Cadeia, tidos, sobretudo os últimos, como “acanhados para o lugar”, ou, ainda, como tendo sido “construídos com mau gosto”¹². Também em construção neste período acha-se a igreja São Benedito e, em reformas — “por concluir” — a capela de Santa Cruz¹³.

Em contraste com tais edifícios, logo na entrada da cidade, partindo-se de Jundiaí, ou em outros arrabaldes¹⁴, podem ser vistos casebres, ou, nas palavras de cronistas da época, alguns “pardieiros mal acabados”, “de paus roliços, de vinte palmos ao mais de frente sobre quinze de fundos”^{15.16}.

No interior da tipografia, cheirando à tinta fresca, encontra-se José Maria Lisboa¹⁷, jornalista português radicado na cidade de São Paulo desde 1856, e em Campinas desde 1869, quando assumira a gerência da “A Gazeta de Campinas”. Dirige pessoalmente a jornada, que se prolonga pela noite adentro, de alguns trabalhadores livres, os quais, já denotando um certo cansaço, tocam a braços um aparelho impressor de madeira¹⁸, à luz de grandes velas de sebo, espetadas nas beiradas das caixas de composição.

Lá fora, os sons molestos das máquinas, como surdos “ais”, mesclam-se aos “roucos e ininteligíveis discursos, declamados em alta voz”, do “Gerebita”:

*“Mas, quem é o Gerebita? O Gerebita é o Gerebita.
Onde nasceu? O que foi ele? (...) Trevas”!*

Trata-se de figura “alegremente ébria”, conhecida por todos os campineiros de então¹⁹. Ao mesmo tempo, estes ruídos misturam-se ao “toque-toque” das botinas de couro, das “louras cobertas de pó de arroz (...) cocotes, vindas do Rio de Janeiro”, que, sedutoramente, no regalo da noite, vão e vem pelas ruas

escuras e sem calçamento, que circulam a tipografia, arriscando-se a cair nos atoleiros, "verdadeiros abismos do inferno"²⁰, que então dominam a cidade.

A sedução que envolve o personagem José Maria Lisboa, da cena interna, é sinônimo de verdadeira vertigem, de vontade, de impaciência e ansiedade; ansiedade pelo término do "Almanak de Campinas para 1871, considerado por tal jornalista, como o "primeiro livro deste gênero, que sobre o município aparece"²¹. Os jornalistas deste momento, por sua vez, o consideram como o "primeiro livro a ser editado nesta cidade"²². Autodidata, verdadeiro artífice na arte tipográfica, com grande tino administrativo e comercial, José Maria Lisboa fora o responsável por todo o trabalho de composição e impressão deste opúsculo, exceto pela parte literária²³. Daí, a partir desta primeira experiência, torna-se popularmente conhecido como "Zé Maria dos Almanques", ou ainda, como o "nosso benjamin das letras redondas"²⁴. Quanto à parte literária, são autores os bacharéis de direito, filhos de fazendeiros da cidade, Francisco Quirino dos Santos, Luiz Silvério Alves Cruz, João Quirino do Nascimento e Manoel Ferraz de Campos Salles. Colaboram, ainda "fornecendo diversos apontamentos"²⁵, o diretor da Companhia Paulista de Estradas de Ferro, Clemente Faleão Filho, o coletor de rendas gerais e provinciais, José Rodrigues Ferraz do Amaral e o escrivão da coletoria de rendas gerais e provinciais, e irmão de Francisco Glycério, A. B. de Cerqueira Leite. O gerente da "Typographia Campineira", João Theodoro, aparece também dentre os colaboradores, talvez exatamente pela sua larga experiência no mundo dos "tipos" em Campinas. Lisboa já programara o total dos exemplares a serem



Foto nº 1 - A pose circunspecta de José Maria Lisboa, jornalista bem sucedido, já nos anos 1890, é produzida pelo fotógrafo anônimo, nesta imagem para a posteridade...

editados (800)²⁶, o preço de cada unidade — 1\$000 para a cidade, e 1\$200 para outras localidades²⁷, i.é., o preço correspondente a um almoço num dos hotéis da cidade²⁸ ou, ainda, a meio dia de trabalho dos operários da estrada de ferro de Capivary²⁹ — bem como a redação do anúncio que, aliás, já estava sendo publicado na "Gazeta de Campinas", desde o mês de maio.

"Ora", indagaria um possível acompanhante — participante desta aventura de viagem, atizado pelos ecos do passado campineiro — "quais as concepções, as formas de percepção, as sensibilidades construídas e veiculadas em tal(ais) almanaque(s), neste momento da história da cidade? Como foi possível historicamente a elaboração deste(s) livrinho(s), na década de setenta, do século passado, neste universo urbano"? Como era(m) produzido(s)? Como circulava(m)? Quem o(s) lia(m)? Como era(m) lido(s)?

APENAS UMA INCURSÃO ("POSSÍVEL")

A cena anteriormente focalizada não representa, obviamente, a reprodução de um momento da história campineira, mas sim a produção de uma versão reducionista, a partir de ângulos pessoais e inquietações contemporâneas, deste período histórico local. Parafraçando Georges Duby³⁰, poderia afirmar que o historiador enuncia o seu próprio sonho quando escreve a história, ou ainda, que: *"Há, sem dúvida, uma enorme diferença entre a história e o romance, na medida em que a ficção histórica está forçosamente ligada a algo que foi verdadeiramente vivido, mas, no fundo, a forma de abordagem não é muito diferente. O historiador conta uma história que ele forja recorrendo a um certo número de informações corretas"*.

Nesta montagem cênica, é possível, a posteriori, distinguir-se uma preocupação com a utilização de um idioma narrativo, empírico na

tentativa de revisitar textos literários (basicamente os almanaques) e iconográficos (desenhos ou fotografias sobre o cenário arquitetônico urbano)³¹, para neles captar (e, ao mesmo tempo, produzir) lances cotidianos, sem deixar de realizar algumas generalizações, as quais não chegam a hipotecar o futuro da história.

Nesta versão está presente, ainda, uma tendência de se registrar as sensibilidades então vigentes³²: os personagens que se movimentam em cena não apenas fazem ou pensam, mas têm também sentimentos. Tais sensibilidades encontram-se, neste texto, intimamente articuladas às condições sociais vivenciadas por eles.

No que diz respeito à elaboração dos personagens, é possível detectar-se um certo traço das versões historiográficas oficiais; são ainda, os intelectuais os que se privilegiam, em detrimento dos demais personagens — os escravos, os trabalhadores livres, os “desocupados” e as prostitutas — cujos nomes, procedências, idéias e traços de sensibilidade são insatisfatoriamente abordados.

Admito a exigüidade de memórias (sobretudo as registradas graficamente), deixadas diretamente pelos “outros” — sob a ótica da burguesia, isto é, os trabalhadores livres ou escravos, as mulheres, os pobres — ou pelos excluídos da história. Reconheço também que estas memórias “populares”, com seus indícios muito fragmentários, escapam ao historiador enquanto “homem moderno”, letrado, “autoconsciente”, que pode achar difícil entender pessoas diferentes dele próprio³³. Pensando na produção de uma versão da história da cidade de Campinas, onde a pluralidade de vozes, de visões, seja preservada, proponho focar a linguagem em sua ambigüidade, ou, em outras palavras, tentar recuperar as diferentes séries discursivas que se ancoram em torno de um mesmo núcleo discursivo, ou, mais do que isto, tentar identificar como algumas séries se excluem, como é produzido o seu silêncio³⁴.

Quanto à questão de pluralidade cultural (de vozes, de visões históricas), são fundamentais as contribuições do grupo inglês “New Left

Review”, que congrega historiadores como Eric Hobsbawn, Christopher Hill, E. P. Thompson, bem como as do grupo de pensadores ligados à École des Annales, como Jacques Le Goff, Georges Duby, Michel Vovelle, e Roger Chartier (dentre outros). Mais especificamente, Thompson, na coletânea “Tradicion, Revuelta y Consciência de Clase”(1979), ao analisar a sociedade inglesa no final do século XVIII, diferencia as culturas “refinada” e “plebéia”, e salienta a “energia de autêntica auto-ativação” desta última. Afirma que a *“hegemonia não impedia aos pobres de defenderem seus próprios modos de trabalho e descanso, de formarem seus próprios ritos, suas próprias insatisfações e visões de vida”*. Não se deve, pois, segundo o citado autor, forçar a noção de hegemonia sobre extensões excessivas e sobre zonas indevidas: *“Se a hegemonia cultural pode definir os limites do possível e inibir o desenvolvimento de horizontes e expectativas alternativas, este processo não tem nada de determinado e automático (...) a hegemonia quando se impõe com sucesso, não impõe uma visão de vida totalizadora; impõe olheiras que impedem a visão em certas direções, enquanto a deixam livre em outras. Pode coexistir com uma cultura de um povo vigoroso e auto-ativante, derivada de suas próprias experiências e recursos”*. Segue-se, pois, conforme este historiador, que não se pode aceitar a opinião, *“amplamente difundida em alguns círculos estruturalistas e marxistas da Europa Ocidental, de que a hegemonia imponha um domínio total sobre os governados e sobre todos aqueles que não são intelectuais, que alcança até o umbral mesmo de sua experiência, e implanta em seus espíritos desde o seu nascimento categorias de subordinação, das quais são incapazes de libertar-se”*³⁵.

O historiador Carlo Ginzburg, por sua vez, em “O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição” (1987), propõe a idéia da “circularidade, entre a cultura das classes dominantes e a das classes subalternas”, ou seja, “um relacionamento circular feito de influências recíprocas”, que se move de baixo para cima, bem como de cima para baixo, exatamente o oposto do conceito de absoluta autonomia, seja da

cultura dominante, seja da cultura camponesa, por exemplo³⁶. A filósofa Marilena Chauí defende, por sua vez, a idéia de que as visões de cultura não devem ser tomadas como duas totalidades contrapostas, cada uma com o seu próprio espaço e o seu próprio tempo; segundo a autora, a produção cultural plebéia não deve ser examinada como uma outra cultura, ao lado da dominante, mas como algo que se efetua por dentro, para resistir a ela; ou, ainda, não deve ser visualizada por um prisma de totalidade que a opõe à cultura dominante, mas como um conjunto de práticas, de representações dispersas, que possuem uma lógica própria, uma “metis grega”, i.é., uma inteligência prática marcada pela ambigüidade entre conformismo e inconformismo, entre saber e não saber, entre dizer sim e dizer não; a autora utiliza a expressão “consciência trágica” para expressar tal dimensão contraditória do conceito focalizado. Aliás, o conceito de cultura ambígua já se fazia presente na sua obra “Cultura e democracia” (1981)³⁷, mas é em seu trabalho posterior, “Conformismo, Resistência: aspectos da cultura popular no Brasil” (1986) que este fica melhor explícito, quando a autora afirma: *“Ambigüidade não é falha, defeito, carência de um sentido que seria rigoroso se fosse unívoco. Ambigüidade é a forma de existência dos objetos da percepção e da cultura, sendo, elas também, ambíguas, constituídas não de elementos ou de partes separáveis, mas de dimensões simultâneas, que, como dizia ainda Merleau Ponty, somente serão alcançadas por uma racionalidade alargada, para além do intelectualismo e do empirismo”*³⁸.

Além disso, neste caso, a possibilidade de apreensão do mundo urbano campineiro no século XIX será construída tomando-se os almanaques, não somente enquanto ressonâncias do universo social mas, sobretudo, enquanto institutivos deste universo, participando efetivamente da constituição das identidades sociais e das concepções sobre a cidade “moderna”³⁹. Assim sendo, o diálogo com tais produções tem como objetivo captá-las enquanto estratégias para dar conta do fenômeno urbano, nesta fase de conflitos acirrados entre classes em Campinas⁴⁰; ou, ainda, enquanto intervenções que

fazem da cidade um verdadeiro laboratório experimental, tentando eliminar as tradições que não correspondem ao ideal “civilizatório” ou “modernizador”, e transformar o “caos urbano” em um “meio ambiente ordenado e previsível”⁴¹.

As décadas de 1870 e 1880 serão privilegiadas, justamente pela ampla gama de iniciativas “modernizadoras” ou “civilizatórias”, direta ou indiretamente vinculadas ao movimento republicano local. Dentre elas, destaco os almanaques.

No que diz respeito às questões de “modernidade” — concebida como intimamente articulada ao engendramento de sensibilidades e visões de mundo capitalistas — a aproximação das idéias do filósofo Walter Benjamin, ainda que não seja a única⁴², propicia-me o contato com “mônadas”, ou centelhas extremamente instigantes.

Num fragmento intitulado “Trabalho das passagens”⁴³, advoga que a “modernidade” representa o reino do mito e do encantamento. A modernidade capitalista não só não despertou o homem de seu sonho mítico, como o mergulhou numa nova mitologia⁴⁴.

“O capitalismo foi um fenômeno de natureza que submeteu a Europa a um ‘Traumschlaf’, a um sono povoado de sonhos e provocou a reativação das forças míticas”⁴⁵.

“Uma coletividade sujeita a um sonho”, acrescenta Benjamin, “não conhece a história. Ela recebe o fluxo da história como sempre igual e como sempre novo. Tanto a sensação do novo e do moderno como o eterno retorno do idêntico, constituem as formas da história do sonho”⁴⁶.

Esse sonho coletivo, entranhado nas relações materiais de produção, apresenta-se em todas as manifestações culturais do século XIX: na moda, no interior das residências, nos cassinos, nos museus, nas passagens e na própria cidade — onde se situam todos estes objetos e estas atividades. Benjamin chama tais espaços culturais de “casas de sonho”.

Mesmo as técnicas produtivas, gestadas pelo capitalismo, longe de abolirem o mito, produzem também sonhos, como a arquitetura de ferro, que imita igrejas góticas: também a técnica é prisioneira do mito⁴⁷.

Portanto a modernidade, em Benjamin, não somente não significa o fim da magia, como promove a radicalização do universo mágico. Engendra fantasmagorias “sui-generis”, sujeitas à temporalidade do mito, e do sempre igual.

E se em Walter Benjamin o mito é comparado ao sonho, o sonho para este autor não se esgota no mito.

Baseando-se na teoria de Freud, Benjamin focaliza o sonho coletivo como o entrecruzamento de duas dimensões: uma que produz imagens de desejo e outra que censura e dissimula estas imagens. Uma dimensão que quer o novo, e outra que pretende preservar o existente. Uma que estimula o despertar histórico e outra que cristaliza e eterniza o sonho. Em outros termos, na modernidade capitalista o sonho coletivo tem uma acepção mítica: é a relativa às forças que se opõem ao desejo e defendem o status quo. Mas, ao mesmo tempo, este sonho tem também uma acepção utópica, com sua proposta de reformulação radical. Segundo, pois, as suas trilhas, não se trata de distanciar-se do sonho em nome da realidade, mas de distanciar-se da realidade dominada pelo mito, em nome de uma realidade que tem a potencialidade de introduzir a dimensão utópica do sonho.

“O verdadeiro desencantamento é a transformação em praxis dos momentos utópicos contidos no sonho coletivo”⁴⁸.

*NA BAGAGEM: CONTRIBUIÇÕES DA
HISTORIOGRAFIA CAMPINEIRA*

Desde o final da década de 1970 e, mais particularmente, nos últimos anos, observa-se uma significativa proliferação de teses universitárias⁴⁹ voltadas especificamente para Campinas. Estas têm sido produzidas não só na Unicamp (IFCH, F.E., I.A., I.E., F.C.M.), mas também na USP (FFLCH, F.E., E.C.A., I.P.E. e Escola de Engenharia de São Carlos) e na UNESP (F. de Ciências Sociais, de Araraquara, Marília e Franca).

As temáticas focalizadas são as mais amplas, permitindo-se uma incursão por estudos desde os mais “clássicos” — voltados para a agricultura, a industrialização, as relações de trabalho, as classes sociais, a imigração, a migração, o republicanismo, o liberalismo, o sistema eleitoral, o escravismo, a libertação de escravos, as igrejas, as escolas/os colégios/as universidades, os intelectuais, a urbanização, o planejamento urbano, o sanitarismo, a habitação — até os considerados “inovadores” — sob o ponto de vista do objeto focalizado —, trazendo à tona os negros (incluindo famílias negras, libertos), os pequenos proprietários agrícolas, as mulheres, o cotidiano da cidade, os hospitais, a febre amarela, a lepra, as religiosidades “populares” (o curandeirismo, os “santos nômades”), a prostituição, as bandas de música, o cinema, a era do rádio, dentre outros.

As abordagens teórico-metodológicas extremamente diferentes tornam instigante o percurso, no interior deste universo simbólico.

Alguns destes trabalhos foram publicados graças à iniciativa do Centro de Memória (Unicamp), dando origem à coleção “Campiniana”. Dentre os seus volumes, algumas elaborações destacam-se, enquanto práticas historiográficas que se propõem a ultrapassar as tendências estruturalistas e economicistas, as quais, muitas vezes, predominam contemporaneamente. Focalizam a dinâmica das experiências cotidianas vividas, seja por pequenos

produtores agrícolas (“personagens um tanto quanto esquecidos”), seja por libertos (visualizados não só como construídos historicamente, mas como construtores da história), ao longo do século XIX. Refiro-me, respectivamente, à obra “Nem senhores nem escravos. Os pequenos agricultores em Campinas. 1800 a 1850”⁵⁰, de Valter Martins (1996) e “A conquista da liberdade. Libertos em Campinas na segunda metade do século XIX”⁵¹, de Regina Célia Lima Xavier (1996).

Quanto aos temas republicanismo e liberalismo, articulados ao meu objeto de pesquisa, isto é, os almanaques campineiros nas décadas de 70 e 80, existem alguns trajetos historiográficos que considero imperdíveis. Já no final dos anos 1970, foram defendidas teses no Dep. de História da FFLCH da USP, seja em nível de Mestrado ou de Doutorado, que correspondiam a “novos” olhares relativamente a tais questões. Reporto-me às obras emblemáticas — considerando-se as produções historiográficas universitárias posteriores — de Ademir Gebara e de M. Stella Martins Bresciani. No que se refere à primeira — “Campinas. 1869/1875. Republicanismo, Imprensa e Sociedade”, S.P. (1975) — trata-se de significativa contribuição para este momento de produção de conhecimento, na medida em que se propõe a imbricar a análise da imprensa republicana campineira ao social — através de suas páginas, é possível acompanhar-se, especialmente, a atuação do jornal “Gazeta de Campinas”, como “mecanismo republicano de controle social”. Contudo, não incorpora à sua reflexão as produções literárias dos jornais, ou seja, não as concebe como intimamente articuladas à sociedade. E, assim, ao referir-se aos romances de folhetim publicados na “Gazeta de Campinas”, a partir do número 200 (i.é, de 19 de outubro de 1871), restringe-se à seguinte observação:

“A rigor a única seção do jornal que a apresenta como novidade é exatamente a reservada à publicação literária, mais especificamente com

referência aos romances que tinham agora publicação intermitente em forma de folhetim, passando estes, a partir daí, a constituir-se em elementos de equilíbrio nas paginações, de acordo com a quantidade de artigos e notícias que o jornal pudesse ter”⁵².

No que diz respeito aos almanaques campineiros, Gebara os utiliza, aliás, da mesma forma que muitos dos historiadores brasileiros, enquanto receptáculos de dados objetivos, verdadeiros. No presente caso, tal concepção e/ou leitura aparece de maneira explícita. Assim é que, ao apoiar-se em comentário do bacharel Luiz Silvério, um dos autores do Almanak de Campinas para 1871 — indicando a consulta a tal material como possibilidade de comprovação dos seus argumentos relativos à epidemia das bexigas, na cidade — apresenta a seguinte conclusão:

“Tal artigo, ao revelar essas preocupações, em seu final faz uma alusão que permite acreditar na correção e no critério dos dados do Almanaque, pois como se verá, a publicação foi considerada fonte idônea sobre a realidade local”⁵³.

Com tal procedimento metodológico, o historiador contemporâneo apenas reproduz imagens as quais foram cuidadosamente tecidas nestes “modestos livrinhos”, no final do século XIX em Campinas.

O trabalho de M. Stella Martins Bresciani - “Liberalismo: ideologia e controle social. Um estudo sobre São Paulo de 1850 a 1910”, S.P. (1976) - representa, por sua vez, importante marco historiográfico nacional, bem como valiosa contribuição metodológica para o enfoque do liberalismo em São Paulo. Dialogando, de um lado, com Claude Lefort e, de outro, com fontes primárias, tais como especialmente os relatórios dos presidentes da província de São Paulo e o jornal republicano “Gazeta de Campinas”, coloca em prática uma concepção de ideologia liberal “como componente institutivo do social e

não como resultado refletido deste”, ou, ainda, “como a fala do social que se institui com ela e por ela também se expressa”⁵⁴. Ao mesmo tempo, ao colocar em prática técnicas de análise do discurso, numa aproximação com o campo lingüístico (de maneira especial com A..J. Greimas, E. Verón e F. Rastier), decodifica as falas liberais - republicanas ou não - evidenciando os seus fundamentos, as suas convergências e/ou dissonâncias. Neste sentido, o seu trabalho possibilita o questionamento de visões historiográficas, as quais, muitas vezes, na tentativa de superação do status quo, acabam por reintroduzir, seja visões unidimensionais, seja tendências deterministas mecanicistas⁵⁵.

Na década de 1980, registramos a monografia de Carmen Sylvia Vidigal Moraes — “O ideário republicano e a educação. O Colégio Culto à Ciência de Campinas”. 1869 a 1892, S.P. (1981), defendida em nível de Mestrado na USP, F.E. — a qual traz à tona significativas pesquisas documentais relativas ao Colégio Culto à Ciência de Campinas. Pautando-se na prática historiográfica de Ademir Gebara, bem como nas reflexões dos teóricos da educação Pierre Bourdieu e J. C. Passeron, concebe este estabelecimento de ensino como “estratégia política de um grupo representante da fração economicamente mais poderosa da classe dominante (fazendeiros de café do oeste paulista) que, alijada do poder, almejava ter acesso a ele com a vigência do Estado republicano”. As contradições, engendradas pelo mesmo processo de dominação, não constituem objeto do enfoque colocado em ação.

Já nos anos 90, destaca-se a dissertação de Mestrado de Silvana Mota Barbosa Blanco. Seu título: “República das Letras. Discursos Republicanos na Província de São Paulo. 1870 - 1889”, Campinas (1995). Na trilha das produções historiográficas dispostas a ampliar a percepção das contradições do social — dentre as quais registra o trabalho de Bresciani — recupera os tons díspares no interior do discurso republicano campineiro, em particular, e paulista, em geral. Ou seja, no emaranhado das elaborações jornalísticas das décadas de 70 e 80, localiza vozes dissonantes: de um lado, os bacharéis de direito da “Gazeta de Campinas”, filiados ao partido republicano

paulista, de outro os ex-trabalhadores manuais, responsáveis pelo “Diário de Campinas”, enquanto meros “simpatizantes” da República. A ótica que a autora aciona, na produção de sua reflexão, circunscreve-se ao campo das idéias. Via almanaques de Campinas, articulados ao(s) republicanismos, incursionaremos também pelas sensibilidades socialmente construídas, neste importante momento de avanço do sistema capitalista, não só em Campinas, mas no país.

Constitui referência fundamental para a história de Campinas a obra “A cidade. Os cantos e os antros”, de José Roberto do Amaral Lapa⁵⁶ (1996). Nela, o autor propicia aos pesquisadores o mergulho no cotidiano campineiro, na segunda metade do século XIX, quando das primeiras ondas de modernidade na cidade: cenários, ruídos, perfumes/odores, personagens, apresentam-se aos nossos olhos e nos envolvem na busca reflexiva de tempos perdidos. Ou seja, trata-se de obra extremamente atraente e que nos convida ao diálogo com as dimensões “visíveis e invisíveis” da paisagem urbana campineira oitocentista. Numa aproximação bem tecida com a obra de M. Merleau Ponty, (re)constitui o entrecruzamento da Campinas ideal, racional, objetiva, “civilizada”, com a Campinas despudorada, miasmática, perigosa, proibida e/ou excluída. Ao mesmo tempo, fornece importantes subsídios bibliográficos, capazes de mapear uma grande quantidade de fontes primárias, artigos, projetos em andamento, teses universitárias e livros, relativos à historicidade local.

**O TEMA DA SEDUÇÃO: (RE)VISITANDO SENTIDOS
DESTA(S) VIAGEM(NS)**

Jean Baudrillard, em sua obra “Da Sedução”, (1991), instiga-nos a refletir sobre as ambivalências entre a presença/a ausência (destruição) do sentimento de “sedução” no mundo burguês. Afirma ele que:

“o século XVIII ainda falava dela. Com efeito, ao lado da honra e do desafio, ela era a preocupação viva das esferas aristocráticas. A revolução burguesa deu-lhe fim (...) A era burguesa está destinada à natureza e à produção, coisas bem estranhas e mesmo expressamente mortais para a sedução” (...) Ora, a sedução nunca é da ordem da natureza, ela é da ordem do artifício; nunca da ordem da energia, mas da ordem do signo e do ritual. É por isso que todos os grandes sistemas de produção e de interpenetração não deixaram de excluí-la do campo conceitual — felizmente para ela, pois é do exterior, do fundo desse abandono que continua a persegui-los e a ameaçá-los de destruição. A sedução sempre tenta destruir a ordem de Deus, seja a da produção ou a do desejo. Para todas as ortodoxias, ela continua a ser o malefício e o artifício, uma magia negra de desvio de todas as verdades, uma conspiração de signos, uma exaltação dos signos no seu uso maléfico. (...) Por isso, todas as disciplinas que têm como axioma a coerência e a finalidade de seu discurso só podem exorcizá-la”⁵⁷.

Acompanhando atentamente as pegadas do tipógrafo português, José Maria Lisboa, na produção dos seus almanaques, é possível captar-se com nitidez a presença do sentimento de sedução, nos termos colocados pelo citado sociólogo: “poder de atração e de distração, poder de absorção e de fascinação, (...) poder de desafio”, mas, ao mesmo tempo, “poder destrutivo”.

Surge já no primeiro almanaque de Campinas, e perpetua-se ao longo destas suas publicações. Este sentimento delinea-se, sobretudo, imbricado à noção de desafio, seja pela produção deste primeiro almanaque em Campinas, seja pela sua continuidade na cidade e na região, ou, ainda, para que fossem aceitos como literários pelos letrados da época. Adquire este sentimento, ao mesmo tempo, neste almanaque, uma conotação de destruição. Nas palavras do citado sociólogo:

“Também esse é o encantamento da sedução, que põe fim a toda a economia do desejo e a todo o contrato sexual ou psicológico, substituindo-o por uma vertigem de resposta”⁵⁸.

A dimensão de destruição, nos “Almanachs Litterarios de São Paulo” (a partir de 76) acha-se articulada, por sua vez, ao sentimento de angústia, de decepção, ou de “pezar” por

“Não dar(...) á luz um livro tal como imagin(ara)

e isto, em virtude da lacuna de

“grande parte dos melhores talentos” que “se exime a figurar em trabalhos de character mais ou menos litterario”⁵⁹

Tal sensibilidade destrutiva, segundo o relato do próprio jornalista, chega a tomar a totalidade de seu corpo, a ponto de debilitar sua saúde,

“Não nos falta para o commettimento”, (i. é., a publicação de “livros litterarios” e de uma “folha litteraria na provincia”) coragem e boa vontade, mas o nosso melindroso estado de saude, infelizmente não nos permittirá continuar nesta tarefa”⁶⁰.

Na verdade, o “Zé Maria dos Almanques”, persiste na edição destes “modestos livrinhos” por mais seis anos, quase que consecutivos, com intervalos apenas de dois anos, i.é, deixa de editá-los, apenas, para os anos de 82 e 83.

É interessante, ainda, que se possa captar, via elaboração textual deste jornalista, o seu “pezar por não darmos á luz um livro tal como imaginamos” e através, principalmente, da repetição do conteúdo emocional das suas palavras em todos os almanques literários da província de S. Paulo, um matiz narcísico. Ao utilizar a expressão “darmos á luz um livro”, sugere algo saído de suas próprias entranhas, mas que, de fato, não consegue desprender-se desta origem primeira, na medida em que persegue, insistente e repetidamente, um modelo situado em seu “eu” fundante (“um livro como imaginamos”). Aliás, ainda para Jean Baudrillard, uma das esferas destrutivas da sedução é a narcísica: ela “é aquilo cuja representação não é possível, visto que nela a distância entre o real e o seu duplo, a distorção entre o Mesmo e o Outro é abolida. Debruçado sobre a fonte, Narciso sacia a sede: sua imagem já não é “outra”, ela é sua própria superfície que o absorve, que o seduz, de forma que ele pode apenas aproximar-se sem nunca passar além dela, pois ele só existe além, na medida da distância reflexiva entre ele e ela. O espelho d’água é não uma superfície de reflexão, mas uma superfície de absorção”⁶¹.

Finalmente, para tais sensibilidades ligadas à “sedução”, Júlio de Albergaria⁶² coloca em ação as expressões “desejo”, “melhor vontade”, “crença”, “convicção”, “maior dedicação”, “orgulho”, “pezar” e nunca o conceito “sedução”. Registre-se, ao mesmo tempo, a ausência da “sedução”, enquanto tema central das poesias e contos apresentados nos almanques campineiros (ou da província, organizados por Lisboa), neste período. Pode-se, portanto, aventar realmente a hipótese de que tal sentimento estava sendo varrido do mundo dos sentidos desta época, como sugere Baudrillard.

Ao meu ver, a partir do diálogo com os almanques do período ora focalizado — campineiros e da província, em geral, organizados por

Lisboa — é possível afirmar-se que esta sensibilidade estava sendo, ao mesmo tempo, politicamente controlada, cada vez mais atrelada à idéia de perigo, de subjugação, de mentira:

*“Não vos deixeis seduzir por essa alluvião de caprichos
insensatos e illusões que não passam de prejuizos do
seculo⁶³.”*

*“Quero fugir-te, mas não posso, ó perigo
O odôr que extralas me seduz, me attrahe;
Quero fugir-te ao sahir da venda,
Mas já meu corpo cabaleando cahe !*

*Do Eden do troy és meu vedado pomo,
Ninguem no mundo minha desgraça chora;
Quero fugir-te, quero sim, mas como ?
Se eu não posso levantar-me agora ! (...)”⁶⁴*

Aliás, examinando o “Dicionário da Língua Portuguesa” do século XIX⁶⁵, é esta última imagem unívoca, malévola, que prevalece como definidora deste sentimento: “sedução”, s.f. (do lat. “seductio”) t. modo usal; o acto de desencaminhar, deitar a perder, seduzir. Seductor, a. s. t. us. adap. do Franc. Pessoa, ou cousa que engana e induz, e perverte a mal obra; enganador: ‘um enganador’ (‘seductor ille’). Diz-se adj.: v.g. dadiva seductora; palavras, carinhos seductores: enganosos e que pervertem; peitas seductoras, corruptoras”.

O atual dicionário “Aurélio”⁶⁶, por sua vez, já veicula uma concepção de sedução onde está presente a ambigüidade, ou, mais precisamente, a acepção de “atrair, encantar, deslumbrar”, ao lado de outras,

tais como “levar à rebeldia, revolta, sublevar” e “subornar para fins sediciosos” (as quais não aparecem no focalizado dicionário do século XIX).

Há que se ponderar, entretanto, que o sentimento de “sedução” que envolve José Maria Lisboa tem uma conotação político-partidária imperdível. As considerações reflexivas do sociólogo Pierre Ansart, em sua obra “La gestion des passions politiques” (1983), são fundamentais para ampliarmos a acepção acima desenhada, relacionando-a, mais diretamente, às práticas político-sociais que o personagem em questão engendra⁶⁷.

Trata-se, Lisboa, de modesto tipógrafo português, que se casa com a filha de um farmacêutico paulistano, bem situado socialmente, aproximando-se, desta forma, do mundo dos bacharéis de direito de São Paulo: torna-se genro de Antonio Bento, o abolicionista.

Para organização dos almanaques campineiros relativos aos anos de 1871, 1872 e 1873, apóia-se, certamente, na experiência de Joaquim Roberto Azevedo Marques, o editor dos primeiros “Almanaks administrativos, mercantis e industriais da Provincia de São Paulo”, e, por sua vez, sogro de Francisco Quirino dos Santos: o primeiro emprego de tipógrafo que conseguira na Paulicéia, quando chegara em 1856, fora, justamente, no “Correio Paulistano”, de propriedade do citado jornalista⁶⁸.

É notória, pois, a aproximação deste personagem do grupo dos “republicanos históricos” radicados em Campinas — de Francisco Quirino dos Santos, Campos Salles, Francisco Glycério, dentre outros. Basta lembrarmos que ocupa, neste momento, a posição de gerente da “Gazeta de Campinas”, folha de feição republicana onde atuam as figuras acima referidas.

Quando da fundação do jornal “A Província”, em São Paulo, articulado diretamente ao partido republicano, é ele a figura convidada para gerenciar a nova folha: explicam-se, pois, a interrupção dos almanaques publicados em Campinas e a continuidade de sua publicação na cidade de São Paulo (“Almanachs Literários da Provincia de São Paulo”, a partir de 1876).

No que respeita ao conteúdo destas produções, levando-se em conta os autores escolhidos e a sua tessitura discursiva, capta-se perfeitamente a sedução republicana ali impressa, especialmente pelo “Zé Maria dos almanaques”. Apesar disso, a palavra “república” não consta do léxico acionado, mas sim as expressões “civilização”, “progresso”, “modernidade”, “democracia”. É importante observar, por outro lado, que os mesmos autores dos almanaques, no jornal “Gazeta de Campinas”, apresentam como sinônimo de democracia o vocábulo “república”:

(...) “*O commercio de Santos abre as suas columnas á expansão de todas as ideas, mas ele especialmente ondeia os ares a bandeira sagrada dos principios democrathicos no sentido genuino e serio da palavra republica*”⁶⁹.

Além disso, os biógrafos em geral (e especialmente Péricles da Silva Pinheiro)⁷⁰, são unânimes em reconhecer que Lisboa, mesmo tendo “ultrapassado os limites estreitos de excelente homem de empresa, de administrador competente, seguro e avisado, para alcançar também esferas mais altas da ação política” (...), “a crônica da época (...) é parcimoniosa em relação às suas atividades ostensivas, nas campanhas da abolição e da república”.

Para a compreensão de tais aparentes ambigüidades, poder-se-ia aventar a hipótese de que estamos perante uma personalidade cautelosa, que teme expor-se demasiadamente num mundo monárquico, porque estrangeiro⁷¹. Poder-se-ia pensar ainda num jogo político — mais ou menos consciente — não somente assumido por ele, mas pelo grupo republicano envolvido, onde a ausência da palavra, mas a persistência do ideário, seria mais eficiente, diria eu, teria um sabor mais “sedutor”, neste início da propaganda republicana na província de São Paulo.

Os significados múltiplos desta “sedução republicana” serão melhor focalizados quando da nossa incursão nos temas dos almanaques.

Por hora, fixemo-nos, por um momento, na dimensão republicana presente nestas produções, tanto na década de 1870, como na de 1880. Esta constituirá um dos enfoques privilegiados desta viagem, por entre as diferentes séries de almanaques produzidas na cidade de Campinas oitocentista. Permitir-nos-á visualizar estas publicações enquanto estratégias, na guerra dos símbolos instaurada pelo grupo republicano local, na tentativa de universalizar nos corações e nas mentes, não só dos campineiros, mas dos brasileiros, em geral, a idéia de república.

O cientista político, José Murilo de Carvalho⁷², em sua obra “A formação das almas: o imaginário da república no Brasil”⁷³, elege igualmente como tema central “a batalha pelo imaginário popular”. Para tal, concentra-se na arte, nos monumentos públicos, nos símbolos cívicos do país (i.é, bandeira e hino), na criação de heróis (Tiradentes) ou de mitos políticos. Deixa, porém, de lado a literatura, a linguagem escrita, por considerá-la de alcance muito reduzido, num momento em que mais de 80% da população era de analfabetos.

As contribuições deste autor para a reflexão que ora engendramos são, com certeza, de fundamental importância, principalmente se atentarmos para a ampliação de visão que o seu olhar metodológico proporciona, tanto no que se refere à concepção de “república” — que deixa de ser vista como um bloco uno e coeso, adquirindo matizes “liberais”, “jacobinos” e “positivistas” — quanto à focalização da dimensão social. Esta dimensão social passa a incluir — ainda que, em minha visão, timidamente — não apenas as idéias, mas as sensibilidades. É importante, ao mesmo tempo, enfatizar que o presente autor focaliza na referida obra muito mais o período da proclamação e o das

lutas que se seguiram no momento imediatamente posterior a ela. Também por isto causa-nos perplexidade a sua conclusão de que, no Brasil, os trabalhos dos republicanos, no que respeita à “formação de almas populares” — das mulheres, da classe média e do proletariado rural e urbano — fracassaram. Para tal conclusão, apóia-se na seguinte argumentação: a ausência do envolvimento popular na proclamação da República, a presença de concepções conflitantes, evidenciando a inexistência de uma identidade nacional republicana, a vigência de visões plurais sobre Tiradentes, muitas vezes divergentes e conflitantes e, finalmente, a vitória do religioso sobre o cívico, ou da supremacia da crença em Nossa Senhora Aparecida sobre a idéia da república. Em minha visão, tais referências argumentativas não invalidam a atuação republicana quanto à “formação das almas”. Basta compreender tal “formação” através de categorias não homogêneas, e, ao mesmo tempo, mais amplas, capazes de propiciar a articulação do político ao social, no interior dos movimentos contraditórios, historicamente dados. E no que diz respeito à “crença unificada em Nossa Senhora Aparecida”, citada pelo autor como argumento em relação ao fracasso da luta republicana, propicia desta vez o autor que nos deparemos com uma guerra de símbolos em torno do cívico e do religioso, guerra esta que no final acaba por fortalecer a ambos — isto é, ao cívico e ao religioso — os poderes, no interior da lógica capitalista. É, aliás, esta lógica capitalista que prevalece via trabalho dos republicanos.

Neste sentido, ao privilegiarmos os almanaques campineiros como objeto de análise, deparamo-nos com a possibilidade de ampliar ainda mais o conceito de republicanismo no Brasil, captando-o em criativas e distintas elaborações locais, e, ao mesmo tempo, de ampliar a percepção do esforço historicamente construído pelos “republicanos históricos” em Campinas (considerada pela historiografia como “a meca da República”)⁷⁴ de atingir segmentos mais amplos da população. Pautamo-nos nas reflexões da especialista em teoria literária Marlise Meyer, em “Folhetim, uma história”⁷⁵, para registrar a forte presença da leitura oral no século XIX brasileiro, quando

as famílias senhoriais, nos serões, tanto no campo como na cidade, colocam em prática a leitura de material literário, para si e para “os outros”. Além do mais, pelos fragmentos coletados, sobretudo nos jornais campineiros, é possível afirmar-se que está em curso neste momento, não só em Campinas mas na região, um nítido processo, de raízes francamente liberais, de formação e de ampliação da leitura individual. Com certeza, os republicanos campineiros têm grande participação nesta “missão civilizatória”.

A utilização de uma linguagem considerada “simples” pelos próprios articulistas dos almanaques, a brevidade dos textos, o estilo “epistolar” (adotado por alguns deles), facilita a aproximação formal com o universo da oralidade. Ao mesmo tempo, a recorrência a temas e visões do mundo do “outro” agiliza ainda mais a colocação em prática da tentativa de universalização de interesses, concepções e sensibilidades que pertenciam unicamente a eles. É o que pretendemos demonstrar mais adiante.

NOTAS DO CAPÍTULO 1

1. Vide relação dos logradouros campineiros, com seus nomes atualizados em anexo.
2. Tal localização baseia-se no “Almanak de Campinas para 1871”, org. por J. M. Lisboa, Campinas, Typographia da Gazeta de Campinas, 1870, pág. 60; apoio-me também, a este respeito, em Mariano, Júlio - “História da Imprensa em Campinas”, in Monografia Histórica de Campinas, R. J., Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; 1952, p. 305.
3. A publicação do “Almanak de Campinas para 1871”, organizado por J. M. Lisboa dá-se a 08/09/70, Gazeta de Campinas, 08/09/70 pp. 2 e 3.
4. Santos, Francisco Quirino dos “Campinas (Notícia Histórica)”, in Almanak de Campinas para 1871, op. cit., p. 63.
5. “Almanak de Campinas para 1871”, op. cit., p. 72.
6. Trata-se de imagem elaborada pelo jornalista contemporâneo Benedito Barbosa Pupo in “Campinas no começo do século”, Jornal Correio Popular, Campinas, 15/03/1984, p. 10.
7. Reclamação (por exemplo) de morador local ao fiscal municipal, publicada na Gazeta de Campinas, de 11/06/71, Seção Particular, p. 2.
8. Sobre os limites da cidade de Campinas em 1870, consultei “Almanak de Campinas para 1871”, op. Ci.; Goulart, Edmo - “Campinas. Ruas da época imperial”. Campinas, Edit. Maranata, 1983; Salgado, Ivone - “Urbanismo Sanitarista em Campinas, no final do século XIX” (projeto integrado CNPq, Evolução Urbana em Campinas, FAU, PUCCAMP, fev. 1992, p. 6), e Mariano, Júlio - “Campinas de ontem e de anteontem”. Edit. Maranata, Campinas, 1970, pág. 65. Registre-se, também, uma planta da cidade de Campinas e de seus edifícios principais, elaborada em 1878 pelo engenheiro Luiz Pucci.
9. Diário de Campinas, Barcelos, Henrique- “Campinas há 28 annos”, 12/12/1897, p. 1.
10. O Estado de São Paulo, 20/12/1900, p. 3.

11. Mendes, J. C., "Capela de Santa Cruz". In "História de Campinas", Correio Popular, 20/07/1968 [s.p.].
12. A referência é do viajante Augusto Emilio Zaluar. In "Peregrinação pela Província de São Paulo" (1860-1861), Livraria Itatiaia Edit./Edit. da USP, S.P., 1975, p. 138. Existe o seguinte comentário de Henrique de Barcelos do jornal "Diário de Campinas", (na seção "Notas Quotidianas", de 01/01/1880, p. 2), relativamente ao ano de 1870: "o architecto Cantarino trabalhava com afinco na construcção das torres do Rosario do qual afinco resultou sahir uma mais gorda do que a outra".
13. No "Almanak de Campinas para 1871" (op. cit. p. 14), aparece referência sobre uma igreja protestante à Rua General Osório, neste momento, na cidade.
14. Haviam, ainda, nos arrabaldes de Campinas, outros bairros, i.é, o de Santa Cruz, o de Campinas Velhas (atualmente Ponte Preta), o Bairro Alto (atualmente, imediações da atual Igreja São Benedito), além de outros núcleos de povoamento, ainda iniciais, que darão origem aos atuais bairros Cambuí (na época, Cambuysal), Santo Antonio da Saudade (imediações do cemitério da Saudade, na época, Fundão) e Taquaral. Foram pesquisados os Almanques de Campinas para 1871, 1872, 1873, org. por José Maria Lisboa, op. cit., e Bergó, M. Estela de Abreu "Estudo geográfico da cidade de Campinas", Anais do X Congresso Brasileiro de Geografia, 3, p. 652, R. J., 1952.
15. Respectivamente, devem ser citados: Santos, Francisco Quirino dos - "Campinas. Notícia Histórica", in Almanak de Campinas para 1871, op. cit., p. 63; Quirino, João "O Senhor da Pedra Fria", in Almanak de Campinas para 1871, op. cit., p. 89.
16. Focalizando os edifícios, em geral, da cidade de Campinas, no período analisado, existe material iconográfico, publicado na "História de Campinas", de José de Castro Mendes, op. cit., 06/06/1968.
17. Sobre José Maria Lisboa (1838-1918) foram consultadas as seguintes obras: Faria, Alberto - "Imprensa em 'Campinas'", Revista do Centro de Ciências, Letras e Artes de Campinas, Typografia da Casa Genoud, Campinas, 1916; Freitas, Affonso, A. de - "A imprensa periódica de São Paulo desde os seus primórdios em 1823 até 1924". Typografia do Diário Oficial, S.P., 1915; Pinheiro, Péricles da Silva - "O Jornalista José Maria Lisboa", Suplemento do Centenário de O Estado

de São Paulo, 19/04/1975, nº 16; Rezende, Carlos Penteado de - "Notícia Prévia", "Almanach Literario de São Paulo para o anno de 1876", publicado por J. M. Lisboa, Abílio Marques e J. Taques, 1º anno, S. P., Typogr. da "Província", 1876, reedição do Instituto de História e Geografia de São Paulo, 1932; Luso, João - "Centenário de José Maria Lisboa", Rev. Brasileira de Letras, R. J., ano 31, vol. 56; Ribeiro, José Jacintho - "Chronologia Paulista", Typographia do Diario Oficial, S.P., 1904, 1º v.

18.Mendes, J. de Castro - "História de Campinas", "Imprensa", op. cit., p. 3 (25/12/1968). O prelo e os tipos foram trazidos do Correio Paulistano. "Almanak Histórico e Estatístico de Campinas", 1914; org. por B. Octavio e V. Melillo, typ. da Casa Mascote, Campinas, 1914, p. 58. A partir do 7º aniversário da Gazeta (outubro de 1875), a empresa adquire um "excellente prelo do autor Alauzet" (...) e "outros materiaes e utensílios de superior qualidade". Gazeta de Campinas, 07/11/75, notícia, p. 2.

19.C.A. - "Gerebita", in "Almanach Popular para o anno de 1878" editado por José Hypolito da Silva Dutra, Campinas, 1877. Typ. da Gazeta de Campinas, pp. 98 a 101.

20.Barcelos, Henrique - "Campinas há 28 annos", op. cit., p. 1.

21.Lisboa, José Maria - "Ao leitor", in "Almanak de Campinas para 1871", op. cit., s/p.

22.Gazeta de Campinas, 11/09/70, p. 2.

23.Duarte, Rafael - "Campinas de outr'ora, op. cit., p. 162.

24.Respectivamente, devem aqui ser mencionados: "Almanak Histórico e Estatístico de Campinas", 1914, op. cit., p. 58 e Duarte, Rafael. "Campinas de outr'ora", op. cit., p. 162. Foram os seguintes os almanaques publicados por José Maria Lisboa, na década de 70: em 1871, o primeiro "Almanak de Campinas"; em 1872, o segundo "Almanak de Campinas", anexando-lhe o de Amparo (organizado por Francisco Assis Santos Prado); em 1873, num só volume, os "Almanaks de Campinas e Rio Claro" (este último organizado por Thomáz Carlos de Molina); em 1876, o 1º "Almanach Litterário" de São Paulo, associado a Abílio Marques; em 1877, o 2º "Almanach Litterário" para São Paulo, em 1878 o 3º "Almanach

- Litterario de São Paulo” e em 1879 o 4º “Almanach Litterário de São Paulo”. Publicou, ainda, na década de 80, o 5º “Almanach Litterário de São Paulo”, em 1880, o 6º “Almanach Litterário de São Paulo”, em 1881, o 7º “Almanach Litterário de São Paulo”, em 1885, e o último, o 8º “Almanach Litterario de São Paulo”, em 1885.
25. Lisboa, J. M. - “Ao leitor”, in Almanak de Campinas para 1871, op. cit., s/p.
26. “Gazeta de Campinas”, notícia de 18/9\06/1871, p.2.
27. Gazeta de Campinas, anúncio de 08/12/1870, p. 3 Os preços do almanaque não se modificam, durante todo o ano de 1870 (segundo os anúncios da “Gazeta de Campinas”). Quanto ao pedido de pagamento adiantado, que aparece em todas as propagandas desta publicação, é algo compreensível dentro de uma ótica burguesa, sobretudo tendo-se em conta a prática tão difundida na época, do “calote” dos comerciantes locais. Existem no jornal “A Gazeta” inúmeras reclamações neste sentido: Henrique de Barcelos, por exemplo no ano de 1897, em “O Diário de Campinas”, alude a tal fato, em artigo já mencionado. Segundo o redator da “Gazeta de Campinas”, o preço deste “útil livrinho” era “baixo”, justamente para facilitar a sua aquisição a “todas as classes” (Gazeta de Campinas, 12/05/70, notícia, p. 2). Tal visão é ratificada por um morador local, Luiz de Mello (cujas profissão não foi localizada no almanak) em artigo publicado na Gazeta em 15/05/70, na seção “Variedades” (p. 1). Para se ampliar a visualização do valor desta publicação, neste momento histórico, é interessante registrar-se que corresponde a meio dia de trabalho dos operários da estrada de ferro de Capivary (por exemplo). Gaz. de Campinas, 02/02/73, p. 3.
28. Gazeta de Campinas, 15/12/72 p. 3.
29. Gazeta de Campinas, 02/02/73 p. 3.
30. Duby, Georges (org.) - “O historiador hoje”. In “História e Nova História”, Teorema, Lisboa, 1986, p. 19.
31. No que respeita às fotografias sobre o cenário urbano local, consulte, além da obra de J. de C. Mendes, já mencionada, o amplo acervo existente no “Centro de Memória” da Unicamp, especificado em registro bibliográfico, no final desta tese. Devo mencionar, ainda, a existência de uma coleção de desenhos (a crayon) sobre

- a cidade de Campinas, na década de 60, do médico Dr. Joseph Cooper Reinhardt (sob pseudônimo de Henry Lewis), que, atualmente, se encontra em mãos de sua bisneta Jessy R. de Oliveira Pereira Torquato. Fúlvia Gonçalves, por sua vez, publicou em "Testemunhos do Passado Campineiro" - Campinas, Edit. da UNICAMP, 1986 - juntamente com Benedito Barbosa Pupo, um levantamento arquitetônico a base de 169 desenhos (a traço, a nanquim) que evocam a memória local.
32. "Precisamos resgatar tudo: não só o que foi dito e feito, mas também o que foi sonhado, o que foi desejado e ficou reprimido". Konder, Leandro - "Walter Benjamin. O marxismo da melancolia", R. J., Editora Campus, 1988, p. 83.
33. Burke, Peter - "Cultura popular na Idade Moderna" S.P., Cia. das Letras, 1989, p. 91.
34. Sobre a questão do dialogismo, i. é., do jogo de vozes simultâneas num mesmo enunciado: Bakhtin, Michael - "A cultura popular na Idade Média e no Renascimento", S.P., Hucitec, 1987; "Questões de Literatura e de Estética. A Teoria do Romance", 2ª ed., S.P., Hucitec, 1990; "Estética da criação verbal", S.P., Martins Fontes, 1992.
35. Op. cit., Barcelona/Grijallo, 1979, pp. 59 -60.
36. Op. cit., S.P., Cia. das Letras, p. 13.
37. S.P., Edit. Moderna, pp. 53-60.
38. Op. cit., S.P., Brasiliense, p. 123.
39. Bresciani, M. Stella M. - "Século XIX: a elaboração de um mito literário", "História: Questões e Debates", Revista da Associação Paranaense de História, ano 7, nº 13, dez. 1986, pp. 209-243. Ainda, a este respeito, Benjamin, W. - "Paris, capital do século XIX" e "A Paris do Segundo Império em Baudelaire", in "Walter Benjamin", org. Flávio R. Kothe, S.P.: Edit. Ática, 1985; Lefort, Claude - "As formas de História", S.P., Brasiliense, 1978; Williams, Raymond - "Marxismo e Literatura", R. J., Zahar Editores, 1979.

40. Machado, M. Helena P. H. - "Crime e escravidão. Trabalho. Luta, Resistência nas Lavouras Paulistas. 1830 - 1888", S.P. Editora Brasiliense, 1987.
41. Sobre a imagem de "caos urbano" das cidades do século XIX e sobre a questão da cidade moderna enquanto observatório privilegiado da diversidade e laboratório para definir estratégias de controle e intervenção", é possível consultar-se: Lees, Andrew - "Cities perceived. Urban society in European and American Thought, 1820-1940", Manchester Univ. Press, (cap. 2); Perrot, M. - "Enquêtes sur la condition ouvrière". Microéditions Hachett; Maihew, H. - "London Labour and London Poor" - Dover Publications, 1969, 4 vs., Bellet, Roger (org.) "Paris au XIXe. siècle: Aspects d'un mythe littéraire", Presses Universitaires de Lyon, 1948; Briggs, Asa - "Victorian Cities", Penguin, 1977; Chevalier, Louis - "Classes labourieuses et classes dangereuses à Paris, pendant la première moitié du XIX siècle", Librairie Générale Française, 1987; Storch, Robert - "The plague of the blue locusts in International Review of Social History" (v. XX, 1975, Van Gorcum); Bresciani, M. Stella M. - "As voltas de um parafuso", Cadernos de Pesquisa, S.P., ANPHIB/Brasiliense, (2), 1978, pp. 7-20; Idem - "Londres e Paris no século XIX: o espetáculo da pobreza", S.P., Brasiliense, 1982; Idem - "Metrópolis: as faces do monstro urbano (As cidades do século XIX)", Rev. Bras. de Hist., (8/9), set. 1984/abr. 1985, S.P., Marco Zero, Anpuh, pp. 35-68; Idem - "Lógica e dissonância: lei, ciência e resistência operária", Rev. Bras. de Hist., S.P., Marco Zero, Anpuh, v. 6, nº 11, set. 1986; Idem - "Século XIX: a elaboração de um mito literário. op. cit., Rev. da Associação Paranaense de História, ano 7, nº 13, dezembro de 1986; Idem - "Carlyle: a revolução Francesa e o engendramento dos tempos modernos", Primeira Versão, Campinas, IFCH, Unicamp, nº 11, 1990
42. Versando sobre a questão da "modernidade" (nos diferentes ângulos) consultei:
- Benjamin, Walter - "A Modernidade e os modernos", R. J.: Tempo Brasileiro, 1975.
- _____ - A obra de arte no tempo de suas técnicas de reprodução. In Benjamin, Walter, Adorno, Theodoro & Goldman, Lucien. "Sociologia da arte IV", org. Gilberto Velho, R. J., Zahar, 1969.
- _____ - "Obras Escolhidas I". Magia e técnica. Arte e política. Trad. Sérgio Paulo Rouanet, Pref. Jeanne-Marie Gagnebin. S.P., Brasiliense, 1986.
- _____ - "Obras Escolhidas II". Rua de mão única. Infância em Berlim por volta de 1900. Imagens do Pensamento. Trad. Rubens Rodrigues Torres Filho & José Carlos Martins Barbosa. S.P., Brasiliense, 1987.

- _____ - "Obras Escolhidas III". Charles Baudelaire, um Lírico no auge do Capitalismo. Trad. José Carlos Martins Barbosa & Hemerson Alves Batista. S.P., Brasiliense, 1989.
- _____ - "Oeuvres II". Poesie et Révolution. Paris: Les Lettres Nouvelles, Ed. Denoël, 1971.
- _____ - "Sens unique" (précédé de Enfance Berlinoise). Paris: Les Lettres Nouvelles, Ed. Denoël, 1978.
- _____ - "Sociologia". Org., introd. e trad. Flávio Kothe, S.P., Ática, 1985.
- Berman, M. - "Tudo o que é sólido se desmancha no ar", S.P., Cia. das Letras, 1987.
- Corbin, Alain - "Saberes e odores", S. P., Cia. das Letras, 1987.
- _____ - "O segredo do indivíduo", in História da vida privada", org. Michelle Perrot, S.P., Cia. das Letras, 1990, v.4.
- Habermas, Jürgen - "O discurso filosófico da modernidade", Lisboa, Publ. Dom Quixote, 1990.
- _____ - "Mudança estrutural da esfera pública", R. J., Tempo Brasileiro, 1989.
- Lefebvre, Henri - "Introdução à modernidade" (prelúdios), R. J., Paz e Terra, 1969.
- Le Goff, Jacques - "Enciclopédia Einaudi", vol. I Memória/História, Lisboa, Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 1989
- Le Rider, Jacques - "A modernidade vienense", S.P., Edit. Civilização Brasileira, 1990.
- Schorske, Carl E. - "Viene. Fin de siècle", S.P., Cia. das Letras, 1988.
- Sennet, Richard - "O declínio do homem público", S.P., Cia. das Letras, 1988.
- Ortiz, Renato - "Cultura e Modernidade", S.P., Brasiliense, 1991.
- _____ - "Mundialização e Cultura", S.P., Brasiliense, 1994.
43. Benjamin, W. - "Das Passagen - Werk" - Ed. R. Tiedermann, 1982, apud Rouanet, Sérgio Paulo - "Porque o moderno envelhece tão rápido? Concepção de modernidade em Walter Benjamin", S.P., Rev. da USP, nº 15, set./out./nov. de 1992, pp. 103-117.
44. O diálogo implícito que o filósofo assume é com a concepção de "modernidade" de Max Weber. Para Weber, diferentemente de Benjamin, a sociedade moderna é o produto de processos de racionalização que se desdobram no Ocidente, a partir da Reforma Protestante, e que incluem dimensões culturais e sociais, com todos os seus efeitos desumanizantes. A racionalização cultural, para este autor, representa "uma perda de sentidos", e o progresso técnico-econômico, "uma

perda de liberdade”. Nesta configuração social que aprisiona o homem “numa gaiola dura como o aço”, não há mais, segundo tal filósofo, lugar para os ideais éticos que embalaram o berço do capitalismo nascente. Weber, Max: “Gesammelte aufsaetze zur religions Sogologie”. Tuebingen: J. C. Mohr, 1978, p. 203, apud Rouanet, S.P., op. cit., p. 112.

45. Benjamin, W. - “Das Passagen-Werk”, op. cit., p. 494, apud Rouanet, S.P., op. cit., p. 112.

46. Id. *ibid.*, pp. 678-679; apud Rouanet, S.P., op. cit., p. 112.

47. Id. *ibid.*, p. 231, apud Rouanet, S.P., op. cit., pp. 113-114.

48. Rouanet, S.P., op. cit., p. 114.

49. A historiografia campineira pode ser focalizada a partir dos seguintes momentos: de 1900 a 1941, fase anterior à Universidade, e de 1941 aos nossos dias, com a fundação da F.F.C.L., local hoje pertencente à PUCAMP, quando surgem trabalhos sobre o influxo das Universidades (USP, UNESP-Marília, Araraquara, Franca, Unicamp). Nesta primeira fase, rica em crônicas locais, indispensáveis aos estudos da história da cidade, destacam-se os seguintes jornais: “A Gazeta de Campinas”, “Comércio de Campinas”, “Correio Popular de Campinas”, “A Cidade de Campinas”. Podem ser citadas, ainda, as seguintes publicações: “Revista Guarani”, “Revista Contemporânea”, “O Discípulo”, “O Livro Azul”, “O Ginásio de Campinas”, “A Campínea”, “Baluarte”, “Os Novos”, “Arcádia”, “Vesper”, “Rev. Palmeiras”, “Rev. do Livro”, “Rev. Universal” e “Revista do CCLAC” (Centro de Ciências, Letras e Artes de Campinas); os seguintes almanaques, álbuns, monografias, edições comemorativas, polianteias e boletins: Almanaque “A Cidade de Campinas em 1901”, org. por Leopoldo Amaral, op. cit.; “Almanaque de Campinas para 1908”, org. por José M. Ladeira e B. Otávio, (Typ. Casa Mascote, Campinas, 1907); “Almanaque Histórico e Estatístico de Campinas” (1912), org. por B. Otávio e Vicente Melillo (Typ. Casa Mascote, Campinas, 1912); “Almanaque Histórico e Estatístico de Campinas” (1914), org. por B. Otávio e Vicente Melillo, Campinas (1914) (Typ. da Casa Mascote, Campinas, 1914); “Álbum de Campinas”, publicado por ocasião do bi-centenário da Cidade” - (1939), (Tip. Comercial Ltda., 1939); “Álbum de Campinas, comemorativo do Centenário da Independência do Brasil”, org. por Domingos Andrade, Campinas, 1922; “Álbum do 50º aniversário da Casa de Saúde de Campinas”, S.P., 1931; “Álbum

Comemorativo dos 50 anos de existência da F. de Teologia da Igreja Cristã Presbiteriana do Brasil”, Campinas, 1938; “A diocese de Campinas”, “Álbum de Campinas em comemoração ao bi-centenário da Fundação da cidade de Campinas (1739-1939), Campinas, 1939; “Correio Popular”, edição comemorativa do bi-centenário de Campinas” (Campinas, 3 de setembro, 1939); “Monografia de Campinas”, Casa Genoud, Campinas, 1929, 3ª ed., “Monografia de Campinas II”, Casa Genoud, Campinas, 1922; “Poliantéia Comemorativa do 8º ano de instalação do Grupo Escolar Dr. Quirino dos Santos” - Campinas, 1908; “Poliantéia - Homenagem à memória de D. Joaquim José Vieira”, Campinas, 1917; “Boletim do Sindicato Médico de Campinas”, S.P., 1935; “Boletim do Clube Republicano de Comemorações Cívicas”, Campinas, 1904; “Boletim do Instituto Agrônômico de Campinas”. Alguns artigos editados nestas publicações aparecem posteriormente em livros: Rafael Duarte “Campinas de outr’ora” (1905) (Typographia Andrade & Mello, S.P.); Leopoldo Amaral - “Campinas. Recordações” (1927) (Secção de Obras d’Estado de S.Paulo, S.P.). Dentre os autores que mais produzem nesta fase, registre-se Afonso A. de Freitas, Alaôr Malta Guimarães, Alberto Faria, Benedicto Otávio, Carlos Francisco de Paula, César Bierrembach, Henrique de Barcellos, J. David Jorge (Aimoré), Júlia Lopes de Almeida, João Lourenço Rodrigues, Jolumá Brito (João Batista de Sá), José de Castro Mendes, Leopoldo Amaral, Omar Simões Magro, Pelágio Lobo, Rafael Duarte, Roberto Thut. A partir de 1941, surgem os trabalhos de Odilon Nogueira de Matos (especialmente a “Notícia Bibliográfica e Histórica”), de Luiz Lisanti Filho, Alfonso Trujillo Ferrari, Suely Robles Reis de Queiroz, Maria Tereza Schorer Petrone, M. Lúcia de Souza Rangel Ricci, José Roberto do Amaral Lapa, Duílio Battistoni Filho, Lícia Capri Pignataro, todos eles sob influência (direta ou indireta) das Universidades. Dentre os estudos realizados fora da Universidade, devem ser mencionadas as seguintes publicações em jornais: “O Diário do Povo”, “O Correio Popular”, as edições da Academia Campinense de Letras, a “Monografia Histórica do Município de Campinas” (IBGE, R. J., 1952), os livros resultantes, sobretudo, de trabalhos jornalísticos ou preliminarmente divulgados pelos periódicos, de Lycurgo de Castro Santos Filho, Benedito Barbosa Pupo, Jorge Antonio José, Celso Maria de Mello Pupo, Geraldo Sesso Júnior, Nelson Omega, Theodoro de Sousa Campos Júnior, Júliu Mariano e Camilo Geraldo de Souza Coelho. É possível consultar-se sobre a produção historiográfica local, Amaral Lapa, José Roberto do; “Primeiras notas para uma bibliografia da História de Campinas”, Estudos Históricos, nº 5, Fac. de Filosofia, Ciências e Letras de Marília - S.P., 1966; Amaral Lapa, José Roberto do - “Introdução à bibliografia da História de Campinas”, 1998. (mimeo).

50. Tese em nível de Mestrado, defendida no IFCH, Dep. de História, Unicamp, Campinas, S.P.
51. Tese em nível de Mestrado, defendida no IFCH, Dep. de História, da Unicamp, Campinas, S.P.
52. Op. cit., p. 29.
53. Id. ibid., p. 15.
54. Op. cit., p. VIII, v. 1.
55. Dentre os artigos que M. Stella publica neste período, registro: “O cidadão da república. Liberalismo versus Positivismo - Brasil. 1870 - 1900”, Revista USP, nº 17, março/abril/maio de 1993, pp. 122-135.
56. S.P., Edusp.
57. Op. cit., Campinas, S.P., Editora Papyrus, pp. 1 e 2.
58. Op. cit., p. 94.
59. Lisboa, J. M. - “Duas Palavras”, in “Almanach Litterario de São Paulo, para o anno de 1877”, S.P., Typographia da Provincia, 1876, [s.p.].
60. Lisboa, J. M., op. cit., [s.p.].
61. Baudrillard, Jean - op. cit., p. 77.
62. Trata-se de pseudônimo usado por Lisboa, na sua obra, publicada pela primeira vez em 1866, e em 2ª edição acrescentada, em 1877, “Cousas e Lousas”, em que reúne crônicas, versos e variedade.
63. Goes, J. - “A Mulher”, in “Almanach Popular de Campinas para o anno de 1879”, organizado e publicado por Carlos Ferreira e Hypolito da Silva, Campinas, Typographia da Gazeta de Campinas, p. 158, [s.d.].

64. Azevedo, Pedro de - "Quero fugir-te" (Paródia) in "Almanach Litterario de São Paulo para o anno de 1877", op. cit., pp. 93 e 94.
65. Dicionário "por Antonio de Moraes Silva, natural do Rio de Janeiro, 7ª edição melhorada e muito acrescentada com grande número de termos novos usados no Brasil e no Portuguez da India". Lisboa, Typographia de Joaquim Germano de Souza Neves - Editor, 1878, t. II, p. 658.
66. "Novo Dicionário da Língua Portuguesa", de Aurélio Buarque de Holanda Ferreira, 2ª edição, R. J., Edit. Nova Fronteira, 1986, p. 1561.
67. Op. cit., Éditions L'Age d'Homme, Lausanne, Suisse, pp. 11 a 28.
68. Rezende, Carlos Penteado, "Notícia Prévia", S.P., 1982, in "Almanach Litterario de São Paulo para o anno de 1876", publicado por J. M. Lisboa (reprodução fac-símile do Inst. Hist. e Geo. de S.P.).
69. Gazeta de Campinas, Campinas, S.P., 12/01/71, p. 2.
70. Suplemento do Centenário de "O Estado de São Paulo", 19/04/1975, nº 16.
71. Esta é a visão de Péricles da Silva Pinheiro, sobre o jornalista português José Maria Lisboa, Suplemento do Centenário de "O Estado de São Paulo", op. cit.
72. Cia das Letras, S.P., 1997.
73. O autor é responsável por uma ampla produção historiográfica voltada para o século XIX brasileiro: "A construção da ordem: a elite política imperial" (1981); "Os Bestializados: o R. J. e a República que não foi" (1987) e "Teatro de sombras: a política imperial" (1988).
74. O movimento republicano paulista é tema tratado por uma historiografia já bastante consolidada. Merecem destaque, além dos trabalhos já focalizados, relativos à história de Campinas, as seguintes produções, as quais colocam em ação perspectivas historiográficas diversas:
- Dornas Filho, João - "A idéia republicana em São Paulo", Rev. do Arquivo Municipal ano VI, vol. LXI, S.P., set-out. de 1939.

- Lisboa, J. Maria dos - "Os Republicanos Paulistas e a Abolição", S.P., Livr. Martins, 1942.
- Basbaum, Leôncio - "História Sincera da República das origens a 1889", 4ª ed., S.P., Alfa-Omega, 1976.
- Boher, George C.A. - "Da Monarquia à República. História do Partido Republicano do Brasil (1870 - 1889)", R. J., Ministério de Ed. e Cult., 1954.
- Costa, Emília Viotti da - "O Movimento Republicano em Itú, os fazendeiros do Oeste Paulista e os Pródomos do Movimento Republicano", Rev. de História, nº 20, S.P., USP, 1954.
- _____ - "Da Monarquia à República: Momentos Decisivos", S.P., Brasiliense, 1987.
- Zimmerman, M. E. M. - "O PRP e os fazendeiros de café", Campinas, Edit. da Unicamp, 1986.
- Lapa, José Roberto do Amaral (org.) - "História política da República", Papirus Edit., Campinas, S.P., 1990.
- 75.Cia das Letras, S.P., 1996.

CAPÍTULO 2 UMA “FLÂNERIE” PELOS CAMINHOS DOS ALMANAQUES

“Para o perfeito flâneur (...) é um imenso regozijo eleger domicilio no número, no ondulante (...) Estar fora de casa, no entanto, sentir-se em casa em qualquer lugar, ver o mundo, estar no centro do mundo, e ficar escondido do mundo (...) O observador é um príncipe que, em toda parte, usufrui do seu incógnito (...) O apaixonado pela vida universal entra na multidão como num imenso reservatório de eletricidade. Pode ser comparado também a um espelho (...), a um caleidoscópio dotado de consciência que, a cada momento, representa a vida múltipla e a graça movente de todos os elementos da vida”

(Charles Baudelaire - “La Peintre de la vie moderne”)

OBSERVANDO ETIMOLOGIAS E HISTÓRIAS

Segundo o editor do “Almanach popular de Campinas para o anno de 1879”, Carlos Ferreira, a “história” (destas publicações) “perde-se na noite dos tempos e acha-se á luz do seculo atual em toda a sua magnifica bondade!”¹.

Ao realizar esta “flânerie” por fragmentos ou estilhaços recolhidos do passado por diversos especialistas, objetivo mapear algumas imagens e representações sociais historicamente apagadas via processo de constituição das memórias dominantes. A varredura das recordações, das tradições relativas aos almanaques, é tão arraigada nas práticas acadêmicas,

inclusive no Brasil, que autores como Affonso de Freitas, em seu clássico estudo sobre a imprensa periódica paulistana, dentre outros, não considera os almanaques como integrantes da categoria².

O vocábulo “almanaque”, sob o ponto de vista etimológico, tem várias origens³. Do árabe “al”, o e “manach”, cálculo, cômputo — o almanaque simbolizando a ação de contar. Ou, ainda, do próprio árabe “almanakh”, lugar onde o camelo se ajoelha. O significado da palavra logo evoluiu para “acampamento” e depois para “clima”, articulando a idéia de oásis a “clima aprazível”. Mais tarde, almanaque passou a significar “o livro que indica os climas”.

Do oriental “man”, nome primitivo da lua, do copta “al”, que significa “cálculo” e “men”, memória. Daí também “almeneg”, cálculo para memória; do artigo “al” e do latim “manachus”, círculo representando a linha eclíptica dividida em doze partes para os doze signos. Em outra hipótese, do céltico “al mon, aght”, que significa a observação de todas as luas.

A cientista social francesa Geneviève Bollème, em sua obra “Les almanachs populaires aux XVII^e et XVIII^e siècles”⁴, nos apresenta outros significados etimológicos. Segundo ela, a palavra almanaque poderia ser também a associação do árabe “al” e do grego “men” (mês). Lembra também que, nas línguas orientais, “almanha” significa “presente de ano novo”. E que em saxão, “al-monght” ou “al-monac” seria uma contração para “al-mooned” — contendo todas as luas. Registra, ainda, que “nossos ancestrais traçavam o curso das luas sobre uma tábua de madeira que eles chamaram “al’monagt” (para al-mooneld). Por fim, destaca que o celta “al-manach” significa o frade (o solitário), ou a obra do frade.

P. J. Renaud, por sua vez, em sua obra “L’origine du mot almanach”⁵, afirma que o termo “almanach” aparece no árabe ocidental no século XIII com o sentido de efeméride, ou de quadro, dando as posições do sol e da lua.

Podemos concluir, pois, que a origem etimológica de almanaque está ligada à contagem, organização e representação do tempo e do espaço — ainda que sob matizes próprios, díspares, se atentarmos para os signos apresentados.

Hebreus, egípcios, gregos, romanos, hindus, chineses, produziram seus almanaques.

A pesquisadora norte-americana Marion Barber Stowell — especialista em letras — em sua obra “Early american almanacs. The colonial Weekday Bible”, afirma que os “Fasti” Romanos e os “clogg” (ou “clog”) constituem alguns dos almanaques mais antigos. *“Os Fasti eram almanaques com explicações, sobre os festivais de César, ilustrados sobre pedra ou mármore. Os almanaques clogg surgiram na Inglaterra no século XI. Eram de blocos de madeira, decorados e entalhados dos quatro lados para denotar o dia do ano, as estações, a carta dominical. Eles foram usados desde o século VII em outras partes da Europa. Algumas vezes encontrados nos cabos dos bastões de peregrinos, os cloggs também aparecem em espadas e ferramentas de agricultura”*⁶.

Ao longo da Idade Média, os almanaques, de alcance limitado — em pergaminhos de origem animal, sempre raro e caro — eram colocados entre as páginas dos livros eclesiásticos, ou então copiados para propiciar a indicação dos feriados, dias de festa, além do ciclo solar e lunar⁷.

Com o advento da imprensa, rapidamente se desenvolveram dois tipos de produções anuais, mais complementares que realmente concorrentes. De um lado, livros de pequeno formato, compreendendo um calendário enriquecido de conselhos práticos e de predições astrológicas, talvez anedotas e historietas mais ou menos moralizantes. De outra parte, foram publicados almanaques sumários, que se apresentavam sob o aspecto de uma só folha, destinada a ser afixada às paredes. O calendário era acompanhado de

ideogramas permitindo uma compreensão imediata, mesmo da parte de um analfabeto⁸.

Pascal Frand, em sua obra “L’idéologie des almanachs politiques sous le directoire”, observa que a imprensa possibilitou a este gênero definir sua forma e, depois, alargar sua audiência. Teria ele conquistado primeiramente as classes abastadas, as populações urbanas e, em seguida, durante o século XVII, seu variante rural, investiu fortemente no campo⁹.

No início destas publicações, o formato dos almanaques era in-quarto, no século XVI passou para in-octavo e muito posteriormente para 24¹⁰. “O que se costuma chamar de formato de livro” — explica a pesquisadora brasileira Margareh Brandini Park — é a dimensão do mesmo, dada pelo número de páginas presentes em cada folha. Sendo assim, o in-quarto tem 8 páginas, pois a folha é dobrada em quarto, o in-octavo, 16 páginas, sendo a folha dobrada em oito, e o in-doze, 24 páginas, dobrando-se a folha 12 vezes¹¹.

No alvorecer da Renascença, os grandes redatores dos almanaques foram os astrólogos e os médicos. Eça de Queirós, em artigo bem tecido, datado de 1896, para o “Almanach Enciclopédico de Lisboa”, afirma:

“Eis o almanaque (...) cheio de horóscopos, de vaticínios, de propósitos, de oráculos, de revelações, de esconjuros, de micromancias, de terrores!. É o astrólogo que pontifica, com o seu negro funil sobre a guedelha, o óculo de papelão inspirado para o alto, a simarra negra salpicada de meias-luas caindo em pregas fatídicas, as barbas a esvoaçar. E logo adiante surge o médico, de óculos redondos na ponta do bico, sobraçando a seringa imensa. Essa traça os récipes, lança os aforismos, estabelece os ditames, desenrola as virtudes dos simples e dos metais, e revela misericordiosamente os grandes segredos — desde o raminho de cinco-em-rama, trazido sobre o peito, que faz secar as

*almoreimas, até as pílulas de azebra e mirambolanos que, tomadas em sumo de couve, aumentam a memória e os poderes do raciocínio*¹².

Dentre estes pequenos livros, circulando na França desde o século XV com uma permanência de três séculos — um dos mais conhecidos, graças às pesquisas de Geneviève Bollème, é o “Le Grand Calendrier Compost de Bergers”. Constitui este o grande modelo dos almanaques franceses dos séculos XVII e XVIII, dentre os quais o “Le Messenger Boiteux”, de Strasbourg:



Foto nº 2 - Almanach de Strasbourg de 1847. Conhecido como o “Messenger boiteux”, este almanaque era muito famoso na região leste da França. A capa nos mostra um carteiro rural de 1847, distribuindo os almanaques.

*“Ele — Le Grand Calendrier — é de formato in-quarto, de 144 páginas, não numeradas, e enriquecido nas primeiras edições, pelo menos, de desenhos e de gravuras fortemente belas (...) e a impressão é muito cuidada, pois se o texto é considerado popular, a edição não o é”*¹³.

Roger Chartier, analista das práticas de leitura inclusive seiscentistas, amplia nosso olhar relativamente à maneira pela qual também os almanaques eram lidos nesta fase. Refere-se particularmente à Alemanha reformista e à América puritana. Leitura como sinônimo de ‘reverência’, de

‘respeito’ pelo livro, *“porque ele é raro, porque está carregado de secularidade mesmo quando é profano, porque ensina o essencial. Essa leitura intensa produz a eficácia do livro, cujo texto torna-se uma referência familiar, cujas fórmulas dão forma às maneiras de pensar e de contar. Uma relação atenta e deferente liga o leitor àquilo que lê, incorporando em seu ser mais íntimo a letra do que leu”*¹⁴.

Seguindo ainda as trilhas deixadas por Eça de Queirós, podemos garimpar alguns outros fragmentos “preciosos”:

*“O ano de 1550 é a data gloriosa para este novo almanaque secularizado, convertido em fonte de saber — porque, neste ano, o ilustre, o tremendo Nostradamus, o astrólogo venerado de Carlos IX e Henrique II, o mestre das Grandes Artes, o adivinhador da História, o confidente dos astros, vota toda a sua ciência espagérica, toda a sua experiência dos quatro elementos, à redação dum almanaque. Desde então o almanaque fica uma obra extremamente nobre, a que se pode atrelar com honra um gênero, um vidente, um profeta. O bom folheto de papel pardo imediatamente se incha com esta consagração quase pontifical — e a sua voz retumba com a dos velhos oráculos. Já não se contenta em predizer ao varão nascido sob o signo de touro que ‘viajará em países estrangeiros, e aos quarenta anos, por causa do fígado, se tornará taciturno’: — mas, mergulhando o óculo astrológico na densa treva do futuro, anuncia os destinos dos reis e dos povos. E todavia, meus irmãos, com esse óculo de que hoje nos rimos viu ele, o astuto almanaque do século XVI, catástrofes, ruínas nossas! É no seu almanaque que Nostradamus vaticina as matanças de padres e fidalgos na Revolução de 93. É noutro almanaque que o monge de Orval prediz a guerra da França e da Alemanha em 1870, duas províncias levadas, e Paris incendiada”*¹⁵.

A propósito das famigeradas predições que constavam nestes livros, Mikhail Bakhtin, em sua obra “A cultura popular na Idade Média e no Renascimento”, reconhecendo a ampliação social da penetração dos almanaques já na França renascentista — quando estes, como literatura de “collportage”, i. é., de bufarinice, de regatice,¹⁶ eram vendidos nas feiras e em cestas de vendedores ambulantes — resgata nada menos do que a voz questionadora de Rabelais. Este — também editor de almanaque para os anos de 1533, 1535, 1541, 1546 e 1550 — publica no ano de 1533 “O prognóstico

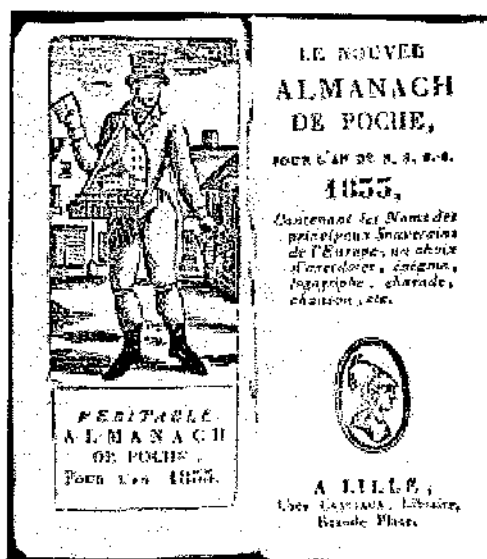


Foto nº 3 - “Almanach de Poche” de 1655. O pequeno livro aberto nos faz descobrir a imagem de um vendedor ambulante, único meio de difusão do almanaque no mundo europeu, no início do século XIX.

pantagruelino”, onde compõe, em algumas páginas, uma alegre e, ao mesmo tempo, satírica paródia, dos livros de predições do ano-novo¹⁷.

(...) “Com efeito, produzir o amanhã, é de certa forma intervir na história” (...). Com tais palavras, Geneviève Bollème inicia suas reflexões a propósito do tema das interdições sofridas pelos almanaques desde a segunda metade do século XVI. Segundo suas próprias informações, Henrique III, por um edito de 1579, proibiu:

“todos os fabricantes de almanachs de ter a temeridade de fazer as predições sobre os afazeres civis ou do Estado, ou dos particulares, seja em termos expressos, seja em termos encobertos”.

O papa Sixto V tomou decisões análogas em 1585 e Luís XIII confirmou o edito de 1579, por ordem de 20/01/1628. O próprio Carlos IX, de quem Nostradamus tinha sido astrólogo e médico, lançou em 1630, um severo edito concernente à publicação dos almanaques:

“É proibido a todo o impressor ou livreiro de imprimir ou expor qualquer almanaque de prognóstico que primeiro não tenha sido supervisionado pelo arcebispo ou bispo, ou aqueles que ele confiar, e está ordenado que ele seja precedido pelos juizes extraordinários e por punição corporal contra aquele que terá feito ou exposto tais almanaques”¹⁸.

É ainda Eça de Queirós quem constrói a imagem de que ao longo do século XVII — período em que os livros eram visualizados como veículos insubstituíveis das idéias humanistas do Renascimento, dos responsáveis pela Revolução científica, dos reformadores e dos contra-reformadores — os anuários “fica(m) como refúgio derradeiro das fórmulas eclesiásticas”, não se deixando penetrar pelo “novo saber que se constitui e se abastece pela obstinação dos fenômenos”. Referindo-se particularmente a um almanaque espanhol, assim se pronuncia:

“Em 1815, quando este nosso século XIX já é um moço prodigioso que conhece o vapor e medita no telefone, puxando o buço ainda por toda a terra de Espanha circula com grande autoridade um almanaque, impresso em Valência, cheio de “coisas notáveis e de grande utilidade”, onde se populariza uma astronomia anterior a Ptolomeu, uma física anterior a Arquimedes, uma medicina anterior a Galeano, e uma botânica anterior a Adão.

Foi através da iniciativa de publicação do “Almanach du Bonhomme Richard”, por Benjamin Franklin, no século XVIII — de acordo ainda com as formulações do literato português — que o perfil do almanaque modificou-se; aproximou-se, então, das idéias enciclopedistas, transformando-se em “catecismo popular”¹⁹.

As pesquisas dos historiadores contemporâneos Pascal Frand (francês), “L’idéologie des almanachs politiques sous le directoire” — abordando os almanaques do final do século XVIII —, e de Ronald Gosselin (canadense) — “Les almanachs republicains. Traditions revolutionnaires et culture politique des masses populaires de Paris (1840-1855)”²⁰ — confirmam e ampliam as conclusões de Eça de Queirós sobre os almanaques do final dos setecentos, na França:

“Mais uma missão mais ruidosa lhes restava ainda”(…) a de vulgarizar a revolução, denunciar os ‘velhos abusos’, ensinar ‘os novos princípios’. Desde 1787 é o ‘Almanach de Père Girard que vai por todas as aldeias de França, se senta às lareiras, conversa das geadas e dos ventos, e depois quando todos esses olhos tristes de aldeões famintos estão cravados nele, volta sorrateiramente a folha, e começa a ensinar que a nação é soberana, que todos os cidadãos nascem iguais e livres, que os direitos feudais devem findar, e que no mundo tornado justo, vai reinar a fraternidade …”²¹.

É interessante observar que o autor de “O Primo Basílio”, dentre outras tantas obras, na montagem de sua cena de leitura do “Almanach Père Girard”, utiliza o vocábulo “famintos” em relação aos “aldeões”. E ao acenar para uma acepção mais ampla do adjetivo “famintos” — a envolver o próprio almanaque — toca numa concepção de leitura, vigente nos séculos XVIII e XIX, leitura como prática não só da alma, mas do corpo. É Roberto Darton, em

sua obra “O Beijo de Lamourette”, quem nos adverte sobre o fato de que ninguém, neste período, traçava distinção nítida entre o mundo físico e o mundo moral. Não se questionava a idéia de que havia um elemento físico na leitura. Assim é que para Johann Adam Bergk, no século XVIII, “a ‘arte de ler’ incluía lavar o rosto com água fria e fazer caminhadas ao ar livre, bem como a concentração e a meditação (...) alguns extremistas interpretavam a leitura como digestão de maneira literal: era o caso de uma mulher em Hampshire, Inglaterra, que ‘comeu um Novo Testamento, dia ao dia e folha por folha, entre duas fatias de pão com manteiga, como remédio para convulsões’ ”²².

Eça de Queirós nos oferece, ainda, a seguinte imagem:

“Proudhon conta orgulhosamente que seu pai, durante o longo e terrível inverno, que precedeu a Revolução, ia através da França, com grossos tamancos sobre a neve dura, espalhando o Père Girard, que ele levava dentro dum alforge, e que deixava sobretudo nas residências dos curas, para que o lessem aos fiéis, como um novo e melhor evangelho. E esta tradição de utilizar os almanaques como agentes formigueiros da Revolução persiste em França, onde de 1830 a 1850, aparecem, sucessivamente mais radicais, mostrando como a Revolução se alastra das estreitas fórmulas políticas para as vastas transformações sociais — o Almanaque dos Amigos do Povo, o Almanaque do Verdadeiro Republicano, o Almanaque Democrático, o Almanaque do Trabalhador Emancipado, o Almanaque do Socialismo, o Almanaque da idéia comunista...”²³.

Não nos surpreende, pois, o registro — tanto do literato, como dos historiadores contemporâneos, ora focalizados — de que Luís-Napoleão Bonaparte interditou os almanaques republicanos e exilou os principais líderes

trabalhadores (...) como Jean-Louis Greppo, Martin Nadaud e Agricol Perdiguier, personagens bem conhecidos dos almanaques franceses dos oitocentos²⁴.

Em contrapartida, é ainda o próprio Eça de Queirós, quem nos chama a atenção para a proliferação dos almanaques humorísticos, de caráter questionador do status quo, na França deste momento (meados do século XIX):

“O almanaque para rir; o almanaque cômico, o almanaque satírico; o almanaque das cem pilhérias; o almanaque das gargalhadas ... Uma atraente hilaridade, patrocinada benignamente por um imperador taciturno, de fígado congestionado que nunca ria — e que ignorava que o riso é um rude demolidor de instituições”²⁵.

A penetração das idéias positivistas nos almanaques franceses do século XIX, sobretudo após a guerra franco-prussiana, é alvo ainda das observações do literato português; este faz questão de distanciar-se — pelo menos ao nível da linguagem — do campo conceitual positivista, ao mesmo tempo em que se aproxima das idéias liberais do século XVIII:

(...) “a França estabelecera, como consolação ou como esperança, que a ciência vencida (...) e começou a prestar à ciência um culto exclusivo e magnífico. Mas não é a ciência do século XVIII, elegante, embelezada pela oratória, toda em nobres teorias, que as damas de Versalhes debicam, por entre “sonhos de ananás”, sorrindo meigamente aos zoólogos e aos químicos. É uma ciência positiva, experimental, toda em fatos, que não vem para ornar a inteligência, mas para enriquecer a bolsa, e por isso indiferente aos sistemas, só atenta às aplicações”²⁶.

Em seguida, articulando-os ainda a este campo positivista, tal literato nomeia os almanaques especializados (no caso, relativos às artes e aos ofícios):

“Almanaque do Químico; o almanaque do Construtor; o almanaque do Destilador; o almanaque do Vinhateiro; o almanaque do Mestre de Forja; o almanaque do Mineiro; o Almanaque do Cervejeiro (...)”, ou, ainda, almanaques de profissões ‘que andavam abandonadas (...) o almanaque do Caçador, o almanaque do Remador; o almanaque do Pescador à Linha; o almanaque do Biciclista; o almanaque do Valsista!’²⁷.

O almanaque “enciclopédico” teria representado, para Eça de Queirós, o contraponto dos almanaques especializados”:

“produto do espírito amador, teimoso de simetria e de unidade”²⁸.

As expressões e metáforas que o autor utiliza dão mostras da novidade da concepção de almanaque então veiculada, concepção esta intimamente articulada ao avanço do sistema capitalista. Almanaque visualizado enquanto mercadoria, engendrando ele próprio uma variedade de mercadorias simbólicas, como se fora uma loja de departamentos, ou, nas palavras do autor, um armazém como o Whiteley:

“Assim, desabrochou naturalmente a idéia lucrativa de estabelecer um almanaque genérico, que abrangendo todas as especialidades, atraísse todas as clientelas, fosse tão prestante ao mineiro com ao ciclista, e realizasse na ordem das informações, o que na ordem das provisões, tão

*inesgotavelmente realizam certos armazéns de Londres (como o Whiteley), onde se pode obter indiferentemente, só com mudar de balcão, um chapéu, um elefante, um trombone, um bote ou o osso dum mártir ... (...)*²⁹

Estamos, pois, perante um momento de dessacralização da palavra impressa.

Embora compreensível — sob o ponto de vista do próprio avanço do sistema capitalista — não deixa de ser intrigante observar que é justamente esta modalidade de almanaque que mais persiste contemporaneamente, não só no Brasil mas em outras partes do mundo. Persiste arrastando temporalmente características comuns, e ao mesmo tempo, apresentando nuances díspares, específicas. É o caso, no Brasil, do Almanaque Abril, Edit. Abril, S.P., publicado desde 1974, destinando-se a um público consumidor mais amplo, isto é, não só os profissionais, mas também os estudantes. Além dele, podemos citar, também no Brasil, o “Almanaque Lisa”, da Edit. Lisa, S.P., existente desde o ano de 1991, bem como “O mundo hoje”, publicado pela Ensaio Edit., S.P., a partir de 1993. Merecem ainda registro, “The world almanac” — publicado em Nova York (Estados Unidos), desde 1868, ininterruptamente, pela Edit. Pharos —, e o almanaque “Quid” — editado em Paris (França), desde 1963, pela Editora Robert Laffont³⁰.

Ainda no que diz respeito à visão de Eça de Queirós, sobre os almanaques do século XIX, são as aceções liberais que prevalecem:

“O almanaque, com efeito, é o livro disciplinar que coloca os marcos, traça as linhas, dentro das quais circula, com precisão, toda a nossa vida social. O tempo, essa impressão misteriosa a que chamamos tempo, é para o homem como uma planície, sem forma, sem caminho, sem fim, sem luz, onde ele transita guiado pelo almanaque, que o segura pela mão, o vai puxando e a cada passo murmurando:

— ‘Aqui, estás em Setembro!... Além finda a semana!... Em breve alcanças o 28... Hoje é sabado...’ (...) Só com o almanaque, sempre presente e sempre vigilante, pode existir regularidade na vida individual ou coletiva: — e sem ele, como numa feira, quando se abatem as barreiras e se recolhem as cordas divisórias, o que era uma sociedade seria apenas uma horda e o que era um cidadão seria apenas um trambolho”³¹.

Se no século XVIII houve uma significativa ampliação social da leitura dos almanaques — atingindo as tiragens proporções gigantestas, como as citadas por Geneviève Bollème, a propósito, por exemplo do “Le Calendrier des Bergers”, com 150 a 200 mil exemplares —, no século XIX, sem dúvida, este gênero de literatura tem um largo florescimento. Para utilizarmos as expressões de F. Mendes Paiva, o articulista do “Almanach Litterario de São Paulo para o anno de 1876”, organizado por José M. Lisboa, ao discorrer, justamente, sobre a “historia do almanak”:

“Basta dizer que os há hoje para todas as classes e condições, raças e estados, desde o serio e grave ‘Calendarium Romanum’ de palavras abreviadas, até os alegres e curiosos ‘Almanachs de loucos’”³².

No que se refere particularmente à história dos almanaques no Brasil, o pesquisador Carlos Penteado de Rezende, do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, traz à tona alguns dados fundamentais. Observa que os primeiros foram os “Almanaques Históricos do Rio de Janeiro”, dos anos de 1792 e 1793, portanto ainda no período colonial. Deram-lhes seqüência, no novo Império de D. Pedro I, os almanaques publicados em 1829 e 1832, na capital do país, por dois cidadãos franceses. Destaca, ainda, que o mais

conhecido dos almanaques do século XIX, pela regularidade e duração, foi o Laemmert, divulgado no Rio de Janeiro, a partir de 1844:

“Os volumes eram quase sempre voltados à propagação de informes administrativos, políticos, eclesiásticos, econômicos e comerciais, relacionando autoridades e personalidades, cargos, profissões, confrarias, artes e ofícios e até locais de moradia”³³.

Ainda para o início do século XIX, temos notícia de outros anuários: “Almanak da Corte do Rio de Janeiro”, para o ano de 1811, n° 181 dos Anais da Imprensa Nacional, editado por Alfredo Cabral desde 04/05/81, e anunciado na Gazeta do Rio de Janeiro; “Almanak da Bahia” para 1811, redigido por Diogo Soares da Silva de Bivar³⁴; e “Almanak da Bahia” para o ano de 1812, editado pela Typographia Manoel Antonio da Silva Serra³⁵.

A historiadora Ana Maria de Almeida Camargo, ao realizar um importante levantamento dos primeiros almanaques da província de São Paulo, reporta-se às “folhinhas” — eclesiásticas, com máximas, as “domésticas”, as “singelas”, as “divertidas” — como as precursoras dos almanaques paulistas. Localiza-as em anúncios, presentes nos jornais de época, desde dezembro de 1838³⁶.

Registra, também, que *“os exemplares mais antigos que se conhecem no gênero, foram impressos em 1856: o Almanak administrativo, mercantil e industrial da Província de São Paulo para o anno de 1857, pela Typographia Imparcial de Joaquim Roberto de Azevedo Marques e o Ordo officii divini recitanti, almanaque eclesiástico da diocese de São Paulo, pela Typographia 2 de Dezembro, de Antonio Louzada Antunes”³⁷.*

Antes da emergência dos almanaques campineiros, organizados, inicialmente, por José Maria Lisboa, especialmente para os anos de 1871, 72 e 73, a pesquisadora ora focalizada indica — através de ampla garimpagem não só pelos arquivos públicos, mas particulares do estado de São Paulo — nada

menos do que onze anuários, incluindo, dentre eles, os primeiros almanaques provinciais, já citados. São eles, basicamente, almanaques administrativos, mercantis e industriais, das cidades de São Paulo e de Taubaté, almanaques eclesiásticos da diocese de São Paulo. Além destes, um da cidade de Santos — organizado e publicado pelos segundos e terceiros escriturários da Alfandega da mesma cidade, Antonio Martins Fontes e Francisco Alves da Silva. A data de publicação deste último, coincide com a do almanaque editado em Campinas por José Maria Lisboa, 1871³⁸.

No que diz respeito especialmente às décadas de 1870 e 1880, este gênero de produção literária é largamente publicado, não só na cidade de Campinas, mas no Brasil em geral. Editores, jornalistas, romancistas contemporâneos destas edições — bem como analistas atuais — são unânimes em reconhecer a ampla aceitação que obtém junto ao público consumidor, sendo, inclusive, objeto de tiragens bastante significativas para a época. Tal fato não os exime de serem considerados, já neste momento, por alguns eruditos, como material não especificamente literário, ou como obra de “segunda categoria”. O próprio José Maria Lisboa — como, aliás, já nos referimos anteriormente —, ao organizar os “almanachs” literários da província de São Paulo para o período de 76 a 84, depara-se com semelhante desqualificação da parte de literatos³⁹. Ao cotejarmos as práticas de leitura francesas do final do século XIX — através da análise de Daniel Fabre — encontramos referências similares, relativas ao ato de ler em família. Ou seja, registros de que enquanto o livro escolar é objeto de extremo cuidado, sendo coberto com papel e “fechado” no aparador ou no armário, “o almanaque, menos prestigioso, é simplesmente posto na borda do chaminé”⁴⁰.

Não é o olhar desabonador que se encontra presente nas reflexões de Machado de Assis sobre estes pequenos livros. No “Almanach das fluminenses”, publicado no Rio de Janeiro, para o ano de 1890, dedica-se a esclarecer “*como se inventaram os almanachs*”. O belíssimo ensaio literário

que compõe permite-nos apreender não só a sua ligação afetiva com tal gênero, mas a aproximação de imagens relativas aos almanaques oitocentistas. Imagens, sem dúvida, dialogais em relação às representações dominantes na corte, concernentes, também, a esta modalidade literária. Mas, ao mesmo tempo, reelaborações simbólicas, tecidas a partir de sua própria sensibilidade.

Acompanhemos sua produção. Para Machado de Assis, o almanaque é produto da paixão do velho “Tempo” — com “barbas brancas” e “coração novo” — pela menina de quinze anos, Esperança — “bela como a tarde, risonha como a manhã, sossegada como a noite”. Da recusa desta jovem em aceitar o seu amor, apesar de todos os ricos presentes por ele ofertados, veio-lhe a idéia (ao Tempo) de elaborar o primeiro almanaque. Seria uma forma de marcar visivelmente a passagem do tempo, para que a sua amada visse palpavelmente ir-se-lhe a mocidade: “Raciocínio de velho, mas tudo se perdoa ao amor, ainda quando ele brota de ruínas”. Compôs, então um simples livro, rico, sem margens, sem nada. Tão somente os dias, as semanas, os meses, e os anos. Lançou-o como “geada de nova espécie” à terra, e toda a gente começou a consultá-lo porque “trazia a língua das cidades e dos campos em que caía”. Agora, ela via que os dias passavam tão velozes e que não achava marido. A aceitação da mão do tempo por Esperança ocorreu somente quando esta deparou-se com seus 35 anos — ou seja, “quando a sua cabeça transformou-se num pico de neve, a cara um mapa de linhas” (sic!): “só o coração era verde como acontecia ao tempo; verdes ambos, eternamente verdes”. Esperança passou a colaborar nos almanaques, atando uma fita verde a cada volume:

“Então a tristeza dos almanaques era assim alegrada por ele; e nunca o tempo devorou uma semana que a esposa não pusesse um mistério na semana seguinte. Deste modo todas elas foram passando vazias e cheias, mas sempre acenando com alguma coisa que enchia a alma dos homens de

paciência e vida. Passaram-se os anos, e choviam almanaques, muitos deles entremeados e adornados de figuras, de versos, de contos, de anedotas, de mil coisas recreativas. E choviam. E chovem. E não de chover almanaques. O tempo os imprime. Esperança os brocha; é toda a oficina da vida”⁴¹.

Tempo e esperança, eis, segundo o autor, os responsáveis pelo aparecimento do almanaque. Na sua acepção, o tempo não se reduz à dimensão concreta, objetiva — palpável, inclusive, através dos almanaques. É um tempo demiúrgico, criador de almanaque, progressista, pois acaba trazendo a felicidade — concebido, pois, à maneira dos liberais. Mas é também um tempo afetivo, que se deixa mover pelo amor. Estamos perante o império do amor romântico, visualizado como elemento possibilitador da superação da vacuidade cotidiana, capaz, inclusive, de justificar práticas escusas. Só o amor, ou melhor, só a mulher amada — ainda segundo Machado de Assis —, tem a potencialidade de trazer a paciência, o mistério, a felicidade ao próprio tempo, inscrito agora na vida das pessoas através do almanaque. Deparamo-nos, pois, com uma acepção de almanaque intimamente articulada à modernidade, enquanto criador de “mitos”: i. é., de representações da “realidade”, apaziguadas por um lado, mas vibrantes por outro. E ao utilizar a expressão: “é toda a oficina da vida”, Machado de Assis abre uma possibilidade de leitura dos almanaques, neste momento, não somente enquanto fuga da “realidade”, mas como prática assentada no próprio cotidiano das pessoas, e capaz de nele introduzir dimensões inusitadas, tais como a própria esperança.

Algumas outras imagens, apresentadas pelo autor neste texto são, igualmente, imperdíveis. Se o autor empresta à figura da mulher tônicas tão decisivas e significativas para a constituição do almanaque e da felicidade social, ao compor sua imagem, contudo, acaba por reproduzir alguns estereótipos socialmente dominantes. Apresenta-a, por exemplo, como voltada

unicamente para o casamento e, além disso, já como anciã aos... trinta e cinco anos! Menciona, ainda, o fato do almanaque ser largamente consultado porque “trazia a língua das cidades e dos campos em que caía”. Ou, em outras palavras, reconhece nestes anuários, a penetração das visões do “outro”.

Literários, populares, administrativos, mercantis e industriais, agrícolas, da família, das mulheres, humorísticos, eclesiásticos, propagadores da república ou da monarquia⁴² — seja de maneira explícita ou velada —, dos ministérios da Guerra e da Marinha, da flora brasileira, eis a variedade dos almanaques publicados no Brasil no final do século XIX.

Dificuldades havia no que se refere à organização e à publicação destes materiais, e estas eram relatadas pelos seus editores — os altos custos da imprensa tipográfica; “a carestia de gravuras e outros objectos necessarios para este genero de composições”⁴³; a dificuldade de obtenção de dados, uma vez que os informantes temiam que estes poderiam servir para o aumento dos impostos⁴⁴. A despeito deste fato, a pesquisa dos jornais campineiros que circulam nas décadas de 1870 e 1880 revela uma profusão de produções deste gênero, não só na província de São Paulo, ou na do Rio de Janeiro, mas também nas províncias da Bahia, de Pernambuco, da Paraíba, de Minas Gerais, de Goiás, dentre outras⁴⁵.

Especialmente produzidas e editadas na cidade de Campinas, após ampla pesquisa nos arquivos públicos e particulares — da cidade, da região e do país — bem como nos periódicos locais, localizamos as seguintes publicações:

- “Almanak de Campinas para o anno de 1871”, organizado e publicado por José Maria Lisboa, Campinas, Typographia da Gazeta de Campinas, 1870;

- “Almanak de Campinas para o anno de 1872”, organizado e publicado por José Maria Lisboa, Campinas, Typographia da Gazeta de Campinas, 1871. Em anexo, o “Almanak de Amparo para o anno de 1872,

organizado por Francisco Assis Santos Prado e publicado por J. M. Lisboa, Campinas, Typographia da Gazeta de Campinas, 1871;

- “Almanak de Campinas para o anno de 1873”, organizado e publicado por José Maria Lisboa, Campinas, Typographia da Gazeta de Campinas, 1872. Em anexo, o “Almanak de São João do Rio Claro para o anno de 1873”, organizado por Thomáz Carlos de Molina e publicado por José Maria Lisboa, Campinas, Typ. da Gazeta de Campinas, 1872;

- “Almanak de Campinas para o anno de 1876”, organizado e publicado por Pedro Franzen e Joaquim Simões, Campinas, Typ. da Gazeta de Campinas, 1875 (desaparecido);

- “Almanach popular para 1878”, editado por Hypolito da Silva, Campinas, Typ. da Gazeta de Campinas, 1877;

- “Almanach popular de Campinas para o anno de 1879”, organizado e publicado por Carlos Ferreira e Hyppolito da Silva, Campinas, Typ. da Gazeta de Campinas, 1878;

- “Almanach Campinense para 1881”, organizado e publicado por Henrique de Barcellos e Antonio Sarmiento, Typographia do Diario de Campinas, 1880 (desaparecido);

- “Almanach do Correio de Campinas para 1886”, organizado e publicado por Henrique de Barcellos, Campinas, Typ. do Correio de Campinas, 1885;

- “Almanach de Campinas para 1888”, organizado e editado por José Gonçalves Pinheiro, Campinas, Typ. do Correio de Campinas, 1887;

- “Almanach de Campinas para 1889”, organizado e publicado por Moraes & C. (desaparecido).

Os jornais locais indicam também que circulam na cidade de Campinas nos anos de 1870 e 1880, sobretudo os almanaques portugueses: “Almanach Republicano para o anno de 1879”, editado por Carrilho Videira, Lisboa; “Almanach das Senhoras para o anno de 1879”, por Guiomar

Torrazão, Lisboa; “Almanach das Lembranças Luso-brasileiro para 1878” (antigo de Castilho); “Almanach Catholico para 1879”, Lisboa; “Almanach do Universo Ilustrado para 1889”, Editora Campos & Cia., Lisboa. Encontramos ainda, referências a um “almanach” espanhol, um francês, e um norte-americano:

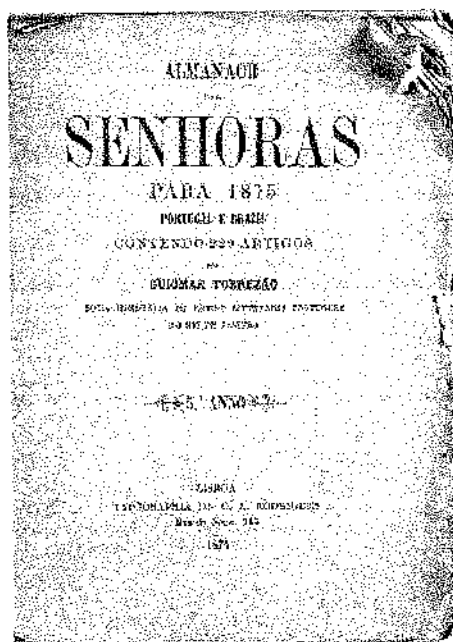


Foto nº 4 - O Almanach, editado em Lisboa e vendido no Império, veiculava imagens “modernas” sobre a mulher.

“Almanach para o anno de 1884”, editado pelo periódico “Moda Espanhola”, de Barcelona; “Almanach dos 500 domicílios” (francês); “Almanach de Ayer para 1881” (distribuição grátis, Level, Estados Unidos).

No século XX, os almanaques não desaparecem. Referi-me anteriormente, à permanência dos anuários de caráter enciclopédico. Mas existem outras modalidades que resistem às transformações culturais modernas. É o caso do “The Statesman’s Year Book”, publicado pela Edit. Mac Millan, em Londres, desde 1864 até os nossos dias. Trata-se de um anuário estatístico e histórico, incluindo informações sobre o Reino Unido⁴⁶. Na Colômbia, tem sido publicado há 167 anos continuamente, o Almanaque Pintoresco de Bristol. Contém, atualmente, além do calendário e das propagandas, frases célebres, curiosidades, horóscopo, anedotas, versos, ditos e refrões “populares”. No Brasil circulam, ainda, o almanaque de farmácia do “Biotônico Fontoura”, distribuído gratuitamente e contendo, além do calendário e das propagandas, curiosidades e variedades; além deste, existem certamente outros, circulando, sobretudo, nas pequenas cidades do país.

Em Campinas, temos notícia do lançamento de um novo almanaque — “Enciclopédia Popular de Pádua”, 2 vols., pela imprensa local, no ano de 1995. Publicação gratuita, organizada por Antonio de Pádua Valle, pedagogo e analista de sistemas, editada por Leonardo Katsukio Nakazawa, destina-se principalmente às donas-de-casa e comerciantes. Além de muitas propagandas, traz datas importantes e provérbios, além de literatura “popular”. *“São 16 páginas recheadas de pura cultura ‘inútil’: dieta da lua, limpeza de objetos de prata, de teclas de piano, ou a melhor maneira de furar aço temperado”*⁴⁷.

O “Novo Dicionário da Língua Portuguesa”, publicado no Brasil pela Edit. Nova Fronteira em 1986, e organizado por Aurélio Buarque de Holanda Ferreira, registra para o vocábulo “almanaque”, a acepção de “conhecimentos imperfeitos, precários, superficiais”⁴⁸. É significativo constatar que o mesmo enfoque depreciativo não se faz presente no registro do “Diccionario da Língua Portuguesa”, editado no ano de 1877 em Lisboa (Typ. de Joaquim Germano de Souza Neves). Muito pelo contrário, para definir “almanach” ou “almanak”, utiliza a expressão “livro”, aliás, por duas vezes: “livro de noticias das pessoas de officios publicos, religiosos, civis ou militares, com observações metereológicas e algumas noticias historicas e chronologicas. Calendario, folhinha, livro que contém a distribuição do anno por mezes e dias, com a noticia das festas, vigílias, mudanças de lua, etc...”⁴⁹. Através destes pequenos fragmentos lingüísticos, historicamente situados, podemos concluir que a desqualificação cultural em torno do almanaque — se já detectada no século XIX brasileiro — aprofunda-se socialmente também em nosso país no século XX.

Quais seriam as razões explicativas para tal fenômeno, obviamente não localizado apenas no Brasil, mas de alcance mais geral? Geneviève Bollème, em seu clássico estudo, registra que este gênero literário “é destronado pelo jornalismo e pela difusão do livro”⁵⁰. No embate das forças simbólicas novecentistas, a “derrota” — ainda que não completa — da

linguagem do almanaque, deve ser lida como decorrência de seu caráter superficial, impressionista, rápido — afinal, a mídia contemporânea tem a mesma marca — e/ou por que trazem (pelo menos alguns deles) “a língua das cidades e dos campos”, para rememorarmos as imagens construídas por Machado de Assis, a propósito dos almanaques?

DO “ALMANAK” AO “ALMANACH”: A NÃO SIMETRIA DOS TRAJETOS CAMPINEIROS

Neste momento da viagem, caro leitor, convido-o para adentrar imagens construídas socialmente, neste final de século, a propósito dos almanaques campineiros.

Dentre as visões veiculadas pela Gazeta de Campinas, sobre o primeiro “livro” aqui publicado, isto é, o “Almanak” para 1871, o então gerente-proprietário Francisco Quirino dos Santos, transcreve do jornal “Correio Nacional” o artigo de Salvador de Mendonça⁵¹. Nele é cunhada a visão do almanaque como o “livro do povo”, o “livro de informação”, o “livro da ideia”, o “livro da revolução”⁵².

Acompanhemos a tessitura argumentativa utilizada por este jornalista fluminense e também futuro redator do Manifesto Republicano de 1870⁵³.

Os campos teóricos com os quais dialoga são o positivista e o liberal.

Nomeia, inicialmente, os três estágios evolutivos da humanidade em sua marcha para o progresso: o período teocrático, o período monárquico e o período democrático. O autor considera estes estágios inseridos na ordem natural, portanto independentes da vontade humana. Ao utilizar tal matiz

positivista, Salvador de Mendonça acaba por retirar de suas propostas a atuação dos sujeitos históricos; ou, pelo menos, acaba por minimizá-las reduzindo-as à consciência da “marcha natural para o progresso”.

Nesta ótica, enfatiza que:

“cada período teve um livro que falou em nome do obscurantismo e outro que falou em nome da Revolução, da ‘Res Nova’”

A obra de Benjamin Constant — sobre o regime monárquico representativo — constitui o livro do atraso, no período democrático, enquanto o “almanak” representa o livro da revolução.

Para este autor a concepção de “revolução”, de “livro da revolução”, deve ser distanciada da socialista:

*(...) “Qual será (...) o livro da Revolução da nossa era?
 (...) Será o código do socialismo que agita o proletariado na Europa e ameaça comprometer a causa da civilização?
 Não, falou a Ásia, falou a Europa, desta vez cabe a palavra à América” (...)*

Assim sendo, articula esta acepção — de “Revolução” — ao modelo da “democracia moderna”, de Schultze, na Alemanha, modelo este fundado nas idéias liberais, de “instrução” e de “riqueza” — “sem tutela, por iniciativa do indivíduo”.

A imagem de leitura do almanak, delineada para atender o ideal de “revolução democrática”, é a fragmentária e superficial. Leitura capaz de trazer à tona informações, dados estatísticos, ou seja, as “verdades” da “sociedade moderna” campineira de então, como, por exemplo, dados relativos às estradas de ferro, aos trabalhadores livres imigrantes, às fábricas a vapor, à instrução.

(...) “O livro e o jornal nos meios de taes aspirações têm utilissimo, mas incompleto papel.

Era preciso, era urgente, achar-lhes o termo medio.

O livro requer vagar para a leitura, requer meditação para o aproveitamento do que encerra de util.

O jornal foge com demasia rapidez; falla hoje e falla a todos, mas é no dia seguinte esquecido. Folha — com razão o chamam: varrem-na os ventos de cada estação.

O termo médio é o almanak, so elle realiza o desideratum; participa da natureza do livro e do jornal: não requer vagar para a leitura porque é sempre consultado por partes, nem a meditação para o aproveitamento, porque não procura instruir, contenta-se com informar; mas informa hoje, amanhã, daqui a um anno, e vae deitando os alicerces para a estatistica, que ao lado da economia politica tera de reger as relações do mundo inteiro”.

Além disso, atribui ao “almanak” a importante potencialidade de atrair imigrantes estrangeiros, para os municípios brasileiros — sobretudo neste momento de passagem do trabalho escravo para o livre e de avanço do sistema capitalista no Brasil:

(...) “E ahi vem a immigração, porque o allemão, o portuguez, o italiano, o irlandez, lê ou manda lêr o almanak deste ou daquelle municipio, compara, prefere e embarca” (...)

A chave conclusiva da notícia jornalística, como poder-se-ia imaginar, é naturalmente progressista:

(...) “no dia em que houver algumas milhares de escolas e certo bem estar ...

Deus dê muitos annos de vida ao Sr. Pedro II ou a seu sucessor para que possam ver ainda muita cousa interessante”.

A imagem aqui delineada de almanaque, como “livro do povo”, “livro da revolução”, torna-se emblemática no cenário urbano local. Ao longo das décadas de 1870 e 1880 é inúmeras vezes (re)produzida por jornalistas campineiros, sobretudo da Gazeta de Campinas e do Diário de Campinas⁵⁴.

A representação de almanaque como artesão de dados estatísticos, de “informações objetivas” sobre o universo da cidade — também veiculada pelas pinceladas analíticas do jornalista fluminense — demonstra uma persistência impressionante nas práticas contemporâneas de grande parte dos historiadores brasileiros.

No que se refere aos “almanachs” publicados para os anos de 78 e 79, o poeta, jornalista, dramaturgo, redator da Gazeta de Campinas, e também membro do partido republicano, Carlos Ferreira, em artigo do “Almanach Popular de Campinas para o anno de 1879”⁵⁵, situa o “Almanach perante o século” — este é, aliás, o título que confere ao ensaio ou seja, o apresenta enquanto “moderno”, face à leitura e literatura “modernas”. Baseia-se na visão do almanaque como “o livro mais necessario de todos quantos se publica hoje, ou como “o livro que satisfaz o ideal da leitura moderna””. E ao desenhar o perfil da leitura e literatura “modernas”, lança mão das seguintes nuances:

“(...) tudo aquillo que não for leitura ligeira (...) não pode actualmente ser agradavel ao espirito (...). O modo de escrever de hoje, decididamente não é o mesmo de João de Barros, de Lucena, de Freire e de tantos outros a quem a gente hoje em dia respeita em toda a extensão da palavra, e tanto, que ao enconral-os passa de largo, tira o chapéu, pede desculpa com um gesto por não poder chegar-se e foge ... e

vae respirar longe, bem longe, completamente distante das vistas severas do mestre! ... O escrever de hoje é como o adejar da bôlha de sabão, o voar do colibri, o correr das estradas de ferro! ... Uma certa impaciencia apodera-se dos espiritos e os lança em uma verdadeira vertigem de aspirações, das quais a principal é saber muito sem lêr muito (...) Divertir bem e o mais depressa possível, eis a missão do almanach (...) Eu tenho visto, eu, com estes proprios olhos que a terra hade comer; eu tenho visto homens de grande e reconhecido senso litterario chegarem ás lojas dos livreiros, suando, esbaforidos, sem folego e perguntar - O senhor tem almanachs? (...) compra o precioso livro, vae para casa, reúne a mulher e os filhos, põe-se em mangas de camisa e faz a felicidade de todos com a leitura aos bocadinhos, como colheradas de crême, de toda a vasta secção das anedotas (...) Conscio do espirito do seculo e do almanach, escrevi a correr estas linhas, exactamente como o imperador viaja, sem parar muito tempo sobre os motivos e como quem vai atraz de uma pluma que vóa ...”

Um turbilhão de imagens inéditas, de certa forma desfocadas pelo poder transfigurador das mudanças sociais, estão aqui registradas. É possível captar-se, neste momento, o deslocamento rápido propiciado pela força da técnica, do maquinismo, alterando a visão das práticas de ler e escrever na cidade “moderna” — leitura “ligeira”, “aos bocadinhos”, fragmentada para atender a “uma verdadeira vertigem de aspirações”, “*saber muito sem lêr muito*”, e escrever “*como o adejar da bolha de sabão, o voar do colibri, o correr das estradas de ferro! (...)*” “*como quem vai atrás de uma pluma que voa*”.

A “febre dos trilhos”, a obsessão ferroviária, mescla-se aqui a uma espécie de nomadismo civilizado, a um correr atrás de oásis fugazes ou de “uma pluma que voa”. Em Campinas a instalação da Companhia Paulista de

Estradas de Ferro dá-se em 1872, e a da Companhia Mogiana em 1875. Os signos ora elaborados são de encantamento, de felicidade, mas, também de perplexidade, e até mesmo de uma certa indignação: "escrevi a correr estas linhas, exatamente como o imperador viaja, sem dar muito tempo sobre os motivos" (...).

Face à "vertigem", ou atordoamento psíquico que assalta a todos e acaba por transformar os hábitos de ler e escrever, a leitura é, ao mesmo tempo, apresentada como uma possibilidade de evasão em relação ao mundo ameaçador da cidade, conturbado pela vacuidade, pela perda de referências óticas. Possibilidade de fuga para a esfera privada, para o aconchego do lar, sob a liderança da figura paterna — "divertir bem e o mais depressa possível, eis a missão do almanach". Ao mesmo tempo, o "almanach" é enfocado como o "livro" que fotografa a humanidade:

"nunca vi livro algum que, como este, mais photographasse a humanidade em seu ponto de vista geral".

Aliás, segundo Walter Benjamin, a fotografia, nesta segunda metade do século XIX, passa a ser também uma "utilidade" para as pessoas se situarem perante as suas incertezas, neste processo de aturdimento geral⁵⁶.

Desta forma, para o poeta e jornalista campineiro, "elle", o "almanach":

"nos diz ao mesmo tempo, que o que há de verdadeiro na humanidade é que ella é frivola, é que ella é novidadeira, é charadesca, é borboleta, é tola, é boa, é singela, é inoffensiva, é criança e não é cousa nenhuma, exactamente como elle almanach".

Neste painel estão definidas as idéias/sensibilidades que caracterizam, ambiguamente, "o espirito do século", a futilidade, o vazio, a tolice, a charada,

a novidade, a bondade, a simplicidade ("inofensiva"). Trata-se de uma época em que tudo está impregnado do seu contrario⁵⁷.

Quanto à noção de charada, é possível nela captar-se a imagem de enigma que empresta a tal momento histórico, e, ao mesmo tempo, o ideal de desvendamento, de busca de transparência da ação perante a moral e o saber — a qual, por sua vez exige a coerência destruidora da linha tênue, mas subjetivamente poderosa, que separa a vida privada da vida pública. Neste sentido, a charada pode aparecer como uma aventura, na tentativa de recuperar o segredo numa sociedade sem segredo: charada, um mistério, numa sociedade de confissão e visibilidade. Entretanto, contraditoriamente, ela só surge enquanto enigma, enquanto logogrifho”, para ser revelada:

“Cada creatura humana é uma charada, uma cousa que não se comprehende, um divertimento de si mesmo e dos outros”.

O “almanach” é também comparado à mulher, ou melhor, à “mulher amada”. Neste movimento ganha, pois, estatuto de pessoa, enquanto a mulher torna-se um objeto; até então havia ele sido comparado a compêndios da “moderna philosophia”.

“‘Contrato Social’ de ‘João’ Jacques Rousseau. ‘O Feliz Independente do Mundo e da Fortuna’. ‘A Historia do seculo XIX’, todas as compilações, enfim, tendentes a nos darem uma idéia approximada dos elementos necessarios á felicidade humana, tudo isto digo, é pallido diante do moderno almanach”.

A identificação entre tal “livro” e a mulher amada é constituída dentro da lógica que preside o texto, i.é., a da necessidade. O homem precisa do almanach, da mesma forma que depende da mulher amada. Na elaboração da

identidade feminina, "moderna", burguesa, no caso "amada", lança mão de alguns paradigmas de sensibilidade que já empregara em relação à humanidade em geral. A mesma futilidade, o mesmo estranhamento, a mesma idéia de novidade, além da beleza, da alegria, da tristeza, da despesa econômica, que se aliam a um reconhecimento de impotência perante tal imagem:

“Ama-se (uma mulher) “porque é frívola, porque é uma anedota, porque é uma charada, (sobretudo uma charada), porque dá-nos uma notícia, porque nos arranca um sorriso, uma lagrima, algumas moedas, pede-nos pastilhas de desdem e dá-nos colheradas de narcotico ... Perdão, quando digo que ella, como o almanach, acaba por fazer-nos dormir, refiro-me á força magnética que ambos tem em si em alta doze: ella e o supracitado livro”.

É interessante observar que a figura de mulher acima delineada não se circunscreve a uma esfera determinada, pública ou privada: tal construção simbólica sugere, muito mais, a ausência de limites entre estes espaços, já em vigor neste final de século. O articulista enfatiza ainda o ecletismo presente nas páginas deste "precioso livro"

“as theorias de Conte, as de Büchner, as de Figuer, as de Flammarion, e de tantos outros, estão hoje nas paginas do querido livrinho de todos os annos, junto de uma oração à Virgem, duas velas de cêra ao Christo, um epigramma aos jesuitas, e uma charada com esta pittoresca decifração - - - “Água de Lourdes!”.

Dando prosseguimento à lógica da necessidade acima aludida, defende que "pode-se hoje em dia prescindir da monarchia, das etiquetas atoleimadas, da igreja, da confissão, da cartilha do padre Ignacio, mas nunca se poderá prescindir do almanach”.

E na tentativa de fixar, mais uma vez, as características deste livro, funde signos eruditos — o fato de o almanach ser “philosopho, geographo, astronomico, litteratto, poeta” — a elementos impregnados de uma coloração “popular” — o fato de ser, ao mesmo tempo, “noticiarista carpideira e jogral”, ou, em outras palavras, poeta “chocarreiro”.

É significativo o caráter “popular” impresso neste “almanach” para o ano de 1879. Neste século XIX está sendo elaborado o conceito de “cultura popular”, em oposição à “cultura erudita”, como parte do processo de formação das identidades de classe burguesas. Assim, à tentativa de imposição da unificação dos padrões culturais para toda a sociedade, acrescenta-se o ideal — também de controle — de colecionar o exótico, o “irredutível”, transformando-o em “folclórico”, em “popular”.

Finalmente, Carlos Ferreira, para concluir este ensaio, cunha a imagem do almanach com a seguinte expressão:

“o almanach, considerado pelo seu lado industrial, é a locomotiva da litteratura moderna”.

Ao privilegiar a metáfora da “locomotiva” na construção desta definição, o autor sintetiza as sensibilidades que engendrara em seu ensaio, no que se refere à imagem “moderna”, do “almanach”, face à leitura, literatura e filosofia também “modernas”.

Nesta acepção, pois, estão explícitas a paixão pela máquina, a já mencionada “obsessão ferroviária”, além da visão do “almanach” como o mecanismo que impulsiona a literatura “moderna” para as “luzes”, e para a felicidade. Nela está igualmente implícita a noção de velocidade, no que respeita às mudanças literárias, acoplada à idéia de vertigem, de ansiedade, de aturdimento. Faz sentido, inclusive, a partir de tal ótica, o caráter “ligeiro”, fragmentário, que domina o estilo dos seus textos literários, ou, nas palavras de

Peter Gay, as “tentadoras simplificações” que constituem a marca fundamental da paisagem literária deste “precioso livro”⁵⁸.

Os almanaques como o “livro do povo”, o “livro da informação”, o “livro da idéia”, o “livro da revolução”, ou, ainda, o almanaque como a “locomotiva da literatura moderna” — eis aí, pois, visões diferentemente arquitetadas dos almanaques campineiros, ao longo da década de 70 (século XIX).

O teor dos comentários acima tecidos, a linguagem utilizada, os recortes e os ritmos impressos ao texto são, ineludivelmente, plenos de significado no que diz respeito às motivações fundamentais que norteiam a elaboração deste trabalho. Neste aspecto me aproximo de Michel Foucault, em “As palavras e as coisas”⁵⁹. Nesta obra, o filósofo distancia-se do esquema interpretativo típico do século XIX, inaugura uma visão de linguagem escrita, não como “véu” ou “máscara”, a encobrir ou a ocultar o “social”, mas enquanto “prática social”, trazendo imbricadas às “palavras”, também as “coisas”.

Neste sentido, persigo a focalização destas imagens atinentes aos almanaques da década de 70 — seja enquanto “livro do povo”, seja enquanto “locomotiva da literatura moderna” — no que se refere à sua dimensão, muito mais de complementariedade, porque inscritas no processo de avanço do sistema capitalista, no Brasil oitocentista, com todas as suas determinações historicamente dadas, ou seja, com suas subjugações, hierarquizações e exclusões sociais.

Quanto às dissonâncias existentes entre tais produções, para enfocá-las é preciso um mergulho mais pontual em suas tessituras discursivas, articulando-as aos contextos históricos em que foram elaboradas.

É o que faremos mais adiante, registrando somente que os “loci” dos quais falam seus editores/redatores (ambos filiados, em sua maioria, ao

partido republicano), são socialmente bastante distintos: havia um distanciamento não desprezível entre o bacharel/autor e comerciário/editor, nesta localidade.

No que respeita às “produções” da década de 1880, as similaridades acima referidas são, novamente, captáveis. Aprofunda-se, ainda mais, através das elaborações destes editores, egressos do mundo das linhas, e das ferragens, a concepção de almanaque enquanto receptáculo de dados objetivos, “estatísticos” — presente ainda hoje, na prática de grande parte dos historiadores brasileiros.

O que se cristaliza culturalmente é a vitória dos símbolos “racionais” — enquanto “científicos”, instrumentais, pragmáticos, utilitários, “econômicos”, concisos — sobre os românticos, poéticos, extensos; numa palavra, “inúteis”.

Por outro lado, dissonâncias, ora sutis, ora explícitas, podem ser observadas nestas últimas publicações — seus editores não fazem parte do partido republicano, mas professam o republicanismo, e ao colocá-lo em prática, entram em confronto com os editores/bacharéis. Consideram-nos, “autoritários”, “donos da verdade”, e pugnam por uma “democracia”, obviamente nos padrões liberais, mas “mais participativa”.

**PELOS MEANDROS ESTRUTURAIS
DOS ALMANAQUES CAMPINEIROS**

A primeira série dos “almanaks” campineiros de José Maria Lisboa — anos 71, 72, 73 — tem uma estrutura comum. Esta diz respeito à divisão destes pequenos livros em quatro fundamentais partes: “Ao leitor”, “Calendário”, “Eclipses”, “Audiências”, “Partidas e chegadas do Correio”, “Partidas do vapor” — compoendo a introdução; “Parte I” compreendendo a administração pública, áreas de justiça, polícia, guarda nacional, “cultura”, ensino, “profissões”, comércio, indústria e “ofícios” com a relação de instituições e figuras locais, com seus respectivos endereços; “Parte II”, a literária, composta de contos, poesias, notícias; e “Parte III” — anúncios, além do apêndice.

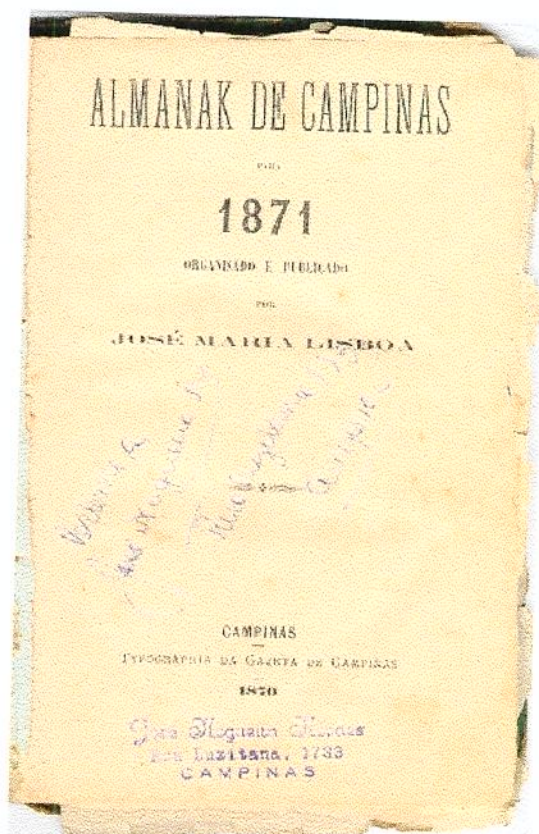


Foto nº 5 - Eis a primeira folha, do primeiro “Almanak” de Campinas! (1871).

Os “livros do povo” são produções linotípicas, em letra “de molde” ou “de imprensa”, em formato retangular (de 18 x 12 cms.) com capa dura e ornamentada com vinheta dourada.

Considerando-se a distribuição das páginas, temos:

- para o “almanak” de 71, num total de 143 páginas, 60 são reservadas à introdução e Parte I; 33 páginas à Parte II e 50 páginas aos anúncios comerciais;

- para o ano de 72, num total de 155 páginas, 59 destinadas à introdução e Parte I; 31 páginas à Parte II e 65 páginas, aos anúncios;

- para o ano de 73 num total de 158 páginas, 69 destinadas à introdução e Parte I, 43 à Parte II e 46 aos anúncios.

É, pois, flagrante a manutenção da sua estrutura organizativa, percebendo-se apenas para o ano de 1872, um aumento no número dos anúncios — sem dúvida, interessante, sob a ótica do editor, considerando-se a possibilidade de continuidade do empreendimento. Afinal, José Maria Lisboa está sujeito, quanto à divulgação de seu “almanak”, às leis do mercado, controlado pelo capital. Sem dúvida, uma das fatias mais importantes destas produções, no que se refere às vendas, são os anúncios. Neste momento, o “almanak” evidencia-se como mercadoria, com a potencialidade de produzir outras mercadorias. O arquiteto Luiz Cláudio Bittencourt — em sua monografia de Mestrado, intitulada “Desenho urbano de Campinas - Implantação e Evolução”⁶⁰ — conclui que a própria cidade, via “almanak”, transforma-se numa mercadoria. Mas que mercadoria é esta?

É possível observar-se, ainda, no que concerne aos “almanaks” a hierarquização das categorias profissionais que a Parte I promove. “Fazendeiros” — diga-se cafeicultores — são apresentados antes e de maneira separada dos “lavradores de assucar” e de “algodão”. O item “Profissões” — ou seja, os agrimensores, os arquitetos, os dentistas, os engenheiros, os homeopatas, os médicos, as parteiras, os professores de música — vem antes e

se diferencia da categoria “Commerciantes”, a qual por sua vez, é seguida de “Industrias, Artes e Officios, etc.”. Isto é, dos afinadores de piano, alfaiates, alugadores de carros para passeios e funerais, armadores de gala e funerais, açougueiros, barbeiros, cabeleireiros, vendedores de bilhetes de loteria, caldeireiros, carpinteiros e mestres de obras, carroceiros, proprietários de “casas de saude”, chapeleiros, cigarreiros, proprietários de cocheiras, confeitores, costureiras, proprietários de depósitos de chapéus, de depósitos de ferro e zinco, doceiras, entalhadores, fabricantes de “papel inimitavel”, dono de fabrica de trolles, carros e carroças, donos de fábrica de vinagre, ferradores, ferreiros e serralheiros, fogueteiros, donos de hotéis, fotógrafos, relojoeiros, tanoeiros, tipógrafos, violeiros. Estes são citados, em 1872, além de outros.

Note-se que, nesta ótica, “médicos” acham-se separados dos “homeopatas”: os jornais locais dão conta da guerra simbólica havida entre estes dois campos de tratamento médico, no final do século XIX no Brasil. Observe-se também a proliferação de profissionais ligados à construção civil, a qual se acha em pleno desenvolvimento na urbe neste período⁶¹. É flagrante, ainda, o registro de algumas profissionais femininas, tais como as “cigarreiras”, “costureiras”, “doceiras”, “engommadeiras”.

Deste universo profissional são excluídos os escravos, bem como os trabalhadores livres rurais e grande parte dos trabalhadores livres urbanos — dentre os quais os operários das fábricas. É preciso enfatizar que estas figuras não constarão dos quadros profissionais delineados pelos editores dos almanaques campineiros oitocentistas.

Quanto às categorias “Capitalista” e “Proprietário”, presentes nestes anuários, estas merecem ser situadas historicamente. É a monografia de Mestrado de Ademir Gebara — “Campinas, 1869 - 1875. Republicanismo, Imprensa e Sociedade”, S.P., 1975, que nos fornece os seguintes dados de pesquisa:

“Capitalista, na acepção veiculada pelos homens do período, refere-se ao indivíduo que tem dinheiro a premio. Se dermos crédito a um

ofício enviado por um cidadão ao Diretório de Obras da Matriz Nova, onde ele pede sua eliminação da lista dos contribuintes, argumentando que não poderia pagar o imposto estipulado para os capitalistas, uma vez que não possuía ‘mais de 6.000\$ a prêmio’, pode-se admitir que o capitalista era o indivíduo que possuía mais de 6.000\$ réis a prêmio⁶².

No que concerne ao conceito de “proprietário”, assim se manifesta A. Gebara:

“O almanaque relaciona como proprietários aqueles indivíduos que possuíam casas de aluguel, ou, ainda, que obtinham rendas de propriedades urbanas”.

De minha parte, contudo, não encontro nos almanaques campineiros, dados confirmadores desta última conclusão. Acredito, pois, que se trate de uma informação plausível, mas não apoiada em dados documentais.

Percorrendo-se atentamente os meandros simbólicos da organização interna destas publicações de José Maria Lisboa, é possível captar-se significativa alteração no ano de 1873. Não há mais o registro da separação dos fazendeiros (cafeicultores) dos “lavradores de assucar” e “de algodão”. Na verdade, neste momento, a proposta classificatória dos profissionais campineiros adequa-se à tessitura discursiva, presente na parte literária destes anuários. Nas notícias publicadas em suas páginas — “Colônia Sete Quedas”, “Industriais em Campinas”, “Campinas em 1872” — a imagem construída a respeito da classe dos “agricultores”, é a da completa integração existente entre eles, na busca dos ideais capazes de “conjurar a crise” dos braços para a lavoura:

“Basta que saibam os nossos agricultores, que só há um remédio para conjurar a crise - liberdade completa, o governo do povo pelo povo”.

Campos Salles⁶³

Em se tratando, ainda, dos “almanaks” da primeira série, é preciso destacar que a partir do ano de 1872, passam a incluir, também, anuários de outras cidades da província: o do município de Amparo, para o ano de 1872, e o de São José do Rio Claro, para 1873.

Hyppolito da Silva, o editor do “Almanach popular de Campinas para o anno de 1878”, altera significativamente a estrutura desta publicação. O formato, a capa dura, a qualidade do papel, continuam os mesmos da série anterior. Alteram-se os tipos de letras, lançando-se mão da “redonda”, dentre outras. A reformulação também explicita-se na ampliação da “Parte II” deste

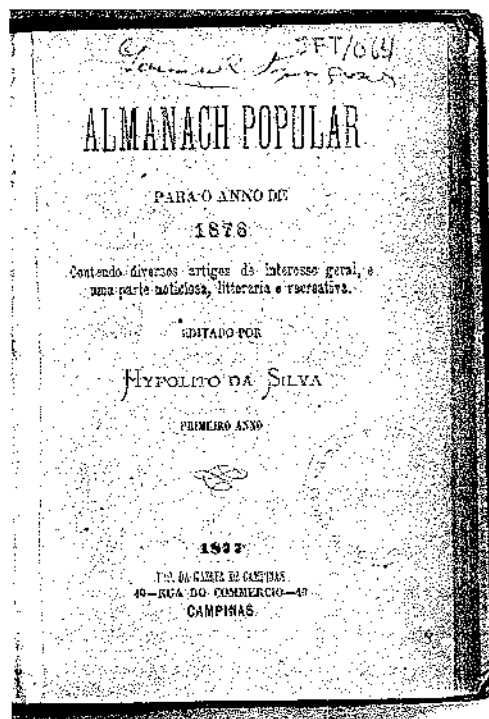


Foto nº 6 - “O Almanach popular para o anno de 1878”, traz novidades para o seu público !

anuário, que passa a oferecer, além de matéria “noticiosa e litteraria”, também a “recreativa”. Ao mesmo tempo, inclui na introdução a importante sessão “Correspondencia”. Finalmente, relaciona no final da parte literária, as “Senhoras” e os “Auctores” deste “almanach”. Observemos juntos sua organização interna: Ao Leitor, Calendário, Eclipses do Ano de 1878, Feriados, Partida e Chegada dos Correios, Correspondência, Expediente, Charadas, Retificações; Parte administrativa e profissional, com os respectivos endereços; “Parte noticiosa, litteraria e recreativa”; Relação das “Senhoras” e “Auctores” do “almanach”, Anúncios.

Quanto à distribuição da paginação temos, para este ano de 1878, um total de 167 páginas: Parte introdutória, administrativa e profissional, 36

páginas; “Parte noticiosa, litteraria e recreativa”, 107 páginas; Anúncios, 24 páginas.

O arranjo das categorias profissionais revela, também, importantes reformulações realizadas por Hyppolito da Silva. São suprimidas as referências aos “Fazendeiros”, “Capitalistas” e “Proprietários”. Ao mesmo tempo, desaparece a separação das categorias profissionais — “Profissões Comercio e Industria” — em compartimentos sutilmente hierarquizados; ainda que não haja a eliminação destes rótulos díspares, estes mesmos profissionais são colocados num mesmo espaço textual.

O “almanach popular” organizado para 79 por Carlos Ferreira e Hyppolito da Silva, mantém o formato, a capa dura, o tipo de papel. Entretanto, repõe os valores deixados de lado, pelo anuário anterior. Ou seja, reassume a separação hierarquizadora entre “profissões” — “Commercio” e “Industria” —, considerando este último ítem como sinônimo de “Fabricas, Artes e Officios”. Reintroduz a categoria dos “lavradores, capitalistas e proprietarios” — “proprietarios de predios, etc.”. Ao mesmo tempo, modifica o local dos anúncios, colocando-os logo após a parte considerada introdutória e antecedendo, imediatamente, a parte administrativa e profissional.

Eis a estrutura deste “almanach” para 1879, com sua respectiva distribuição de páginas: Relação de autores do “almanach”, Índice Geral da Parte Estatística; Índice Geral da Parte Literária; Calendário; Expediente (com 25 páginas); Anúncios, com 35 páginas; “Notabilidades. Profissionaes, commerciaes e industriaes”, com 142 páginas; Parte Literária com 42 páginas. Este volume tem, pois, 257 páginas. Fica evidente na comparação com o anuário anterior, o aumento do número dos anúncios, bem como a ampliação significativa da parte “estatística” (de 36 páginas para 142 páginas). Ao mesmo tempo, observa-se uma sensível diminuição das folhas dedicadas à literatura (de 107 para 48 páginas).

O “Almanach do Correio de Campinas para o anno de 1886”, por sua vez, organizado e publicado por Henrique de Barcellos, reproduz o mesmo tamanho, a mesma capa dura das séries anteriores, mas melhora a qualidade do papel e amplia os tipos de letras impressas, utilizando inclusive letras “góticas/itálicas”. A tessitura interna, contudo, apresenta modificações estruturais mais radicais.



Foto nº 7 - “O Almanach do Correio de Campinas para 1886”.

Após o item “Ao Leitor”, segue a 1ª Parte, da qual consta: Calendário, dados informativos sobre preços de passagens das Companhias Paulista e Mogiana, Tabelas de Carros de Aluguel, Agência do Correio, Registro Civil, Imposto do Selo. São registrados, também, dados estatísticos sobre a cidade de Campinas, bem como sobre as cidades de Casa Branca, Mogi-Mirim, Rio Claro, Itatiba. Na 2ª Parte, é publicado o resumo histórico do Processo Pinto; na 3ª Parte, vem os anúncios. A distribuição de paginação explicita a importância dada à “Parte estatística” deste anuário; da totalidade de 215 páginas, 133 são dedicadas à primeira parte; 26 à segunda e 56 páginas à terceira.

Não há referência, no “Almanach do Correio de Campinas, aos “Fazendeiros”; trata-se muito mais de um catálogo da cidade, e não do município, evidenciando o crescimento, sobretudo no setor comercial.

O “Almanach de Campinas para o anno de 1888”, organizado e publicado por José Gonçalves Pinheiro, dá seqüência basicamente à mesma concepção delineada pelo volume anterior, inclusive em termos gráficos:

(...) “Cremos (...), que o Almanach de Campinas para 1888, nos limites de um pequeno livro que é, contém dados e informações de alguma utilidade para o leitor (...)

José Gonçalves Pinheiro⁶⁴

Esta proposta do próprio editor pode ser confirmada pela organização interna desta publicação, que tem um total de 206 páginas. Nela, os anúncios estão dispostos de maneira intercalada à “Parte Útil”, diga-se ao calendário, à parte administrativa e profissional; a esta é reservado o maior número de páginas — ou seja, 196 —, restando à recreativa — que, de qualquer forma retorna ao “almanach” — somente o espaço gráfico de 10 páginas.

Esta “flânerie” pelos caminhos internos destes almanaques campineiros permite-nos, ainda, captar algumas relações conceituais entre tais publicações e outras do gênero, que circulam nas décadas de 1870 e 1880 no país.

Refiro-me ao “Novo almanach de lembranças Luso-Brasileiro”, editado em Lisboa, Typ. e Stereotypia Moderna, por Antonio Xavier Rodrigues Cordeiro, cuja estruturação interna aproxima-se com nitidez daquela presente nos “almanachs” populares para os anos de 78 e 79. Em relação aos “almanachs” da década de 1880 — sobretudo o de 1886 — é flagrante a similaridade com os “almanachs” administrativos Laemmert, produzidos nas oficinas Laemmert, na cidade do Rio de Janeiro. Quanto ao “Almanak para 1871”, seu editor faz questão de anunciar que seus anuários são produtos de sua própria criatividade, face à “ausencia de normas”⁶⁵.

O grande impacto desta “flânerie” fica por conta da percepção de “derrota” da acepção literária do almanaque face à acepção estatística dos mesmos, no universo campineiro oitocentista. Retornaremos a esta questão. Por ora, fica o registro de Henrique de Barcellos, no “Diário de Campinas” a propósito desta mesma questão:

“Temos a vista o Almanach Popular de Campinas para 1879 (...) A parte estatistica é vasta e compensa perfeitamente a defficiencia da secção litteraria. Fizeram muito bem os editores; que se a litteratura é mel para muitos, é certo que hoje em dia não apanha muitas moscas.

Ora, as moscas de que fallamos são os compradores e esses cremos que os há de ter bastante o Almanach Popular, visto fornecer informações e dados positivos, de utilidade palpitante”⁶⁶.

NOTAS DO CAPÍTULO 2

1. Ferreira, Carlos; Silva, Hyppolito da - "Almanach popular de Campinas para o anno de 1879", Typ. da Gazeta, 1878, p. 153.
2. Freitas, Affonso - "A imprensa periódica de São Paulo desde seus primórdios em 1823 até 1914", S.P., Typ. do "Diario Oficial", 1915, apud Camargo, Ana M. de Almeida - "Os primeiros almanaques de São Paulo", Introdução à edição fac-simililar dos almanaques de 1857 e 1858, Convênio IMESP/DAESP, S.P., Imprensa Oficial do Est. de São Paulo, 1983, p. 14.
3. Foram consultadas as seguintes enciclopédias: Britânica, vol. I; Larousse XIX^e siècle; Grande Enciclopédia Portuguesa Brasileira, v. 5; Nouveau Larousse Universal; Dictionaire Encyclopedie Quillet.
4. "Essai d'histoire sociale", Paris, Mouton & Co., La Haye, 1959, p. 11.
5. In Isis, t. XXXVII, nº 108 (1947), pp. 44-46, apud "Les Effets du soleil: "almanachs" du règne de Louis XIX", exposition de la Collection Edmond de Rothschild Editeur, Paris, Réunion des Musées Nationaux, 1995, p. 11.
6. Stowell, Marion Barber - op. cit., Burt Franklin Publisher, New York, 1977, pp. 7 e 8.
7. Casa Nova, Vera Lúcia de Carvalho "Leitura de almanaques de farmácia. Biotônico Foutoura e a saúde da mulher", tese de doutorado em Letras, da Univ. Fed. do Rio de Janeiro, R. J., 1990, p. 17.
8. "Les effects du soleil: almanachs du règne de Louis XIX", op. cit., p. 11.
9. Frand, Pascal, op. cit., Editeur S.I., 1989, p. 5.
10. Bollème, G., op. cit., p. 24.
11. Park, Margareth Brandini - "Histórias e leituras de almanaques no Brasil", tese de Doutorado, F.E., Unicamp, Campinas, S.P., 1998, p. 52.

12. In "Almanaque", Cadernos de Literatura e Ensaio, v. 14, coord. Walnice Nogueira Galvão e Bento Prado Jr., S.P., Brasiliense, 1977, p. 69.
13. Bollème, G., op. cit., p. 40.
14. Chartier, R. - "Do livro à leitura", in Chartier, R. (org.) "Práticas de leitura", S.P., Câmara Brasileira do Livro, 1996, p. 86.
15. Queirós, E., op. cit., p. 69.
16. Fonseca, José da. "Novo Dicionario Francez-Portuguez". Paris: Edit. Aillaud, p. 294.
17. Bakhtin, M.- op. cit., S.P., Hucitec, Edit. da Univ. de Brasilia, 1987, p. 135.
18. Bollème, G. - op. cit., pp. 26 e 27.
19. Queirós, E. - op. cit., p. 70.
20. Gosselin, R., op. cit., L'Harmattan Paris, Sainte Foy, Canadá - Presses de l'Université Laval, 1992.
21. Queirós, E., op. cit., p. 70.
22. Darton, Robert, "O Beijo de Lamourette". S.P., Cia das Letras, 1990, p. 160.
23. Queirós, E., op. cit., p. 70.
24. Gosselin, Ronald, op. cit., p. 234.
25. Queirós, E., op. cit., p. 71.
26. Id., IBID.
27. Id., IBID.
28. Id., IBID.

- 29.Ibid., *ibid.*, pp. 71 e 72.
- 30.Folha de São Paulo, “Novos almanaques sobre ‘tudo’ tornam o inútil útil”, *Caderno Mais*, 22/08/1993, p. 7.
- 31.Queirós, E., *op. cit.*, p. 67.
- 32.Paiva, F. Mendes, *op. cit.*, in “Almanach Litterario de São Paulo para o anno de 1876”, org. por José Maria Lisboa, S.P., Typ. da Provincia de S.P., 1875, p. 167.
- 33.In “Notícia Prévia” à reprodução fac-similar do “Almanach Litterario de São Paulo para o anno de 1876”, em abril de 1982, [s/p.].
- 34.Beltrão, Luiz - “Comunicação e Folclore”, S.P., Melhoramentos, 1971, p. 92.
- 35.Park, Margareth B., *op. cit.*, p. 56.
- 36.Camargo, Ana Maria de A., *op. cit.*, p. 7.
- 37.Ibid., *ibid.*, pp. 7 e 8.
- 38.Ibid., *ibid.*, pp. 19 a 25.
- 39.“Almanach litterario de São Paulo para o anno de 1877”, publ. por J. M. Lisboa, S.P., Typ. da Provincia, 1876, p. III.
- 40.Fabre, Daniel - “O livro e a magia”, in Chartier, R., *op. cit.* p. 205.
- 41.Assis, Machado - “Como se inventaram os almanachs, in “Almanach das fluminenses para o anno de 1890”, publ. pela Typ. de Henrique Lombaerts, apud Beltrão, Luiz - “Comunicação e folclore”, *op. cit.*, pp. 89 e 90.
- 42.Existe referência explícita na Gazeta de Campinas, de que o “Almanach humorístico ilustrado”, publicado na Corte, organizado pelo escritor Joaquim Sena, para o ano de 1877, com 52 páginas e tiragem de 20 mil exemplares. Era de caráter monarquista. *Gazeta de Campinas*, “Revista Fluminense”, 10/12/1876, p. 2.

43. Reis, A. M. dos. - "Cavaco" (Ao Leitor), in "Almanach Brasileiro Ilustrado para o anno de 1877", publ. por A. M. dos Reis, Typ., 1876, p. 4.
44. In "Indicador de São Paulo (administrativo, industrial, profissional e comercial) para o anno de 1878", org. por Abilio Aurélio da Silva Marques, Convênio Imesp/Daesp, S.P., 1983, p. VI.
45. Os artigos de M. A. de Paula Ravaschio, Bárbara J. Mil. Bísvaro e Maria Natalícia de Castro, "O almanaque como fonte de informação" (S.P. e região) e de M. A. de Paula Ravaschio, Bárbara J. M. L. Bísvaro e Rosaelena Scarpelini de Castro, "O almanaque como fonte de informação" II, Boletim do Centro de Memória, respectivamente v. 2, nº 3 jan/jun/1980 e v. 1, nº 2, julho/dez./1989, trazem também importantes referências a este respeito.
46. Ravaschio, Maria A. de Paula et alii - "O almanaque como fonte de informação", op. cit. p. 34.
47. Diário do Povo - "Do almanak ao almanach, ao almanaque", Arte/Lazer, 12/07/1995, p. 1.
48. Op. cit., p. 88.
49. Op. cit., p. 92.
50. Bollême, G., op. cit., p. 39.
51. Salvador de Meneses Drummond Furtado de Mendonça, nasceu em Itaboraí (R. J.), em 1841 e faleceu em 1913 na cidade do Rio de Janeiro. Bacharel em direito, jornalista, tradutor, professor (latim), letrado (autor de poesias, romances, lendas, estudos biográficos, históricos, panfletos políticos, análises literárias) foi redator-proprietário do jornal "O Ypiranga" (orgão do partido liberal, desde 1867), autor de capítulo do Manifesto Republicano de 70 ("A verdade democrata") fez parte, como membro escolhido do 1º diretório do partido republicano brasileiro, e redator do jornal "A Republica" (desde 1870). Mendonça, Carlos Sússekind de - "Salvador de Mendonça. Democrata do Império e da República", R. J., Instituto Nacional do Livro, MEC, 1960; Leão, Múcio - "Salvador de Mendonça. Ensaio bibliográfico", R. J., Publicações da Academia Brasileira, 1952.

52. "Gazeta de Campinas" - Santos, Francisco Quirino dos - "O almanak", 23/10/1870, p. 1.
53. Este artigo foi publicado, como já registramos, no mês de outubro de 1870, e o Manifesto Republicano data de dezembro deste mesmo ano.
54. Gazeta de Campinas - Miranda, Jorge - "Gazeta de Campinas. Carta a José Maria Lisboa", 12/05/72, p. 1; Diário de Campinas - "Factos Diversos", 03/10/1875, p. 2.
55. Typographia da "Gazeta de Campinas", Campinas, 1878, pp. 151-154.
56. Benjamin, Walter - "A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica". In Benjamin, W. Obras Escolhidas I. Magia e técnica. Arte e Política", S.P., Brasiliense, 1986, p. 176. Francisco Foot Hardman in "Trem Fantasma (Espetáculos do Maquinismo na transição à modernidade)", (tese de doutoramento. Dep. de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, da USP, S.P., 1986, p. 20) capta uma dimensão de fotografia também bastante inspiradora: afirma ele que face às "manifestações fugazes, que desaparecem na velocidade dos novos meios de transporte, na mudança célere da paisagem industrial, no arruinamento prematuro das forças produtivas", o "fotógrafo é o arqueólogo do contemporâneo: ante a insistência dos espectros civilização e progresso na ronda das mercadorias, a fotografia é como uma verdadeira lágrima, prismática, chorando por 'phantom city'".
57. Berman, M. - Tudo que é sólido desmancha no ar. A Aventura da Modernidade, S.P., Cia. das Letras, 1987, pp. 15 a 35.
58. Gay, Peter - "A educação dos sentidos", Cia. das Letras, 1988, p. 33.
59. Trad. de Antonio Ramos Rosa. Lisboa, Presença, 1965.
60. Bittencourt, L. C., op. cit., FFLCH, USP, 1990, p. 60.
61. Semeghini, Ulysses - "Do café à indústria: uma cidade e seu tempo", Campinas, S.P., Edit. da Unicamp, 1991, p. 81.
62. Gebara, A., op. cit., p. 18.

63. Salles, C. - "Colonia Sete Quedas", in "Almanak de Campinas para 1872", op. cit., p. 94.
64. Pinheiro, J. G. - "Duas Palavras", in "Almanach de Campinas para 1888", op. cit., p. 1.
65. Lisboa, J. M. - "Ao leitor", in "Almanach de Campinas para 1871", op. cit., [s/p.].
66. "Diario de Campinas", "Eccos e Factos", 29/10/1878, p. 2.

CAPÍTULO 3 O ENCONTRO COM OS
EDITORES/REDADORES DOS ALMANAQUES:
OS “MAÎTRES DE PLAISIR”

(...) *Meu velho tio, uma especie de tutor, em falta de
melhor, e em casa do qual eu morava por irrisão da sorte!*

(...)

— ‘Ora, diga-me cá, foi você que escreveu isto?’

— ‘Fui sim, senhor’ — respondi-lhe, balbuciando meio
engastado, e fazendo-me pudicamente corado.

— ‘Pois olhe, menino, — replicou-me êle, — não caia
noutra! Quer saber? Há duas classes de homens que estão
sempre destinados a acabar nos hospitais de mendigos,
quando não é no de doidos ... — os commicos e os litteratos.
E vá dormir’...”

(Carlos Ferreira. “Memórias”)

OS “GAZETEIROS” BACHARÉIS DE DIREITO
(PRIMEIROS ANOS DA DÉCADA DE 70)

O editor, Zé Maria dos Almanaks, como era conhecido o organizador/editor destas produções para o limiar da década de 1870 (para 1871, 1872, 1873), elege para constarem especialmente nas páginas literárias do “seu” “livro do povo” os seus colegas redatores do jornal “A Gazeta de Campinas” — lembre-se que ele ocupa, neste momento, o cargo de gerente desta publicação bissemanal.

Na verdade, a imagem construída pelos próprios autores destas produções — mais especificamente por Francisco Quirino dos Santos, logo na primeira edição¹ — é de que constituem o “principal fruto da imprensa local”, diga-se da Gazeta de Campinas, o único periódico que então circulava no município.

São, portanto, figuras fundamentais, além do editor, os campineiros Francisco Quirino dos Santos, Manoel Ferraz de Campos Salles, João Quirino do Nascimento, Francisco Glycério de Cerqueira Leite, além do paulistano Américo Brasiliense de Almeida Melo e do fluminense Francisco Rangel Pestana.



Foto nº 8 - A imagem coesa, dos ilustres bacharéis republicanos é produzida nesta foto de 1886. Sentados da esquerda para a direita: Jorge Miranda, Francisco Glycério e Rangel Pestana. Em pé, na mesma ordem: Jorge Tibiriça, Campos Salles e Quintino Bocaiuva.

Os únicos autores selecionados por José Maria, não pertencentes ao mundo da Gazeta, são o bacharel campineiro Luís Silvério Alves Cruz e o botânico paulistano Joaquim Correa de Mello, o "Quinzinho da Botica".

Mas, voltemos aos primeiros. Quem são eles? Além de redatores da Gazeta de Campinas, tinham em comum o fato de serem filhos da elite agrária (ou a ela intimamente articulados), de terem sido colegas da Faculdade de Direito de São Paulo e de terem, ainda estudantes, se dedicado à elaboração de projetos republicanos e abolicionistas — desde a década de 1860.

Na capital da província, contribuíram para agitar os espaços públicos e privados da "pacata urbe"², participando da reprodução/produção dos símbolos locais: atuaram intensamente em inúmeras atividades, desde pescarias, caçadas, bailes, brincadeiras, boemias até representações teatrais, redação de periódicos acadêmicos — dentre os quais "O Lírio", "A Razão", "O Futuro" — que constituíram porta-vozes de associações científicas, filosóficas e literárias às quais pertenceram — tais como a "Culto a Ciência", ou mesmo as do tipo secreto como a Maçonaria, ou iniciático como a "Bucha", i. é, a "Burchenschaft", que significa Sociedade de Jovens. No interior da "república", situada próximo à Academia, dedicaram-se ao autodidatismo e a intensas pelejas políticas. Pode-se dizer que se tratava de um grupo privilegiado de estudantes, os quais, por serem filhos de fazendeiros, puderam desfrutar, nestes espaços alugados, de ambiente de conforto — dentro da acepção da época — dispunham, cada um deles, de um escravo, de mobiliário individualizado, de candieiros de querosene e de velas de escamacete, além de agasalhos adequados às noites frias de julho da capital paulistana³.

Foram colegas de "república", e de turma, no período de 1859 a 1863, Francisco Quirino dos Santos, Campos Salles e Rangel Pestana. João Quirino, irmão de Francisco Quirino, fizera parte da turma de 1858 a 1862 e Américo Brasiliense, o mais velho deles, bacharelara-se também em Ciências

Jurídicas e Sociais em 1855. Francisco Glicério, o mais jovem do grupo, fora o único que não passara de “cascabulho” — estudante do Curso Preparatório — como se dizia na época, não conseguindo concretizar o sonho de tornar-se, da mesma forma que o irmão Jorge Miranda de Cerqueira Leite, um “bacharel”, ou um “aprendiz do poder”. O falecimento do pai, o fazendeiro de Campinas Antonio Benedicto de Cerqueira Leite, em 1862, desestabilizara financeiramente a família, e ele não pôde dar prosseguimento aos seus estudos em São Paulo. Precisara ausentar-se, igualmente, das discussões políticas ocorridas na “república”, da qual fizera parte o irmão, aos domingos, nas folgas do Colégio Preparatório, bem como de outras atividades de que compartilhara com o grupo focalizado — chegara, mesmo, a ser redator de jornal manuscrito, onde publicara várias composições originais, algumas delas buriladas por João Quirino⁴.

Estas experiências extracurriculares foram marcantes na trajetória destes personagens. Aliás, segundo Sérgio Adorno em sua obra “Os aprendizes do Poder. O bacharelismo liberal na política brasileira”, (1988), as práticas diárias, as leituras de romances e obras francesas, inglesas e alemãs, a militância política, sobretudo através do jornalismo, tiveram peso fundamental na formação dos bacharéis em São Paulo, no período de 1827 a 1883⁵. Na verdade, tal sociólogo aprofundou a hipótese do historiador Alberto Venâncio Filho (1977), segundo a qual nunca houve efetivamente ensino jurídico no Império, porém uma vida acadêmica bastante agitada e controvertida⁶. Demonstra, Adorno que, a despeito das doutrinas jurídicas difundidas em sala de aula — as quais transitaram do liberalismo, e do positivismo, a partir da década de 1870, até as doutrinas fundadas na ortodoxia religiosa — prevalecera um ensino de má qualidade, irregular, devido a acentuadas ausências dos docentes, monótono, preso fundamentalmente ao modelo do Direito canônico, uma das facções do Direito português. Contudo, no interior do velho convento de São Francisco, entraram tais personagens em contato não só com a chuva — pelo menos em alguns dias do ano, uma vez que o telhado

da casa, desde muito, estava em péssimas condições⁷ — mas, como enfatiza o citado autor, com uma “escola de costumes”. Esta *“humanizou o embrutecido estudante proveniente do campo, civilizou os hábitos enraizados num passado colonial, disciplinou o pensamento, no sentido de permitir pensar a coisa política como atividade dirigida por critérios intelectuais, enfim, moralizou o universo da política ao formar uma ‘intelligentia’ capaz de se pôr à frente dos negócios e de ocupar os principais pontos diretivos do Estado”*⁸.

E quanto ao periodismo, defende tal autor que *“representou instrumento eficaz de formação intelectual e cultural do acadêmico e de transformação do bacharel em político profissional”*. Não apenas ensinou a arte de governar o Estado com prudência e moderação, como, também, de *“administrar a cidadania”*. E que o redator, em sintonia com o movimento geral da sociedade, desempenhou importante papel como *“codificador de mensagens (...), como agente promotor de estetização do pensamento, da marcha da cruzada civilizatória, da organização da vida política”*⁹.

Estamos, sem dúvida, perante contribuição sociológica extremamente significativa para a percepção cultural desta importante etapa da história da vida dos “atores” focalizados. Entretanto, atentos ao movimento cênico de produção destes conhecimentos, interessa-nos a abertura de um parêntesis nesta narrativa, a fim de questionar os significados que o autor empresta à definição desta “cruzada civilizatória”. Em outras palavras, de acompanhar mais detidamente os signos que utiliza para compreender este processo — ao qual os estudantes teriam se submetido na Faculdade de Direito em São Paulo e com o qual submeteriam tantos outros. Esta é, aliás, uma das reflexões fundamentais que a presente “viagem” pretende engendrar.

Para Adorno, o referido conceito de “civilização” acha-se inscrito *“num liberalismo que adquiriu, na sociedade brasileira, durante a vigência do regime monárquico, uma forma acentuadamente conservadora, centrada em*

torno da salvaguarda dos direitos de propriedade, desprezando suas ligações com o pensamento radical, de que se nutria, no curso dos principais processos revolucionários que a Europa e os Estados Unidos conheceram, na transição do século XVIII para o século XIX”¹⁰.

Eis aí uma afirmação que nos instiga a buscas mais específicas do conceito de liberalismo, que o referido cientista social coloca em ação nesta sua montagem. Reportamo-nos para isto a um capítulo em que o autor se propõe, justamente, enfocar as ambivalências fundamentais que marcaram o nascimento e o curso do liberalismo político no Império. Neste momento, Adorno acentua a natureza eminentemente instrumental do liberalismo brasileiro, e sustenta que não houve um dilema liberal nessa sociedade, durante a vigência do regime monárquico. Ao contrário, procura demonstrar que houve (...) “um dilema democrático, que percorreu todas as fimbrias da ação estatal”. Enfatiza, ainda, “*que os construtores do Estado Nacional (...) influenciados por uma versão liberal lockeana e, decisivamente, não rousseauniana, atropelaram a herança revolucionária que os viu nascer no final do século XVIII, para se transformarem em homens seguramente de seu tempo e apegados ao progresso: repudiaram o radicalismo ‘ultrapassado de 89’, em favor das ‘modernas’ posturas conservadoras, tão em voga na virada do século. Suas idéias não estavam fora de lugar. Não eram, portanto, homens démodés*”. E mais adiante, reforça: “*De fato, o liberalismo brasileiro foi, durante longo tempo, quase privilégio de uma categoria de homens: o bacharel, que se converteu em político profissional e procurou ascender ao poder por intermédio do partido. (...) “Contraditoriamente ao que ocorreu no mundo europeu ocidental, na sociedade brasileira a profissionalização da política não foi acompanhada da democratização da sociedade”¹¹, ou, segundo sua própria lógica, não produziu a inauguração de uma ordem igualitária¹².*

A tessitura lingüística, realizada por Sérgio Adorno para a discussão do liberalismo no Império, constitui um jogo simbólico contraditório.

Ou seja, se por um lado parece afastar-se da tese das “idéias fora do lugar”, inaugurada no Brasil particularmente pelo especialista em teoria literária Roberto Schwarz (1973)¹³, e ainda presente nos debates contemporâneos, por outro lado mantém-se vinculado à mesma visão política que sustenta tal postura. Assim, se por um lado defende que as idéias liberais tiveram um caráter instrumental no país (de dominação capitalista, ainda que marcada pela dependência¹⁴) e forjaram a construção do Estado Nacional, com todas as suas contradições, por outro admite que o liberalismo, particularmente o rousseauiano, no mundo ocidental deu origem a uma “sociedade democrática”. Isto é, no que se refere à análise deste liberalismo “ocidental”, perde o autor de vista as determinações básicas do conceito e o movimento dialético que colocara em ação no primeiro momento, acabando por reproduzir uma visão dicotômica, maniqueísta, entre a sociedade hegemônica e a periférica. Parafraseando Maria Sylvia de Carvalho Franco em “As Idéias estão no lugar” — quando se reporta à análise da teoria da dependência, fundada na apreensão das sociedades hegemônicas e periféricas, enquanto fenômenos diversos e relacionados de maneira causal — poderia registrar que estamos perante um “novo dualismo”. Dualismo este, que através de colocações extremamente genéricas, *“acaba por revalorizar os componentes da cultura capitalista, uma vez que aparecem reforçadas as representações abstratas da democracia burguesa”*¹⁵. Quanto ao liberalismo rousseauiano — mais especialmente em um trabalho de decodificação das matrizes teóricas, que o filósofo genebrino aciona para a elaboração do seu importante “Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade”, elaborado em 1754 — tendo acompanhado detidamente o movimento plástico de suas construções simbólicas, concluí que parecendo condenar as balizas essenciais da sociedade burguesa, J. J. Rousseau faz, de fato, sua apologia. Propõe, como valores sociais básicos, o individualismo, o utilitarismo, a propriedade seletiva, as leis, a racionalidade instrumental. O combate que realiza, visa, isto sim, dirigir-se

contra a sociedade monárquica, ou mais especificamente, contra o Antigo Regime¹⁶.

Portanto, não há como aceitar as afirmações de Adorno de que tal liberalismo, associado a movimentos revolucionários (do final do século XVIII e início do século XIX), teria gerado, unidimensionalmente, a “democratização da sociedade ocidental européia”.

Por hora, fecharemos o parêntesis, mas não a reflexão sobre a questão liberal. A ela retornaremos, quando da análise dos temas dos almanaques.

Retomemos o enfoque dos atores centrais destas produções literárias, para os anos de 1871, 1872 e 1873, que ora focalizamos como cênicas.

Campos Salles, Francisco Quirino dos Santos, João Quirino, Américo Brasiliense e Rangel Pestana, já bacharéis de direito, no empenho de transformar os sonhos juvenis em realidade no período ora focalizado (de 1870 a 1873), têm extraordinária atuação na vida política e mesmo literária, destacando-se como poetas, escritores, jornalistas e políticos, nos planos locais e provinciais. Alguns deles alcançam renome na esfera nacional¹⁷.

Participam, também, intensamente, dos quadros burocrático-administrativos locais — no judiciário, como promotores, juízes de paz, advogados; na política, como eleitores, vereadores, deputados provinciais. Ainda, têm importante participação no Clube Radical local (desde 1868), e em 1872 fazem parte do primeiro diretório do Partido Republicano da cidade. Fora da localidade, já em 1870, um deles foi signatário do Manifesto Republicano (publicado em novembro deste ano, no jornal da corte “A República”), e em 1873 marcam presença na Convenção de Itú.

Inseridos na sociedade campineira, além disso fundam, contribuem para organizar, ou, ainda, atuam em escolas (Culto à Ciência, Colégio Internacional, Colégio Florence), jornais (Gazeta de Campinas), associações culturais (Gabinete de Leitura, Promotora da Instrução, Arcádia Luso-Brasileira, Loja Maçônica Independência), hospitais (Santa Casa de Misericórdia) e bancos (Banco de Campinas).

E por mais paradoxal que possa parecer, pelo menos dois deles estão presentes nas irmandades religiosas da cidade (como “mordomos”) e chegam a fazer parte do diretório das obras da Matriz Nova.

São, além disso, figuras-chave nas festas, em comemorações a datas cívicas (pelo término da guerra do Paraguai), nos banquetes e nas recepções em honra a personagens ilustres (como Carlos Gomes), nas inaugurações de obras — como Companhia Paulista de Estradas de Ferro, Banco de Campinas, Sociedade Portuguesa de Beneficência, sede própria do Clube Semanal, lampiões a querosene na Rua das Campinas Velhas, atual Moraes Salles, e no largo da Matriz de Santa Cruz, por iniciativa particular — ou nos lançamentos de pedras fundamentais de edifícios — como do Colégio Culto à Ciência, da Santa Casa de Misericórdia, da Sociedade Germânica de Instrução — obras e edifícios estes dados como signos da modernidade, neste período em Campinas. São personagens centrais, igualmente, no cenário de bailes e saraus litero-musicais das sociedades culturais campineiras (dentre as quais, o Clube Semanal), nos espetáculos cênicos, muitas vezes incluindo, além da representação de dramas ou comédias, o concerto musical, por exemplo, da família Sawzer, os “Campanólogos”, à base de 150 campainhas e de 35 copos de cristal, a acrobacia, ou, ainda, a apresentação de quadros humanos relativos à Paixão de Cristo ou a cenas mitológicas sobre plataforma giratória, havidos no Teatro São Carlos, nas festas religiosas, nas procissões, especialmente por ocasião da Semana Santa (onde, apresentam-se à frente, portando os estandartes das irmandades), nas cerimônias fúnebres (enterro, missa), principalmente de personagens ilustres da cidade.

É, ainda, bem possível surpreendê-los, cotidianamente, posando orgulhosamente para registros fotográficos — individuais ou em grupos, i. é, em família, ou entre correligionários políticos — num dos dois estúdios da cidade, ou ainda dirigindo-se apressadamente, a pé ou de tálburi, a uma das quatro barbearias locais ou a uma das seis alfaiatarias existentes (dirigidas por alfaiates estrangeiros), firmando contratos de seguros de vida com o agente geral da Província de São Paulo, Luis de Soubiron. É possível, ainda, vislumbrá-los visitando empreendimentos industriais, considerados “espectáculos soberbos do progresso”, tais como a “Imperial Olaria, Ferraria e Officina Mechanica”, de Antonio Carlos de Sampaio Peixoto, no atual Cambuí — visita esta descrita nas folhas da “Gazeta de Campinas”, bem como no Almanak de Campinas para 1871, como se fora uma excursão a um país desconhecido — ou, mesmo, dirigindo-se para um passeio, acompanhados de suas esposas, à gare da Companhia Paulista de Estradas de Ferro, num belo domingo de sol. Ainda, preparando-se, enquanto grupo, para uma caçada na fazenda “São Quirino”, da família de Francisco e João Quirino, ou, finalmente, assistindo, animadamente, às “parelhas” — corridas de cavalos, praticadas por amadores em espaço “livre” — na esplanada próxima à estação, atualmente imediações da Av. Andrade Neves.

É interessante observar que, através de práticas como estas — com exceção da caçada e da freqüência às corridas de cavalo, às “parelhas”, as quais merecem observações a parte — os “atores” focalizados exercitam a sua “civildade”, sua praxis “moderna”, no ambiente urbano. No espaço da estação da Companhia Paulista de Estradas de Ferro, fundamentalmente, colocam em ação relações sociais que podem ser consideradas paradigmáticas destes “novos” tempos. Estas relações são pautadas na rapidez, na fluidez do consumo de imagens relativas ao símbolo maior da modernidade, também em Campinas, isto é, a locomotiva, o trem, num locus que, enquanto espaço

socialmente produzido, não permite “encontros” mais demorados, mais efetivos, apenas trânsito de passantes¹⁸.

Quanto às caçadas, da mesma forma que os divertimentos ou práticas, envolvendo maus tratos aos animais, passam a ser enfocadas sob um prisma questionador, justamente porque são dadas como o “avesso” da modernidade, sinônimos de tempos a serem esquecidos ou transformados rumo “à longa viagem da civilização”. O caso específico das “parelhas” revela uma mutação simbólica instigante de ser acompanhada; de “passeio dilecto de Campinas”, capaz de reunir um público significativo, sem, contudo, provocar “tumulto popular” (09/07/1871), rapidamente passam a ser focalizadas (pelo médico de Rio Claro, Dr. Joaquim de Paula Souza), como responsáveis por “scenas de barbaria, sangue e brutalidade” (20 e 31/08/1871). O que então se propõe é a substituição do “barbaro systema caboclo de carreira” pela criação de “moderno” e “civilizado” “hippodromo”, o qual colocaria em ação, uma maior disciplinarização dos animais — que passariam a correr em círculos, adequando-se a um tempo mais ágil e podendo ser aprimorados, enquanto “raça” — e dos corredores — que deixariam de “governar a carreira”, para se transformarem em “machinas de tocar e aligeirar o animal”, ou seja, profissionais submetidos a uma sociedade particular. Ao mesmo tempo, o Prado implicaria em afastamento do público não desejável — “gente ordinária”, “bebados e desordeiros” — e a aproximação de um público ideal — “bom e pacífico”, podendo também incluir “as moças”, enfocadas aqui como elementos capazes de atrair um público mais amplo, obviamente dentro da “ordem e do gosto”. Isto pela cobrança da entrada (2\$000 réis, no Rio de Janeiro), a qual propiciaria, segundo a voz e os interesses do citado cidadão rio-clarense — disposto a lançar-se a este empreendimento como acionista, e para tal conclamando outros sócios campineiros — além do acúmulo de capitais, o fim das “trapaças” (originadas pelas “ideas atrasadas e avelhacas”

do corredor, caboclo ou negro), e melhoramentos, para os “homens bons”, para a cidade e para a província (sic!)¹⁹.

De fato, a consumação de tais idéias, agradáveis apenas a um pequeno grupo e desagradáveis a tantos outros, irá efetivar-se em Campinas, entretanto, somente em 29/09/1878²⁰, quando da inauguração do hipódromo, e a partir da iniciativa de outras figuras, provenientes da própria municipalidade. Desta sociedade farão parte o fazendeiro de café Joaquim Paulino Barboza Aranha, Francisco de Camargo Penteado e Joaquim Alves de Almeida Salles.

Focalizemos, por hora, dois outros autores/diretores destes almanaques editados por José Maria Lisboa, que apresentam um perfil sócio-político, dissonante, se não inteiramente, pelo menos em parte. Refiro-me, particularmente, a Luis Silvério Alves Cruz e a Joaquim Corrêa de Mello.

Constituem ambos “ilustres personalidades” do mundo campineiro de então, e o fato de os almanaques registrarem seus nomes como autores acaba por dignificar ainda mais, por imprimir uma “aura” de distinta importância, a produções de José Maria Lisboa.

Quanto a Luis Silvério Alves Cruz (nascido em 1829 e falecido em 1894), trata-se de bacharel de direito (formado, igualmente, pela Faculdade de Direito do Largo São Francisco, S.P.), que, enquanto tal, na municipalidade dispõe de todas as prerrogativas relativas à sua posição, ocupando o cargo de advogado, promotor de resíduos e capelas, suplente do juiz municipal e de orfãos, inspetor do distrito (Instrução Pública), membro de irmandades religiosas (Nossa Senhora das Dores e Senhor dos Passos), membro de sociedade cultural (mais especificamente, fiscal da Sociedade de Canto Phil’Euterpe), secretário da Companhia Mogiana de Estradas de Ferro (a ser nomeado em 73), acionista da Companhia Paulista de Estradas de Ferro (a partir de 71). Contudo, a sua situação social, se comparada à dos demais bacharéis que fazem parte da elaboração dos almanaques, é, neste período pelo menos, ainda mais privilegiada, uma vez que já fora deputado provincial no período de 1858-59, tendo sido reeleito para o mandato de 1872 a 1875. Além

disso, a partir de 73, é eleitor vereador do município (período de 73 a 76), juntamente com Campos Salles²¹.

Preparem-se, agora, leitores, para uma revelação surpreendente... O Dr. Luís Silvério, neste momento, e ao longo de toda a sua trajetória política, é membro destacado do Partido Conservador. Aliás, algum tempo depois, isto é, a partir de 1874, podemos surpreendê-lo participando como redator e proprietário (a partir de 23/10/1875), do jornal monarquista campineiro “O Constitucional”, ao lado do também bacharel João Gabriel de Moraes Navarro. Manter-se-á o Dr. Silvério como “gazeteiro” até 1876, quando do encerramento deste jornal²².

Assim, a presença do Dr. Luís Silvério Alves Cruz, neste almanaque de 1870 (para 1871), propicia brechas para se captar aproximações simbólicas e pragmáticas significativas entre partidos aparentemente tão díspares — o Partido Liberal Radical (o qual, já no final deste ano de 1870, dará origem ao Partido Republicano), e o Partido Conservador. Ao mesmo tempo, possibilita apreendermos as relações de boa vizinhança, havidas entre o citado grupo e a figura em destaque.

Aproximemo-nos, desta vez, de Joaquim Correa de Mello (nascido em 1816 na capital da província e aqui falecido em 1877), através do “retrato” elaborado pelo bacharel Quirino dos Santos e perpetuado pelo Almanak de Campinas para 73²³. As imagens delineadas indicam suas atuações como “um operário infatigável da civilização”, ou seja, “homem da sciencia”, um “cidadão”. Enquanto “cidadão”, destaca-se ter ocupado os lugares de suplente de juiz municipal e de órfãos (durante dois quatriênios), nas suas diversas graduações, e de ter feito parte da polícia, quer na delegacia, quer na subdelegacia (por um período de 9 anos). Complementa-se, ainda, com o fato de ter sido escolhido pelo governo geral para comissário vacinador deste município, tendo permanecido neste cargo durante 9 anos. É significativo o fato de Quirino dos Santos, como membro, neste momento, do Diretório do Partido Republicano local, não mencionar a atuação partidária do biografado, o

que nos permite concluir sobre a não vinculação de Correia de Mello a partido político. Contudo, o bacharel faz questão de construir uma visão de “arbitro grave e recto”, procurado nas “contendas nos pleitos, como nos arranjos e convenios amigáveis” — um portador da verdade absoluta, acima do bem e do mal, ou, em outras palavras, de um “homem de sciencia”, um herói. E como “homem de sciencia”, enfatiza seus procedimentos metodológicos (de coleta, indagação e classificação), bem como os “resultados reais” de sua investigação no campo da botânica, chamando a atenção para os elogios e aplausos recebidos na Europa. E, é claro, não perde a oportunidade de realizar também críticas ao governo brasileiro, pelo fato de não ter reconhecido até então como “sábio”, o ex-proprietário de farmácia, o “Quinzinho da Botica”.

Mas, deixemos por hora os autores dos “almanaks” para os anos de 1871, 1872 e 1873: eles próprios apresentar-se-ão em ceria brevemente, discutindo temas propostos, e registrados, por José Maria Lisboa.

OUTROS “GAZETEIROS” (FINAL DOS ANOS 70)

As luzes dos nossos holofotes movem-se e centram-se desta vez sobre as figuras de Hyppolito da Silva e de Carlos Ferreira. O primeiro é responsável pela organização e publicação do “Almanach popular para o anno de 1878”; o segundo é também o editor do “Almanach popular de Campinas para o anno de 1879”. Ambos encontram-se, neste final dos anos 70, vinculados ao jornal “Gazeta de Campinas”.

Quanto aos editores, deparamo-nos com uma significativa ampliação e diversificação destes em relação aos da primeira série dos almanaques, publicada no início dos anos 70. Podemos reconhecer dentre eles, além do grupo dos “gazeteiros”, ou dos “republicanos históricos”²⁴, charadistas, literatos, músicos brasileiros — reconhecidos ou não na esfera provincial ou nacional —, pensadores, romancistas ou poetas europeus — famosos particularmente no momento —, bem como inúmeros charadistas, humoristas, poetas, jornalistas ou escritores da localidade, iniciantes, em sua grande maioria, no mundo das letras.

Além disso, figuram de maneira destacada na categoria de “autores”, ou ainda ao lado dos autores, as “senhoras”, dentre as quais poetisas, romancistas e tradutoras, sejam elas da localidade, da província ou de outras regiões do país, e mesmo de Portugal.

Quem são os editores destes pequenos livros “populares”? O campineiro Hyppolito da Silva, ou melhor, José Hyppolito da Silva Dutra, ou, ainda, Hydasil, ou Luís Figueirola (pseudônimos)²⁵ e o rio-grandense Carlos Ferreira, ou Carlos Augusto Ferreira²⁶, têm em comum — além do fato de atuarem no jornal “Gazeta de Campinas” — não serem bacharéis de direito, nem filhos da elite agrária local, como os autores dos almanaques campineiros organizados por José Maria Lisboa.

O campineiro é descendente de uma família de artistas — de ourives, escultores — de Itu, pelo lado paterno, e o riograndense tem origem ligada às classes trabalhadoras. Hyppolito da Silva, após ter conseguido do pai o apoio financeiro necessário para cursar em Campinas os estudos preliminares com o professor Malachias Ghirlanda — famoso, aliás, pela utilização da “Santa Luzia”, ou seja, da palmatória²⁷ — dedica-se a partir dos 13 anos, na cidade de Santos, à carreira comercial. Portanto, graças aos próprios esforços torna-se um autodidata, colaborando em inúmeros periódicos santistas, dentre os quais o pequeno “A Sempre-Viva”, “A Imprensa”, e “Diario de Santos”. Chega, mesmo, a fundar as folhas hebdomadárias “O Raio” (o primeiro jornal republicano ali editado, juntamente com Antonio Manuel Fernandes, Gonçalves Barroso e Sacramento Macuco) e o “Diario de Noticias”, de curta duração, juntamente com João Guerra.

Carlos Ferreira, somente consegue dedicar-se às letras, inicialmente em Porto Alegre, graças ao apoio de um tio e tutor. Posteriormente, a partir de 1866, na cidade de São Paulo, frequenta o Curso Preparatório à Faculdade de Direito, em decorrência de bolsa de estudos concedida por D. Pedro II, a qual durou, segundo depoimento do próprio editor, por quatro anos. Por ocasião da Guerra do Paraguai, quando o imperador esteve no Rio Grande do Sul, fora homenageado com poesia de sua lavra e a partir daí tornou-se seu protegido. Neste período, Carlos Ferreira publica em São Paulo “Cânticos Juvenis”, versos (1867); “Rosas loucas”, versos (1868); “Lúcia”, prosa (1868); “Histórias Cambiantes”, contos (1874). Apresenta com êxito no Teatro Provisório de São Paulo, e no Teatro São Carlos, em Campinas, o drama “A calúnia” (1873), que elaborara juntamente com o seu conterrâneo José Felizardo Júnior; atua no Rio de Janeiro no jornalismo diário e colabora no periódico, então republicano, “Correio Paulistano”.

Em 1877, deparamo-nos, pois, com os dois personagens ora focalizados atuando no jornal campineiro “A Gazeta de Campinas”,

empenhados na campanha republicana e filiados ao partido republicano paulista: Hyppolito da Silva, ocupa a posição de colaborador deste jornal, além de trabalhar inicialmente no foro e, mais tarde, na Fábrica Lidgerwood (de implementos agrícolas), como “guarda-livros”. Carlos Ferreira, por sua vez, além de redator (desde novembro de 1876), é o proprietário desta folha diária, tendo assumido tal posição em maio de 1877²⁸.

Tratam-se, portanto, de figuras com trajetórias sociais próximas, com afinidades culturais e político-partidárias que os aproximam para elaborar, em conjunto, o “Almanach Popular de Campinas” para o ano de 1879, dando sequência ao já publicado “Almanach Popular” para 1878, somente por Hyppolito da Silva, na tipografia da Gazeta.

Contudo, diferenças — explícitas ou sutis — entre ambos podem ser captadas no que diz respeito às suas visões de mundo, às suas sensibilidades, se mergulharmos atentamente na tessitura destas mesmas produções.

Mas, antes disso, a pesquisa de suas vozes perambulando por Campinas oitocentista, e fixada em obras publicadas, quer seja na “Gazeta de Campinas”, quer seja em edições especiais, evidencia estarmos perante temperamentos muito diversos. A do campineiro, mais jovem, com 19 anos neste momento, ecoa em matizes jocosos, audazes, mais próximos dos ideais do “outro”, portanto, mais autônomos em relação aos republicanos históricos²⁹. O rio-grandense, por sua vez, então com 29 anos, revela-se mais tímido (segundo sua própria auto-avaliação), intimista, “spleenético”, segundo os biógrafos, mais próximo do grupo dos republicanos bem situados na cidade — sua amizade com Francisco Quirino dos Santos, iniciada por ocasião das atividades no Correio Paulistano, consolida-se fortemente após a elogiosa biografia que lhe prepara e que fora publicada inicialmente no “Almanach de Campinas” para 1876 (organizado por Pedro Franzen e Joaquim Simões, infelizmente desaparecido) e, em seguida, no “Almanach Litterario da

Provincia de São Paulo para o anno de 1879” (organizado por J. Maria Lisboa).

Ouçamo-los, na elaboração de fragmentos de memória de onde ecoam nitidamente motivações díspares em relação às práticas juvenis, quer sejam elas centradas em si mesmos — ou na relação com os outros — , quer sejam ditadas por um temperamento mais ou menos autônomo:

“Eramos sempre unidos e fortes, naquele tempo. Nada nos detinha, nem scintillações de espirito, nem golpes de sabre. Quando os chefes ordenaram as manobras, estavamos sempre promptos a empunhar a penna ou o cacete; uma contra os elementos intellectuais da monarchia; outra contra os beaguins da policia.

Viviamos numa especie de retiro politico, onde se alguma vez nos rebellavamos contra determinações que nos pareciam incompativeis com a ideia republicana, obrigavamos a Commissão Permanente, quer por meio de pedidos dirigidos pelos directorios do interior, quer por simples representação a ella endereçada com a assignatura de muitos republicanos, a convocar o Congresso Republicano, “barrella” em que se lavava toda a roupa suja do partido (...)

Chamavam-nos, por escarneo, a montanha (...)

São Paulo, 1º de janeiro de 1904

Hippolito da Silva”³⁰

“Chamava-se o ‘Colibri’, órgão melodioso pelo qual fez ouvir, há muitos annos, os seus primeiros gorgeios de ave implume das florestas do Parnaso, de poeta em disponibilidade. Imaginem que eu era o director, o redator, o revisor, o colaborador e o entregador desse inolvidável jornal, em cujo primeiro e único número lancei versos candentes e, problematicamente, candentes, os primeiros, em

que maldizia a vida, lisonjeava a morte, apostrofava o céu, e amaldiçoava a terra (...) No dia em que esse fatídico 'O Colibri' foi deixado a meia-noite, por mim mesmo, em baixo de umas cinquenta portas, como quem entregava um documento transcendente a um povo ávido de conhecê-lo, eu me considereei na imortalidade; (...) Contava, apenas, quinze annos (...) Nesse dia memorável, em que eu via pela primeira vez o meu pobre nome em letra redonda ou de forma, fechei-me no quarto e imaginei que a cidade, o município, o país, o mundo inteiro estava a se ocupar de minha singular pessoa !!! Muito retraído e muito modesto como o sou até hoje, não me atrevi a sair à rua, não sei se por temer uma vaia, não sei se para me furtar a uma apoteose, (...) Um amigo meu, colega de escola, grande estroina, (...) deu de me procurar nesse dia, entrando-me pelo quarto à dentro, braços abertos, comovido, e ao abraçar-me disse o seguinte, cheio de entusiasmo arrebatador que chegava às raias do delírio: 'Não imaginas, querido Lauro, o que a tua poesia tem feito! Que sucesso! Que barulho!'

Abracei o amigo, limpei duas lágrimas, beijei-o e resolvi-me sair com ele a passeio para ver com os meus próprios olhos, o ar de satisfação geral e para ouvir de perto o imenso brado das aclamações públicas.

Sai. Saimos.. . caminhamos .. caminhamos .. caminhamos... e ninguém, nenhuma pessoa se dava ao trabalho de me apresentar parabéns, ninguém parava para me falar dos versos... Era claro; ninguém tinha lido o jornal, ninguém sabia, portanto, das minhas glórias! 'O Colibri' passara ignorado aos olhos da turba ignara! (...)

Carlos Ferreira³¹.

Vamos acompanhá-los, redigindo artigos - editoriais ou "folhetins" - para o jornal Gazeta de Campinas, no final dos anos setenta, e

focalizando a partir de óticas distintas, dentre outras, a questão de “ignorância”:

(...) “É verdade que nós, os inquilinos do ‘rez-de-chaussée’ dos jornaes, temos um imprescindível dever de metter o nosso amavel nariz na politica, farejar os ridiculos e expol-os á gargalhada publica.

(...) deito a correr para o Rink, onde na quinta-feira ultima, esperava-me um espectaculo novo, completamente novo no genero.

Nada menos que dois sertanejos do Jahú, ignorantes como o podem ser dois boiadeiros, e cheios d’aquella ingenua benevolencia que tanto caracteriza os homens da roça (...) e ei-los a descrever pelo Rink as posições mais engraçadas e a desafiarem as gargalhadas geraes.

O povo riu-se ... porque só então lembrou-se que enquanto corre atraz da felicidade nos Rinks, nos bailes, nos theatros, ha uma certa classe de homens que longe de todos esses bulicios, ao calor de uma fogueira, deitados sobre um couro crú, tendo por simples cobertura um ponche, são verdadeiramente felizes, pois que Deus como que os separou do resto do mundo, para que não fossem contaminados pelas ambições, pelas intrigas, pelos preconceitos, e por toda essa porção de lepras vergonhosas de que a sociedade se orgulha.

Riu-se ... para não chorar, porque advinhou que quando o sol dá as boas noites á natureza, esses homens retornam o caminho do rancho, accendem novamente a fogueira, empunham a viola, engolem um trato, e alli mesmo, ao som dos sapateados e da viola, pregam aos echos da montanha e ás solidões das mattas, o evangelho de suas liberdades e de sua independencia! (...)

São obscuros, ingenuos e simplicies, porque, baldos de instrucção não podem comprehender os progressos scientificos, mas em compensação, levantam-se ao raiar da

*aurora e sem importar-se com a neve que cobre os caminhos
vão cumprir as leis santas do trabalho, enquanto nós
conchegamos um pouco mais a coberta ao corpo e viramo-nos
no leito para melhor gosarmos o somno agradável das nossas
commodidades! (...)*

H. da S.³².

Portanto, ainda que fundindo ideais liberais (de liberdade, de trabalho) a matizes românticos — onde o “outro”, o boiadeiro, é desenhado com cores idealizadas, a partir de um ponto de vista unidimensional — através de suas formulações discursivas é possível questionar-se, de qualquer forma, a hierarquização dos saberes institucionalmente então dominantes e, ao mesmo tempo, a desqualificação cultural que neste momento também predomina socialmente, em relação à “ignorância” do “outro”.

Indago, pois, se não é a desqualificação cultural do “diferente” que prevalece na produção de conhecimento do editor de almanaques, Carlos Ferreira, relativamente à questão da “ignorância”. Atentemos para uma de suas colocações a propósito deste tema:

*(...) “Effectivamente paira o que quer que é de
assustador em nossa atmosphaera social, e todos os que sentem
vibrar no peito a corda do patriotismo, procuram indagar
qual a causa dessa especie de phenomeno que perturba
consideravelmente a marcha desta jovem nação americana.*

(...)

*Os cidadãos não sabem lêr - eis ahi a causa principal, ou
antes a causa única de todos os seus soffrimentos actuaes.*

*Se isto é uma grande calamidade, os espiritos inquietos
pela sorte deste vasto imperio devem naturalmente perguntar:*

*‘Mas o que é preciso fazer para educar e instruir o
povo’.*

E a razão incontinenti deve responder: é preciso primeiro que tudo 'obrigal-os' possuir-se do grande elemento que hade infallivelmente proporcionar-lhe o gozo de suas atribuições e de seus direitos, o conhecimento do bem e do mal, da verdade e do sophisma, levando-o pelo melhor dos caminhos, á plena posse do melhor dos bens - a liberdade!

That is the question“ (...)

*Carlos Ferreira*³³.

Realmente, a visão tecida sobre o “outro”, enquanto “diferente”, a “maior parte da população”, o “povo”, o “cidadão”, adapta-se — como a “mão à luva” — às representações liberais, positivistas, de ser de segunda categoria, desprovido de saber, analfabeto, a ser educado — ou melhor, de ser “obrigado” a ser educado — representações estas produzidas por uma minoria, os intelectuais, a quem cabe um papel salvacionista (sic!). Aliás, em outro editorial do mesmo jornal, deste mesmo mês e deste mesmo ano, o autor já reproduzira a informação estatística — do inspetor de instrução pública da província de São Paulo — de que numa totalidade populacional de “873.354 almas são analphabetos 253.327 homens e 284.348 mulheres livres e 87.059 homens e 68.549 mulheres escravas, perfazendo uma soma de 696.183 analphabetos”³⁴.

Daí compreende-se o empenho de Carlos Ferreira, tanto na redação de editoriais, folhetins, poemas, traduções — sobretudo no período de 1876 a 1889 — como na organização e edição, juntamente com Hypolito da Silva, do livro que define como “o mais necessario de quantos se publica hoje”, ou, ainda, como “a locomotiva da literatura moderna”³⁵, i. é., o “Almanach popular para o anno de 1879”. Neste almanaque é responsável, igualmente, pela elaboração de um artigo noticioso, um conto e uma poesia.

Apesar das diferenças focalizadas — as quais aliadas, a outras dificuldades de ordem material e organizacional, teriam sido talvez

responsáveis pela não continuidade das publicações destes almanaques, no final da década de 1870 — enquanto membros do partido republicano paulista, é possível observar os dois editores freqüentando os mesmos “novos” espaços públicos “os pontos de reunião da elite campineira”³⁶, voltados para o “lazer” e a “cultura”. São eles:

a casa do Club Semanal, inaugurada em 1873 — “a qual compõe-se de um vasto salão, dois gabinetes para jogos, uma sala para senhoras, e outro salão menor, tudo mobiliado com o maior gosto” (...) bem como, de um “vasto coreto, um espaçoso botiquim e cosinha”³⁷;

o Rink Campineiro, inaugurado em 1878, construído apropriadamente para o fim do divertimento da patinação “offerece, não obstante um enorme salão que se pode prestara espectaculos”, além de um “pavimento superior, especie de varanda perfeitamente construida”³⁸;

o Passeio Publico — a ser inaugurado em 1881, na época já “ajardinado e arborizado”, com um “gracioso kiosque”, e “dous bonitos carramanchões cobertos de trepadeiras” e “situado em um dos arrabaldes, e honde se goza uma vista esplendida para o lado da cidade”³⁹;

o já mencionado Hyppodromo Campineiro — inaugurado em 1878, composto de “quatro quadras”, além do “prédio que se levanta em sua frente, destinado ao publico”: “situado em um dos lugares mais altos da cidade, desfructa-se d’alli um bellissimo panorama para qualquer dos lados que se volta os olhos”⁴⁰;

e o Theatro São Carlos — inaugurado desde 1846, contava no momento com “230 lugares de platéa, 41 camarotes, em duas ordens, sendo a 3ª ordem, reduzida a varandas que dão lugar a 250 espectadores, bem como “um salão e duas saletas, e o terreo de um excellente saguão e duas saletas aos lados para botequins”⁴¹.

Nestes “novos” espaços, participam de apresentações musicais, dentre as quais bandas, concertos, companhias líricas, de saraus litero-

musicais, de conferências, de leilões de prendas. No Club Semanal e Rink Campineiro, além disso, estão presentes, igualmente, em “partidas”, ou bailes. No Rink Campineiro, e no Theatro São Carlos, mais especialmente, presenciam desde espetáculos os mais tradicionais como dramas, comédias, operetas, companhias líricas, recitais de música, canto e dança, até as mais variadas excentricidades sonoras e corporais, como apresentações de campanólogos, ventriloquistas, ginastas, equilibristas, mágicos, prestidigitadores, copofonistas, advinhadores, transformistas, dentre outros.

Hypolito da Silva faz-se presente nestes “novos” espaços “públicos” campineiros, ainda que como jornalista responsável pelo “rez de chaussée” da Gazeta de Campinas, onde, na sessão intitulada “folhetim”, realiza uma espécie de crônica social dos nossos dias. Carlos Ferreira, por sua vez, ocupa no interior deles situação mais privilegiada, fazendo parte em 1878, por exemplo, do Conselho do Club Semanal⁴².

Estes editores de almanaques caracterizam tais “novos” espaços — em consonância com as elaborações escritas no mesmo período por Manoel Ferraz de Campos Salles⁴³ e Henrique Barcellos⁴⁴ — como paradigmas da iniciativa privada campineira. Iniciativa esta bem sucedida, lucrativa, capaz de “satisfazer todas as necessidades publicas”, apesar da “centralização compressorá”, nacionalmente instalada⁴⁵. Apresentam-nos como as esferas aptas a gerar a “civilização”, i.é., a “senda ascendente do bello, do verdadeiro e do útil”⁴⁶, onde a concepção do belo está presente como sinônimo do “vasto”, do “imponente”, do “elegante”, do “bom gosto”⁴⁷.

Ao mesmo tempo, é possível encontrá-los, neste nosso percurso oitocentista, ocupando posições em outras “sociedades” da cidade de Campinas, neste final da década de 1870. Refiro-me particularmente, à Loja Maçônica Regeneração III, à sua “sub-capela” e à Associação Bohemia Dramática. Nas instituições maçônicas — importantes baluartes do partido republicano, regulamentadas desde 1877, funcionando no prédio da Loja Independência, na Rua do Bom Jesus e sendo presididos por Jorge Miranda

(irmão de Francisco Glycerio, bacharel de direito e então redator da Gazeta de Campinas), a primeira, e por Campos Salles a segunda — encontramos em 1879 Carlos Ferreira, figurando seja como “orador” (na primeira), seja como “vigilante com o grau 30” (na segunda)⁴⁸. Na “Bohemia Dramatica” é possível nos aproximarmos de Hyppolito da Silva, enquanto “diretor de scena”⁴⁹: ela fora criada em setembro de 1877, por um grupo do qual fizeram parte, respectivamente, enquanto “thesoureiro” e “secretario”, os membros do partido republicano local e também redatores da Gazeta, Francisco Glycerio e Alfredo Pinheiro⁵⁰. Tal associação representa tentativa de revitalização da “Bohemia Dramatica Campineira”, ativo grupo teatral privado, criado por moços ligados ao comércio, que atuaram intensamente na localidade, no período de julho de 1870 a fevereiro de 1871, tendo na direção, dentre os seus conselheiros, já a partir de outubro de 1870⁵¹, ninguém menos que o próprio Francisco Glycerio. Aliás, os termos elogiosos acionados pelo jornal Gazeta de Campinas quando da sua instalação são denotativos da percepção do seu redator, possivelmente Quirino dos Santos, no que se refere às potencialidades “civilizadoras”, diga-se “republicanas” da prática teatral na cidade:

“O teatro não vamos dizer novidade, comprehendido em os santos alicerces de uma verdadeira instituição moral, é uma eschola: já houve quem dissesse que era um pulpito, com muita razão. Pois no jogo romanescos das paixões está o quadro e o conselho para a vida real, muitas vezes. Aqui estão os socios da ‘Bohemia’, espalham e colhem o proveito igualmente; porque concorrendo para o desenvolvimento do bom gosto, vão-se elles mesmos tambem desenvolvendo e apurando n’uma carreira de civilisação”⁵².

Neste momento, podemos flagrar os editores dos almanaques para 1878 e 1879, jovens e solteiros, movimentando-se de maneira “moderna”

pelas ruas da cidade. Podemos vislumbrar-lhes as silhuetas passadias, cruzando as ruas já iluminadas por lampiões a gás, dirigindo-se seja para o Boulevard Campineiro — conhecido estabelecimento comercial voltado ao “jogo de bola”, situado à Rua São Carlos (vulgo “Campinas Velhas”) — seja dirigindo-se a um dos “lupanares” da mesma rua, “celebre pelas orgias e casos fatais”⁵³. É possível reconhecê-los à luz do dia, muitas vezes engolindo o pó, no horário da limpeza pública, ou seja, às 12:00 h.⁵⁴, adentrando a loja comercial Gran Turco, à Rua Direita, para adquirir um “chapeo para rinkar”⁵⁵. Vê-los, ainda, saindo de uma das recém-inauguradas livrarias da cidade — o “Ao Paraiso Terrestre”, na Rua Direita — depois de terem comprado, pasmem, um frasco “kastorina do Doutor Zahlés”, “para desaparecer em cinco minutos não só a catinga do corpo, como todo e qualquer mau cheiro do corpo”⁵⁶, ou de terem examinado de perto a segunda edição de “Historia Patria”, de Américo Brasiliense⁵⁷. Ou mesmo observá-los comprando doces de uma escrava quitandeira nas ruas centrais da cidade e, ao anoitecer, assistindo ao concerto musical no jardim da fábrica de cerveja de Santa Cruz⁵⁸. Finalmente podemos acompanhá-los, após o jantar — isto é, às 17:00h. — dirigindo-se à Estação da Companhia, através do “bond” à tração animal⁵⁹, com o objetivo de aproveitar os preços promocionais de passagem férrea e comparecer à festa de Nossa Senhora da Penha, na cidade de São Paulo⁶⁰.

Queira neste momento, caro leitor, acompanhar-me nesta viagem pela Campinas imperial do final dos anos setenta, para adentrarmos mais profundamente estas “novas” esferas “públicas”, então freqüentadas pelos editores dos almanaques. Esferas “públicas” — tais como Passeio Publico”, “Rink”, “Hyppodromo” — que lhe foram apresentadas, até o presente, por estes mesmos editores, como símbolos de progresso, de “modernidade”. Aliás,

como tal foram estes espaços visitados pelo imperador D. Pedro II, quando de sua passagem pela urbe, em setembro de 1878.

A antropóloga Maria Luisa de Freitas Duarte Páteo tece em sua monografia “Bandas de música e cotidiano urbano” instigante conclusão a respeito destes mesmos fóruns “públicos”. Representaram esses “loci”, neste momento em Campinas, importantes possibilidades de ampliação de “sociabilidade”, ou seja, de “relações mais diversificadas, de horizontes mais amplos de cultura e de vivência humana”⁶¹. Sua tese diz respeito, sobretudo, às apresentações das bandas musicais, articuladas principalmente às praças públicas na cidade, no final do século XIX. É inegável que para além da reclusão nas fronteiras da intimidade da casa ou no recato das relações familiares, as novas possibilidades de circulação nestas esferas “públicas” da cidade, abrem, pelo menos para alguns, outras alternativas de espaços individuais. Contudo, o limite encontra-se ali mesmo, na própria definição — ou indefinição — da vida pública brasileira. A própria pesquisadora ora em foco, nos fornece significativos dados de pesquisa os quais nos permitem questionar a sua conclusão e, ao mesmo tempo, caminhar para direções analíticas bem diferentes, sobre estes “novos” espaços públicos. Segundo Maria Luisa, foram construídos pela iniciativa privada da elite campineira e tiveram como característica marcante o fato de serem restritivos quanto à participação pública. Assim, por exemplo, ao focalizar o “Passeio Público”, evidencia tratar-se de um espaço fechado, onde aos domingos despende-se uma quantia em dinheiro (fixa ou não) para se entrar e paga-se um aluguel para se sentar nas cadeiras ou camarotes próximos ao local da apresentação musical — fosse ela banda, coral ou orquestra — da conferência, ou da realização dos leilões⁶².

Portanto, a despeito do dístico afixado em chapa de ferro em frente aos quatro portões de entrada desta praça — “A guarda deste Passeio está confiada ao publico”⁶³ — há que se explicitar a conotação do termo

“público” ali impresso, captando sua diluição e sua impregnação de elementos típicos da “esfera privada”⁶⁴. Há que se examinar, igualmente, até que ponto este mesmo termo é adequado a outras importantes esferas da “sociabilidade” campineira deste momento, nas quais circulam apenas “gente de botina, de cartola, de gravata, de chapéu de sol”⁶⁵.

Para tal intento, podemos acrescentar outros dados de pesquisa empírica, a partir dos quais o próprio conceito de “sociabilidade”, intimamente imbricado ao de “público”, possa ser recolocado nas suas bases históricas, no interior das quais foi produzido e vivenciado. Maria Luisa de F. D. do Páteo, ao priorizar tal conceito, apresenta um trecho de um editorial não assinado, do jornal “Diário de Campinas”, provavelmente elaborado por Henrique de Barcellos, a propósito da idéia da organização de um “passeio público”. Dele retira a concepção de “sociabilidade” como sinônimo de “encontro”, de “reunião”. Acompanhemos as suas formulações:

“A sua construção” — refere-se ao Passeio Público — “foi planejada não apenas como uma questão de higiene e de saúde pública tal como se cogitava no início da década de 70, mas sobretudo como um local de reuniões, de encontro, de sociabilidade:

(...) ‘Essa numerosa concurrencia aquelle lugar, vem piorar uma cousa, e é que este povo sente absoluta necessidade de um passeio publico onde possa atravessar as tardes domingueiras. Queira Deus que a ideia ha tempos tão bellamente concebida se converta em realidade. Dos passeios franqueados ao publico, não advém unicamente beneficios higienicos. São também focos de reuniões onde se exerce sociabilidade que é a característica do adiantamento de um povo’

(Diario de Campinas, 31/10/1876 - grifo meu)

Note-se que aqui já se exterioriza uma necessidade de um passeio público, necessidade esta até então ausente ou adormecida nas salas de visitas, clubes privados, atividades religiosas. A praça, potencialmente foco de reuniões, campo aberto para as relações sociais, solo fértil para o encontro e convívio de conhecidos e estranhos, descortinava lentamente a cidade para um novo horizonte social. O exercício da sociabilidade, cujo palco e cenário se materializavam no emergente Jardim Publico, era visto como característica de um 'povo adiantado que caminhava para os moldes de uma cidade próspera e desenvolvida' ”⁶⁶.

O procedimento analítico que esta autora adota, no que se refere à leitura deste documento histórico, resume-se em retirar-lhe alguns dados, de maneira mecânica, sem problematizá-los historicamente. E, ainda que a antropóloga admita — e mesmo defenda — que o “Passeio Publico”, neste momento histórico, seja privilégio apenas da elite campineira, tece suas conclusões finais a propósito da questão da “sociabilidade” a partir da ótica analítica que aciona em relação ao mencionado documento: isto é, reproduzindo a visão do republicano Henrique de Barcellos, afirma que no interior do “Passeio Publico”, bem como nas demais esferas públicas campineiras, houve um “alargamento de horizonte social”⁶⁷, neste final dos oitocentos.

Numa outra prática de leitura documental, é possível perceber a tessitura discursiva elaborada pelo redator do “Diário de Campinas” como produto — e ao mesmo tempo como produtora — de uma rede simbólica tanto historicamente situada como imbricada a interesses e visões de mundo socialmente localizados. Neste sentido, articulando-se os fios desta produção documental ora em foco, a outros encontráveis em artigos do mesmo redator e publicados na mesma folha diária campineira, podemos compor uma malha de representações, onde a idéia de “sociabilidade” é definida, a partir de

concepções liberais, positivistas, as quais aparecem amalgamadas, muitas vezes, a ideais românticos, nacionalistas. Assim é que, para justificar a criação destes espaços públicos — vistos como possibilidades de fuga de um cotidiano mecânico, esterilizado pelo mercantilismo —, aciona o conceito de “sociabilidade” como sinônimo de “higienização”, de “polimento” do trato social, sobretudo no que se refere ao falar e ao trajar. “Sociabilidade” como aquisição dos “foros” de gente adiantada, civilizada, “gente de bom tom”. Isto principalmente através do exercício da modéstia, da moderação e mesmo da adequação às condições climáticas nacionais (no que se refere especificamente ao trajar). “Sociabilidade”, finalmente, como adestramento da conduta social à qual deveriam submeter-se, fundamentalmente, os caipiras, os casmurros (digase, os “cabeçudos”) e as ... “mulheres” (sic!). Mais especificamente, observemos a fala do citado jornalista — que aparece, neste momento, sob o pseudônimo de Gil Blás — para melhor captar os significados que atribui à categoria analítica “sociabilidade”.

“Um indivíduo qualquer, até mesmo casmurro, um caipira fica limado em pouco tempo, pela sociabilidade, pelo espirito dos outros. Elle em pouco tempo aprende a não dizer asneira, a não bater no ombro do interlocutor, e a não cuspir nos circunstantes quando falla com assomos pedantes.

Entre as senhoras tambem deve existir a sociabilidade; é este um meio pelo qual dão-se os ultimos toques na educação da mulher. Ella não deve ser um livro de amostras nem tão pouco um livro de Horas Marianas encadernado em belbutina que só sahe de casa para a igreja, de baixo da mantilha. Entre as varredoras das ruas e as reclusas, há a senhora que sahe de casa opportunamente, a uma visita, a um passeio, mesmo à igreja! porque a mulher deve la ir uma ou outra vez. Do que não gostamos é dos extremos.

Com a mulher que procure as relações que estejam de accordo com a sua posição, dá-se o mesmo que com o

homem; isto é, ella tambem aproveita. Aprende a ver o que lhe fica bem, quer na elegancia do traje, quer na simplicidade polida do tracto (...) a modestia no homem, até certo ponto, é uma cousa necessaria, na mulher é mais ainda. Além de necessaria como prova de fina educação é um adorno para o espirito, é um modificador, um reagente contra a vaidade” (...)⁶⁸.

Deparamo-nos, pois, com uma dada acepção de “sociabilidade” ou de “civildade”⁶⁹, que pode ser lida não como “convívio de conhecidos e estranhos” mas, muito mais como controle de práticas e sensibilidades sociais que chega a afetar o corpo das pessoas, principalmente das socialmente “menores” — das figuras a serem “civilizadas”, i. é, dos caipiras, dos casmurros, das mulheres, aliás tão sujeitas à “vaidade” (sic). Controle concebido como mecanismo capaz de promover a “civilização”, ou segundo a visão do próprio Barcellos — como já demonstramos acima — “a senda ascendente do bello, do verdadeiro, do util”. A recorrência a vocábulos no singular, para definir o ideal civilizatório, é reveladora da apreensão unidimensional deste jornalista acerca deste mesmo ideal. Ou seja, segundo este, tratam-se aqui de valores absolutos, e o “novo” percurso deve remover, em sua construção, toda a peculiaridade, qualquer diferença — em suma, o lugar do “outro”.

Realmente, no interior dos “novos” “espaços públicos” campineiros, particularmente neste final da década de 1870, os quais, a despeito de sua conotação pública, constituem privilégios apenas de alguns — dentre os quais os editores dos almanaques para 1878 e 1879 —, está em curso o engendramento de um processo dramático de transformação de hábitos cotidianos, convicções, modos de percepção intimamente articulados ao

avanço do sistema capitalista. Isso não apenas em Campinas ou no Brasil, em geral, mas no mundo tomado agora como um todo integrado⁷⁰.

Ou seja, nestes espaços vivencia-se o processo de constituição de representações, assentadas em acepções homogêneas, desenraizadoras, onde não têm lugar os negros — sejam escravos, como por exemplo os construtores do Passeio Público⁷¹, ou libertos e, por conseguinte, os praticantes da “congada” e do “cayapó”⁷² — os doentes, dentre os quais os variolosos, os portadores da “hannseníase”⁷³, as “camélias sujas”⁷⁴, além dos “mendigos”, população dos arrabaldes que aos sábados desce para o centro da cidade: “phisionomias emmagrecidas e macilentas, de olhos encovados e escrutadores. Criaturas mal vestidas, mais ou menos sujas; mulheres tendo á cabeça uma rodilha e adiante de si uma creança esfarrapada; velhos de longa barba inculta, de sobranceiras bastas, com ar chorão e a espinha vergada, typos que Rembrandt não se despresaria de collocar n’uma de suas tellas immortaes”⁷⁵.

No que se refere aos trabalhadores livres, se alguns deles estão presentes na inauguração do Passeio Público, obviamente em detrimento de tantos outros — sendo citados especialmente os da construção civil, tais como o serralheiro, o “trolha”, i. é, o ajudante de pedreiro, os “pintamuros”⁷⁶ — muitas vezes, no interior destes mesmos “novos” espaços, são objeto de hilaridade, de escárnio. O caso retratado por Hyppolito da Silva, quando da passagem de dois boiadeiros, provenientes de Jaú, pelo Rink Campineiro, fornece-nos elementos para a reflexão. É bem verdade que o seu olhar, em relação à cena por ele vivenciada enquanto folhetinista do “Diário de Campinas”, objetiva provocar nos leitores a valorização social, cultural da figura do trabalhador. Contudo, uma leitura a “contrapelo” deste mesmo “folhetim” permite que nos aproximemos “das gargalhadas geraes” em relação às quais é possível apreender-se uma conotação desqualificadora, desabonadora, do “outro”:

(...) ei-los a descrever pelo Rink as posições mais engraçadas e a desafiarem as gargalhadas geraes.

O povo riu-se ... mas um riso nervoso, triste, que não podia ser máu, de vista da phisionomia franca, benevola e jovial d'aquelles homens!”

(...) Quando sentaram-se, o publico formava um circulo ao redor d'elles, interrogava-os, apalpava-os, admirava-os, como se elles fossem dois phenomenos, duas curiosidades que houvessem escapado de algum musêo!

Tambem para elles todo aquille publico era-lhes familiar: acceitavam o cigarro de um, o charuto de outro, o copo de cerveja de um terceiro, e não cavaqueavam, não pestanejavam, não se offendiam com as pilherias innocentes que provocavam! (...)

Hyppolito da Silva⁷⁷

Ressoam em nossos ouvidos, via depoimentos dos jornalistas contemporâneos, ecos do bulicio que toma conta do “Boulevard” nos finais das tardes campineiras. Neste já citado estabelecimento comercial, ora freqüentado por “homens de negócio” e por “famílias”, é possível captarmos, num vislumbre, cenas reveladoras: episódios alegres, entusiásticos, de jogo de bola, de consumo de refrescos, cervejas, aperitivos, guloseimas⁷⁸, de concertos musicais⁷⁹, entrecortadas inúmeras vezes, por choques explicitos — não só verbais, mas físicos — entre grupos de “letrados” campineiros⁸⁰. Conflitos abertos, para exemplificar, entre os considerados “jornalistas, de um lado — diga-se dos bacharéis de direito, dos editores dos almanaques ora focalizados, todas figuras da Gazeta — e os “mofineiros”⁸¹ — como, por vezes, eram rotulados os profissionais das letras redondas do “Diario de Campinas” — de outro.

Portanto, a paisagem campineira (re)visitada, especificamente nos anos de 1878 e 1879 — onde se localizam Hyppolito da Silva e Carlos Ferreira, os editores dos almanaques — revela, junto aos emblemas “propagandísticos” da “beleza”, da “verdade”, da “utilidade”, diga-se da “civilização”, da “modernidade” em Campinas, a presença de areias sociais movediças, embaralhadoras das esferas pública e privada, desenraizadoras, hierarquizadoras ou excludentes de grande parte dos sujeitos históricos deste momento. É possível, ao mesmo tempo, delinear-se neste quadroafiadas proeminências das pontas de profundos icebergs, enquanto embates, recriações — nada maniqueístas ou mecânicos, mais ou menos explícitos, mais ou menos violentos — produzidos no confronto com as direções dominantes. Chamo a atenção para as inúmeras resistências rurais e urbanas passíveis de serem flagradas no município de Campinas, neste momento de intensificação da “modernidade”. Tentativas de se refazerem as regras, de se assumir a iniciativa do jogo social, freqüentemente colocadas em prática, amalgamadas com concepções dominantes. Refiro-me, pois, a um quadro vivo, muito mais filmico do que fotográfico, capaz de conter conflitos, contradições: — escravos submetidos e, ao mesmo tempo, assassinando feitores e senhores, furtando, fugindo, suicidando-se⁸², articulando sutilmente movimentos de sobrevivência cultural, pela reelaboração de conceitos dominantes, tais como de “família”, de “memória”⁸³, de liberdade⁸⁴, de religiosidade, de dança⁸⁵, de música. Trabalhadores livres, nacionais e estrangeiros⁸⁶, mulheres em geral, doentes, “mendigos”, dentre tantos outros — e aqui poderíamos incluir os próprios editores dos almanaques “populares” —, personagens produzidos historicamente, mas também promovendo cotidianamente práticas afirmadoras de sua “singularidade”, de sua diferença, de seu pertencimento.

Quadro em movimento!

*OS EGRESSOS DO MUNDO DAS FERRAGENS E DA
COSTURA MASCULINA, DENTRE OUTROS (DÉCADA
DE 1880)*

Na década de 1880 deparamo-nos com os “almanachs” publicados por Henrique de Barcellos⁸⁷ para o ano de 1881 — anuário este, infelizmente desaparecido — e para o ano de 1886, e por José Gonçalves Pinheiro⁸⁸, para 1888. São eles personagens portugueses egressos do mundo do trabalho manual: o primeiro deles, já em Campinas desempenhara o papel de caixeiro da loja de ferragens de Antonio José Machado e o segundo fora alfaiate no estabelecimento de Pedro Rampi. Ambos, após terem atuado ao lado de João Alberto Salles (irmão mais jovem de Campos Salles e futuro propagandista da república) no jornal de curta duração “A Sensitiva” — voltado para a mulher, durante o período de 28 de julho a 28 de dezembro de 1873 — participam da fundação do jornal “A Mocidade” (03/1874), o qual rapidamente mudou seu nome para “Atualidade” (03/1875) e, finalmente, para “Diario de Campinas” (09/1875). À alteração do último título, correspondeu, também, a mudança na periodicidade desta folha local (a primeira cotidiana da cidade).

No “Diario de Campinas”, periódico de feição abolicionista e republicana — note-se, sem vinculação com o partido — as figuras ora focalizadas trabalharam, pelo menos nos primeiros tempos, não só como redatores, mas também nas posições, não tão pomposas para a época, de compositores tipográficos, impressores e entregadores de jornal⁸⁹. A partir de 1885, encontramos Henrique de Barcellos como proprietário e diretor do jornal “O Correio de Campinas”, e José Gonçalves Pinheiro nele atuando como redator⁹⁰.

É interessante observar-se a imagem construída pelo jornalista campineiro Alberto Faria⁹¹ — folclorista e proprietário, na década de 1920, do jornal fundado por Henrique de Barcellos, “O Correio de Campinas” — a respeito dos personagens ora em questão. Em artigo publicado em 1916, na Revista do Centro de Ciências Letras e Artes, versando sobre a imprensa campineira, enfoca a atuação destes editores como redatores da “Mocidade”, “Atualidade” e “Diario de Campinas”. Elege para retratá-los o símbolo de “paladinos” das causas político-sociais do momento, i. é, a república e a secularização do pensamento. Assim se manifesta Alberto Faria:

“Padres e Reis é que foram o alvo mais apontado pela rhetorica dos plumitivos nóveis (...) Trovejaram em surtos de lyrismo revolucionario, por todas as columns, ameaçando o céu e a terra, symbolizados no altar e no throno (...) É Henrique de Barcellos quem assim allude a clericais e livre-pensadores, tomando o partido dos últimos, num estilo entretecido de antitheses á Hugo, autor favorito. Suas velleidades de panphletario traíam-se em o “nom de plume” que adoptara - Rochefort, verdadeiro cognome do iconoclasta terrível da Lanterne (...) É Gonçalves Pinheiro (...) de olhos muito azuis, bigodes e labios finos (...) que deseja ver o ultimo rei enforcado na tripa do ultimo frade, numa berrata de sans-culotte, de pura phantasia. Assignara-se este Léon Gozlan”⁹².

A mesma imagem acima delineada é reproduzida pelo jornalista Júlio Mariano, em sua obra “História da imprensa em Campinas” (1972), em que registra a atuação dos “jovens” editores Henrique de Barcellos e José Gonçalves Pinheiro, ao lado da de Antonio Sarmiento (ex-ajudante de guarda-livros) e de Joaquim Toledo (ex-padeiro), comparando-a àquela dos “quatro

mosqueteiros”⁹³, bem nos moldes dos heróis de capa e espada dos romances de Alexandre Dumas, aliás intensamente lidos na cidade neste momento.

Não é este o perfil da dupla de editores delineado pelo jornalista contemporâneo e conterrâneo, José Phelippe Pestana, também ele oriundo do mundo do trabalho manual: em Campinas atuara como padeiro no estabelecimento comercial do coronel Rego Duarte⁹⁴. Autor das obras “República das Letras”, “Miniaturas em prosa”, publicadas em 1875, e de “Cromos e filigramas”, editada em 1884⁹⁵ — além de ter sido um dos responsáveis pela organização do “Almanak de Campinas para 1876”⁹⁶, infelizmente desaparecido, de cuja publicação desistiu, tendo vendido sua parte a Pedro Franzen —, fora colega das figuras em foco nos periódicos “Mocidade”, “Atualidade” e “Diario de Campinas”. No final da década de 1880, na coluna “Perfis Jornalisticos” do jornal abolicionista “Letras e Artes” — o “Jornal dos Trabalhadores”, e que tem curtíssima duração⁹⁷ — no qual ocupa a posição de diretor-proprietário, sob os pseudônimos de Anna Pejo e L. A., tece visões relativas a José Gonçalves Pinheiro e a Henrique de Barcellos, já enquanto jornalistas do “Correio de Campinas”. Relativamente ao primeiro, mais precisamente em 02/10/1887, assim se pronuncia:

“Consta que é o Mascara Negra”⁹⁸. Se o não é, o Mascara é o diabo por elle. Pesado com 60 kilos, segundo sempre o systema de macaco velho que não mette mão em cumbuca, argumenta nas questões mais importantes de tal modo que não se sahe bem, nem se sahe mal. É o Lafayette da imprensa campineira: - “póde ser que sim, póde ser que não!”. De resto; tem talento mas não o aplica em defeza de causa alguma. Escreve e escreve, mas os seus artigos não apparecem porque não os assigna”⁹⁹.

Quanto ao segundo, é bem mais condescendente; contudo, prefere invadir-lhe a esfera doméstica, o espaço da vida privada, para deixar gravada para a posteridade (em 11/09/87) a imagem de “bom pai”:

“Tem a vista curta e é homem de vistas largas. É um pouco mais baixo do que Carlos Ferreira, mas como os homens se medem das sobrancelhas para cima, são da mesma altura.

Quando o phrenesi se apodera delle, ninguém o atura: quando está de bom humor é amável como uma dama.

Escreve o que sente, com o maior critério, mas há para ele uma gloria acima de todas - a de ser pae.

Sendo fanatico pelas grandes obras, põe-se de lado para lêr um poema que é seu, unicamente seu, e que se resume no olhar e nos sorrisos de sua filha. É grande quando escreve, mas é maior ainda quando fita o seu olhar crystalino e puro da única filha que possue (...)”¹⁰⁰.

É bem verdade que na década de 1880 importante quadra de movimentos abolicionistas¹⁰¹, não só na região, mas no país em geral — “o cavaleiro da espora de ouro da imprensa campineira”¹⁰², Henrique de Barcellos — leitor do escritor francês Paul-Louis Courier e do teórico socialista também francês Pierre Joseph Proudhon¹⁰³, pelo menos no início dos anos 80 — e seu companheiro Gonçalves Pinheiro, já se encontram estabelecidos na urbe campineira, não apenas como “homens das letras impressas”, mas como proprietários de estabelecimentos comerciais. A “Livraria Universal”, “montad(a) a capricho, rivalisad(a) com(a)s melhores que a provincia conta”¹⁰⁴, à rua do Comércio, é propriedade deste último, no período de 79 a 81¹⁰⁵. Em 1885, por sua vez, Henrique de Barcellos “mediante ações tomadas por amigos e admiradores”¹⁰⁶, lança-se à fundação do jornal “Correio de

Campinas”, bem como à oficina de encadernação e à tipografia, todos à rua Direita.

Destaca-se também Barcellos na cidade como “distinto” professor do Colégio “Culto à Sciencia” (situado à rua Alegre), lecionando “grammatica portugueza, analyse e grammatica franceza”, no período de 1876 a 1884¹⁰⁷. Além disso, numa sala contígua à “Livraria Universal”, em 1881 funda um Curso Noturno destinado “aos empregados do commercio (...) e a todos aquelles que não podem frequentar collegios”¹⁰⁸. Ao mesmo tempo, neste mesmo ano, “obsequiosamente se presta a leccionar portuguez”¹⁰⁹ na Escola Ferreira Penteadado, instituição de ensino filantrópico, recentemente inaugurada (ou seja, em 15/05/1881), por iniciativa de Joaquim Ferreira Penteadado, Barão de Itatiba. A família deste abastado fazendeiro do município prosseguiria criando e mantendo escolas, como o Colegio Ferreira Camargo e a Escola Ferreira Filho¹¹⁰.

Ei-los, ainda, fazendo-se presentes no cenário “culto” da urbe campineira, vertendo obras do português para o francês — é o caso, por exemplo, de Gonçalves Pinheiro, em relação ao romance “A Filha Maldita”, do escritor francês Emille Richebourg¹¹¹ — e ocupando postos em associações fundadas por conterrâneos. Tais sociedades são compostas, prioritariamente, por proprietários de estabelecimentos comerciais, tais como o “Gremio Girondino” e a “Sociedade Musical Luiz de Camões”. Espreitem comigo por entre as brechas deixadas pelo passado, e visualizemos “Leon Gozlan”, diga-se Gonçalves Pinheiro, figurando no ano de 1878, como o “2º zelador”¹¹² do mencionado “Gremio”, então localizado num sobrado do largo da Matriz Velha, com “as paredes pintadas de vermelho e negro”¹¹³. Tal instituição fora fundada na cidade em 01/03/1876, num importante momento de expansão comercial, segundo a própria avaliação de Henrique de Barcellos¹¹⁴. Vejamos, a imagem que ele próprio, Gonçalves Pinheiro, compõe especialmente para os leitores do “Diario de Campinas”, em 23/03/1876, a respeito da, então, “nova” sociedade:

“Está definitivamente organizado e funcionando o Gremio Girondino (...) é uma sociedade composta de pessoas escolhidas entre todas as classes e tem por fim, proporcionar aos associados divertimento, leitura, jogos e, sobretudo, a palestra instructiva que sempre se estabelece entre pessoas cultas. Ali joga-se, conversa-se de politica, de moral, de lavoura e toma-se chá”¹¹⁵

Nessa tessitura lingüística acha-se explícito o esforço de um dos membros desta “nova” organização em distinguir socialmente os seus “componentes” — portanto, também a si próprio. Portugueses, em sua grande maioria comerciantes, é-lhes atribuído o estofa de “gente culta”, “civilizada”, apreciadora dos hábitos europeus de divertimento à base de leituras, jogos, palestras sobre temas de reconhecido valor sócio-político, e tudo isto regado ao “inglesíssimo” chá! (sic!). Não faltam, nesta construção imagética, os “simpáticos” efeitos produzidos pela idéia de “democracia”, expressa no texto de maneira intimamente articulada ao “Gremio”:

“sociedade composta de pessoas escolhidas entre todas as classes”.

Considerando-se a lógica discursiva anteriormente exposta, tal concepção deve ser lida dentro de acepções obviamente liberais, diga-se hierarquizadoras, seletivas, socialmente excludentes.

“Rochefort”, Henrique de Barcellos, por seu turno, vem a público no mesmo jornal, logo a seguir, i. é, em 25/03/1876, para tranquilizar os leitores se não “eruditos”, pelo menos “bem informados”, a respeito de uma possível e perigosa associação de símbolos relativa à mesma associação cultural:

“Realiza-se hoje também a inauguração do Gremio Girondino, uma amavel sociedade que acaba de formar. Aquella caza põem medo a gente. As paredes pintadas de vermelho e preto, trazem-nos á memoria as cores da communa; mas não tenha susto o leitor, que a associação não quer para si o que é dos outros, pela mesma razão que não quer dar aos outros o que lhe pertencem.

Já o meu leitor vê que há modas que não pegam”¹¹⁶.

No diálogo com as representações dos “medos” instalados no município, a propósito do movimento francês de 1871, acima referido, Henrique de Barcellos focaliza uma delas — a relativa à ameaça à propriedade privada — e joga firme, textualmente, no sentido de desvinculá-la do “Gremio Girondino”. Contudo, numa nítida comprovação de que esta “moda” não está tão afastada assim, neste momento, dos circuitos culturais campineiros, no seio do próprio “Diario”, somente alguns meses depois desta ocorrência, um colaborador traz à tona a questão da Comuna de Paris. É o que veremos, logo a seguir ...

No interior da “Sociedade Musical Particular Luiz de Camões”, localizada à Rua Direita e inaugurada em 10/06/1880, além de evidenciarem-se entusiásticos apreciadores de sua banda de música, Henrique de Barcellos compõe a diretoria¹¹⁷ e o quadro de docentes: leciona lingua portuguesa — “graciosamente” na escola diurna de primeiras letras “gratuita para os filhos ou tutelados dos socios” — e no curso secundário noturno¹¹⁸.

Acompanhemos a seguir as polêmicas¹¹⁹ travadas, nesta segunda metade da década de 70, ou mais precisamente, de 1876 a 1879, entre os editores em foco e os redatores da Gazeta, ou, mais especificamente, Francisco Quirino dos Santos, Manuel Ferraz de Campos Salles, Jorge Miranda, Carlos Ferreira, Francisco Glycerio e Abilio Marques.

Para além das similaridades liberais, eivadas ou não com matizes românticos e/ou positivistas — por exemplo, quanto à já analisada concepção

de “civilização” como sinônimo da “senda ascendente do bello, do verdadeiro e do util” —, é possível ler-se através destes embates, dissonâncias significativas entre os jornalistas de ambas as folhas locais. Diferenças entre estilos jornalísticos, conceitos de republicanismo, visões de mundo. No “Diario de Campinas” — jornal que apresenta em seu cabeçalho a expressão por si só denunciadora de seu posicionamento de combate “NÃO ADMITIMOS TESTA DE FERRO”, “Rochefort”, ou ainda, “Nostradamus” ou “Rasteur” e “Leon Gozlan”, elaboram denúncias.

O professor do “Colegio Culto a Ciencia” — o que “não sabe nem o que escreve nem o que ensina !!! e (o que) nem tão pouco sabe desempenhar a sua palavra comprometida, em uma questão litteraria !!!”¹²⁰ — nas palavras contundentes de Abilio Marques, o redator da Gazeta, aliás seu conterrâneo — e o sócio do Gremio Girondino¹²¹, em tom muitas vezes irônico e jocoso denunciam que o modelo de república assumido pela “aristocracia da intelligencia”¹²², diga-se pelos “bacharéis” da Gazeta, exclue o “povo”, os trabalhadores¹²³, os “verdadeiros sujeitos da história”¹²⁴, das decisões sobre os negócios públicos. Neste momento, aliás, as vozes dissonantes dos co-partícipes dos espetáculos de magnetismo¹²⁵ no Theatro São Carlos (ou seja, Barcellos e Gonçalves Pinheiro) — espetáculos estes tidos pelo colaborador da Gazeta, o médico Silveira Lopes, como “a-científicos”, “irracionais” —, aliam-se aos demais colegas do Diário (dentre os quais Joaquim Toledo e Gaspar da Silva Dutra) para darem “lições” sobre a república. Arvorando-se em “portavozes” do “povo”, afirmam que a forma de governo assumida pelos adeptos do Partido Republicano Paulista não difere do “governo monarchico constitucional”¹²⁶. E que tal governo acha-se, no momento, apoiado em “déspotas” ou “demagogos”, como os republicanos Gambetta, Thiers e Castellar¹²⁷. Ao mesmo tempo, propõem a “Republica Plebiscitaria”, onde o conceito de representação é eliminado e, em seu lugar, é acionada a estratégia positivista do plebiscito e fortalecida a noção de participação “popular”

concebida em moldes das “Republicas de Suissa”¹²⁸. Além disso, matizes simbólicos da Comuna de Paris e dos “cantoneiros” espanhóis¹²⁹, são de alguma forma retomados. E ao nomear tal possibilidade de participação “popular”, o anônimo colaborador do Diário tem o cuidado de distingui-la semanticamente, tanto da concepção de “anarchia” ou de “violação das leis”¹³⁰, como do conceito de “revolução”. No que se refere à última acepção, prefere utilizar o vocábulo “contra-revolução”. Ouçamo-lo:

*(...) “E se (o povo) não é livre, deve conquistar a nea liberdade. É o direito da contra-revolução, pois que a revolução está consummada por aquelles que lhe tomaram a sua liberdade e que o mantem em servidão. Na Hespanha os cantoneiros, e na França os communeiros fizeram uma contra-revolução para reconquista de seus direitos, da livre escolha de um governo, confiscados por Castellar e Canepa e por Thiers. Este e só estes foram revolucionarios” (...)*¹³¹

Já a partir de 1879¹³², podemos focalizar em cena o autor das “Notas Quotidianas”¹³³, o nosso “Hendebar” do Correio de Campinas, aproximando-se muito mais das bases “prudentes e moderadas” do ideário republicano liberal dos jornalistas da Gazeta¹³⁴. Neste momento deixa de lado os “pueris” matizes jacobinos e passa a defender a visão de república, fundada na alfabetização — a possibilidade de transformar “machinas” em “homens”, ou melhor, em “cidadãos” — e na “sensatez”:

(...) “A republica que condemna os abusos de qualquer especie que sejam deve ser o governo da sensatez. Tem-se visto os que mais exaltadamente se pronunciam por uma idéa hoje, abandonal-a amanhã ao primeiro apito com armas e bagagens (...)

*Fóra pois com o entusiasmo pueril, tão perigoso como a indiferença politica e tão objecto como a inercia mental”*¹³⁵.

É justamente nesta fase que podemos acompanhar Henrique de Barcellos como editor dos “almanachs” para os anos de 1881 e 1886.

Quanto a José Gonçalves Pinheiro, o editor do “Almanach do Correio de Campinas para o anno de 1888”, a partir de 1880 dedica-se exclusivamente, enquanto co-proprietário, à Livraria Universal. Seu retorno ao jornalismo campineiro em 1885, deve-se provavelmente ao fechamento das portas do seu estabelecimento comercial, frente à crise econômica que se abate sobre a cidade nos primeiros anos da década de 1880, com o declínio dos preços do café¹³⁶.

Voltaremos a Henrique de Barcellos e a José Gonçalves Pinheiro — os editores dos “almanachs” da década de 1880 — na busca da relação texto (almanaques) e contexto (dentro do qual, os autores).

Como autores dos “almanachs” da década de 80, particularmente para o ano de 88, constam intelectuais socialmente reconhecidos, seja na esfera local, nacional ou européia: o professor do Colégio Florence, diretor e proprietário, a partir de 05/0686, do “Externato Feitosa”, de Campinas, Miguel Alves Feitosa¹³⁷, o “nosso” já conhecido jornalista Carlos Ferreira, o português João de Deus (João de Deus Ramos), bacharel, poeta, proponente na época de um rápido método de alfabetização¹³⁸, além das figuras de Anthero de Quental, Ramalho Ortigão, Victor Hugo, Charles Dickens e Catulle Mèndes (escritor francês, 1841-1909, cujos poemas são inspirados na estética parnasiana¹³⁹). Quanto ao “almanach” para o ano de 86, não apresenta parte literária; o “almanach” para o ano de 1881, por sua vez, não foi localizado nos arquivos locais ou nacionais.

Porque, afinal, os editores/redatores dos almanaques campineiros oitocentistas podem ser considerados “maîtres de plaisir”¹⁴⁰?

É o que veremos nos próximos capítulos.

NOTAS DO CAPÍTULO 3

1. Almanak de Campinas para 1871, op. cit., p. 73.
2. Imagem construída pelos viajantes estrangeiros, dentre os quais A. E. Zaluar, in "Peregrinações pela Província de São Paulo" (1860-1861), Livr. Itatiaia. Edit. Ltda./ Edit. da USP, 1975, pp. 122-132.
3. Vampré, Spencer - "Memórias para a história da academia de São Paulo", v. II, Livraria Acadêmica, Saraiva Edit., S.P., 1924, pp. 359-360; Zaluar, A. E., op. cit., p.130; Sobre a Academia de Direito de São Paulo, ver, ainda, Nogueira, Almeida - "Academia de São Paulo: Tradições e Reminiscências", S.P., 1907-1911, 9 vs.; Venâncio Filho, Alberto - "Das Arcadas ao bacharelismo", S.P., Edit. Perspectiva; Adorno, Sérgio, "Os aprendizes do poder. O bacharelismo liberal na política brasileira", R. J., Paz e Terra, 1988; Glezer, R. - "São Paulo e a elite letrada no século XIX", Rev. Brasil. de Hist., S.P., v. 2, nº 23/24, pp. 19-30, set.91/ag.92.
4. Pestana, Rangel - "Francisco Glycerio" (biographia), in "Almanach Litterario de São Paulo para 1879", org. por J. M. Lisboa, p. 213, S.P., Typ. da "Provincia", 1878.
5. Op. cit., pp. 91 a 156.
6. Op. cit., pp. 113 a 163.
7. Saboia, Edith - "A vida de Rangel Pestana", Suplemento do Centenário de "O Estado de São Paulo", 15/03/1975, nº 11.
8. Op. cit., p. 155.
9. Id. Ibid., p. 234.
10. Id. Ibid., p. 245.
11. Id. Ibid., p. 75.
12. Id. Ibid., p. 25.

13. Schwarz, Roberto - "As idéias fora do lugar", Caderno Cedes, nº 3, S.P. 1973.
14. Adorno, S., op. cit., p. 54.
15. É interessante observar que na análise da "teoria da dependência", traçada por M. Sylvia C. Franco, a relação entre hegemonia e periferia apresenta-se invertida, se comparada ao enfoque proposto por Adorno. Para tal filósofa, "não raro, nesse esquema, o mal absoluto é colocado nas sociedades hegemônicas, no capitalismo internacional e as esperanças de redenção são colocadas nas forças progressistas da política, da sociedade e da economia nacionais, na atuação de uma burguesia esclarecida". Cadernos de Debate, S.P., Brasiliense, 1976, pp. 63-64.
16. J. J. Rousseau, no "Discurso" em foco, dedica-se à construção analítica da categoria "piedade", fundamental segundo a sua própria ótica, posto que visualizada por ele como a "Base das virtudes sociais". Dialoga com Hobbes e Mandeville: do primeiro distancia-se, porque este considera que "o homem é naturalmente mal"; do segundo aproxima-se, uma vez que este último pelo menos, dá-se conta de que "sem tal sentimento o homem seria um monstro". Contudo, se num primeiro momento pretende criticar o "amor em si", acaba, num movimento circular, por reafirmá-lo. Isto, na medida em que opta, para conclusão de suas ilações, por uma máxima fundada no privilegiamento do próprio "eu", na relação com o outro, apenas indicando, num segundo plano, a necessidade de causar o menor mal ao outro:
- "É ela "(a piedade)", que, em vez dessa máxima sublime de justiça sensata: 'faz a outrem o que queres que te façam', inspira a todos os homens esta outra máxima de bondade natural, bem menos perfeita, mas talvez mais útil que a precedente: 'faze o teu bem com o menos mal de outrem! (...) há muito tempo que o gênero humano não existiria, se sua preservação dependesse apenas dos raciocínios daqueles que o compõem" ("Discurso sobre a origem e a desigualdade entre os homens". Edit. Un. de Brasília, S.P., Ática, 1989, p. 76).
- Portanto, ao mesmo tempo, importa registrar que tal elaboração conceitual não chega a superar o fundamento utilitarista, uma vez que a grande justificativa apresentada pelo autor, para que não se perca de vista a piedade é a defesa da própria vida.
- Galzerani, M. Carolina B. "Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade: uma possibilidade de reflexão sobre o pensamento rousseauiano", Campinas, S.P., 1993 (MIMEO); a respeito de J. J. Rousseau, foi também consultado Starobinski, J. - "A transparência e o obstáculo", S.P., Cia das Letras, 1991; Fortes, Luiz Roberto - "Rousseau: o bom selvagem", S.P., FTD, 1989; Romano, Roberto - "Corpo e cristal: Marx romântico", R. J., Edit. Guanabara,

- 1985; Piozzi, Patrícia - "Natureza e artefacto: a ordem anárquica, algumas considerações sobre a gênese da idéia socialista libertária", Tese de Doutorado, FFLCH, USP, S.P., 1991.
17. Os dados contidos nesta tessitura, sobre os bacharéis de direito campineiros, ora focalizados, foram retirados da análise dos "almanaks" de Campinas para 1871, 1872, 1873 (organizados por J. M. Lisboa), das biografias destes personagens presentes nos "almanachs literários de São Paulo" (edit. por J. M. Lisboa) para os anos de 1877 e 1879, do Jornal "Gazeta de Campinas", no período de 1869 a 1874, e dos Suplementos do Centenário de "O Estado de São Paulo", publicados no ano de 1975.
 18. Habermas, J. - "Arquitetura moderna e pós-moderna", trad. de Carlos Ed. Jordão Machado, "Novos Estudos/Cebrap", nº 18, set. 1987, pp. 115-124.
 19. Gazeta de Campinas, 20 e 31/08/1871, p. 2 e 3 (respectivamente).
 20. "Club de Corridas", p. 95, in "Almanach popular de Campinas para o anno de 1879", H. da Silva e C. Ferreira (Edit.), Campinas, 1878.
 21. "Almanaks" de Campinas para 1871, 1872 e 1873 (op. cit.); Blake, Sacramento - "Diccionario Bibliographico Brasileiro", v. 5, Conselho Fed. de Cult., 1870, p. 470.
 22. "O Constitucional", no período de 25/03/1875 a 23/03/1876; Faria, Alberto, op. cit., p. 29.
 23. Op. cit., pp. 81-90.
 24. É João Alberto Salles, irmão mais jovem de Campos Salles autor do "Catecismo Republicano" (1885), dentre tantas outras obras, quem em artigo elaborado para o Almanaque "A Cidade de Campinas em 1900", forja a imagem do grupo dos republicanos campineiros — ou seja, João Quirino, Francisco Quirino, Jorge Miranda, Francisco Glicério e Campos Salles — como "os primeiros soldados do generoso exercito libertador da grande Pátria brasileira", os responsáveis pelo "grande e poderoso impulso que de 68 para cá, lançou Campinas na vereda franca e decisiva do progresso". Op. cit., org. por Leopoldo Amaral, Typ. a vapor da casa Livro Azul, Campinas, 1901, "Campinas Actual", pp. 44 e 45.

25. José Hypolito da Silva Dutra (1858-1904) poeta, jornalista, comerciário campineiro. Na década de 1880, funda em Campinas o jornal de feição republicana e abolicionista “Correio da Tarde” (1880), juntamente com José Cesar Goes. Em 1882 transfere-se para a matriz da Casa Lidgerwood, no Rio de Janeiro. Na cidade de São Paulo, a partir de 1884, teve importante atuação enquanto abolicionista, tendo integrado o histórico grupo dos caifazes. Foi autor de versos epigramáticos mordazes, com temas ousados, que agitaram a sensibilidade religiosa e moral da sociedade da época. Publicou: “Latifúndios” em 1887, poemas antiescravagistas; “Humorismos da Propaganda Republicana” em 1904, coletânea de versos político-humorísticos. Admirador da poetisa Zelina Rolim, compôs versos em sua homenagem. Pertenceu à Academia Paulista de Letras e ao Instituto Histórico e Geográfico. Amaral, Antonio Barreto — “Dicionário de História de São Paulo”, Coleção Paulística XIX, São Paulo, Gov. do Estado 1980. Blake, Sacramento — “Diccionário bibliographico”, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1895, v. III, p. 256. Camargo S. A., Rezende — “Nomes para as ruas de Campinas”, Campinas, obra datilografada; comissão especial: Dr. Celso da Silveira Rezende; Celso Ferraz de Camargo e João Baptista de Sá. Monteiro, Aristides, “Panorama da Poesia de Campinas. Até 1920”, Publicações da Academia Campinense de Letras, nº 34, Campinas, S.P., 1976, pp. 37 e 38; “70 anos da Academia Paulista de Letras”, Publicações da Acad. Paulista de Letras, 27 de novembro de 1979, p. 120. Ribeiro, José Jacyntho — “Cronologia Paulista”, S.P., Typ. do Diario Oficial, 1904, v. II, pp. 210-211.

26. Carlos Augusto Ferreira (1844 - 1913) - poeta, dramaturgo, folhetinista e redator-proprietário da Gazeta de Campinas. Sua bibliografia é vasta e suas obras finais foram publicadas em Campinas. Publicou: “Arnaldo”, drama (1865); “Cânticos Juvenís” (1867); “Rosas Loucas”, versos (1868); “Lúcia”, prosa (1868); “Alciones”, versos (1870); “O marido da doida”, drama (1874); “Histórias Cambiantes”, contos (1874); “Redivivas”, versos (1881); “A Esposa”, drama representado pela primeira vez em Campinas em 18/03/1882; “A Primeira Culpa”, romance (1890); “Feituras e Feições”, prosa (1905); “Plumas ao vento”, versos (1908); “Rimas e Prosa”, coletânea escolar (1911) e também o drama “A Calúnia”. Suas peças teatrais foram representadas com grande êxito em teatros do Estado de São Paulo e do Rio de Janeiro. Brito, Jolumá — “História da Cidade de Campinas”, 6º v., Campinas, 1958, pp. 141 a 172. “Carlos Ferreira” (Redação). Revista do Centro de Ciência, Letras e Artes de Campinas, ano XII, 1913, pp. 14-19; Faria, Alberto — “Imprensa Campineira”, op. cit., p. 23; Monteiro, Aristides — Panorama da Poesia

em Campinas. Até 1920”, op. cit., pp. 34 a 36; “70 anos da Academia Paulista de Letras”, op. cit., pp. 98 e 99.

27. “Da escola do Ghirlanda conheço a muitos respeitáveis chefes de família, carregados de filhos, cujas unhas se tostaram ao calor da milagrosa ‘Santa Luzia’. A sabatina, em sua escola, era uma verdadeira fábrica de bolos; desafio qualquer ex-aluno daquele saudoso mestre (sic) que impugne esta asserção”. Duarte, Rafael — “Campinas de outr’ora”, S.P., Typ. Andrade & Mello, 1905, p. 183.

28. Gazeta de Campinas, F. Quirino dos Santos. 6/05/1877, p. 1.

29. Já na década de 1880, Hyppolito da Silva, empenhado na campanha abolicionista publica a obra “Os latifúndios” (S.P., Editor J. Lousada, 1887). Nela realiza críticas contundentes tanto aos “republicanos” de fachada, como aos “bacharéis”. Em relação aos “republicanos”, por exemplo, manifesta-se contra os que, a despeito de uma fala liberal, mantém em casa escravos, para a comodidade própria e da família:

(...) “Podeis fingir que sois um filho carinhoso,/ Bom guarda nacional, bom pae e bom esposo;/ Ir á missa ao domingo; enviar aos hospitaes/ um obulo qualquer que faça nos jornaes/ Sahir o vosso nome envolto em elogios;/ (...) Podeis dizer que sois um coração sensível,/ E que a desgraça alheia as faces vos desbota; / Que sabeis respeitar as regras da igualdade,/ E até se levais longe o gosto pelo engano,/ Podeis mesmo dizer que sois republicano,/ Um livre pensador e um grande democrata./ Mas o que não podeis, se sois escravocrata/ (E para tanto basta a posse de um captivo!)/ É dizer-nos: sou justo, e o que me torna altivo/ É a crença de que sou um cidadão honesto!”/ o interesse produz essa illusão.../ De resto/ não se torce a moral, não mata-se a consciencia!.../ (...)/

Quanto aos “bacharéis” registra o seguinte:

“Julgai que com dinheiro e livros de direito,/ Embora sem talento, hade qualquer sujeito,/ Que tenha horror ao livro, á sciencia e á vigilia/ tornar-se pelo estudo a gloria da familia!/ (...) Em que podem pensar essas alminhas brutas?/ Nos estudos? Jamais. Pensam em prostitutas,/ Em ceias, em champagne e vinhos capitosos!/ E quando, a gracejar, dizem os crapulosos/ Que trabalho e honradez são termos obsoletos/ Sabem que ahi estais vós .../ Perdão! que ahi estão os pretos,/ Cujo labor lhes paga o grão e as torpezas,/ E alguns annos depois de ausencia e de despezas,/ Quando voltam ao lar e mostram o canudo/ (...) Que trazem? Ignorancia e servilismo/ Em summa/ ambição desmarcada e illustração nenhuma!/ Inúteis, vão viver com as espinhas curvas,/ cortejando o milhão, pescando em águas turvas/ Pusillanimes, vis baseando as esperanças/ n’um casamento rico em dotes, em heranças/ n’um emprego qualquer dos mais remunerados,/ Desses com que o governo arranja os afilhados/ Para os indemnizar sem muitas avarezas/ De mil aduações, empenhos e baixeças (...).”

30. “Humorismos da Propaganda Republicana”, S.P., Duprat, 1904, pp. IX e X.

31. Brito, Jolumá, op. cit., v. 6º, pp. 141 e 142.

32. Gazeta de Campinas, "Folhetim. Pagina de domingo", 15/06/1879, p. 1.
33. Gazeta de Campinas, "That is the question" (Assumptos Sociaes), 21/05/1877, p.1.
34. Gazeta de Campinas, "Instrucção publica", 05/05/1877, p. 1.
35. Ferreira, C., "O almanach perante o seculo", in "Almanach popular de Campinas para o anno de 1879", op. cit., p. 154.
36. "Rink Campineiro" (Iniciativa Particular), in "Almanach popular de Campinas para o anno de 1879", op. cit. p. 96.
37. "Club Semanal" (Iniciativa particular) in "Almanach popular de Campinas para o anno de 1879", op. cit., pp. 93 e 94.
38. "Rink Campineiro", op. cit., p. 96.
39. Passeio Publico (Iniciativa particular) in "Almanach popular de Campinas para o anno de 1879", op. cit., p. 94.
40. Club de Corridas (Iniciativa particular) in "Almanach popular de Campinas para o anno de 1879", op. cit., p. 95.
41. "Associação Campineira do Theatro São Carlos" (Iniciativa particular).
42. "Club Semanal", in "Almanach popular para o anno de 1878", op. cit., p. 40.
43. Salles, Campos - "O espirito de iniciativa em Campinas", in "Almanach Litterario de São Paulo", para 1879, publicado por José Maria Lisboa, S.P., Typ. da "Provincia", 1878, pp. 1 a 12.
44. Diario de Campinas. "Notas Quotidianas. 1869-1879", 1/01/1880, p. 1.
45. Salles, Campos, op. cit., pp. 6 e 1.
46. Diario de Campinas "Notas Quotidianas. 1869 - 1879", op. cit.

47. "Iniciativa Particular", in "Almanach popular de Campinas para o anno de 1879", op. cit., pp. 85 a 96.
48. "Maçonaria" (Associações, Companhias, Sociedades, et.), in "Almanach popular de Campinas para o anno de 1879", op. cit., pp. 102 e 148.
49. Gazeta de Campinas, Silva, Hyppolito da — "Secção Particular" "Bohemia Dramatica", 13/03/1878, p. 1.
50. Gazeta de Campinas, "Noticiário. Bohemia Dramatica", 04/09/1877, p. 2.
51. Gazeta de Campinas, "Noticiário. Bohemia Dramatica", 16/10/1870, p. 2.
52. Gazeta de Campinas, "Noticiário. Bohemia Dramatica", 14/07/1870, p. 2.
53. Gazeta de Campinas, "Secção Particular. Mofina", 12/09/1876, p. 2.
54. Gazeta de Campinas, "Noticiário. Varrimento das Ruas", 06/09/1877, p. 2.
55. "Annuncios. Gran turco", in "Almanach popular de Campinas para o anno de 1879", op. cit., s/p.
56. Gazeta de Campinas, "Annuncios, Kastorina do Doutor Zahlés", 26/05/1877, p. 2.
57. Gazeta de Campinas, "Noticiário. Lições de Historia Patria", 30/09/1877, p. 2.
58. Gazeta de Campinas, "Annuncio", 04/03/1877, p. 3.
59. A inauguração dos serviços de transportes urbanos da Companhia Campineira de Carris de Ferro ocorreu no dia 25/09/1879 - Gazeta de Campinas - "Noticia. Bonds", 26/09/1879, p. 2.
60. "Gazeta de Campinas", "Noticias. A Companhia Paulista", 07/09/1876, p. 2.
61. Dissertação de Mestrado apresentada ao Dep. de antropologia, IFCH, Unicamp, Campinas, 1997.
62. Id., Ibid., pp. 61 a 66.

63. "Passeio Publico" (Iniciativa particular), in "Almanach popular de Campinas para o anno de 1879", op. cit., p. 95.
64. Dentre os autores que focalizam a interpenetração das esferas pública e privada na sociedade capitalista, nomeamos: Habermas, J. - "Mudança estrutural da esfera pública", R. J., Tempo Brasileiro, 1984; Arendt, H. - "A condição humana", R. J., Forense Universitária, 1987; Sennet, R. - "O declínio do homem público", S.P., Cia. das Letras, 1988.
65. Gilberto Freyre, em "Sobrados e Mocambos", observou que os primeiros jardins públicos eram reservados apenas ao uso de "gente de botina, de cartola, de gravata, de chapéu de sol", R. J., Livraria José Olympio e INL, t. I, 1977, p. 16.
66. Op. cit., p. 61.
67. Id., Ibid., pp. 67 e 186.
68. Blas, Gil - "Eccos da cidade", "Diario de Campinas, 19/10/1881, p. 1.
69. Sennet, Richard — op. cit., pp. 323 e 324.
70. Segundo o historiador inglês Eric Hobsbawn: "A economia capitalista, como não poderia deixar de ser, tornou-se global. Ela consolidou essa sua característica de forma mais intensa durante o século XIX, à medida que foi estendendo suas operações para regiões cada vez mais remotas do planeta, transformando assim essas áreas de modo mais profundo. Sobretudo, essa economia não reconhecia fronteiras, funcionando melhor onde nada interferia na livre movimentação dos fatores da produção. O capitalismo era assim, não só internacional na sua prática, mas internacionalista na sua teoria". "The age of empire, 1875 - 1914", London, Weidenfeld & Nicolson, 1987, p. 41.
71. Gazeta de Campinas, "Noticiario. Passeio Publico", 28/11/1876; Gazeta de Campinas, "Noticiario. Passeio Publico", 30/11/1876, p. 2; Gazeta de Campinas, "Noticiario. Passeio Publico", 6/12/1876; Gazeta de Campinas, "Noticiario. Passeio Publico", 14/12/1876, p. 2.

72. Afonso Freitas, em “Tradições e reminiscências paulistanas” (S.P., Revista do Brasil, 1921), refere-se tanto à repressão às apresentações culturais negras na cidade de São Paulo, havida nas décadas de 1870 e 1880, ou, mais especificamente, às “congadas, batuques, sambas e moçambiques”, junto às igrejas de São Bento e do Rosário, quanto à substituição das referidas apresentações pela dança “cayapó”, a qual acabou sendo igualmente varrida da cena social. Em Campinas, na década de 1870, o jornal “Gazeta de Campinas” deixou registradas algumas pegadas relativas a tais guerras simbólicas. Inicialmente a notícia do fato de “alguns fazendeiros” solicitarem à polícia providências para não mais se permitir a “congada de pretos” na cidade; observe-se a alegação centrada neles próprios, afinal somente eles são “pessoas” (sic!): “estes taes sempre molham os seus folguedos com as bebedeiras e desordens entre si, ocasionando consideraveis prejuizos aos senhores”. Três dias após o ocorrido, a diretoria da “Sociedade Cayapó”, de escravos, vem a público na sessão “A Pedido”, do referido jornal, para defender a continuidade destas suas manifestações na cidade de Campinas, alegando fundamentalmente o fato de não representarem elas ofensa “ao publico ou ás authoridades”. E numa visível tentativa de demonstração desta afirmação, a qual deveria conter em si mesma a garantia da aceitação dos valores de classe dos fazendeiros — exatamente para continuar marcando nas ruas campineiras a sua diferença cultural — registra os seguintes procedimentos: pede auxílio à “providencia divina” (atente-se para a marcação singular) para que a futura apresentação proposta ocorresse sem problemas, explicita o horário da “função” (utilizando para tal o tempo do relógio, e optando pelo período diurno, i. é, das 14:00 h. às 18:00 h., para proporcionar visibilidade à movimentação) e, finalmente, solicita ao “dignissimo delegado de policia algumas praças para mais garantir a ordem”. Gazeta de Campinas, respectivamente: “Noticia. Festas do Congo”, 22/12/1870. p. 2; “A Pedido. Aos Ilmos. Srs. Fazendeiros”, 25/12/1870, p. 3. É possível consultar-se a respeito da dança do cayapó, como a origem do carnaval paulistano, a tese de Doutorado de Olga R. de Moraes Von Simson, “Branços e negros no carnaval popular paulistano. 1914-1988”, F.E., USP, 1989.

73. Existem inúmeras notícias publicadas nos periódicos locais, neste período, sobre a circulação dos portadores de “hannseniase” na cidade de Campinas e da existência de hospital, para onde deveriam ser conduzidos. Dentre estes: Gazeta de Campinas, Notícias: “Os lazarus”, 19/12/1875, p. 2. É interessante observar na modernidade capitalista — também em Campinas — a articulação entre a instalação dos espaços “públicos” e a proliferação dos hospitais e das escolas. Ou

em outros termos, a “convivência” nestes novos espaços, exige seja a abertura de escolas, seja a criação ou a manutenção, além das prisões, de hospitais. Isto para que os “cidadãos” se adequassem aos padrões ditados pela modernidade.

74. A Gazeta de Campinas, no dia 04/05/1873, registra à página 2 uma notícia de luta cultural, no recinto do Theatro São Carlos, da qual resultou a expulsão de “uma dessas mulheres de conceito perdido”, com atitudes “cômicas e indecorosas”, e toilette extravagante (“pelo desregramento do talhe e do decote”): “uma louca perfeita ou uma desorganizada pelos vapores do alcool”, uma “possessa com todos os demonios incubos”. O redator enfoca a cena como algo que depõe contra o “adiantamento” da urbe e critica a polícia por ter demorado para agir. Ao mesmo tempo, refere-se tanto à imediata reação, violenta e indignada do público — “num tumulto de vozes e de todos os signaes de reprovação” — como à “coragem indescritivel e estupenda” da figura; esta “ergueu-se de golpe á frente da balaustrada do camarote e desafiou os brios revoltados de todos”.
75. Diario de Campinas, “Notas Quotidianas”, 22/01/1881, p. 1.
76. Diario de Campinas, Blas Gil - “Eccos da cidade”, 19/10/1881, p. 1.
77. Gazeta de Campinas, “Folhetim. Pagina de domingo”, 15/06/1879, p. 1.
78. Brito, Jolumá - “História da cidade de Campinas”, 6º v. , op. cit., p. 157.
79. Gazeta de Campinas: *Boulevard Campineiro. Grande concerto dos musicos do maestro Sant’Anna Gomes, hoje, domingo ás 5 horas da tarde. Entrada gratis*, 29/07/1877, p. 3.
80. Brito, Jolumá, op. cit., pp. 158 a 164; Gazeta de Campinas, “Noticiario. Disturbio”, 13/06/1877, p. 2.
81. A expressão “mofineiro” aparece explicitamente na imprensa campineira deste período, como sinônimo de jornalistas menores, que escrevem “mofina”, i.e, artigo anônimo, difamatório. Diario de Campinas, Blas, Gil, “Eccos da cidade”, 19/10/1881, p. 1; Diario de Campinas, “Notas do dia”, 03/12/1881, p. 2.

82. Nos jornais locais do período ora enfocado (anos 1878 e 1879) — ou seja, na “Gazeta de Campinas e no “Diário de Campinas” — são inúmeras as referências às citadas resistências escravas. Foi consultada, também, a obra de Maria Helena P. H. Machado “Crime e escravidão. Trabalho, luta, resistência nas lavouras paulistas. 1830 - 1880” (op. cit.), a qual apresenta importantes registros a propósito destas manifestações escravas de negação explícita da ordem vigente.
83. Registro aqui o artigo elaborado por Robert W. Slenes, “Senhores e subalternos no oeste paulista” (publicado em “História da Vida Privada no Brasil”, v. 2, organizado por Luiz Felipe de Alencastro, S.P., Cia das Letras, 1997, pp. 233 a 290). Representa importante contribuição à focalização da questão das resistências escravas em Campinas, na segunda metade do século XIX. Estas resistências são mais sutis, envolvendo criativas reelaborações culturais do “mundo da força e do favor”, sobretudo no que respeita à família, à memória, dentre outras concepções.
84. Merece destaque a obra de Regina Célia de Lima Xavier “A conquista da liberdade. Libertos em Campinas na segunda metade do século XIX” (op. cit.), a qual, ao acompanhar a trajetória de algumas destas figuras sociais (i.é, os libertos), visualiza-as como construídas historicamente mas, ao mesmo tempo, como construtores da sua história.
85. Citamos, em nota de rodapé (nº 76), um momento da história campineira, onde é claramente perceptível, a tentativa de alteração do jogo social, pela guerra de símbolos colocada em ação, — a partir, inclusive, da aceitação de símbolos dos dominantes — feita pelos escravos, membros da diretoria da “Sociedade de dança Cayapó”.
86. Gazeta de Campinas, “Secção particular. Colonisação”: *“Acaba de dar-se neste municipio um facto verdadeiramente notavel com relação a este assumpto. Depois do decurso de 25 annos, pela primeira vez nas colonias do sr. barão de Indaiatuba, deu-se o caso minimamente extraordinario de retirarem-se em massa, em completa grêve, mais de uma dezena de familias de colonos alemães da colonia — Saltinho — da fazenda Sete Quedas (...)”* .J. Miranda, 12/08/1877, p. 2.
87. Henrique de Barcellos (nascido em Portugal na ilha Terceira, arquipélago dos Açores, a 26 de fevereiro de 1854 e falecido em Campinas a 2 de setembro de 1911). Aristides Monteiro em “Panorama da poesia em Campinas” (até 1920). Op.

- cit., pp. 32-33 - além de indicar sua participação como jornalista nas fundações do “Diário de Campinas” em 1875 e do “Correio de Campinas” em 1885, imprime destaque ao fato de na mocidade ter escrito versos ao estilo de Victor Hugo e de ter sido professor de gramática portuguesa no antigo Colégio Culto à Ciência, desde antes de 1882 e pelo menos até 1887.
88. José Gonçalves Pinheiro - nascido em Portugal, continente, a 15 de agosto de 1854 e falecido em Campinas a 14 de fevereiro de 1893. Seus biógrafos, jornalistas campineiros (desde o início do século até a década de 70) focalizam-no enquanto “homem das letras impressas”, ou seja, redator da “Mocidade”, “Atualidade” e “Diário de Campinas”, depois de ter deixado o mundo da costura masculina, como alfaiate. Ver, a respeito, artigo de Alberto Faria “Imprensa Campineira”, Rev. do Centro de Ciências, Letras e Artes, nºs 44 e 45 (30/09 a 31/12/1916), Campinas, Typ. da Casa Genoud, 1916, pp. 24 a 27; Mariano, Julio - “História da Imprensa em Campinas”, Campinas, Ind. Gráficas Massaioli Ltda., 1972, p. 33.
89. Dados retirados do artigo de Alberto Faria “Imprensa Campineira”, Campinas, op. cit., p. 27.
90. Mariano, Julio - “História da Imprensa em Campinas”, op. cit., 33; Monteiro, Aristides, op. cit., p. 33.
91. Trata-se de pesquisador de antiquarias filológicas, que o conduziram à Academia Brasileira de Letras. Mariano, Julio, op. cit., p. 33.
92. Op. cit., p. 25.
93. Op. cit., p. 31.
94. Faria, Alberto, op. cit., p. 27.
95. Diário de Campinas, “Ecos e Factos”, 28/03/1879, p. 1; Brito, Jolumá, Hist. da Cidade de Campinas, v. 7, pp. 56,57.
96. “Editores, Pedro Franzen, J. Simões e Phelippe Pestana. Brevemente entrará para o prelo este livro, contendo além de grande numero de artigos litterarios e biographicos do illustre jurisconsulto e poeta Dr. Francisco Quirino dos Santos e

- ornado com o retrato do mesmo senhor”. Gaz. de Campinas, 13/05/1875, p. 3. (Anuncio); veja-se, também, a respeito desta publicação, a obra de Jolumá Brito “História da cidade de Campinas, v. 7, p. 51.
97. O jornal “Letras e Artes”, de periodicidade semanal (editado pela Typ. Livro Azul, inicialmente aos domingos e depois às segundas feiras), foi publicado em Campinas no período de 11/09/1887 a 28/11/1887.
98. Trata-se de pseudônimo, utilizado por jornalista do “Correio de Campinas”.
99. Letras e Artes. “Perfis Jornalísticos. José Gonçalves Pinheiro”, 21/10/1887, p.2.
100. Letras e Artes. “Perfis Jornalísticos. Henrique de Barcellos”, 11/09/1887, p. 4.
101. Constitui importante contribuição à compreensão das representações sobre o abolicionismo, senhores e escravos em Campinas, tanto nas décadas de 1870, como na de 1880, a monografia de Mestrado de Jefferson Cano, “Escravidão, alforrias e projetos políticos”, defendida no ano de 1992, no Dep. de História, IFCH, Unicamp.
102. Brito, Jolumá - “História da Cidade de Campinas”, v. 7, p. 70.
103. Diário de Campinas, “Notas do Dia”, 22/10/1882, p. 1.
104. Gazeta de Campinas, “Noticiario. Livraria Universal”, 26/10/79, p. 2.
105. Segundo notícia do “Diário de Campinas”, datada de 20/04/1881, José Gonçalves Pinheiro e a família partem para Portugal (“Tencionando ir também á França e Allemanha”) a negócios de interesse de sua casa comercial. Segundo J. Brito, ele retorna somente em fevereiro do ano seguinte, para em seguida, ou seja, em setembro do mesmo ano, retirar-se novamente com a família, para a Província do Rio de Janeiro a fim de cuidar de interesses particulares. Contudo, ao buscar a comprovação deste último informe de Jolumá Brito através das páginas da Gazeta de Campinas, pude constatar que o recorte noticioso por ele apresentado, não se refere a José Gonçalves Pinheiro, mas sim a Alfredo Pinheiro. Gazeta de Campinas, “Noticiario. Alfredo Pinheiro”, 03/09/1882, p. 2.
106. Brito, J., op. cit., vol. 7, p. 75.

107. "Collegio Culto á Sciencia", in Almanach popular de Campinas para o anno de 1879, op. cit., p. 97; Brito, J., op. cit., v. 7, p. 75.
108. Opinião Liberal, "Noticiario. Escola Ferreira Penteado", 01/07/1881, p. 2.
109. Lapa, J. Roberto do Amaral - "Cidades. Os cantos e os antros", op. cit., p. 176.
110. Diario de Campinas, "Eccos e Factos", 11/08/1880, p. 1.
111. Diario de Campinas, "Factos diversos", 17/06/1877, p. 2.
112. "Gremio Girondino", in "Almanach popular de Campinas para o anno de 1879", op. cit., p. 107.
113. Diário de Campinas, "Zigs-Zags", 25/03/1876, p. 2.
114. Diário de Campinas, "Notas Quotidianas 1869-1879", 01/01/1880, p. 1.
115. Diário de Campinas, "A trochemoche", 23/03/1876, p. 2.
116. Diário de Campinas, "Zigs'Zags", op. cit., p. 2.
117. Brito, Jolumá, "História da cidade de Campinas", v. 7, op. cit., p. 78.
118. Opinião Liberal, "Noticiario. Honrosa Iniciativa", 24/12/1881, p. 2.
119. A monografia de Mestrado de Silvana Mota Barbosa Blanco — "República das Letras: Discursos republicanos na província de São Paulo", op. cit. — constitui importante contribuição à análise da citada polêmica entre os republicanos da "Gazeta" e do "Diario de Campinas".
120. José Gonçalves Pinheiro, em meados da década de 70, elabora com a sua pena ferina os artigos iniciais da secção "Notas Quotidianas", do Diário: *"As Notas foram iniciadas pelo meu ex-collega Gonçalves Pinheiro. Á sua penna devemos nós alguns dos melhores artigos que publicamos. Foi elle quem primeiro deu nesta folha nova forma ao chamado editorial. Baniram-se os velhos moldes declamatorios que produziam nos leitores o effeito immediato de um chá de dormideiras. Díssemos um adeus pouco amavel aos artigos que principiavam invariavelment assim: A situação*

- actual e que finalisavam mais ou menos deste modo: O paiz esta cansado e os horizontes toldam-se. Caminhamos um tenebroso abysmo em que etc. e tal. Diário de Campinas, Notas Quotidianas, 20/04/1880, p. 1. .*
121. Gazeta de Campinas, Abilio Marques. “Cartas ao Sr. H. de Barcellos”, V, 06/05/76, p. 2. No período de abril a maio de 1876, ocorre uma acirrada luta entre tais jornalistas, registrada nas colunas da Gazeta de Campinas e do Diário.
122. Diário de Campinas, “Notas Quotidianas”, 13/02/79, p.1.
123. Diário de Campinas, R. “Amnistia”, 02/10/75, p. 1; Correio de Campinas, Hendebar, “Em paz”, 24/11/85, p. 2.
124. M. Stella M. Bresciani, em sua tese de Doutorado, “Liberalismo: Ideologia e Controle Social” (um estudo sobre São Paulo de 1850 a 1910), ao focalizar o conceito de “povo”, na acepção dos adeptos do PRP, demonstra que estes colocam-se em cena como os responsáveis pela “tutela” do povo, ou ainda, como os “verdadeiros sujeitos da História”. Op. cit., pp. 379-400.
125. Gazeta de Campinas, Dr. Silveira Lopes. “Artes e letras: ao Publico (a respeito do Nostradamus do ‘Diario’)” e Um Medico. “Magnetismo”, 21/03/76, pp. 1 e 2. Trata-se de uma intensa peleja colocada em ação pelas figuras mencionadas, nos jornais ora em foco, a propósito, desta vez, da questão do “magnetismo”; a duração deste debate é de, pelo menos, três meses - de fevereiro a maio de 1876.
126. Diário de Campinas, “Notas Quotidianas”, 13/02/79, p. 1.
127. Diário de Campinas. “Lição de democracia”, III e IV, 10/06/76 e 01/06/76, p.1.
128. Diário de Campinas. “Lição de democracia”, VI, 14/06/76, p. 1.
129. Diário de Campinas, “Lição de democracia”, VII, 17/06/76, p. 1.
130. Diário de Campinas, “Lição de democracia”, V, 13/06/76, p. 1.
131. Diário de Campinas. “Lição de democracia”, VII, 17/06/76, p. 1.
132. Diário de Campinas. “Notas Quotidianas”, 08/03/79, p. 1.

133. *“Restabelecido dos seus incommodos de saude volta hoje a tomar conta do seu lugar nesta folha o nosso collega Sr. Henrique de Barcellos, author das ‘Notas Quotidianas’”*. Diario de Campinas, “Eccos e Factos”, 20/04/1880, p. 1.
134. Segundo Saldanha Marinho, o projeto político do partido republicano teria como base os seguintes princípios: “organização livre dos municipios”, “instrução publica e obrigatoria”, “extinção do cancro politico chamado Conselho de Estado”, “independencia dos poderes do Estado”, “liberdade de commercio, industria e profissão”, “separação entre Igreja e Estado”, “separação do direito civil e politico do eclesiastico”. Gazeta de Campinas - Ferreira, Carlos: “Opinião Patriótica”, 26/05/1877, p. 1.
135. Diário de Campinas, “Notas Quotidianas”, 08/03/1879, p. 1.
136. Diário de Campinas, “Notas do Dia”, 19/11/1882, p. 1. Para uma análise mais ampla do declínio na balança comercial brasileira nos anos 82/83, é possível consultar-se: J. P. Calógeras - “A Política Monetária no Brasil”, S.P., Cia. Ed. Nac., 1960, p. 63 e sgs; Sodré, N. W. - “História da burguesia brasileira”, S.P., Civiliz. Brasil., R. J., 1964, p. 82.
137. “Instrução. Collegio Florence. Externato Feitosa”, in Almanach do Correio de Campinas para o anno de 1888, op. cit., pp. 82 e 84.
138. Gazeta de Campinas, “Annuncio. Método João de Deus”, 09/08/1879, p. 2; Silva, Innocencio Francisco - “Diccionario bibliographico portuguez. Estudos”, t. 10º, Lisboa, Imprensa Nacional, 1883, pp. 234 - 238.
139. Dictionnaire Encyclopédique Pour tous. Petit Larousse Illustré, op. cit., p. 1526.
140. Trata-se de expressão utilizada por Walter Benjamin em seu texto “Os maîtres de plaisir da burguesia: Scribe, Sue”, *Gesammelte Schriften*, V, 1209, apud Bolle, Willi, “Fisiognomia da metrópole moderna”, S.P., Edusp, 1994, p. 388.

CAPÍTULO 4 OUTROS FOCOS DE OBSERVAÇÃO NAS TERRAS DOS ALMANAQUES CAMPINEIROS: OS TEMAS

(...) *“Magnifica historia! Ahi tendes o livro aberto. Lêde-
o folha á folha. Cada pagina é uma estrophe de mais alta
Iliada onde os reis não afincam os seus thronos de tibias e
crâneos destroçados, mas onde os homens desinrolam a
purpura da união cravejada de gemmas charissimas: as gotas
bem ditas do suor”.*

(Francisco Quirino dos Santos, “Campinas. Notícia
Histórica”)

Uma verdade

*“Se as mulheres fossem tão indiscretas, como geralmente
se diz, não ficaria de pé uma só reputação de homem serio”*

(“Almanach popular para o anno de 1878” - Campinas)

O momento que ora atravessamos, neste percurso analítico, é de desaceleração do ritmo da viagem, é de encontro mais atento, mais sensível com a paisagem, ou mais especificamente, com a “floresta de símbolos”¹ presentes nestes livros.

Eis-nos, portanto, já no interior deles, examinando-os por dentro, produzindo sobre eles versões, afirmando-os enquanto objetos, isto é, recuperando a sua tangibilidade historiográfica, a sua possibilidade de “leitura”, depois do processo de devastação simbólica a que foram submetidos e que os transformou em material popular, de segunda categoria — e não em documentos históricos, pelo menos na ampla acepção do termo, portanto. Ao

mesmo tempo, neste movimento de produção de significados históricos, situa-me como historiadora motivada por questões e desafios postos pelo presente.

HISTÓRIA & MODERNIDADE

O grande tema apresentado pelos almanaques para 1871, 1872 e 1873, é, sem dúvida, a “modernidade”, ou, ainda, os ideais “modernos”, “progressistas”, “civilizatórios”, “democráticos”, segundo a expressão dos autores selecionados, para constarem da “parte literária”, destes “livros do povo”.

Tal tema descortina-se aos nossos olhos através das pequenas elaborações textuais, de caráter noticioso e literário, voltadas preferencialmente para a cidade. Eis as notícias: “Campinas” (história), “A Matriz Nova”, “Joaquim Corrêa de Mello. Botânico Brasileiro” (“o incansável operário da civilização”), “As Plantas de Campinas” (sob o olhar científico, “moderno”, do botânico focalizado). “A instrução em Campinas”, “Elogio aos paulistas”, “Campinas em 1872”, “Colônia Sete-Quedas” (com a experiência de trabalhadores livres, mais especificamente de colonos de parceria), “Indústrias em Campinas”, “Correio de Campinas”. Dentre os temas literários destacam-se os contos “Uma Festa em Santa Cruz” (a qual o progresso ameaçava fazer desaparecer), “Sinhara” (sobre o ideal de liberdade de escolha do esposo, pela mulher “moderna”), “O Senhor da Pedra Fria” (conciliando, harmoniosamente, ideais liberais às crenças religiosas), além da poesia “Amor de Salvação” (numa acepção “moderna”, intimista, de controle dos “arroubos” amorosos, via religiosidade).

José Maria Lisboa, como já apontei anteriormente, é o grande responsável por tal recorte temático. Ele é quem, afinal, seleciona os autores,

solicita-lhes temas relativos a Campinas e empenha-se técnica, social e comercialmente, em levar tal produção a termo, o que, aliás, não era tarefa fácil neste momento, como ele próprio o declara inúmeras vezes no prólogo das suas edições.

Contudo, os autores escolhidos imprimem tônicas próprias sobre os temas da “modernidade”, ou melhor, da “república”, se quisermos nos aproximar ainda mais de sua tessitura discursiva.

Acompanhemos de perto o desenvolvimento de um destes temas, aliás paradigmáticos, em grande parte das produções campineiras históricas posteriores², com o objetivo de decodificar-lhe a trama epistemológica e evidenciar-lhe as feições “modernas”, “republicanas”.

O texto escolhido refere-se à história de Campinas e foi publicado no “Almanak para 1871”³. Seu autor, Francisco Quirino dos Santos⁴ é bacharel de direito, filho da elite agrária local, redator-chefe da Gazeta de Campinas, fundador do Club Liberal Radical local. Constitui portanto, figura destacada na urbe campineira, com grande participação na movimentação cultural, nos termos já anunciados, cujo perfil próprio será delineado a partir do enfoque de suas visões, presentes nestes “livros da revolução”. Além deste texto, é responsável pela produção de dois outros artigos noticiosos, um científico, um literário e uma poesia.

Permita, caro leitor, neste momento, utilizar a metáfora teatral, pensando em propiciar-lhe nesta parada obrigatória — segundo minha visão — atenção mais focal.

O título da peça: “Campinas. Notícia Histórica”

Vamos a ela!

1º ATO: “CAMPINAS, CIDADE ALEGRE, EXTENSA” (1870)

O cenário campineiro é montado através de “quadro da natureza”, onde o autor/diretor “ilumina”, inicialmente, desde os “verdejantes cafésaes” num “horizonte limpidos e encantado”, na entrada da cidade (vindo-se de Jundiaí), até o levante, i. é, a vereda que parte para Amparo, Mogi-Mirim. Permite, ainda, visualizar alguns “pardieiros mal acabados” da periferia e, enfim, a cidade “alegre”, “extensa”. Em seguida, demora-se mais na focalização de um “outeiro que volta o rosto para Santa Cruz”, numa tarde de setembro, com os seus perfumados “cambarás com suas flechas floridas para o ceo” e os seus “misteriosos ruidos primaveris”; e desta colina permite, ao longe, a percepção do “talhe esbelto e natural da ruidosa filha do sul”.

No interior desta cena, apresenta-se o próprio diretor, numa busca de diálogo com o público (chama-o de “pio”), e com a voz embargada pela emoção, afirma pressentir a aproximação do progresso, mas ao mesmo tempo confessa (admitindo sua própria “pieguice”), a saudade das “cousas de patriarcal bondade que vão se mingando antecipadamente, e muitas outras que não existem mais!...”

Ouçamo-lo:

(...) “Passa, oh Deus desconhecido! ignotus Deus! Não incravaremos as rodas do teu carro com os espinhos de nossa saudade! Estas paragens são tuas: conhecem a influência mágica do teu poder. Derrama aqui a semente das grandes idéas. E que as gerações do futuro possam, aos golpes da tua

fouce de ouro, colher as brilhantes espigas da ventura e da abundancia”⁵.

2º ATO: “DE POUSO Á CIDADE: DOS ESCUROS PRESSAGIOS Á RIDENTÍSSIMA CARREIRA”

O primeiro movimento cênico ocorre num pouso, ou “estancia”, onde os personagens (os primeiros aqui focalizados), são os “afoitos” bandeirantes, apresentados descansando, antes de prosseguir a difícil marcha em direção aos “confins” de Minas Gerais e Goiás em busca de metais e pedras preciosas.

A seguir, focaliza os taubateanos no ano de 1793 como “mais perspicazes que os garimpeiros e faiscadores”, estabelecendo-se em torno de um bosque chamado “Mato Grosso”.

O grande personagem que se destaca em cena, neste momento, é o “benemerito” Francisco Barreto Leme, o doador do terreno para o “logradouro” dos primeiros habitantes.

Em meio a um clima natural “luxuriante de força e vida”, os personagens iniciais da história campineira apresentam-se parcos de recursos, sobretudo os religiosos. Daí a petição que realizam, junto às autoridades eclesiásticas, solicitando a criação de uma freguezia à parte, desmembrada de Jundiáí, a cuja paróquia até então pertenciam. O êxito desta solicitação, somente é obtido após consecutivos esforços e graças à atuação “corajosa” de Barreto Leme.

Desta vez, são as figuras religiosas que merecem destaque — o bispo D. Francisco Manoel da Ressurreição, o qual é apresentado consentindo na construção de uma capela interina, antes da edificação de um melhor templo, e o religioso da ordem dos menores de São Francisco, Fr. Antonio de Padua, sendo nomeado pároco.

A construção cênica da primeira missa de Campinas, que institue oficialmente a instalação da “Freguezia Nossa Senhora da Conceição de Campinas”, em 17/07/1773, é plena de detalhes — a manhã de domingo é “linda e serena”, há a presença do orvalho da noite anterior na copa das árvores, há a brincadeira das aves mansas nas moitas próximas, bem como os “sons mettalicos” das risadas das crianças.

Neste momento, o autor/”diretor” revisita suas próprias memórias infantis, dando-lhes vida. E a partir delas são delineadas, e apresentadas cenicamente, as figuras de um “senhorsito” de “fronte ingenua”, uma “agregada com seu seio ondulante e um “criolho”, do qual destaca a “face tincta”.

Não falta à missa, a presença da família campineira, na qual imprime ênfase ao “honesto” e “dedicado” lavrador, à sua esposa, à “quarentona” mãe extremada, aos “sadios” dois filhos, e à filha com seu “flutuante lencinho escarlate”.

E no interior da igreja, “estreita e baixa”, o clima de religiosidade apresentado é intenso, podendo-se ouvir os “cânticos sagrados” entoados pelos religiosos e as vozes “singellas”, “rusticas e, ao mesmo tempo, ternas”, entoando os versículos de uma oração. O personagem Jesus, neste momento é enfocado como o “sublime nivelador de todas as classes sociais”; o que nobilizou, pelo albergue de seu nascimento, a humildade de todas as choupanas; “aquelle que chama aos pequeninos e reparte benções aos que choram”.

Neste momento, novamente, apresenta-se o autor/”diretor” em cena declarando:

(...) “Ri, ri de mim, espirito forte deste seculo; mas não dêes a tua surriada uma feição de insulto às crenças inabaláveis do pobre vulgo. Elle não intende bem de ti e tu não intendes nada delle (...). Em verdade, em verdade te digo

*que eu tambem já me fui às seáras, onde estão forrageando principios Straun, Renan, Michelet (...). E affianço que voltei de lá em tremuras; porque fui defrontar o inferno profundo, tenebroso, tetrico onde há o verdadeiro ranger de dentes! Um inferno mais horrente do que o inferno do fogo dos catholicos; um inferno de frio, de gelo: o inferno da duvida ! (...) Ora, aos simples basta-lhes dobrar o joelho perante o orago, tocar a fimbria á toalha branca do altar para gosarem o alivio das maximas afflições ... (...)*⁶

A religiosidade, portanto, neste quadro é vista como o “centro” de que partem em “raios característicos todos os lances do grande drama social”. E não faltam, nesta caracterização cênica, expressões como liberdade, igualdade, fraternidade!

No movimento seguinte, presta homenagem a “nomes de grata reminiscência”, dentre os quais seleciona Barreto Leme, seus familiares e amigos⁷, todos figuras ligadas à nobiliarquia paulista, mas, então, enfocados com poucos recursos econômicos. São eles o capitão José de Souza Sequeira, Diogo da Silva Rego, José da Silva Leme, Domingos da Costa Machado, Francisco Pereira de Magalhães, Salvador de Pinho, Luiz Pedro de Almeida e Bernardo Guimarães.

A conclusão da Matriz é dada com a celebração de uma missa a 25/07/1781, sem pompa e circunstância, face à “delimitada condição dos haveres”.

Dando prosseguimento, o enfoque seguinte recai sobre o que chama de “immigração” de inúmeros “inguiçados”, provenientes de Itu, São Paulo, Jundiaí, Cutia, Paranaíba, Mogi-Mirim, para esta localidade. O personagem ora destacado é o ituano Pedroso, recruta fugido à perseguição da farda, que fica maravilhado com as “propriedades” das florestas locais e volta para a terra natal propagando o que vira.

As apresentações cênicas que vêm a seguir são rápidas, mas fundamentais para o desencadeamento da história.

Dizem respeito à graduação da povoação com os “foros de villa” (1797), pelo então governador de São Paulo, capitão Antonio Manoel de Mello Castro e Mendonça, atestando o “florescimento agrícola”, “não só para o abastecimento de víveres” para a localidade. O lance enfatizado fica por conta da mudança do nome, pelo governador, para “Villa de São Carlos”, ocasião em que o “diretor” marca, em cena, a ironia com que visualiza o monarca D. João VI — apresentado como o “gordo”, por não ter deixado outra qualificação! — em honra de cuja esposa (D. Carlota), a denominação fora atribuída.

Ainda em 1819 faz registro da ampliação do plantio da cana (ainda que “ao pé dos *systhemas* rotineiros”), e conduz à cena a figura de seu avô B. Simões Vieira, enviando carta ao seu pai, “mais ou menos nestes termos”:

(...) *“É preciso que poupes o café, que te mando, pois isso anda escasso por cá”* (...) ⁸

O comentário do diretor, ainda em cena, fica por conta da rápida alteração do quadro econômico campineiro:

(...) *“Que diferença! agora a exportação desse municipio, só delle, orça por quasi um milhão e trezentas mil arrobas!”* (...) ⁹

Finalmente, a villa de São Carlos é mostrada sendo condecorada por lei provincial (05/02/1840) com o “predicamento de cidade, readquirindo a sua pittoresca denominação: Campinas”.

Observa-se, ainda, segundo o destaque impresso pelo autor/“diretor”, que o grande herói de “capa e espada” da historicidade local, aqui focalizado, é o “trabalho” — que dá origem à agricultura (para exportação), ao comércio, e à indústria. Não faltam, para caracterizá-lo, símbolos gregos retirados da *Ilíada*.

3º ATO: AS LUTAS CIVIS 07/06/1842

O cenário evidencia um tiroteio (“o único havido na provincia”), numa fazenda a uma légua da cidade, no local conhecido como “Venda Grande” — defrontam-se os “insurgentes” (apresentados como a “escolta avançada do progresso” e tendo como grande chefe o sorocabano R. Tobias de Aguiar) e os “legalistas” (“os representantes do ministério” que, a partir da lei de 03/12/41, impuseram as rédeas do absolutismo). O resultado imediato é a derrota dos primeiros e a conseqüente dispersão destes.

Ficam aqui explícitas, pela voz, mais uma vez, do autor/“diretor”, as críticas que elabora ao sistema monárquico representativo — se para ele já representara um ensaio “democrático” no breve período de menoridade de D. Pedro II (no “estádio de regência”), acabara por fazer malograr “todas as aspirações legítimas do povo”.

Ao mesmo tempo, o “diretor” procura não mais alongar-se na focalização do episódio — admite que, se o fizesse, poderia incorrer em “revolver a biographia de cidadãos”, que ainda vivem e a quem cumprimenta cotidianamente — registrando apenas a seguinte anedota:

(...) “apontava uma esculca esbofando o cavallo a toda
brida;
- São elles?”

Elles, já se sabe, eram os 'rebeldes'. Forma a parada: chuços, lanças, piques, clavinas, garruchas, tudo sahia. Chegava o tal: era um previdente guerreiro, acautellado no meio das suas mattas que mandava indagar se havia novidades!" (...)¹⁰

As cortinas fecham-se somente, após ter-se focado a volta da harmonia entre os dois partidos, com o reconhecimento de que a “passageira briga não havia ingulido a identidade das índoles irmãs e nem tragado o genio cavalheiroso, aberto, jovial e resoluto de todos os nossos patricios”.

4º ATO: “CAMPINAS, GRANDE CIDADE E GRANDE MUNICÍPIO” (1870)

O ritmo da peça altera-se, e os lances ágeis, propostos, objetivam registrar dados — sobretudo estatísticos — referentes:

- à população crescente: de 1373 “fogos” em 1868, para 1400 em 1870; ou ainda, de 33.000 “almas” em 1870 (10.000 na cidade e o restante nas fazendas, sendo 13.000 livres e 20.000 escravos);
- aos limites geográficos: “ao Norte (...) a villa de Santa Barbara e Limeira; a Este (...) as cidades de Mogy-Mirim e do Amparo; ao Sul (...) a villa de Bethleim e a cidade de Jundiaby e a Oeste (...) a villa de Indayatuba e a cidade de Ytú”. E ainda as indicações sobre os “ribeiros e corregos”: Atibaia e Jaguari, que unidos formam o Piracicaba, tributário do Tietê;
- à “abundancia inexcedivel” da “industria agricola, commercial, e fabril”, com dados relativos à exportação do café, açúcar,

algodão, “pequena lavoura”, explicitando o saldo quantitativo favorável à municipalidade”, de 4:000.000\$000;

- aos prédios: “suntuosos, arranjados com luxo e gosto”; imprime destaque à Matriz Nova e ao Theatro São Carlos;
- à situação administrativa de Campinas: na província, como cabeça de comarca e sede de um colégio eleitoral (3º districto); e interiormente dividida em duas paróquias;
- à inauguração do prolongamento da estrada de ferro (o “poderoso agente do progresso”) de Jundiaí até a cidade; à energia a vapor (fazendas e cidade);
- à imprensa (a “meiga sacerdotisa” do “sanctuario de nossos direitos. Um dos seus fructos já: este almanak”).

5º ATO: A GRANDE APOTEOSE

Quirino dos Santos, em pleno “palco” novamente, para resumir a “curta história” de Campinas prefere afastar-se dos historiadores Vaissete e Fr. Gaspar da Madre de Deus no que se refere à polêmica por eles engendrada sobre a origem dos “paulistas” — seja ela ligada a uma “tropa de bandidos”, segundo o primeiro, ou a “progenitores de sangue azul”, conforme o segundo. Realizando uma pequena “brincadeira”, afirma que sua “sciencia genealogica não alcança mais do que Noé, e quando muito o pai Adão”.

O que faz é fixar a idéia de que entre os campineiros “reina a fraternidade cordial”. Atentemos para suas palavras:

(...) “A distincção de chastas é mais um brazão para mofa do que para respeito, realmente” (...)”¹¹

E, logo a seguir conclama a todos para que unam os ânimos e as vontades, e através de “sãs ideias” avigorem as iniciativas rumo à “longa viagem da civilização”, a única capaz de instaurar o “celleiro profundo de selectas substancias por todo o organismo do corpo social!”:

(...) “Alevantai, pois, as vossas tendas, oh videntes do futuro! A dôr e o cansaço não prevalecerão contra ellas.

Ahi está de topo a ingrime ladeira para a subida que nos chama á longa viagem da civilização. E nós ainda não temos vencido mais do que os taboleiros á raiz da fulgida montanha. Vamos!”¹²

COMENTANDO O ESPETÁCULO:

A peça, ora apresentada, permite-nos entrar em contato com tentativa de constituição de “memória” ou “identidade” local (e/ou provincial, paulista), num momento cultural de instabilidade simbólica pronunciada, como decorrência das revoluções burguesas. O historiador Michelet, que consta, aliás, como referência desta produção, esboçando uma definição deste momento utiliza a expressão “violenta alquimia moral”¹³. Além disso, a onda de “medo”, registrada em Campinas pelos jornalistas e cronistas deste período, incumbe-se de ampliar, ainda mais, o difuso imaginário do instável.

Quirino dos Santos, como bacharel de direito respeitado por todos, sobretudo pelas figuras de propriedade, arvora-se em “profeta”, em paladino, capaz de captar todas as mudanças de uma realidade fugidia, rarefeita e ameaçadora, e dispõe-se a transformar os “medos” em “mitos”¹⁴ ou, ainda, em “utopias”¹⁵. Refaz os liames entre passado, presente e futuro, apresentando aos leitores padrões mínimos e “seguros” de verdade, num mundo onde os limites entre o possível e o impossível foram decididamente abalados.

Daí a grande significação atribuída à história, neste momento cultural, vivido também em Campinas.

“A história será a marca do século XIX, ela lhe dará o seu nome, da mesma maneira que a filosofia o havia dado ao século XVIII”. Assim se expressa Augustin Thierry, no prefácio do seu “Dez anos de estudos históricos”, em 1834¹⁶. Seu vaticínio indica uma “nova” forma de conhecimento — não mais a livre e arbitrária evocação do passado, para o prazer do espírito e deleite da curiosidade, mas uma investigação “científica” e indispensável, para dar conta do estado presente de todas as coisas. *“Tudo assume hoje, uma forma de história: polêmica, teatro, romance, poesia”*, constata, com razão, Chateaubriand, em 1831¹⁷.

Assim, para entender qualquer fenômeno da realidade vivida, não basta, neste momento, trilhar os caminhos já conhecidos do saber, tidos como clássicos: revelar a essência interior, de tal fenômeno ou a norma que lhe rege — já que sua essência íntima é imune ao turbilhão das circunstâncias e acidentes. Tudo isto já não é mais suficiente, e persistir é arriscar-se em veredas intrinseáveis. É necessário, segundo esta “nova” ótica historizante, decifrar a origem, frequentemente encoberta do referido fenômeno¹⁸.

Francisco Quirino dos Santos, na construção desta historicidade “tranquilizadora”, funde ideais românticos, naturalistas e liberais.

Enquanto romântico, leitor explícito de Victor Hugo e de Michelet, busca tecer uma historicidade onde está presente a “cor local”, a recuperação “compreensiva”, “humana”, sentimental, do passado.

Aproxima-se, pois, de Herder¹⁹ no sentido de que para se compreender cada povo é necessário associá-lo, intrinsecamente, à sua história particular. Para tal, aciona todo o seu subjetivismo, na tentativa “hugonista” de colocar a sua “notícia histórica” a serviço dos seus ideais políticos. Não faltam nesta tessitura historiográfica as tentativas de elaboração de uma narrativa “comovente” e “pitoresca”, como já prescrevia o historiador Macaulay em 1828²⁰. E para tal coloca em ação sentimentos que considera do

“povo”, quais sejam, a religiosidade, o humor, o gosto pela aventura; a forma discursiva dialogal faz-se presente ao longo de todo o texto, estabelecendo diálogos com leitores “implícitos”, ou “explícitos”, que se delineiam ora como materialistas, incrédulos, cultos, ora como “pios”, “ingênuos”, “ternos”. Em grande parte das vezes o que consegue é a construção de “arremedos”, ou “caricaturas”, praticamente dissolvidos em idealizações harmonizadoras das práticas sociais, nem sempre destituídas de toques preconceituosos.

Em todo o caso, é possível localizar-se visões ou práticas do “outro”, seja numa leitura do texto a “contrapelo”, como nos propõe Walter Benjamin, seja, via análise discursiva, fundada na busca da intertextualidade, como nos sugere M. Bakhtin, ou mesmo R. Barthes.

No que se refere à religiosidade²¹, por exemplo, podemos percebê-la, neste momento, enquanto prática social (como “elo social”), estabelecida a partir de vivências que articulam, intimamente, o abstrato e o concreto das quais não estão ausentes alguns matizes sutis, indicadores de preconceitos: refiro-me às expressões como vozes “rusticas”, visões “ingenuas”.

Por outro lado, são apagados da narrativa os conflitos vividos na dimensão religiosa, justamente nestes preâmbulos da história de Campinas. Reporto-me mais especificamente aos choques havidos entre os moradores da povoação local, por ocasião da petição de desmembramento da freguezia de Jundiá à autoridade eclesiástica competente, decorrentes de visões religiosas diferenciadas a respeito do seu conteúdo. Para um grupo de habitantes, esta deveria ater-se à construção da igreja, sem a fixação do pároco, apenas para propiciar a realização das festas tradicionais da comunidade²².

Por outro lado, nesta narrativa histórica, podem-se ainda captar algumas críticas em tons românticos, impressas, ainda que sutilmente, ao progresso, enquanto destruidor de algumas “boas dimensões vividas”. Os historiadores Michael Löwy e Robert Sayre, em sua obra “Revolta e Melancolia. O Romantismo na contramão da modernidade” (1995)^{23,24},

dedicam-se à análise das concepções plurais do romantismo. Captam-no — nos termos propostos por Raymond Williams — como uma das principais estruturas de sensibilidade da cultura moderna, uma visão do mundo global, manifesta na literatura, na arte, na política, na filosofia, na religião, na historiografia, etc. Enfatizam a conotação de protesto contra a civilização industrial/capitalista moderna, que o romantismo pode muitas vezes assumir.

Entretanto, não é esta a dimensão de negação da sociedade capitalista que prepondera na produção de Francisco Quirino dos Santos. Muito pelo contrário, é o olhar do viajante estrangeiro que se faz presente. Mais particularmente o de A. Emílio Zaluar — através de sua obra “Peregrinação pela Província de São Paulo (1860-61)”²⁵ — de quem empresta vários lances, para a constituição de sua “peça” (existe referência explícita a este fato em seu trabalho).

Pode-se captar as similaridades entre tais produções, observando-se, por exemplo, a elaboração romântica/naturalista dos “quadros da natureza” delineados, à maneira de Alexander Humboldt, já em obra de 1807. O citado naturalista empenha-se na definição do “*naturgemälde*”, isto é, quadro da natureza, enquanto expressão de uma “imagem panorâmica (...) no todo, a prova de ação conjunta das forças e a transmissão do prazer oferecido pela observação imediata do ambiente natural”²⁶. Realmente, Humboldt, bem como Zaluar e Quirino dos Santos, ao produzirem tais quadros, parecem querer resgatar o entusiasmo dos primeiros descobridores da América, elaborando imagens de encantamento e de idealização. Neste sentido, distanciam-se das concepções detratoras sobre o Novo Mundo, defendidas por pensadores iluministas, tais como Buffon, De Pauw e Raynal²⁷.

Porém, a similaridade ou aproximação entre tais produções torna-se mais nítida quando nos deparamos com a visão exógena, que acaba permeando a totalidade desta tessitura histórica, e que dá origem à imagens negativas ou excludentes das tradições culturais locais. Pode-se apreender tal viés de fora, via instabilidades românticas impressas no texto, e que vão desde

o ufanismo ao cosmopolitismo, ou da “missão civilizatória” ao projeto nacionalista.

Ou, ainda, é facilmente perceptível quando aciona um modelo que reduz a história à ação de fatores naturais — como o clima, o meio, o caráter — e coloca em segundo plano, ou mesmo desconsidera, os conflitos culturais e as singularidades históricas²⁸.

Quanto ao caráter do “povo”, o olhar de cima para baixo se explicita nos traços homogeneizadores e harmônicos a ele impressos, no nítido privilegiamento dos homens brancos, proprietários de mercadorias materiais e espirituais, os representantes da civilização no Novo Mundo. No que diz respeito aos negros, uma única referência aparece no texto, eivada de preconceito, na medida em que o autor faz questão de fixar-lhes, numa alusão explícita à cor da pele. Em relação aos escravos, estes só aparecem, enquanto referência quantitativa: são apenas números! Poder-se-ia completar o quadro de preconceitos com uma observação relativa à imagem das mulheres, produzida neste texto — ora ela é definida como “quarentona” (a esposa do lavrador e a mãe extremada), ora com o “seio ondulante” (a agregada; não existem referências sexuais outras, a propósito das demais figuras sociais!), ora como “flutuante com seu lencinho escarlata” (a jovem filha do lavrador, a única que não é definida com atributos pessoais, mas com objetos pessoais!). Portanto, para além das diferenças e do respeito a eles, o que fica é a imagem única de um povo, definido pelos atributos “genio gentil, trabalhador, persistente, fraterno” (sic!).

Estamos, portanto, perante uma peça de argumentação política, dotada de historicidade.

Enquanto ato de poder, o que nele prepondera são as concepções liberais²⁹, responsáveis pelo movimento linear racional, etapista (a partir da acumulação de saberes), da narrativa histórica, dando-lhe um caráter de proposta civilizatória, progressista, “democrática”, diga-se “republicana”. Os únicos conflitos apontados no texto dizem respeito a confrontos com a

monarquia representativa, que se identificara, segundo ele, com o absolutismo, perdendo de vista os ideais “democráticos”.

Não faltam, inclusive, as interpenetrações de história humana com a natural, típicas do ideário da ilustração³⁰.

E para desempenhar tal “missão civilizatória”, a única capaz de restaurar a “abundância e a felicidade”, além dos argumentos românticos “populares” já referidos — os quais acabam por desvirtuar ou transmutar concepções do “outro” — lança mão, igualmente, de uma racionalidade, instrumental, científica, hierarquizadora dos saberes, fundada em dados objetivos, estatísticos, únicos. Ou seja, aproxima-se — além do campo liberal, no que se refere aos ângulos acima citados — dos fundamentos epistemológicos positivistas, de Augusto Comte³¹; estes, ao nível da linguagem tornam-se explícitos, também pela utilização de metáforas orgânicas, tais como “organismo do corpo social”.

Esta “notícia histórica” constitui, pois, ineludivelmente, uma tentativa bem-sucedida — e, portanto, paradigmática — de “seqüestro”³² de tradições ou singularidades culturais, diga-se de memórias ou histórias da cidade de Campinas.

MODERNIDADE & HUMOR

Os “almanachs populares” para os anos de 1878 e 1879 — que se apresentam como sucedâneos dos almanaks de José Maria Lisboa — proporcionam-nos um “espetáculo cênico” bem diferente do produzido pelos primeiros “livrinhos” publicados na cidade de Campinas.

Similaridades certamente existem e estas dizem respeito à permanência do ideal de “modernidade”, que aparece traduzido por vocábulos tais como “civilização”, “progresso”, “prosperidade”, “regeneração social”, “liberdade”, “racionalidade”, “iniciativa individual”, “elegancia”, “trabalho”, “educação”, “democracia”, ou, ainda, numa única palavra, “república”.

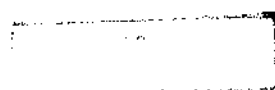
Contudo, matizes simbólicos distintos, significativos — relativamente a tal ideal — poderão ser captados se acompanharmos o movimento discursivo colocado em ação, tanto pelos editores como pelos autores que se fazem presentes nestas publicações.

Amplia-se consideravelmente a parte literária destas obras, visualizadas pelos próprios editores como a “locomotiva da litteratura moderna”. Além de notícias, contos e poemas, apresentam “considerações filosóficas”, “anedoctas”, “charadas”³³, “enigmas”³⁴, “logogriphos”³⁵, “curiosidades”, passatempos (para “horas vagas”), “epigrammas”³⁶, “discursos” políticos, ditados ou frases de sabedoria e, até mesmo ... “uma pergunta” aos leitores — com direito a prêmio, diga-se a dez números do “almanach” para 1878!

“Pergunta

Qual é o maior tormento dos casados?

*Dá-se dez numeros deste almanach a quem achar um
remedio practico”³⁷*



Ampliam-se, igualmente, as vozes presentes nestes pequenos livros. Aparecem inúmeros “collaboradores”, os quais se revelam — através da “nova” secção “Correspondencia” — não por indicação dos editores, como nos primeiros “almanaks”, mas principalmente por meio da aprovação destes, após iniciativa própria de envio de material para publicação. E estes “collaboradores” provêm não só da cidade de Campinas, mas de outras localidades da província de São Paulo (tais como Iguape, Itatiba, Itú, Mogi-Mirim, Rio Claro, Santos, São Paulo), ou de outras províncias (Pernambuco e Rio Grande do Sul):

(...) “TEREI LOGAR? (Rio Claro). Sentimos extremamente não poder servil-o; o seu artigo, conquanto bem elaborado, era muito extenso para as proporções limitadissimas do almanach”³⁸.

É sem dúvida o “almanach” para o ano de 1878, organizado por Hyppolito da Silva, que mais nos proporciona contato com esta pluralidade de vozes que ecoam muitas vezes sob pseudônimos. “D. Cicrano idealista”, “Sans Façons”, “Fuas Roupinho”, “Um charadista”, “Um portuguez”, “Bohemio”, ou, simplesmente, “A. C.”, “H.”, “L.”, “Z.”, “Dona H.L.”, escondem, não raro, “principiantes” no mundo literário, ou ainda, “modestas cultivadoras das letras”. É, aliás, o que se pode depreender também da análise da citada secção “Correspondencia”³⁹, do “almanak” para 1878. Quanto às mulheres, a novidade e, de certa forma, o impacto de sua presença neste primeiro “anuario” desta nova série, podem ser lidos com nitidez, via organização do seu índice. Nele, as “Senhoras” ocupam lugar distinto daquele dos “auctores”, espaço indiscutivelmente dignificante, mas, de qualquer forma, à parte. Já no “expediente” da mesma publicação, o discurso gira em torno de sua acolhida pela “republica das letras”⁴⁰, ao mesmo tempo que incentiva e estimula para

que elas próprias se vissem como parte integrante deste universo, e que passassem a produzir mais. Eis o texto:

Expediente

“Para o primeiro volume deste annuario conseguimos a collaboração de algumas illustradas senhoras, e se bem que seja pequeno o numero das que n’elle se inscreveram, temos fe que esse numero se augmentará de anno para anno, á proporção que ellas forem conhecendo o lugar que devam occupar na republica das lettras”⁴¹.

É interessante registrar que já no índice do “Almanach popular de Campinas para o anno de 1879”, o crédito refere-se à qualificação “author”. Contudo ao invés das dez mulheres que ousam fazer-se presentes no anuário de 1878, uma apenas permanece, para compor, agora, tão honrosa categoria.

Não só as colaborações femininas reduzem-se no “almanach” editado também por Carlos Ferreira. Há uma sensível diminuição dos autores que utilizam pseudônimos, ou que são “ilustres desconhecidos”. Prevaecem literatos renomados, sobretudo na esfera nacional — amigos, aliás, do poeta, dramaturgo e editor do “annuario” de 79. Refiro-me, particularmente, a Castro Alves (ao “Castrinho”, como lhe chamava na intimidade Carlos Ferreira)⁴², a Lins de Albuquerque, a Fontoura Xavier, a Alberto de Oliveira, a José do Patrocínio, dentre outros.

A metáfora teatral pode ser ainda recorrente, para dar conta das “novidades” desta “nova” série.

Preparem-se para uma grande variedade de modalidades artísticas — talvez algumas inusitadas também para a época — bem ao gosto dos espetáculos teatrais dos oitocentos.

Temos uma primeira possibilidade de leitura cênica destas publicações, reunindo pequenas notícias, discursos, biografias, e poemas de

autores/“atores”, que trazem explicitamente em suas vozes, o ideal “civilizador”, “moderno”, “democrata”, “republicano”.

São vozes/encenações fragmentadas, esparsas, mas que se acompanhadas atentamente revelam campos conceituais comuns e, ao mesmo tempo, matizes díspares.

Eis, inicialmente em cena, os “maîtres de plaisir”, correligionários dos editores dos “almanachs”, colegas da Gazeta de Campinas. Estamos perante algumas centelhas da apresentação “teatral” de Campos Salles⁴³: o discurso original foi realizado “na sessão magna de regularização da Loja Maçônica Regeneração III”.

A abertura:

“O acto que hoje solemnisamos com esta festa, em que nossas almas se enlaçam pela união fraternal de puros sentimentos e as nossas vontades se confundem, agitadas por um só estímulo, é mais uma prova característica do signal que começa a surgir no horizonte da patria, como o prenuncio de uma nova phase social mais fecunda e mais prospera, porque é tambem o feliz presagio, senão já o inicio do despertar gigantesco da consciencia publica” (...)

A proposta:

(...) Pois bem; nós os obreiros do progresso, procuramos também uma eminencia para oppômos de lá a mais tenaz resistencia á idea que se levanta audaciosa pretendendo contrapor-se aos destinos que a propria natureza traçou para a humanidade.

(...) O altar que se levanta neste templo, será a nossa montanha (...)

(...) fanaticos apóstolos da intolerancia religiosa (...) em lucta desesperada contra os grandes principios que tem guiado a sociedade moderna em sua marcha civilisadora (...)

(...) o vulto imponente de Saldanha Marinho (...) ergue-se altivo na tribuna universal para attestar que existe ainda uma força — a democracia; que existe ainda um ponto de resistencia — a maçonaria.

(...) Sim; propugnar esforçadamente pela emancipação da consciencia e pela restauração dos direitos naturaes (...); procurar incessantemente destruir esta união contradictoria da cruz com a espada, do throno com o altar — eis qual tem sido nos ultimos tempos o principal objetivo da nossa instituição” (...)

A apoteose:

(...) “Caminhemos, pois, desassombradamente em busca do nosso fim.

Trabalhemos, trabalhemos sempre com ardor e perseverança e nós teremos em recompensa as benções do Supremo Architecto do Universo”⁴⁴.

Atentemos, agora, para a performance do mesmo autor/“ator”, a propósito do tema “Instrucção Publica”. Trata-se de reencenação de um texto de Campos Salles, datado de 1870, já conhecido dos leitores do “Almanak de Campinas para 1871”. Contudo, a força de sua argumentação política é atualizada no “cenário” do “almanach popular de Campinas para o anno de 1879”, através de seus editores/“diretores”.

(...) “Discorrendo profusamente sobre a necessidade da instrucção popular, o sr. Andrade Corvo proferiu perante a camara portuguesa, colhendo fervorosos applausos dos seus concidadãos, as seguintes memoraveis palavras:

'Só a liberdade que vem da consciencia do dever e do direito — essa liberdade não só politica, mas politica e social — é que representa o progresso na sua larga accepção: o progresso do povo. E não se póde ella obter n'uma nação, se o povo não tem os meios de se instruir pela leitura: se não tem a razão esclarecida, para comprehender quaes são os principios moraes e politicos, quaes são as conveniencias economicas sobre que deve assentar a governança do estado'.

(...) O povo que lê, ergue alto a sua autonomia, no estado pela meditação e pelo pensamento essas duas formidaveis trincheiras, ante as quaes quebram-se e cahem impotentes os golpes trahicoeiros do despotismo (...)

(...) Entretanto, o povo ignorante, para quem a meditação dos negocios publicos não passa de méra ociosidade alheia aos seus interesses, para quem o pensamento é um impossivel, porque o esforço do raciocinio cede logo á fraqueza da razão: esse povo deixa de ser rei para ser escravo do rei.

Nós seremos felizes,(...) se algum dia assistirmos á grande victoria, á victoria da civilisação, á victoria que proclamará que a intelligencia tem recebido o seu completo desenvolvimento, e que de então em diante o proletario como o rico será accessivel a todos os empregos sociaes: a liberdade virá, ella apagará todas as susceptibilidades, e a aristocracia se curvará diante desta grande e sublime palavra: igualdade''⁴⁵.

A este primeiro ato, sucede-se um segundo, fruto da elaboração dos editores/"diretores" do "almanach" para 1879. É a apoteose:

"Estas considerações, devidas (...) (ao) dr. Manoel Ferraz, vem a proposito (...) a fim de que possamos demonstrar que Campinas, municipio essencialmente agricola, e que por isso tinha motivo para estar em atraso no

tocante á educação e instrucção do povo, visto que a maior parte de sua população reside fóra da cidade, nem por isso apresenta um resultado desanimador.

(...) Quando atravessamos uma estrada infestada de bandidos e sicarios, levamos ordinariamente connosco armas que nos possam servir de defesa em occasiões supremas. Porque motivo, pois, não havemos escudar-nos com a instrucção quando encetamos a viagem do progresso pela estrada que conduz da obscuridade á civilisação, estrada perigosissima onde há bandidos de toda a especie, onde o homem está sugeito a emboscadas terriveis e onde muitas vezes assassina-se a consciencia e a reputação?

Como o disse Guerra Junqueiro:

'Ter direito á ignorancia é ter direito ao mal' e se o povo comprehendesse o verdadeiro alcance destas palavras, certamente faria da instrucção um eterno pharól com que offuscaria os morcegos que lhe sugam o sangue explorando-lhe a ingenuidade e especulando com a sua ignorancia''⁴⁶.

A montagem destes recortes “cênicos” permite aproximarmo-nos de significativos jogos simbólicos; são peças de argumentação política, situadas no embate das representações inseridas nos “almanachs” “populares”. Através da voz de Campos Salles, seja como vereador da cidade de Campinas em 1878, ou como deputado provincial em 1870 — acompanhada de perto de outras falas, dentre as quais as dos editores destas publicações — divulga-se a visão de “tempo” como contendo em si mesmo o “progresso”. Propaga-se esta “boa nova” para uma população mais ampla — dado o caráter “popular” destas publicações — não só da localidade, mas da região e do país, como um todo. Note-se que dentre os colaboradores/redatores destas publicações encontramos figuras da província de São Paulo, bem como de outras regiões do país.

Este “progresso” é concebido como sinônimo de “civilização”, de “sociedade moderna”, de “democracia”, de “república”, e nunca de “monarquia” — o vocábulo “república” aparece em texto do próprio “almanach”, a ser ainda destacado. “Progresso”, capaz de engendrar a “felicidade” do “povo”, a “prosperidade econômica”, a “igualdade”, a “liberdade”. Inclusive “liberdade de consciencia”, através da separação entre Igreja e Estado. Assim, como figura instruída, membro da Maçonaria, Campos Salles arvora-se como o “obreiro do progresso”, o dono da verdade, o legítimo intérprete das necessidades do “povo”. Indica os caminhos possíveis para concretização de tal ideal, seja ele inscrito na história, ou na própria natureza: a educação e o trabalho.

A visão de “educação” é concebida pelo autor como, fundamentalmente, a adequação racional aos “princípios moraes e politicos”. Suas colocações não descartam as potencialidades autônomas que o conceito possa oferecer, no que respeita, particularmente, ao afastamento do despotismo. Contudo, implicam de maneira explícita na desqualificação de outras experiências — que não a “leitura” e a “instrução” — na produção da reflexão. Portanto, o conceito de “racionalidade”, acionado por Campos Salles — sobretudo no texto elaborado em 1870 — é sinônimo de “razão instrumental”, hierarquizadora, diga-se, desqualificadora de saberes. A idéia de “liberdade” neste jogo simbólico, surge como pressuposto do exercício consciente — porque fundado na educação — dos deveres e dos direitos.

Quanto à representação do trabalho — já no texto de 78 —, aparece de maneira genérica (aliás como as demais do texto), sendo associada à totalidade das pessoas, e também ao próprio Deus! Ao mesmo tempo, a noção do trabalho é desenhada como a possibilidade de se obter como recompensa, as “Benções do supremo architecto do universo”. Estamos, portanto, perante uma imagem de “trabalho” bem diversa da relativa ao

“trabalho escravo”, com todos seus matizes aviltantes intensamente presentes na sociedade brasileira de então.

O esforço simbólico, nesta passagem textual, é de afastamento das imagens degradantes que pudessem, de alguma maneira, impedir a concretização deste que é o conceito fundamental da “sociedade moderna”, diga-se do próprio sistema capitalista, o conceito de trabalho. No presente momento, de avanço do sistema capitalista na cidade de Campinas, e no Brasil em geral, conceito de trabalho livre⁴⁷.

A ausência de outras referências textuais sobre o “trabalho livre”, assalariado, é plena de significados. No interior destas publicações explicitamente articuladas à campanha republicana, não existe espaço para o engendramento de polêmicas que possam distanciar futuros adeptos deste ideal. Mesmo nas notícias da “Gazeta de Campinas” e na série anterior de “almanaks” campineiros, a questão sempre aparece como relativa aos imigrantes estrangeiros — não aos escravos-libertos, nacionais livres ou indígenas — e nunca à abolição da escravatura!

A análise atenta destas elaborações textuais, acima apresentadas, permite-nos acompanhar o movimento de imbricação de campos conceituais liberais — fundados, sobretudo, no otimismo ilustrado inglês — e positivistas. Estes estão presentes na voz do próprio Campos Salles, em dois diferentes momentos.

É a “racionalidade” liberal, instrumental que prevalece, na proposição deste “mito”. Nele estão presentes as determinações iluministas, progressistas, desqualificadoras do “outro”, produtoras de uma concepção de verdade absoluta. Tais matizes são reforçados pela retomada do positivismo, através da “performance” de Campos Salles. Se no primeiro texto, à luz do liberalismo, o progresso é visto como “consciência universal”, ou como inscrito no tempo histórico, no segundo texto o articulador da república, circunscreve o mesmo “progresso” — diga-se, a “sociedade moderna”, “a democracia” — na ordem da natureza. Ou seja, ao naturalizar a dimensão do

“progresso”, acaba por apagar a própria história, e com ela a vontade humana, a ação dos próprios sujeitos históricos. Incorrências do olhar positivista.

Maria Stella Martins Bresciani, em artigo intitulado “O cidadão da República: liberalismo versus positivismo. Brasil: 1870 - 1900”, assim se pronuncia sobre esta representação positivista, que naturaliza o “progresso”, e que está presente em artigos da Gazeta de Campinas, deste final de século:

(...) “Nesta representação, tudo se submete a determinações invariáveis, e assim a ação do homem como sujeito histórico, dotado portanto de vontade política e de inteligência, se limita à virtualidade de atingir pelo conhecimento científico a consciência do movimento auto-determinado de vida coletiva. A suposta neutralidade atribuída ao cognitivo desliza sem o obstáculo para a certeza política. O homem racional do contrato social assume aqui seu lado sombrio mas igualmente atemporal”⁴⁸.

A carga biologizante dos conceitos positivistas, aparece também, em expressões como “regeneração social”.

Metáforas e idéias religiosas, como “altar”, “templo”, “bençãos do Supremo Architecto do Universo”, acionadas respectivamente para definir a maçonaria, ou para introduzir uma “nova” concepção de trabalho, ampliam o espectro das possibilidades dialogais com o público leitor brasileiro, trazendo à tona também, o universo das sensibilidades.

Quanto às elaborações discursivas do editor do “Almanach campineiro para 1879” — relativas à “instrução publica” —, representam uma ratificação dos ideais propostos por Campos Salles. Contudo, as expressões utilizadas pelo autor, na tentativa de justificar a proposta do líder republicano — ainda que pautadas em metáforas liberais —, indicam uma criativa reelaboração do conceito de “educação”, base da “sociedade moderna” e da “democracia”. A ótica que prevalece não é a adequação a “princípios morais e políticos”, mas é a defesa, a preservação do homem comum, daquele que se vê expropriado pelo mais forte. Ótica diferenciada, produzida a partir de

experiências diferenciadas. Acredito que se acha aí registrada a voz e a sensibilidade do comerciário Hyppolito da Silva.

“Como disse Guerra Junqueiro:

‘Ter direito á ignorancia é ter direito ao mal’ e se o povo comprehendesse o verdadeiro alcance dessas palavras, certamente faria da instrucção um eterno pharól com que lhe offuscaria os morcegos que lhe sugam o sangue, explorando-lhe a ingenuidade e especulando com a sua ignorancia”.

Além destas apresentações cênicas, existem outras no cenário destes “almanachs”, voltadas para a propagação do mesmo ideal “moderno”, “democrata”, “republicano”. Francisco Quirino dos Santos, Jorge Miranda (também vereador em Campinas nos anos 78 e 79), J. P. de Campos o “ajudante de professor” da “Escola Nocturna da Loja Maconica Independencia”, Artur Bastos, o jornalista de Santos, Narcisa Amália, a literata fluminense, Souza Viterbo, o poeta português e o próprio Hyppolito da Silva, são os autores dos textos, os “maîtres de plaisir”.

Quirino dos Santos, situando-se num campo liberal, constrói a idéia de “identidade municipal” — como crítica à centralização monárquica — reelaborando a visão antiga da cidade como “fortaleza”, enquanto defesa do homem em relação ao próprio homem⁴⁹.

O editor destas publicações, Hyppolito da Silva, fiel neste momento às orientações político-partidárias, afasta a concepção de “democracia” das “desordens da communa”. Para tal, presta uma homenagem póstuma à figura de Adolpho Thiers, falecido neste mesmo ano de 1877. O “retrato” apresentado é de “um grande estadista”, exaltado patriota, “chefe da oposição liberal nas Câmaras em 1840”, e que como chefe do poder executivo — nomeado em Bordeaux — “reprimiu as desordens da communa”. Ou ainda, daquele que *“infelizmente foi obrigado a abandonar a presidencia da republica, victima da colligação dos grupos monarchicos em 1872”*⁵⁰. É

interessante observar que este mesmo estadista francês é “fotografado” como figura totalmente diferente, “déspota”, “autoritário”, pela “objetiva” dos jornalistas do “Diario de Campinas”.

Já num outro poema intitulado “Socialismo”, como parte do mesmo anuário ora focalizado, Hyppolito da Silva, contraditoriamente, apresenta-se enunciando visões de mundo dissonantes em relação às dos colegas republicanos da Gazeta, os quais são porta-vozes da “modernidade”, como sinônimo dos ideais capitalistas. Isto na medida em que faz críticas explícitas ao “grand monde”: “fonte de scynismo”, de “sarcasmo”, de “preconceitos”, de “finas ironias”, e que se vende por “peças d’ouro”. Ao mesmo tempo fundindo visões — românticas e liberais, i. é, “fitando os raios de uma aurora” e “crendo na luz” — expressa sua esperança no “porvir”. A associação entre a última idéia (porvir) e o título (socialismo), fica por conta do leitor. De qualquer forma, a acepção que empresta ao termo “socialismo” não aparece nesta poesia e nem mesmo nos artigos que elabora nos anos de 78 e 79, para a “Gazeta de Campinas”. Contudo, temos referência de que Pierre Joseph Proudhon era bastante lido entre os intelectuais campineiros oitocentistas⁵¹. Ficam, pois, das suas visões, algumas centelhas de desejos “outros”:

(...) *“Eu detesto — o grande monde — elogiado,
Criminoso paúl emnegrecido
Ao fumo das paixões;
Não me póde aquecer o sol nublado
Que surge no horisonte empalecido
Do centro dos salões! (...)”*⁵²

No poema “A Republica” — cujo autor não é identificado no próprio texto, mas sim através da Gazeta de Campinas⁵³ — Souza Viterbo, o poeta português introduz ao público dos “almanachs” a representação da

“república”, em moldes positivistas franceses: república como mulher, de cujos seios “hão de surgir impavidos gigantes!” Segundo observações tecidas pelo também poeta Carlos Ferreira, em folhetim da Gazeta de Campinas, o autor de “Harmonias phantasticas” pertence à “moderna escola chamada socialista”. E para situar tal tendência, refere-se à poesia de Charles Baudelaire, destacando-lhe, tão somente, a preferência por temas “sociais”.

Eis o poema:

*“Tremeis? Vêde-a dormindo socegada
a deusa dos combates sempiternos:
rugem-lhe em tornos os horridos invernos
e tudo é para ella uma alvorada.*

*Não penseis que ella durma, embriagada
no rumo grato dos reaes phalernos,
como Dante, desceu aos vis infernos
e repousa momentos da jornada.*

*Filhos do negro val, filhos da serra
erguei os vossos gladios coruscantes
à luz daquelle olhar que se descerra.*

*Ide, apertae-lhe os seios uberantes!...
de cada gota que cahir na terra
hão de surgir impavidos gigantes!”⁵⁴*

A construção poética eivada de visões liberais não apenas introduz a imagem feminina da república — numa explícita valorização da imagem da mulher — mas, sobretudo, conclama os “filhos do negro val, filhos da serra”, à ação:

“erguei os vossos gladios coruscantes,

à luz daquelle olhar que se descerra.

Ide, apertae-lhe os seios uberantes!”...

E a recompensa, inscrita no próprio poema, é o progresso como construção dos homens.

Narcisa Amalia, a jovem literata fluminense, nos seus vinte e cinco anos, já ativa defensora dos ideais republicanos e abolicionistas, e bastante conhecida nos meios literários nacionais pela obra publicada em 1870, apresenta-se nos palcos do “almanach” para 1878 com o poema “A Sociedade Brasileira. Ensaio Litterario”. A imagem de mulher que sua poesia desenha — a dela própria, como poetisa, autora do livro de poemas “Nebulosas” — não corresponde à proposta por Souza Viterbo, a respeito da “república-mulher”.



Foto nº 9 - O olhar tristonho, porém decidido da escritora fluminense, é captado pela câmara. Além dos preconceitos políticos, enfrenta no Brasil, no final do século XIX, também a discriminação sexual.

Se a construção simbólica do poeta socialista português traz para a cena a visão da mulher “geradora” de filhos, “gigantes impávidos” — leia-se republicanos —, no presente caso ela própria se faz “gigante impávida”. Como poetisa, resgata para si o direito de ser “uma sonhadora de melhor futuro”, capaz de afastar de si “as descrenças lúgubres, os tédios fundos”. É bem

verdade, que para isto, pede “mil clarões fecundos”, aos “sacerdotes providos da luz, da idéa, do labor, da crença, (...) que bate(m) a prepotencia e o erro vibrando a lyra e despertando a imprensa”. Pede luzes, como se ela própria, por si só, não as tivesse! Mas, de qualquer forma, a aproximação com o universo “liberal”, “moderno”, “civilisatorio”, “romântico” — em alguns momentos — a fortalece como poetisa, como profissional das letras: “por vóz, minha alma desperta e canta”. Nada melhor, neste momento, do que ouvi-la murmurar este poema, através dos ecos que ressoam por entre as brechas da leitura deste “almanach”:

*“Quando as primicias de meu estro tímido
Dei aos Colombos do ideal moderno
E é voz profunda do universo em threvas
Sagrei meu canto ao FEMININO ETERNO
Quando das sombras do passado extincto
Chamei as larvas que não tem renome,
E fui pedir ás nebulosas raios
Para traçar-lhe no infinito o nome;*

*(...)
Bemdito appello! Das descrenças lugubres
Dos tedios fundos hoje em mim que resta?
Como a bombilia dos jardins celestes
Ao céo remonto o pensamento em festa.
A mocidade que a sciencia liba
Deu-me a alavanca que nos reis impera
E vós volveis ao meu olhar as paginas
Onde ella deve decahir severa!*

*Sêde bemditos, vós que vindes ardidios
Erguer o genio que na sombra expira;
É como o rócio a derivar das nevoas*

*A voz de um grupo que a bondade inspira.
 Por vós, meu seio commovido arqueja
 por vós, minha alma se desperta e canta!
 Deus a sorrir-vos lá do azul das nuvens,
 A patria, a gloria, a liberdade santa”⁵⁵.*

O próprio editor do “Almanach popular de Campinas para 1879”, o republicano Carlos Ferreira, chegou a censurá-la, alguns anos antes, justamente pela ousadia de assumir tal perfil de poetisa. Manifesta-se ele no “Correio do Brasil”, do Rio de Janeiro, em dezembro de 1872:

*“(...) Mas perante a politica, cantando as revoluções,
 apostrofando a reio, endeusando as turbas, acho-a
 simplesmente fora de lugar (...) o melhor é deixar [o talento
 da ilustre dama] na sua esfera perfumada de sentimentos e
 singeleza”⁵⁶.*

Dando continuidade a esta movimentação cênica dos “almanachs” para os anos de 78 e 79, outras pequenas apresentações sucedem-se. São também fugazes, rápidas, fragmentadas, mas deixam o registro — muitas vezes anônimo, sob pseudônimo — de visões dissonantes, visões díspares, em relação a grande parte das concepções de “modernidade”, engendradas pelos almanaques.

Refiro-me, neste momento, às anedotas, aos provérbios, aos “epigrammas”, às curiosidades, aos pequenos contos, além dos poemas, cujo tema básico é o “humor”.

O humor é largamente desenvolvido nestes “almanachs populares”. Somente no volume dedicado ao ano de 1878, aparecem nada menos que 43 anedotas, em comparação com 11 notícias, 3 biografias, 38 poemas, 4 enigmas, 44 “charadas”, 5 “logogriphos”, 9 provérbios, 5 contos, 4 jogos (“passatempos”) e 2 curiosidades. Já para o ano de 1879, o número delas

diminui: são 8 piadas, 16 poemas, 1 discurso, 3 artigos noticiosos, 2 “logogriphos”, 11 “charadas”, 4 pensamentos. Há que se considerar, porém, que a comicidade está presente nos almanaques, também sob a forma de poemas, contos, provérbios e biografias.

Atentemos para alguns destes lances cênicos humorísticos. Temos clareza de que constituem formas privilegiadas de representação das condições de possibilidade, das vivências e das sociabilidades cotidianas, não só campineiras, mas brasileiras, neste final de século⁵⁷.

É bem verdade que um conjunto numericamente expressivo de textos cômicos revela a incorporação de padrões classicistas, liberais, intimamente articulados às concepções de “modernidade”, assumidas pelos republicanos. Reporto-me à visão de “racionalidade” como sinônimo de adequação às regras, de moderação:

Podia ser avô

“Foi um velho a uma igreja para casar-se com uma menina de 16 annos. O padre estava distrahido e não fazia caso delle.

—Sr. padre, diz o velhote: estou esperando.

—Approxime-se da pia que eu já vou,olveu o padre.

—Não percebe; eu o que venho é casar-me, sr. padre.

— Ah! desculpe; eu cuidei que vinha baptisar sua neta”⁵⁸.

Modere-se! Enquadre-se aos ditames sociais! Evite os excessos! Tal é a sugestão subjacente à tessitura humorística aqui delineada.

Mas, ao mesmo tempo, neste emaranhado multifário de produções cômicas, existem outros registros. Registros que lançam mão da ironia romântica para demolir os padrões filisteus do mundo burguês. Acompanhemos o “olhar” arguto do poeta negro paulistano, Jovino

Taquarembó, através de seus versos plasmados por influência parnasiana. Nas suas observações, volta-se para as figuras:

do potentado,

*(...) Se nobre potentado prezo á “pasta”
Os “cofres” da Nação lapida e gasta
E, fiado nos altos pergaminhos
Alcançado por ... cousas e pontinhos
Vae fazendo á honradez orelhas moucas
Em tão alto lugar cingindo “toucas”
Nisto causa de espanto ninguem ache,
Pois no nosso Brazil passa por praxe!*

do doutor,

*Se rotundo “doutor” no tribunal
Cedendo ao “scintillar” d’aureo metal
Encaixa um innocente na “cafua”
Enquanto ao criminoso põe na rua;
Se, tornando a justiça em um balcão,
N’isto cousa de espanto ninguem ache
Pois no nosso Brazil passa por praxe!*

do médico,

*Se galhardo Esculapio não formado,
Vae matando no “recepe” dictado
A quem lhe pede auxilio na doença;
Se “arrota” prodigios pela imprensa,
E não é mais que um fôco de esperteza,
Que vive especulando c’oa pobreza,
N’isto causa de espanto ninguem ache
Pois no nosso Brazil passa por praxe!*

do padre,

*(...) Se um padre, commette desacatos
E ninguem pede conta de seus actos
Se ás noutes convive nos "bordeis"
E a Religião assim esmaga aos pés,
Se a Igreja converte em "lupanar"
E transforma em mercado o sacro altar,
Responde tu, leitor, que ora me ouviste:
A Curia no Brazil já não existe!*

do professor,

*(...) Se qualquer "lagalhé" ignorante
"Camelorio" sandeu e petulante,
Quem o nome seu sabe assignar,
Pretende a mocidade inspeccionar,
Se na escola, qual ave de rapina,
Os cobres vae comendo e nada ensina,
Responde-me leitor, cortez e serio:
No Brazil é "commercio" o Magisterio!
(...)*

do "ricaço",

*(...) Se o ricaço burrego, empantufado,
Parente de qualquer um potentado,
Vae galgando bem altas posições
Attenta a quantidade dos milhões,*

do "pobre",

*Se o pobre cortez, necessitado
Pai de grande familia, é despresado:
Sabei, ó nações do mundo inteiro
No Brazil o que val é só dinheiro!*

e concluindo,

*Se eu, se eu também tão descuidado
 Nas “bellezas” da patria “engalpinhado”
 Aqui e alli, ferino, fui tosando,
 A tua paciencia fatigando
 Se talhei carapuças e se achar
 Alguma que te possa envergonhar
 Desculpa-me leitor não leva a mal
 A minha indiscrição.*

Ponto final.

Jovino Taquarembó⁵⁹.

É interessante observar nestas formulações, relativas às figuras socialmente emblemáticas do universo urbano oitocentista, o uso de vocábulos cotidianos, os quais chegam a constituir elementos dissonantes em relação ao conjunto das produções, presentes nos “almanachs”.

Deparamo-nos igualmente com registros humorísticos, marcados pela perplexidade perante a mercantilização das relações amorosas. Grande parte deles diz respeito à mulher. Por fixarem-se demasiadamente na figura feminina, colocando quase sempre de lado o homem, não deixam de evidenciar um ranço preconceituoso em relação a tal figura.

O marido

“Perguntara uma galante menina:

— Mamã, que é um homem?

— É um ser que tem muitas applicações - respondeu a mãe - porém de todas ellas a melhor é a de marido.

— E o que é um marido?

— Uma especie de cofre aberto para pagar os trajos, as joias, e todos esses mil objectos de que tanto carecem as mulheres.

— *Ai, mamã! eu quero um marido.*

— *Filha, por desgraça vai perdendo-se a especie”⁶⁰.*

Finalmente, são imperdíveis passagens cômicas como as seguintes:

Epigramma

“Levava a tia Maria

A roupa para a cidade

N’uma recua de jumentos

P’ra maior commodidade;

E disseram-lhe uns estroinas;

— *Adeus, tia dos burrinhos*

Respondeu a lavadeira:

— *Deus vous salve, meus sobrinhos”⁶¹.*

Resposta aguda de um criado

“Certo fidalgo havia tomado um criado de camara com a condição de se não embriagar nos mesmos dias que elle.

Uma manhã, acabando de se vestir lhe disse o amo:

— *Eu estimava-te porque é fiel e zeloso, e me serves bem; porém vejo-me obrigado a despedir-te.*

— *E porque, senhor?*

— *Porque apesar do nosso ajuste tu te tens embriagado nos mesmos dias que eu.*

— *E é isso culpa minha, senhor? Se Vós vos embriagas todos os dias?*

O fidalgo não achou replica a este argumento e conservou o seu criado”⁶².

Pelo menos por momentos efêmeros, a comicidade focalizada permite ao leitor/“espectador” livrar-se — pela irreverência — das autoridades e dos gestos incômodos. Possibilita-lhe recuperar a sensação de pertencimento cultural, a sensação de que faz parte da “integridade inacabada da existência cotidiana” — para utilizarmos a expressão de Elias Thomé Saliba, em artigo inspirado sobre o humor brasileiro, já no século XX⁶³. E isto, justamente, numa fase de profundas instabilidades sociais e culturais no país, de sobreposição de tempos, de anulação de espaços, de desenraizamento cultural.

Existem alguns “anexins”, no cenário dos “almanachs”, que conferem ao leitor/“espectador” a mesma sensação emocional de tranquilidade, de retorno às raízes. Por exemplo, a propósito das relações amorosas entre homem e mulher:

*“duro com duro não faz bom muro, mas fogo com fogo
dão-se optimamente”⁶⁴.*

Aliás, segundo W. Benjamin, *“os provérbios são ruínas das antigas narrativas, nas quais a moral da história abraça um acontecimento, como a hera abraça um muro”⁶⁵.*

Fim do espetáculo cênico. Fecham-se as cortinas. Rememorando as práticas do Theatro São Carlos, no final do século XIX, “letras maiúsculas em quadros”⁶⁶, no pano de boca anunciam que a nossa viagem continua...

A percepção que fica é a de termos nos deparado com movimentações cênicas dos “almanaks” e “almanachs” bem diferentes. Em ambas as séries, porém, acha-se registrado o embate de forças simbólicas, i. é, de vozes contraditórias no interior do seu emaranhado discursivo.

NOTAS DO CAPÍTULO 4

1. A expressão é de Marshall Berman em “Tudo o que é sólido desmancha no ar. A aventura da Modernidade”, S.P., op. cit., p. 271.
2. Para registrarmos apenas algumas transcrições dos textos do “Almanak” de José Maria Lisboa, para o ano de 1871, em publicações campineiras posteriores, citamos: as reproduções integrais dos artigos de Francisco Quirino dos Santos (“Campinas. Noticia Historica” e “A Matriz Nova”) no almanaque “A cidade de Campinas”, organizado por Leopoldo Amaral para o ano de 1900 (Campinas, Typ. a vapor da Casa Livro Azul, Campinas, 1900), às páginas, respectivamente 25 a 36 e 216 a 219. Além disso, o texto de Campos Salles “Instrução em Campinas”, foi publicado novamente, pelo menos em parte, no “Almanach popular de Campinas para o anno de 1879” (op. cit.), às páginas 23 a 25. Foram localizadas, ainda, reproduções parciais dos textos de Francisco Quirino dos Santos já referidos — i. é, “Campinas. Noticia Historica” e “A Matriz Nova” — nas Revistas do Centro de Ciências Letras e Artes de Campinas: nº 32 (30/09/1913), p. 41 (o primeiro) e nº 41, de 31/12/1915, pp. 18 e 19 (o segundo).
3. Op. cit., pp. 63 a 74.
4. Aristides Monteiro, em “Panorama da Poesia em Campinas. Até 1920” (op. cit., p. 30), apresenta tal autor a seguinte visão: “oriundo de família tradicional local, começou sua carreira jornalística e literária desde os tempos de estudante na Academia de Direito Paulistana, sendo ali um dos redatores de “O Lirio”, em 1860, e da “A Razão”, em 1862. No ano de 1863, publicou o livro de poesias intitulado “Estrelas Errantes”, e até 1865 foi redator do “Correio Paulistano”. Depois de haver residido cerca de 02 anos na cidade de Santos, onde foi promotor público, voltou para Campinas, e passou a desenvolver intensa atividade na advocacia, já aureolado de grande renome (...). Além do livro de versos mencionado, publicou: “A Judia”, drama; “A Virgem Guaraciaba”, estudo crítico literário de um romance de Pinheiro Chagas; “Campinas. Notícia Histórica”; “A Nova Laura”, romance; e notáveis artigos políticos e doutrinários. Como homem público exerceu a vereança municipal, no triênio de 1880 a 1881. Pouco tempo depois, tomou assento como deputado na Assembléia Provincial, representando o partido republicano, do qual era líder, desde 1871. O poeta, dramaturgo, jornalista Carlos Ferreira é o responsável pela elaboração de uma biografia sobre Quirino dos Santos, a qual foi publicada inicialmente no “Almanak de Campinas para 1876” (publicado por

Pedro Franzen e J. Simões) e, em seguida, no “Almanach Litterario de São Paulo para o anno de 1879” (organizado por J. M. Lisboa).

5. Campinas (Noticia Histórica) in “Almanak de Campinas para 1871”, op. cit. p. 64.
6. Op. cit., p. 67.
7. A localização destes personagens é de Luiz Roberto Benedetti em “Os santos nômades e o Deus estabelecido. Um estudo sobre religião e sociedade em Campinas”, Mestrado, USP, S.P., 1980, pp. 23-24.
8. Campinas (Notícia Histórica), op. cit., p. 70.
9. Op. cit., p. 70.
10. Id., ibíd., p. 71.
11. Id., ibíd., p. 73.
12. Id., ibíd., p. 74.
13. “O Povo”, S.P., Martins Fontes, 1988, p. 20.
14. Stange, G. R. - “The frightened poets”, in Dyos and Woeft “The victorian city. Images and Realities”. Routledge and Kegan Paul - 2 vs, p. 479. Apud Bresciani, M.S.M. “Século XIX: a elaboração de um mito literário”, op. cit., p. 21.
15. Sobre utopia: Monzani, Luiz Roberto. “Cabet e os limites do discurso utópico”, in Folhetim, 15/04/1984, pp. 6 a 9; Saliba, E.T. - “As utopias românticas”, S.P., Brasiliense, 1991; Williams, R. - “Cultura e Sociedade - 1780-1950”, S.P., Cia das Letras, Edit. Nac., 1969.
16. apud Saliba, E. Th., op. cit., p. 53.
17. “Memórias do além túmulo”, S.P., Martins Fontes, apud Saliba, E. Th., op. cit., p. 53.
18. Saliba, Elias Th., op. cit., pp. 53-54.

19. "Un autre philosophie de l'histoire", Paris, Hubier, Montaigne: Edit. Max Rouché, 1964, pp. 271-272.
20. apud Saliba, E. Th., op. cit., p. 54.
21. Consultei a respeito de práticas religiosas no Brasil: Souza, Laura de M. - "O Diabo e a Terra de Santa Cruz", S.P., Cia das Letras, 1986.
22. "Documentos interessantes", v. III, pp. 49 a 51; Benedetti, L. R., op. cit., pp. 13-15.
23. Petrópolis, Vozes, 1995.
24. Sobre o Romantismo:
- Cobban, A. - "Edmund Burke and the revolt against the XVIII century", Londres, Allen & Unwin, 1960.
- Cunha, F. - "O romantismo no Brasil: de Castro Alves a Sousândrade", R. J., Paz e Terra, 1971.
- Dias, M. Odila S. - "O Brasil na historiografia romântica inglesa: as afinidades históricas de Shouthey a Walter Scott", Anais do Museu Paulista, v. 21, 1967.
- Guinsburg, J. - "O Romantismo", S.P., Perspectiva, 1983.
- Lima, Luís Costa - "O controle do imaginário: razão e imaginação no ocidente", S.P., Brasiliense, 1984.
- Lobo, Leuza (org.) - "Teorias poeticas do Romantismo", R. J., Mercado Aberto, UFRS, 1987.
- Saliba, Elias Thomé - "As utopias românticas", op. cit.
- Sigmann, J. - "1848: las revoluciones românticas y democraticas de Europa". Trad. cart. Madrid, siglo XXI, 1985.
- Talmon, J.L. - "Political messianism, the romantic phase", Londres, Seckle & Warbury, 1960.
- _____ - "Romantismo e Revolta. Europa, 1815 - 1848", Lisboa, Verbo, 1971.
- Tieghem, P. V. "Le romantism dans la litterature europeenne", Paris, Albin Michel, 1969.
25. Op. cit., pp. 133 a 144. Quirino dos Santos utiliza, ainda, como fontes históricas, documentos oficiais (Livro do Tombo, por exemplo), carta do avô, lendas, anedotas e textos historiográficos.

26. "Essai politique sur le Royaume de la Nouvelle Espagne", Paris, F. Schoell, 1841, 3 v., p. 7; Gerbi, Antonello - "La disputa del nuevo mundo", trad. Ant. Alatorre, Mexico, D. F., Fondo de Cultura Econômica, 1960, pp. 16-18.
27. Id. *ibid.*, p. 150; Duchet, Michèle - "Antropologia y historia en el siglo de las luces" Trad. F. G. Aramburo, Mexico, Siglo Vientiuno, 1975, pp. 34-39.
28. Ventura, R. - "Estilo tropical", S.P. Cia das Letras, 1991, pp. 19-47.
29. Sobre o liberalismo:
- Bresciani, M. Stella - "Liberalismo ... "(Tese de doutorado, op. cit.).
- Carvalho Franco, M. Sylvia - "All the world was America: John Locke, Liberalismo e propriedade como conceito antropológico" - Rev. USP, São Paulo, nº 17, pp. 30-53, março/abril/maio, 1993.
- Hobbes - "Leviatã", 1651, I, in "Discurso sobre a origem, os fundamentos da igualdade entre os homens", Edit. Ática (op. cit.).
- Hobsbawn, E. "A era das revoluções", Paz e Terra, R. J., 1977.
- Locke, John - "Segundo tratado sobre o governo civil". Trad. E. Jacy Monteiro, S.P., Abril Cultural, 1978 (Col. Os Pensadores).
- Macpherson, O. - "The political theory of possessive individualism". Oxford, 1968.
- Marson, Isabel - "Liberalismo e escravidão no Brasil". Revista da USP, São Paulo, nº 17, pp. 102-113, março/abril/maio, 1993.
- Matos, Olgaria - "O iluminismo visionário", S.P., Brasiliense, 1993.
- Montesquieu, Ch. L. de S. - "O espírito das leis". Trad. Gabriela Barbosa, S.P., Ed. e Publ. Brasil., s/d. 2 vs.
- Rousseau, J.J. - "Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens", op. cit.
- Smith, A. "A riqueza das nações - investigação sobre sua natureza e suas causas". Trad. Luiz João Baraúna - S.P., Abril Cultural, 1983, v II.
- Voltaire, F.M.A., "Dicionário Filosófico", Editor Victor Civita, S.P., Abril Cultural, 1974.
30. Thomas, Keith - "O homem e o mundo natural". S.P., Cia das Letras, 1989, p. 109; Saliba, E.T., op. cit., p. 37.
31. Sobre o positivismo pode-se consultar:
- "Comte". Coleção "Os Pensadores", São Paulo: Edit. Abril/ Grijalbo Edusp, 1977, vol. XXXIII.

Comte, A. - "Discurso sobre o espírito positivo". Porto Alegre: Ed. Globo/Edusp. Trad. Renato Barbosa Rodrigues Pereira e Ivan Lins, 1976.

_____. - "Opúsculos de filosofia social". Porto Alegre: Ed. Globo/Edusp. Trad. Ivan Lins e João Francisco de Souza, 1972.

Mais particularmente, sobre o positivismo no Brasil:

Chacon, Vamirech - "História das idéias sociológicas no Brasil", Grijalbo/Edusp, 1977.

Cruz Costa, J. - "Contribuição à história das idéias no Brasil", R. J., J. Olympio, 1956.

_____. - "Panorama da história da filosofia no Brasil", S.P., Cultrix, 1960.

Lins, Ivan - "História do positivismo no Brasil", S.P., Edit. Nac. (Brasiliana, 322), 1964.

Machado, Geraldo Pinheiro - "A filosofia no Brasil", S.P., Edit. Cortez & Moraes, 1976.

Paim, Antonio - "História das idéias filosóficas no Brasil", S.P., Grijalbo/Edusp, s/d.

32. Reis, Daniel Aarão et alii - "Versões e ficções: o seqüestro da história", S.P., Edit. Fundação Perseu Abrão, 1997.
33. De acordo com o "Diccionario da Lingua Portuguesa" (por Antonio de Moraes Silva) - charada, s.f. (do F. charade) (...) consiste em dividir uma palavra em duas ou mais partes, de maneira que cada uma destas partes tenha um sentido perfeito; define-se successivamente cada parte e tracta-se pelas definições de advinhar o todo, a palavra que compõe", op. cit., v. 1, p. 372.
34. "Enigma: s. m. (do Gr. ainigma). Exposição de qualquer cousa natural em termos escusos e metaphoricos, que a disfarçam e que a fazem difficil de advinhar, ou decifrar; advinhação (...)". "Diccionario da Lingua Portuguesa", op. cit. v. 1, p. 663.
35. "Logogrifo: modalidade de charada em que as letras da palavra insinuada pelo conceito, parcialmente combinadas, formam outras palavras, que é preciso advinhar para se chegar àquela". "Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa", op. cit., p. 1045.

36. "Epigramma: s.f. (do Gr. epigramma) (...). Palavra ou dicto que na conversação ou em um escripto apresenta uma critica viva e mordaz". "Diccionario da Lingua Portugueza", op. cit., v. 1, p. 686.
37. "Almanach popular para o anno de 1878", op. cit., p. 44.
38. Op. cit., p. 22.
39. Id., ibid., pp. 22-23.
40. Trata-se de título de jornal publicado na capital paulistana, na década de 1870, por Affonso Celso Jr., Brasílio Machado e Julio Ribeiro. Apud Blanco, Silvana M., "República das Letras", op. cit., p. 9.
41. "Almanach popular para o anno de 1878", op. cit., p. 23.
42. Brito, Jolumá - "História da cidade de Campinas", v. 6, op. cit., p. 145.
43. No almanaque "A cidade de Campinas em 1901" (op. cit., s/p), seu organizador, Leopoldo Amaral, como introdução à obra, traça as seguintes linhas a respeito de Manoel Ferraz de Campos Salles (1841 - 1913), então presidente da República: *"Formado em direito, em São Paulo em 1863 redigiu nesse tempo vários jornais acadêmicos; o seu espirito já então vigoroso manifestou-se desde logo com a máxima inclinação para os combates da vida política. Em 1869, logo depois da fundação da "Gazeta de Campinas", ao lado de Quirino dos Santos, foi um dos mais assíduos colaboradores desta folha. Francamente republicano, de convicções sinceras, traçou nesta folha excellentes artigos doutrinaris em que denunciava as suas altas qualidades de politico fervoroso. Os seus serviços de propagandista republicano dedicado foram, indubitavelmente, da maior importancia para o partido e para o triumpho, em 1889, da idéia politica que, desde muito moço, illuminava-lhe o espirito. O suffragio popular elegeu-o vereador da Camara Municipal da sua terra"(nos períodos de 73 a 76 e de 77 a 80), "foi deputado provincial como membro da bancada republicana" (eleito em 67 e em 81 e 88), "e, em 1885, deputado geral pelo então 7º districto, sendo recebido na côrte com significativas demonstrações de apreço" (...). Consultamos, sobre tal figura, Debes, Célio - "Campos Salles", vs. 1 e 2, Edição do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, S.P., 1977; Menezes, Raimundo de - "Vida e obra de Campos Salles", Campinas, 1974, Prefeitura Municipal de Campinas (SP), Livraria Martins Editora, 1974.*

44. "Almanach popular de Campinas para o anno de 1879", Campos Salles, M. F. de - "Discurso", op. cit., pp. 172-176.
45. "Instrução Publica", op. cit., pp. 23 e 24.
46. Op. cit., pp. 25 e 26.
47. Sobre as representações de "trabalho" no Brasil, na segunda metade do século XIX, além dos trabalhos já citados de M. Stella M. Bresciani, constituem importantes referências, dentre outros: Salles, Iraci Galvão - "Trabalho, Progresso e Sociedade Civilizada". S.P.: FFLCH, USP, 1980 (Dissertação de Mestrado); Cano, Jefferso, "Escravidão, Alforrias e Projetos Políticos na Imprensa de Campinas", op. cit., (Dissertação de Mestrado).
48. Revista USP, op. cit., p. 129.
49. "Almanach popular de Campinas para o anno de 1879", Ferreira, C. - "A cidade", op. cit., pp. 193 e 194.
50. "Almanach popular para o anno de 1878", Silva, Hyppolito da - "Adolpho Thiers", op. cit., pp. 26 e 27.
51. Paulo Duarte, reportando-se à figura de "Julio de Mesquita", assim se pronuncia: *"Desconhecia, com certeza a doutrina marxista, mas lera e meditara, como todos os intelectuais do seu tempo, as obras de Proudhon. Admirara o conteúdo humano da obra deste grande pensador político francês, mas não deixava de reconhecer o que nela havia de profundamente utópico (...)".* "Júlio Mesquita", S.P., Edit. Hucitec, 1977, p. 222.
52. "Almanach popular para o anno de 1878", op. cit., Silva, Hyppolito da - "Socialismo", pp. 59 e 60.
53. "Gazeta de Campinas" - Ferreira, Carlos, Folhetim. "Poemas e poetas", 09/07/76, p. 1.
54. "Almanach popular para o anno de 1878", "A Republica", op. cit., p. 71.

55. "Almanach popular para o anno de 1878", Amalia, Narcisa - "À Sociedade Brasileira. Ensaios Litterarios", op. cit., pp. 8 e 9.
56. Apud Telles, Norma - "Escritoras, escritas, escrituras". In Priore, Mary Del (org.) - "História das mulheres no Brasil", S.P., Edit. Unesp, 1997, p. 422.
57. A propósito do riso, como um "gesto social", na expressão de Henri Bergson, é possível consultar-se:
 Bergson, Henri - "Le rire" (1900), Paris, Puf, 1978.
 Campos, Humberto de - "O Brasil anedoctico", R. J., Jackson, 1947.
 Gay, Peter - "A experiência burguesa da rainha Vitoria a Freud - O cultivo do ódio". (Capítulo 4: "O humor mordaz" - pp. 371-425), 3º v., S.P. Cia. das Letras, 1995.
 Queiroz Jr, Antonio - "222 anedoctas de Getulio Vargas", R. J., Cia Brasil. de Artes Gráficas, 1955.
 Saliba, Elías Thomé - "Juó Bananére: o humor ítalo-caipira", Rev. de Cultura Vozes, maio/junho, 1992, ano 86, v. 86.
 _____ - "A dimensão cômica do dilema brasileiro"; Testemunhos da Belle Époque", Rev. de Cultura Vozes, jan. fev., 1993, ano 87, v. 90.
 _____ - "A dimensão cômica da vida privada na República", pp. 290 a 365, in Novaes, Fernando (coord.), "História da vida privada no Brasil", v. 3, S.P., Cia. das Letras, 1998.
 Victoria, Marcos - "Ensayo preliminar sobre so comico", Buenos Aires, [s.n.], 1927.
58. "Almanach popular para o anno de 1878", op. cit., p. 56.
59. "Almanach popular para o anno de 1879", op. cit., Taquarembó, Jovino - "Carapuças!", pp. 177-179.
60. "Almanach popular para o anno de 1878", op. cit., "O marido", p. 13.
61. "Almanach popular para o anno de 1878", op. cit., "Epigramma", p. 67.
62. Op. cit., "Resposta aguda de um criado", p. 53.
63. Saliba, Elías Thomé - "A dimensão cômica da vida privada na República", in Novais, Fernando (coord.) "História da vida privada no Brasil", S.P., op. cit., p. 365.

64. Albergaria, Júlio - "O poder d'um novello", in "Almanach popular para o anno de 1878", op. cit. pp. 97-98. Sobre provérbios, anexins, advinhas e passatempos é possível consultar-se:
 Bosi, Ecléa. "Cultura de massa e cultura popular". Petrópolis: Vozes, 1986.
 Fernandes, Florestan. "Folclore e mudança social na cidade de São Paulo". São Paulo, Anhambi, 1961.
 Xidieh, Elias. "Narrativas pias populares". São Paulo, Instituto de Estudos Brasileiros, 1967.
65. Benjamin, W. "O narrador. Considerações sobre a obra de Nikolai Leskov". In "Obras escolhidas" I. "Magia e Técnicas. Arte política". Op. cit., p. 221.
66. Gazeta de Campinas, "Annuncios: Guerra aos jornais", 04/06/1876, p. 3: *"Tendo a directoria do Theatro S. Carlos contractado a factura de um outro panno de bocca, resolveu conservar o antigo para servir continuamente antes de começarem os espetáculos e depois delles se findarem, offerecendo dest'arte aos interessados a mais propria occasião de fazerem seus annuncios, por meio das letras maiúsculas em quadros ou allegorias scenographicas. As pessoas que quizerem fazer o annuncio por modico preço, e com a inestimavel vantagem de estarem seu commercio e industria annunciados tão á vista dos espectadores, podem se dirigir até o dia 15 deste mez ao sr. Cabofigue a quem está incumbida a factura de novo panno, e que igualmente se incumbe de pintar os annuncios. Campinas, 22 de maio de 1876.*
Director secretario
Francisco Glycerio".

**CAPÍTULO 5 PELA LOCOMOTIVA TAMBÉM SE CHEGA,
OU A PERCEPÇÃO CULTURAL DOS ALMANAQUES
ENQUANTO “MONUMENTOS” DA(S) MODERNIDADE(S)**

“Pode-se hoje em dia prescindir da monarchia, das etiquetas atoleimadas, da igreja, da confissão, da cartilha do padre Ignacio, mas nunca se poderá prescindir do “almanach”.

(Carlos Ferreira - “O almanach perante o século”)

Desejo de casados

— “Comes com os livros, dormes com os livros, e has de morrer com os livros, dizia uma senhora a seu marido. Se eu conseguisse ser livro, continuou ella, havias de ter-me sempre a teu lado.

— Approvo, respondeu elle, e acceito a transformação; mas é indispensavel que te transformes em almanach, porque é livro que compro todos os annos”.

(Diário de Campinas, “Variedades”, 11/12/75)

***A CONSTITUIÇÃO DE SENSIBILIDADES E
IDENTIDADES SOCIAIS “MODERNAS”***

A expressão “monumento/documento” foi cunhada originalmente por Michel Foucault, na obra “Arqueologia do Saber”¹. É ela quem nos inspira a perceber os almanaques situados na “quadra” campineira dos anos 1870 e

1880 como instituintes do social. Ou, mais especificamente, como engendrados de sensibilidades e identidades “modernas”.

Ora, a imagem já se faz presente no público leitor dos “almanachs” oitocentistas, pelo menos no que se refere às práticas de leitura modernas: “o almanach, a locomotiva da litteratura moderna”, representação tecida por Carlos Ferreira.

Nos capítulos anteriores, já enfatizamos que nas páginas dos “almanachs” campineiros não é veiculada, nem muito menos lida, uma única concepção de “modernidade” e de “república”.

Portanto, ao se objetivar adentrar a “floresta de símbolos” destes anuários em relação às sensibilidades e identidades, é preciso que (re)visitemos suas especificidades discursivas.

Contudo, a mesma “viagem” atenta às micropaisagens revela-nos alguns traçados mais amplos, possíveis de serem percorridos nesta trajetória analítica.

Convido-o, pois, leitor a trilhar este caminho.

Iniciemos pela “educação política dos sentidos”, para utilizarmos a expressão emblemática do historiador Peter Gay².

A linguagem dos almanaques campineiros — da mesma forma que a dos jornais — é fragmentária. Mais do que permitir a leitura fragmentária, ela representa uma proposta de fragmentação discursiva: fragmentos informativos, literários, propagandísticos.

Além disso — num momento de intensas instabilidades sociais e culturais, provocadas pelo avanço do sistema capitalista no país³, com a passagem do trabalho escravo para o trabalho livre, com a implementação da industrialização e os impactos da Revolução científica —, estes pequenos livros são simbolicamente aproximados dos artefatos técnicos mais avançados para a época. Ou, mais especificamente, do “mais espetacular de todos eles, “na modernidade brasileira” — segundo o cientista social Foot Hardman⁴ — a

locomotiva. Há que se destacar que a única imagem iconográfica apresentada pelos almanaques oitocentistas é uma litogravura da estação da Cia. Paulista de Estradas de Ferro de Jules Martin, onde a locomotiva é personagem indispensável. Este desenho é publicado na primeira página do “Almanak de Campinas para o anno de 1873”. É, ainda, a figura da locomotiva que consta como propaganda nos anúncios dos “almanachs” para 1878 —, portanto antes mesmo da (re)produção escrita desta representação, por Carlos Ferreira em 1879⁵.

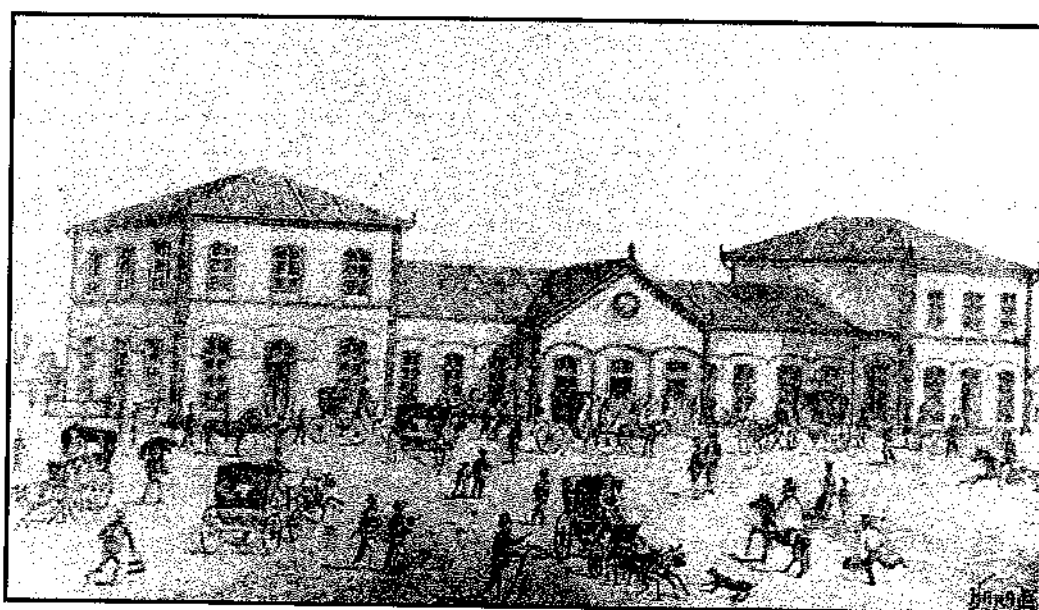


Foto nº 10 - A entrada da estação da Companhia Paulista de Estradas de Ferro, numa litogravura de Jules Martin. Publicada originalmente no Almanak de Campinas para 1872, fixa uma cena paradigmática da modernidade campineira: passageiros apressados dirigem-se ao encontro do símbolo máximo do progresso, o trem, a locomotiva !.

Nas palavras do jornalista do “Diario de Campinas”, Henrique de Barcellos, já em 1882, a percepção desta associação imagética é explícita. Mas o registro de sua sensibilidade é de não superação completa das instabilidades sociais, mesmo através destes “recursos técnicos”.

“Creiam — estamos no tempo da chalaça, da chalaça, por excelencia. Tempo febril, com exigencias terriveis, tempo da encyclopedia, do almanak e do vapor. Trabalha-se infatigavelmente, pondo o pé para a frente, o coração envolto,

envolto no egoísmo, e as necessidades e os insaciáveis desejos a impelirem sempre, sempre o homem para um destino vago, que pode ser — a riqueza, a galé ou o hospital!”⁶.

Instala-se, pois, através destas imagens, o olhar emocional sobre o “almanach” como veículo extremamente ágil, capaz de transpor as instabilidades atordoantes e instaurar a fantasmagoria da verdade objetiva, racional, estatística. Já nos referimos a quanto esta imagem é recorrente nas práticas oitocentistas e, inclusive, contemporâneas.

Inspirando-nos em Walter Benjamin, podemos captar outras “mônadas” instigantes para a reflexão sobre as sensibilidades produzidas pelos almanaques.

Quando o filósofo refere-se ao desaparecimento das “experiências” no mundo capitalista moderno, e na emergência das “vivências”, instiga-nos a pensar até que ponto eles teriam participado da dissolução de sensibilidades diretamente relacionadas às práticas narrativas. Sensibilidades que dizem respeito ao grupo que narra episódios, conta “causos” (no Brasil), enquanto trabalha, atende às tarefas domésticas. Sensibilidades que permitem a expressão de todo o grupo, na tessitura das histórias. Que se distanciam da unidimensionalidade da certeza científica, da verdade absoluta, da estatística, ou, ainda, da fantasmagoria do “retrato”.

Na verdade, os “retratos” produzidos pelos almanaques com relação à cidade de Campinas e seus personagens, em grande parte das vezes, constituem o avesso das “narrativas”. Neles, grande parte das pessoas é simplesmente excluída. É o caso dos escravos, os trabalhadores livres rurais e grande parte dos trabalhadores livres urbanos. Estes são varridos da cidade “racional”, “estatística”, “objetiva”. E quando o “outro”, sob a ótica da burguesia, reconhece-se neste registro “fotográfico”, é hierarquizado pela grade simbólica afixada pela “parte administrativa e profissional” dos almanaques; lembrem-se dos “ofícios”, separados das “profissões”, por

exemplo. Em outros momentos discursivos dos almanaques, quando o “outro” identifica-se com o personagem literário apresentado, em seguida dá-se conta de que tem muito a aprender. “O retrato” é o de um ente corrompido, a ser moralizado, inimigo potencial do mundo burguês e da própria civilização.

Vários fragmentos literários dos “almanaks” organizados por José Maria Lisboa, podem ser rememorados neste momento. Dentre eles, a “Notícia Historica”, de Francisco Quirino dos Santos, exemplo flagrante de transformação, pelo autor, de “experiências” em “vivências”. “Experiências” historicamente dadas em Campinas, na sua totalidade, com suas contradições e diversidades, em “vivências”, i. é, em fatos econômicos ou políticos, relativos a Campinas, apresentados como objetivos, progressistas, harmoniosos no plano social e político, e excludentes no que se refere à maioria da população.

Estas “centelhas” benjaminianas permitem também a aproximação reflexiva com o “quadro” apresentado pelo botânico Correa de Mello — aliás, o grande herói da série dos “almanaks”, o cientista laureado por centros botânicos internacionais. Neste “quadro”, depois de registrar saberes científicos sobre “plantas em Campinas”, interfere na educação dos sentidos gustativos, relativos às frutas. Na verdade hierarquiza-os, de acordo com a procedência, tomada numa acepção onde se acham imbricadas as dimensões espaciais e sócio-culturais. Os exóticos — i.é, de outras partes do mundo, bem como de outras regiões do Brasil, tais como a manga, a laranja, a melancia, o melão, a uva — são por ele avaliados como “delicados” no sabor, “suaves” no aroma, “excellentes fructos”. Quanto aos indígenas — da própria região, encontráveis em larga escala, tais como a goiaba, o “araça”, “guariroba”, “mangaba”, “araticum” ou “araticu”, “ananas” (o abacaxi) — são considerados “picantes”, “ácidos”, “não saborosos”, “selvagens”, diga-se não civilizados. A única exceção, para o autor, fica por conta da jabuticaba:

*“Jabuticabeira Eugenia cauliflora, de Condelle (...):
mesmo no estado selvajem, seus fructos — jabuticabas — (...)*

de sabor doce e agradável, são excellentes; transportadas para as hortas e tratadas com algum cuidado tornam-se ainda melhores e exquisitas”⁷.

Note-se, além do uso do vocábulo de origem espanhola “exquisito”, a valorização da imagem do trabalho, como capaz de tornar o fruto ainda mais “perfeito”. A mesma recorrência ao conceito transformador do “trabalho”, está presente nas formulações classificatórias do cientista sobre a goiabeira:

“A — goyabeira — psidium pyriferum, veloso, cujos fructos — as goyabas — com quanto não sejam delicados e saborosos, são contudo excellentes preparados em compotas e em fôrma de pasta ou goyabada”⁸.

A aproximação do conto de Quirino dos Santos, “Uma Festa em Santa Cruz”, permite-nos a visualização das imagens que o autor utiliza para representar o “outro”. Neste caso, a “linda morena” Rosinha, moradora do Bairro Alto, periferia da cidade, orfã de pai, é focalizada pelo autor como “arrebatadora”, “fascinante”, “apaixonante”, mas ao mesmo tempo, “perigosa”. Atentem para os vocábulos acionados, tais como “dardejar”, i.é, arremessar dardos contra; “faiscador”, que lança fagulha, fásca, partícula candente; “aluvião”, enchente:

“Os seus olhos de um negro insondavel e mysterioso dardejaram um brilho fascinador: o seio offegava-lhe, como se a palpitação intima quizesse trazer-lhe a transbordar na lisa epiderme a alhivião dos sentimentos!...

Era uma mulher para involver todos os sonhos do amor n’um impeto de paixão.

*Há bellezas que seduzem e há bellezas que arrebatam.
Umhas têm a transparencia da visão intangível, outras têm o
contôrno da realidade palpavel”⁹.*

O “locus” escolhido é uma festa ocorrida, na década de 1840, no largo de Santa Cruz — aliás, um dos “antros” magnificamente descritos na obra “A Cidade. Os Cantos e os Antros”¹⁰, de José Roberto do Amaral Lapa. Festa que Quirino dos Santos lamenta estar, em vias de extinção, já na década de 70;

—”Já não há balaios!

(...) Aonde foram os bellos tempos desta terra! Oh festas de Santa Cruz! Oh imperios do Espirito Santo! Oh cavalladas saudosas!

Tudo passou.

Em vez disso, em troca dessas risonha cousas em que brincava o genio expansivo do povo, chegou a civilização, fez ponto entre nós, e ahi se vão os costumes. Esta sim que é a Terribilis Déa! (...)”¹¹

Apresenta inicialmente a casa e nela a fusão dos signos profanos e religiosos:

(...) “Fronteira ao rancho está uma casa toda infeitada de ramos e flores, por entre lanternas e luminarias dispostas a capricho. No intervallo da porta a uma das janellas, há uma cruz toda feita de luzes, arranjadas com a maior propriedade e symetria, tendo por baixo um grande cofre onde os fieis vão depositar as esmolas. No outro lanço do predio abrem-se duas janellas, offerecendo á observação uma larga sala, onde se vêem mulheres, umas assentadas, outras passeiando” (...)”¹²

Destaca os frequentadores da “função”: além das mulheres já citadas, homens casados que se descartam das mulheres e filhos, logo após a procissão, o “dono” da função, o “fanfarrão” sr. Leonardo Martins e José de Castro, o moço arriador.

Mas o destaque principal da montagem literária fica por conta da personagem feminina Rosinha. É ela que ao som da viola rasgada, típica dos “lundus, dos ranchos, dos mutchiruns” — e não da viola ponteada dos salões, observa o autor — com seus volteios sensuais e suas canções, cria um clima geral de envolvimento sensual e de êxtase!

Eis sua canção, a qual é acompanhada por sapateado geral:

(...)“Balaio, meu bem balaio,

Balaio do coração:

Moça que não tem balaio

Bota a costura no chão!

Balaio meu bem, balaio

Balaio do coração:

Não me cace na peneira

Que eu não sou seu camarão!¹³.

Na verdade, a “humanidade exótica” de Rosinha, com seus “encantos” e “perigos” — para utilizarmos a imagem ambivalente presente em autores como Buffon, Montesquieu, De Pauw e Raynal¹⁴ — é objeto de moralização pelo autor, no final desta produção. Ela ousara ir além dos padrões civilizados. Ela entregara-se a uma “atração cega, fatal, irresistível”, como “Lucíola”, a personagem de José de Alencar. Sua punição não podia ser mais drástica: a separação do homem amado, o arriador José (que é recrutado e levado para São Paulo), a morte do filho que traz no ventre, a própria morte e a perda da memória da sua existência, por ter sido enterrada numa vala comum...

É possível, pois, captar-se nesta elaboração romântica, uma forte tensão entre o ufanismo e o cosmopolitismo civilizatório, que se desnuda, afinal, na formalização do ato moralizador.

Mais uma vez são as “mônadas” deixadas por Walter Benjamin, que nos permitem perceber outros matizes deste conto de Quirino dos Santos, bem como de outros quadros literários, fixados pelos almanaques.

O filósofo alemão, estimula-nos a captar o engendramento de “mitos” pela sociedade moderna capitalista, sobretudo no “Trabalho das passagens”. Ou seja, o fato dos “maîtres de plaisir”, i. é, dos produtores de cultura, manterem o aparato dos sonhos, a serviço da burguesia, criando “diversão em meio ao tédio da vida urbana”¹⁵.

Nesta ótica, o bacharel republicano campineiro, autor de “Uma Festa em Santa Cruz”, propicia ao público leitor — indivíduo cindido, solitário, aturdido pela rapidez das mudanças sociais — a possibilidade de evasão no aconchego da privacidade doméstica. Evasão para o passado, para o êxtase, o arrebatamento das paixões. Ao mesmo tempo, possibilidade de apaziguamento dos conflitos, ainda que seja pela morte, na dimensão do imaginário!

Neste momento os almanaques, eles próprios, podem ser visualizados como “casas de sonhos”. Visualizados como tentativas de se recuperar, em criatividade e em experiência estética, um pouco da “aura” que a lógica do iluminismo parece ter roubado ao mundo. Vários pequenos contos, poemas, discursos, anedotas, registrados nos almanaques campineiros, podem ser (re)visitados.

Josephina Sarmiento, ao verter para o português um conto, apresentado nas páginas do “Almanach popular para o anno de 1878”, oferece ao leitor o mesmo êxtase do conto de Quirino dos Santos. Êxtase perante a natureza, êxtase religioso! A diretora e proprietária do “Collegio Josephina Sarmiento”, voltado para a instrução primária e secundária e sediado na rua da Ponte — e também irmã de Antonio Sarmiento, o proprietário do “Diario de

Campinas” — propicia ao leitor do “almanach” um “bello quadro”. Quadro este que não tem sido “sufficiente para atrair a curiosidade dos homens”: o “despertar da natureza”. Neste “espectaculo” edênico, ainda que solitário, a autora atribui a si própria uma aura divina. Aliás, julgar-se interessante, segundo o historiador Peter Gay, neste momento histórico — segunda metade do século XIX —, constitui uma decisão íntima que a burguesia transforma em tendência cultural¹⁶.

(...) “julgo-me a Deusa da fonte que corre ao meu lado; este banco revestido de musgo parece o throno que a natureza permitio-me gosar; elle quer sem duvida que reine, para ser testemunha de seu triumpho”¹⁷.

O amor — à natureza, aos filhos, à família — é uma das chaves mais utilizadas pelos “maîtres de plaisir” dos almanaques campineiros, para dar acesso ao mundo do simples e do uno. Mundo mítico, onde não existem as fissuras e as complicações de uma civilização que tudo dissocia e faz de tudo raciocínio.

“Pudor e amor

(Rimas)

*Se eu fito afficto na tua frente ardente
A curto e em susto meu faminto olhar,
Singella, bellas, odorosas rosas
Do pejo eu vejo teu semblante ornar.*

*Que santos cantos de risonhos sonhos
Ao peito affeito a padecer me vem
Minha alma a calma da esperança alcança,
E a vida, oh qu`vida, mais enlevos tem?*

*É que inda infinda, como outr'ora, agora
Te inflamma a chamma que os amores dão:
Não fallas, callas; mas no anceio o seio
Explende, accende, no rubor — paixão?*

*(...) Por isso, o viço das formosas rosas
Do pejo eu vejo — abraçar-te o albor!
Commigo eu digo, na minha alma em calma:
— Não mente! sente, como eu sinto, amor!”*

F. Quirino dos Santos¹⁸.

Imagens românticas do amor são delineadas nesta composição do bacharel “gazeteiro”. Amor como sinônimo de paixão, de crença emocional, que lhe vem das entranhas — e que é fome —, como êxtase, como possibilidade de retorno à esperança, à felicidade! Amor que envolve uma tensão, e ao mesmo tempo, um equilíbrio entre o ardor e a calma, entre o desejo e o pudor.



Foto nº 11 - Uma representação do amor romântico, nas páginas do “Novo Almanach de Lembranças Luso-brasileiro” (1900).

Estas representações que soam para nós — seres modernos — muitas vezes como “naturais”, “psicologicamente compreensíveis”, são construções históricas. São forjadas no embate das forças simbólicas que o avanço da modernidade capitalista origina. São elaborações míticas, nos termos concebidos por Walter Benjamin e, enquanto tais, capazes de engendrar a fantasmagoria do sonho, fundado numa acepção do tempo como o “sempre igual”.

O psicanalista Jurandir Freire Costa, em sua obra “Sem fraude nem favor”, focaliza justamente a invenção do amor romântico, no século XIX. Desvenda suas dimensões, i. é, o sentimento, o êxtase, o intimismo, a idealização do próprio sentimento, a ausência de contradições, o deslocamento para a esfera do privado, o equilíbrio entre o ardor “vulcânico” e o controle emocional, o fato de estar articulado à reprodução da sociedade capitalista e à criação do indivíduo burguês. Compara-o a outras visões de amor, historicamente dadas. Dentre elas, o amor grego. Demonstra, por exemplo, que o valor do amor para os gregos era submetido à idéia da verdade, da razão, e do interesse pela pólis. E que, além disso, não tinham a idéia da privacidade, nem de interioridade. A singularidade do grego era basicamente a de quem age de maneira diferente, de quem tem uma excelência na vida pública. O que podemos chamar de interioridade nos gregos — chama o autor a atenção — não é a dos sentimentos, pois isso não era valorizado, mas sim a interioridade do pensamento¹⁹.

A pesquisa destas outras imagens sobre o amor é algo extremamente rico, na medida em que corrobora para que afastemos a acepção mítica do amor que se apresenta como a-histórica. Acepção esta, também vigente no poema de Quirino dos Santos.

É interessante observar que a percepção do universo mítico como o reino do “sempre-igual”, não escapa à sensibilidade de Carlos Ferreira, o editor do “Almanach popular de Campinas para o anno de 1879”. Na elaboração de um conto humorístico, para este mesmo “almanach”, aciona

argumentos racionais para questionar a onda cultural espírita, presente no país neste final dos oitocentos:

(...) “Havia muito tempo que em deixara de uma vez a leitura dos romances triviaes!

Estava farto de ver na vida real episódios de amor, de ternura, e de sofrimento mais ou menos poeticos.

A reprodução dessas cousas em livros causavam-me invencivel tedio: tanto mais que eu havia devorado tudo, desde o ultimo dos Abencerragens de Chateaubriand até M. de Maupin de Theophilo Gautier.

Dos romances estava eu farto e sabia de sobejo que uma e a mesma cousa era soffrerem os amantes nos primeiros capitulos e casarem-se os bebados no ultimo, para me valer de uma expressão do sr. João VI de gordurosa memoria!²⁰(...)

O intimismo, nítido no conto traduzido por Josephina Sarmiento, é traço cultural largamente presente em elaborações míticas românticas dos almanaques campineiros. Em poemas de autoras femininas revelam-se tanto a busca dos sentimentos interiores, como a da privacidade: neles, matizes questionadores em relação ao mundo maquínico burguês, entrecruzam-se com o subjetivismo radical, o distanciamento da própria “realidade”. D. Catharina R. A. Lucas, D. Annalia Vieira do Nascimento, D. Francisca Carolina Garcia Redondo, Amelia Janny, M. Carmelitana d’Arantes — iniciantes no mundo das letras, não só de Campinas, mas de Mogi-Mirim, o caso de M. Carmelitana — encontram no espaço do “Almanach popular para 1878”, a oportunidade de trazerem à tona, produções intelectuais que circulavam somente entre as amigas. São poemas, originalmente escritos para figurar em álbuns, muitos deles dedicados à amiga; afinal, a que se dispunha a ouvi-la:

*Illusões**(n'um Album)*

*Despreso a vida quando soffro tanto
Sem ter allivio para a dor que cança...
Me anceia o peito e de soffrer cançada
Só no passado vou colher lembrança.*

*Do meu passado que correu tão rapido
Dos gozos puros deste coração,
—Dourados sonhos —breve me fugiram
Me deixando aqui sem consolação.*

*Ai! quando a sós na solidão da noite
Minha alma vaga qual visão tremente:
Vagueia incerta sem achar na vida
A linda esperança de quem é tão crente*

*Despreso a vida quando só procuro
Estreito espaço onde encontrar repouso...
Ólho e não vejo o que eu anceio tanto;
Mas descreer de ti, de meu Deus, não ousol...²¹*

D. Catharina R. A. Lucas

Composição spleenética, desiludida perante à vida solitária, marcada por um tempo fugidio! Busca de saída no passado, na religiosidade, na introspecção! Mas, sem dúvida revelação das buscas de uma mulher, registradas nas páginas de um “almanach popular”.

No poema de D. Catharina, é visível ainda, a visão romântica, fugidia do tempo, o qual não aparece em nenhum momento, como dimensão importante a ser cultivada. Ao contrário, para o republicano Campos Salles, assentado em convicções liberais, o tempo é terreno fértil, onde lhe é dado

semear com proveito. O tempo contém em si mesmo o progresso. Contudo, o mesmo republicano, quando articula às suas reflexões matizes positivistas — como já demonstramos anteriormente — ao naturalizar o processo histórico, ao fundá-lo em leis da natureza, acaba por retirar do cenário temporal os personagens humanos.

O calendário, por sua vez, ao concretizar nas páginas dos almanaques a visão oficial do tempo, permite torná-lo visível, dividido em “talhões regulares, curtos, compreensíveis”. Neste sentido, possibilita o registro da própria memória. É esta, por sinal, a percepção de Eça de Queirós a propósito do tema:

(...) “Mas não é certamente por esta ciência fácil que o almanaque me encanta: — e se ainda o desejo louvar, é pelo incomparável benefício de nos tornar o tempo visível e como palpável. Consideremos que um dia esquecido, não registrado no almanaque, seria absolutamente como um negro pedaço de não-ser por onde um pedaço de nossa vida se afundaria, se iria em nada. Só o almanaque verdadeiramente nos penetra da realidade de nossa existência, porque a circunscreve, a divide em talhões regulares, curtos, compreensíveis, fáceis de desejar e depois fáceis de recordar, por terem nome e quase terem forma, e onde se vão depondo, e onde vão ficando, os fatos da nossa feliz ou desgraçada história”²²(...)

Há que se observar que esta visão de tempo, consolidada pelo calendário, constitui a forma de organizar e reproduzir a memória oficial, propiciando a exclusão de outras memórias²³. Da mesma forma, representa a cristalização, pelo menos oficial, de uma única visão de tempo. Tempo objetivo, linear, sujeito à ordenação racional. E no Brasil, nos anos 1870 e 1880, tempo como religiosidade, ditada pela Igreja. O calendário, é pois, o grande emblema da vitória simbólica da Igreja e do Estado monárquico, sobre

o conjunto da sociedade brasileira da época. Ora, como destaca J. Le Goff, quem controla o calendário, controla indiretamente o trabalho, o tempo livre, as festas²⁴. Contudo, a tessitura do próprio almanaque — iconográfica, linguística — denota rastros de outras forças simbólicas, existentes nos oitocentos. Refiro-me à representação do tempo como religiosidade centrada na crença nos santos. Crença capaz de imbricar elementos sacros e profanos; tempo articulado ao tempo da natureza, das fases lunares, do tempo cíclico.

Vimos até aqui focalizando as sensibilidades modernas como gestadas no interior de campos liberais, românticos, positivistas, muitas vezes intimamente articulados. É o caso, por exemplo, das sensibilidades relativas ao tempo.

Na década de 1880, podemos captar uma tensão entre as sensibilidades românticas e as liberais, no que diz respeito à própria definição da estrutura dos “almanachs” do Correio de Campinas — anos 1886 e 1888. Estes deixam de ser fundamentalmente literários e passam a ser noticiosos, estatísticos, “práticos”.

É bom frisar que não se trata de uma passagem de subjetividades pré-capitalistas para capitalistas. As reflexões, os fragmentos analíticos, que Benjamin fornece, são suficientes para se questionar tal posicionamento.

Por outro lado, existem elementos textuais no interior destes mesmos “almanachs”, que atestam que se há uma vitória do campo liberal sobre o romântico, ela não é tão completa! Os elementos liberais, neste caso, atuam na ordenação do racional da cidade de Campinas, com todas as suas implicações hierarquizadoras e excludentes, mas ao mesmo tempo, no privilegiamento do fornecimento de dados informativos racionais, tais como a lei de setembro de 1885, que regula a extinção gradual do elemento servil. Lembremos que Barcellos era abolicionista assumido. E se a vitória do campo liberal for completa, assenta-se, ambigualmente, em matizes liberais jacobinos, eivados de compaixão pelos “outros”, ou seja, pelo criminoso e sua família. O registro de um processo crime no “almanach” para 1886, traz à tona o absurdo

de uma sociedade que mata por dinheiro. Toda a ignomia, todo o horror da cena vem para as páginas do “almanach”! Num retrato contundente, quando não monstruoso, o próprio Henrique de Barcellos relata todo o processo crime resultante do assassinato de um negociante de escravos — Vitorino de Menezes, pelo gerente do “Banco Mercantil de Santos”, o piracicabano José Pinto de Almeida Júnior — no mês de outubro de 1884. Retrato que abala a opinião pública local e movimenta a imprensa do país. O interesse do leitor por este tipo de notícia é extremamente amplo na época. A curiosidade romântica em torno do grotesco num mundo prosaico e cinzento, é índice da busca de elementos humanos, muito humanos²⁵.

(...) “Vimos a tarefa lugubre da exumação do cadaver. Vimos aquelle corpo inerte, vertido com o seu relógio, e o seu anel. Vimol-o depois nu, sobre a calçada do quintal, parecendo inchado, amarelento, com uma das pernas estendidas, à outra encolhida, o braço erguido á altura da cabeça que a essa hora n’um taxo passava por uma operação horrivel. Nem o alegre sol deste sabbado, conseguia varrer as sombras desse quadro: o ambiente carregado de phenico produzia vomitos: aquella cabeça rolando n’uma agua parda e grossa causava invencivel repugnancia”²⁶ (...).

Tal notícia, deve ter contribuído para a ampliação das vendas destes “almanachs”, certamente.

Convido-o ainda, caro leitor, a penetrar comigo no universo das sensibilidades estéticas construídas, também pelos almanaques campineiros.

Os articulistas, ao se referirem aos espaços arquitetônicos da cidade — à Matriz Nova, ao Teatro São Carlos, à Santa Casa de Misericórdia, ao Hospital Beneficência Portuguesa, ao Asilo dos Morféticos e dos Variolosos, ao Rink de Patinação, ao Hipódromo Campineiro, ao “Passeio

Publico”, à estação da Companhia Paulista de Estradas de Ferro — elaboram representações estéticas tais como grandiosidade, beleza, elegância, infinitude, esplendor, força, luz, enlevo, encantamento. E ao lado destas imagens, utilizam também outros signos: mistério, silêncio, solidão, escuridão, melancolia, religiosidade. Ou seja, entrecruzam mais uma vez concepções: a “racionalidade do belo” — a visão liberal da arquitetura com proporções perfeitas, organizadas, racionalmente dispostas —, o “pitoresco emocional” — que envolve, à maneira romântica, aquilo que é agradável, harmonioso em relação à natureza, mas também o misterioso²⁷.

Visitemos, particularmente, as representações da “Matriz Nova”, elaboradas por Francisco Quirino dos Santos, para o “Almanak de Campinas” (1870):

(...) n'um relance d'olhos, as feições austeras daquella soberta e vasta estructura. Os seus contornos mais desafogados, mais risinhos, entretanto, de certo modo, chamam ao espirito um reflexo longinquo das linhas dos sombrios traços em que, como n'um vôo mystico, infram para o alto as ogivas gothicas. Quando pisamos aquellas taboas sonoras, parece que o mesmo silencio toma a semelhança de um hymno cantado pela voz do mysterio; e surgindo á face das idades, entôa, na harpa melancholica, a harmonia das commoções ignotas:

Dies irae — dies illa

Solvat saeculum in favilla

Mas as camadas de azul inundam as frestas solitarias e as nossas fronteiras se voltam para o céu”.

F. Quirino dos Santos²⁸.

O bacharel de direito, republicano, redator-chefe da Gazeta de Campinas, participa neste momento, através da tessitura destas elaborações, da constituição emocional, estética, do “cenário” de modernidade, na cidade de

Campinas. Cenário este que encanta, produz a visão do belo, estimula para a religiosidade intimista, e, de alguma forma, também atemoriza.

*“Dies irae, dies illa
Solvat saeculum in favilla!”*

*(“O dia da ira, aquele dia, dissolverá todos os tempos,
numa fagulha”)²⁹.*

E, podemos completar, atemoriza, sobretudo, “os seres de segunda categoria”!

Percorrendo, pois, as trilhas textuais dos almanaques campineiros, das décadas de 1870 e 1880, deparamo-nos com sensibilidades modernas. Sensibilidades que participam intimamente do sistema capitalista, instituindo seres humanos previsíveis: isto é, para recorrermos à expressão de Michel Foucault, homens na sua utilidade máxima como força econômica e politicamente dóceis³⁰.

Uma leitura a contrapelo das tessituras discursivas dos almanaques — aliás já colocada em ação, pelo menos em alguns momentos — permite que nos aproximemos de “outras” visões de mundo, inscritas neste percurso, ou mesmo, de outras “visões” de modernidade.

Registramos a presença de práticas medicinais, religiosas, captadas na leitura dos “almanaks” organizados por José Maria Lisboa, as quais expressam a articulação entre visões sacras e profanas. Estas visões têm sido diametralmente separadas pela modernidade. Tais práticas, é bem verdade, aparecem muitas vezes resignificadas no interior do discurso moderno, republicano. Assim, por exemplo, no que diz respeito ao uso medicinal das plantas locais pelos indígenas, referido por Joaquim Correa de Mello — em texto intitulado “As Plantas de Campinas”, já citado — ao absorver este uso

nas suas visões, destitui-lhe o caráter sagrado e institui para si, enquanto botânico, o mérito. Mérito “científico”!

Os “almanachs populares” organizados, por sua vez, por Hyppolito da Silva e Carlos Ferreira, propiciam a aproximação de “outras” vozes. A própria estrutura através da qual estes anuários foram montados — mais participativa, dispondo-se a aceitar colaboradores não determinados a priori — oferece o contato com estes “outros” olhares. Devo destacar que o “almanach” organizado por Hyppolito da Silva é o que mais se dispõe a tal abertura.

Nestes anuários podemos localizar a fala, por exemplo, do poeta negro paulistano Jovino Taquarembó — pseudônimo talvez e aliás já citado — a qual revela não estar perdido, desenraizado na floresta moderna de símbolos. Questiona o momento vivido — de avanço do sistema capitalista — no que se refere à mercantilização das práticas, das idéias, das pessoas.

Encontramos também registros textuais de concepções que buscam “correspondências entre os sentidos”, ligando-os entre si³¹. Reporto-me aos matizes românticos, é bem verdade, presentes no artigo traduzido por Josephina Sarmiento. Em artigo intitulado “União de philosophia e de moral” (tradução)³², a proposta é exatamente a imbricação entre estes dois campos do saber, separados pelas práticas modernas. Também em anedotas destes “almanachs”, encontra-se o mesmo “olhar”. Olhar que contesta os compartimentos impostos pelo domínio “racional”, “lógico”, dominante e, neste sentido, propõe uma outra lógica.

“Argumento logico

Dizem que o seguinte argumento é de um inglez: a paz traz consigo a abundancia, a abundancia desperta o orgulho; o orgulho é causa de brigas; as brigas degeneram em guerra, logo a paz provoca a guerra.

Mas, por outro lado, a guerra é seguida de roubos; o roubo produz pobreza; a pobreza traz consigo a paciência; a paciência implica paz; logo, a guerra determina a paz”³³.

Ainda, no “Almanak” para 1873, podem ser detectados indícios de visões que interpenetram a história natural e a história humana. É flagrante, neste sentido, o uso do vocábulo “indivíduo”, que o botânico Joaquim Correa de Mello utiliza, para referir-se à planta que produz café.

Finalmente, são perceptíveis nos meandros textuais, sobretudo dos “almanachs populares”, leituras díspares do ideal “moderno”, civilizado, colocado em curso pelo sistema capitalista.

Ou em outros termos, neste trabalho de Ariádne, por entre os labirintos discursivos dos almanaques focalizados, toco em fios da “modernidade”, resignificados por percepções “outras”. É o caso de Hyppolito da Silva, apresentando a educação moderna como o “pharol” capaz de ofuscar os morcegos que “sugam o sangue, explorando-lhe a ingenuidade e especulando com a sua ignorância”. Ou ainda, o mesmo Hyppolito da Silva, questionando o “grand monde elogiado”, em nome de um ideal “socialista” (mesmo que por ele não explícito) numa elaboração poética. É, ainda, o caso da literata Narcisa Amalia, que se aproxima das idéias modernas, na busca da libertação de uma condição de mulher, a qual lhe vedava o direito pleno à profissão das letras.

A seguir, convido-o leitor, para adentrar nos almanaques visualizando-os como instituintes de identidades sociais. A cidade de Campinas é pensada através de seus textos como o espaço de formação ou de consolidação destas “novas” identidades, do ponto de vista da burguesia: a noção classificatória de “burguesia” recobre como uma camisa de força, uma ampla gama de ocupações urbanas, ou cuja finalização se dá na

cidade/mercado, impondo aos que não se enquadram em tal categoria a condição de “outros”³⁴.

Assim, tais publicações campineiras, destinadas tanto ao público masculino como ao feminino, ensinam-lhes a ser “cidadãos”, “civilizados”.

Oferecem-lhe os conhecimentos básicos dos princípios de economia política, ainda que na forma de “tentadoras simplificações”; ensinam-lhe as regras de civilidade, de bem vestir, do bem comer, do bem morar, do bem receber e da economia doméstica, de ser esposa, administradora e mãe. Constituem, pois, tais almanaques, estratégias — nem sempre tão conscientes — de refinamento dos corpos e dos hábitos de comportamento urbano. Incitam à freqüência à barbearia, à modista, ao alfaiate, aos armadores de gala e funeral, aos chapeleiros, aos ourives, aos relojoeiros, às escolas, ou, ainda, ao aluguel de carros para passeio. Estimulam o uso de guardanapos, de porcelanas, cristais, livros escolares, talheres de prata, toalhas de renda, mantilhas, perfumes, charutos, cachimbos, bengalas, charuteiras, cigarreiras, objetos de escritório, livros de “luxo” para presentes, fotografias (inclusive de defuntos), relógios, termômetros para banhos, barômetros, “stereoscopos com grande sortimento de vistas”, álbuns de retratos, “argolas americanas para chaves com o nome do dono”, binóculos (“para o teatro”), chapéus para “rinkar”, caixas de perfumes, artigos de metal, de veludo, de marfim, jóias. Apregoam a necessidade de limpeza das ruas, de arborização, iluminação e calçamento urbanos; incentivam o cultivo das flores, o bom trato aos animais, a freqüência ao teatro, às sociedades ditas “culturais”.

Situamo-nos, pois, perante uma ética burguesa, em Campinas, explícita nos almanaques. Nosso objetivo, nesta viagem pelos almanaques é, muito mais, (re)visitar as imagens relativas à constituição da identidade feminina.

Os textos sobre a mulher, no interior desse universo discursivo, são eivados de intenção educadora. Neles, a mulher “cultura”, “esclarecida” é

apresentada como a figura fundamental, na escalada da “íngreme ladeira” do “progresso” e da “civilização”.

Mais especificamente, em artigo publicado no “Almanach popular de Campinas” para o ano de 1878, J. Góes, o companheiro de Hyppolito da Silva na fundação do jornal “Correio da Tarde” (1880), constrói uma imagem feminina resultante da amálgama de várias concepções. Inicialmente, apresenta-a como criação divina, ingênua e inteligente:

(...) “Deus ao contemplar a criação, antes da mulher, soltou dos labios um sorriso que transformando-se em flôres, foram estas a verdadeira origem do sexo amavel.

Sendo a mulher um sorriso do creador, devemos veneral-a respeitando sua ingenuidade e admirando sua intelligencia”.

A seguir, admite e explica:

“Nem a todas, porém é dada a ventura de patentear as mysteriosas e ardentes idéas acumuladas no seu engenhoso craneo, e quando assim acontece é porque a falsa educação vedou-lhe o ingresso no templo da sciencia onde preside a verdade (...). Estas creaturas avidas de conhecimento, ou vagam no tempestuoso mar de infortunio, ou pelas macilentas mãos da deshonra são conduzidas a vereda do vicio e da vergonha! ...”

E, afinal, dirige-se à sua leitora implícita, a de “cutis fina e clara”, e afirma:

“Analysemos, agora, a virgem impoluta, essa que foi mimoseada com o eloquente titulo de verdadeiro anjo do lar,

e que graças aos desvellos paternaes conquistou um lugar distincto no Éden da felicidade (...)

Com effeito a presença de uma mulher que despõe de maneiras affaveis e delicadas confunde o homem, opêra no seu espirito uma sensação ignota, dominando-o com a energia magnetica (...).

A ela pede permissão, em “nome da razão”, para “despertar-lhe a memoria, sobre a educação intellectual”:

(...) “Se sois bella exteriormente, procuraes aformosear tambem o vosso espirito, perfumando-o com a salutar essencia contida nas paginas dos bons livros (...) Não vos deixeis sedusir por essa alluvião de caprichos insensatos e illusões, que não passam de prejuizos do século”³⁵.

Considerando-se as concepções dominantes sobre a figura da mulher no final do século XIX, o artigo tem um significado avançado. Afinal, parte do reconhecimento da inteligência feminina, com a proposta de “despertar-lhe” o ideal de desenvolvimento intelectual. As representações do médico alemão Franz Joseph Gall (1758-1828)³⁶, do início do século XIX estão ainda arraigadas nas mentes e nos corações de muitos homens e também mulheres do período. Gall justifica fisiologicamente a menor capacidade intelectual feminina. Segundo suas observações, as mulheres têm cabeça mais volumosa na parte posterior, o que lhes permite um desenvolvimento das faculdades afetivas; e, ao mesmo tempo, a fronte mais estreita, o que lhes impede o desenvolvimento das faculdades intelectuais. Portanto, de acordo com tal concepção, na mulher as emoções são bastante acentuadas, em detrimento de sua capacidade racional.

A proposta de J. Goes sobre a figura feminina, funda-se tanto num terreno liberal — na sua vertente otimista iluminista inglesa, e na vertente

pessimista jacobina francesa — como, principalmente, no campo teórico positivista.

É Augusto Comte quem propõe o ingresso no “templo da sciencia”, como condição “sine qua non” de adquirir a verdade. No que concerne à mulher, particularmente, em seu ensaio “Catecismo Positivista”, através de um diálogo entre o sacerdote, i. é., ele próprio, e a figura feminina, define esta última como o “sexo afetivo” na sociedade “regenerada” pelo positivismo. A mulher seria o “anjo tutelar doméstico”, e deveria contrapor ao materialismo grosseiro que dominava o ocidente a sua imensa capacidade de amar e perdoar³⁷.

São estas as imagens fundamentais que estruturam o próprio texto de J. Goes: a mulher como capaz de adentrar o “templo da sciencia” para aquisição da “verdade”; a mulher tendo como “locus” o espaço privado, onde reina como o “anjo do lar”, como o “sexo afetivo”!

Imagens que reconhecemos, até certo ponto, avançadas para o contexto cultural da época. Mas, imagens que (re)produzem o encarceramento da mulher no interior do espaço privado e que negam a dimensão plural da produção da verdade.

Além disso, se atentarmos para as outras representações entranhadas nesta tessitura discursiva, nos depararemos com velhos preconceitos relativos à figura feminina, arraigados na sociedade brasileira oitocentista: mulher “ingênua”, com tendências à “futilidade”, e que por isso mesmo deve ser conduzida, pela racionalidade masculina, à “verdade”. É Darmon quem nos explicita que o discurso médico dos séculos XVIII e XIX apossa-se de mitos antigos sobre a mulher, encobre-os como uma capa pseudo-científica e formula um discurso modelador do comportamento feminino, com nítidas expectativas burguesas. No interior deste universo cultural, símbolos como “frivolidade”, “dissimulação”, “fragilidade”, “ vaidade”, “indiscrição” são considerados típicos das mulheres e ao mesmo tempo, determinantes da necessidade de serem controlados pela racionalidade masculina³⁸.

Ainda, acha-se explícito no texto do republicano J. Goes, o fato de ser permitida à mulher somente a leitura dos considerados “bons livros”.

A importância da escolha dos “bons livros” às mulheres está presente, no universo cultural brasileiro, até mesmo na voz da literata carioca Julia Lopes de Almeida. Filha do médico Dr. Silveira Lopes, tendo residido durante anos na cidade de Campinas, em sua obra “Livro das noivas”, publicado originalmente em 1896, dedica um capítulo inteiramente aos livros que devem habitar as estantes de uma pretendente ao matrimônio. E isto — chama a atenção — não só para garantir o sucesso do matrimônio, mas a continuidade do hábito de leitura na mulher. Assim, dentre os autores não recomendados, cita Montepin e Ponson de Terrail, bastante traduzidos no Brasil oitocentista:

“Porque, depois dos pais que não concedem um simples livro às filhas, estão os pais para quem isso é coisa perfeitamente indiferente; isto é, pais também culpados. Deste modo, a família esgota-se em pouco tempo volumes tirados ao acaso das bibliotecas, envenenando-se com todas as paixões de Montepin e chorando em todos os duelos de Ponson de Terrail”³⁹.

A seleção recomendada por Julia Lopes de Almeida tem outro perfil:

(...) “Michelet, o consolador, o justo, o bom Michelet, que tantos e tão bons conselhos deu aos homens (...) L’oiseau é um livro deliciante, inocente, casto, bom. Ensina a amar, a ver nessa legião boêmia que chilrea nas árvores, nos telhados, nas florestas, sobre o manto fofo das gramas, ou sobre as águas profundas do mar, exemplos de firmeza, de amor e de abnegação”⁴⁰.

É a leitura romântica, à maneira de Michelet — com a concepção de amor enquanto sinônimo de aproximação equilibrada dos movimentos da natureza —, que é proposta como o ideal para a leitura feminina.

Outras incursões nos textos dos almanaques campineiros, permitem-nos o encontro com imagens que fazem parte, ainda, do universo cultural republicano. Menciono, neste momento, um fragmento em forma de pensamento, registrado no “Almanach popular de Campinas”, para o ano de 1878, de autoria de José de Maistre, o filósofo iluminista (1753-1821):

“As mulheres

“É incontestável que as mulheres produziram as nossas obras primas. Não escreveram a Iliada, a Jerusalem libertada, o Hamlet, a Phaedra, o Paraíso perdido; não deram o plano da igreja de São Pedro, não compuseram o Messias, não esculpiram o Apollo de Belvedere, não pintaram o Juízo final, não inventaram a algebra, os telescopios nem as machinas a vapor; mas fizeram coisa muito melhor e mais sublime do que tudo isso, porque foi em seu regaço que ellas formaram mulheres e homens rectos e virtuosos, que são as producções mais excellentes do mundo”⁴¹.

José de Maistre

Ou seja, neste momento discursivo do “almanach”, a leitora feminina é chamada a participar da construção do mundo moderno, enquanto educadora de seus filhos, conduzindo-os à “retidão”, e à “virtude”. E se este mesmo fragmento for lido como parte de uma proposta mais ampla delineada em repetidos movimentos textuais deste mesmo “almanach”, é possível ao próprio leitor complementar a proposta acima delineada.

A educação a ser assumida pela mulher moderna, deve contemplar a formação republicana. Esta é, aliás, a imagem que é fixada pelo poeta Souza Viterbo, em poema já referido, publicado no mesmo “almanach” e

intitulado “A Republica”; nele, a representação do sistema republicano figura como “mulher” — à maneira dos positivistas franceses — e mulher capaz de produzir “gigantes impavidos”. Completa-se o retrato simbólico, que os partidários do P.R.P., dentre os quais o editor deste “almanach”, Hyppolito da Silva, produzem em relação à figura da mulher.

É interessante constatar que os textos dos almanaques deixam explícita a vigência cultural, neste momento na cidade de Campinas, de uma grade hierarquizadora das imagens relativas à mulher.

Ocupando o pedestal, aparece a representação da “mulher terra”: mulher estabilizadora, civilizada, apoio dos poderes, fundadora da moral, mulher matriz; logo a seguir, vem a “mulher água” — água parada, doce, passiva, amorosa, quieta, instintiva, paciente, misteriosa, pouco traiçoeira, sonho dos pintores impressionistas. Por último, a visão da “mulher fogo”, devastadora das rotinas familiares, e da ordem burguesa, devoradora, consumindo as energias viris, mulher das febres e das paixões românticas, sempre submetida ao crivo moralista.

Esta grade hierarquizadora, aciona igualmente, em muitos momentos, componentes raciais; isto é, prefigura como ocupando o ápice da grade a mulher “loira”, ou pelo menos, a de “tez clara” e apresenta como “ente de segunda categoria”, a ser moralizado, a “morena”, e, sobretudo, a “serpente negra”.

Registre-se o fragmento presente nas elaborações literárias de Francisco Quirino dos Santos — já citado — a propósito dos “encantos”, e, ao mesmo tempo, dos “perigos” oferecidos pela “morena” Rosinha, a dos “volteios” das festas do Largo Santa Cruz!.

Uma leitura a contrapelo — ainda como nos sugere Walter Benjamin — das formulações textuais dos almanaques propicia-nos o encontro, ainda que fugidio, com outras “visões” de mulheres, outros “desejos” femininos, fixados nas páginas destas publicações.

Aparecem imbricados à tessitura discursiva dominante, de tal forma que é difícil, muitas vezes, desfazer o emaranhado de suas falas e localizar os seus valores. Contudo, representam elementos dissonantes em relação ao regime instituído de verdades. Apontam por exemplo, para o desejo de expressar seus sentimentos mais livremente — é o caso de Rosinha, a que acaba recebendo drástica moralização. Ou ainda, indicam o ideal de liberdade na escolha amorosa; mais especificamente, “Sinhara”, a loira da elite local, que em um conto elaborado por João Quirino do Nascimento, assim se expressa:

“Para que veio a mulher ao mundo, senão para ser desgraçada sempre/ Chegou também hoje a minha vez de sofrer ... Meu pae pôde tudo exigir de sua filha, pôde mandar nella, que ella como escrava o obedecerá, mas amar ... ah, não se ama a quem se quer”⁴².

Atestam, também, a presença de comportamentos femininos mais ativos — diga-se mais criativos — na conquista amorosa; fragmento pode ser recolhido do conto “A moça do papagaio” (Contos á vol d’oiseau), de autor desconhecido. Nele Rosa, a “innocente”, a “candida”, a “carinha da cor diaphana da neve”, com “pejos” de declarar-se ao amado, não se cala: revela o seu sentimento amoroso ao ... papagaio e o sonhador Nunes, capta a mensagem!⁴³.

Finalmente, é imperdível o fragmento textual poético — já referido — deixado por Narcisa Amália, como afirmação de suas conquistas profissionais, como autora das “Nebulosas”:

*(...) “Das descrenças lugubres,
Dos tédios fundos hoje em mim que resta?
Como a bombília dos jardins celestes
Ao céu remonto o pensamento em festa
A mocidade que a sciencia liba*

*Deu-me a alavanca que nos reis impera
E vós volveis ao meu olhar as páginas
Onde elle deve recahir severo!"*

Aliás, os registros textuais femininos, em geral, nas páginas dos almanaques campineiros — não importa o seu conteúdo — são indicadores de significativa conquista feminina, perante os preconceitos da época: a mulher revela-se, afinal, capaz de pensar e de escrever!.



Foto nº 12 - Atrás de perfeita imobilidade das leitoras - filhas de rico industrial campineiro - como que retiradas do mundo, advinha-se uma animação interior, uma tensão pacífica. Teriam estes sintomas sido provocados pelos romances — “casas de sonhos” — que têm em mãos? (Vicentina e Noemia Bueno Bierrembach, Campinas, 188_).

Portanto, no que diz respeito à constituição de sensibilidades e identidades via almanaques campineiros oitocentistas, a imagem que fica na retina não é a do retrato, mítico, imóvel, unidimensional, encantador, mas hierarquizador e excludente. Mais uma vez, a imagem que permanece é a do filme, capaz de possibilitar o acompanhamento das centelhas, dos embates simbólicos, do jogo constituído pelo avanço da modernidade capitalista, particularmente em Campinas, no final do século.

AS “NOVAS” PRÁTICAS DE LEITURA

Seguindo trilhas já abertas por Roland Barthes, é possível afirmar-se que a *“palavra leitura não remete para um conceito e sim para um conjunto de palavras dispersas. É preciso (...) abrir estradas na palavra, ocupá-la por meio de sondagens sucessivas e diversas, segurar muitos fios ao mesmo tempo que entrelaçados tecem a trama da leitura”*⁴⁴.

Pois bem, rastreando palavras, num movimento de imbricação não linear, mas dinâmico, entre texto e contexto⁴⁵, podemos nos aproximar do circuito de práticas campineiras que envolvem a produção, distribuição e consumo dos artefatos textuais ora focalizados, i.é, os almanaques.

Estamos perante significativo momento de construção de “novas” bases institucionais de leitura, intimamente imbricadas à modernidade. O próprio almanaque, segundo uma atenta observação de Carlos Ferreira, em 1878, é visualizado como a “locomotiva” capaz de conduzir as práticas de leitura à modernidade. Em artigo bem tecido, abrindo as portas do “almanach” que elabora para 1879, juntamente com Hypolito da Silva⁴⁶, registra como sinônimo de leitura moderna, a leitura ligeira, rápida, pequena, variada, divertida, eclética — “cheia de pequeninas sentenças graves, grandes risadas frescas, deliciosas anedotas a par de duas charadas, uns versos repentinos, e logo adiante um logogrifo” (...). Leitura capaz de atender à “impaciência” — ou “vertigem” das aspirações de saber — e ao mesmo tempo à necessidade de “reformular a humanidade”. Aliás, Carlos Ferreira articula tal condição de reforma ao estatuto de mercadoria do almanach:

“Pode-se hoje em dia prescindir da monarchia, das etiquetas atoleimadas, da igreja, da confissão, da cartilha do padre Ignacio, mas nunca se poderá prescindir do almanach. Elle é ao mesmo tempo philosopho, geographo, astronomico,

litteratto, poeta, noticiarista, carpideira e jogral, tudo isto pela modica quantia de 2\$000!”.

Além disso, constrói um quadro de compra e leitura do almanach, frente ao qual “é preciso atentar, fruir”:

“Eu tenho visto, eu com estes proprios olhos que a terra hade comer: eu tenho visto homens de grande e reconhecido senso litterario chegarem ás lojas dos livreiros, suando, esbaforidos, sem folego e perguntar:

- O senhor tem "almanachs"?

- Não, meu caro senhor, eu só tenho as obras de Malebranche...

- Perdão! eu peço-lhe um livro e o senhor responde-me com um disparate! Preciso decifrar a ultima charada! é realmente admiravel aquella charada ultima! Que engenho a do charadista!.. Oh meu caro senhor! tenha a bondade de me dizer quem poderá ter aqui "almanachs" para vender ...

O outro dá-lhe uma indicação exacta, o indagador sae a correr, entra em outra loja, compra o precioso livro, vae para casa, reúne a mulher e os filhos, põe-se em mangas de camisa e faz a felicidade de todos com a leitura aos bocadinhos como colheradas de crême, de toda a vasta secção de anedotas!”.

Na construção desta paisagem, Carlos Ferreira desenha a imagem do leitor “moderno”, diga-se leitor culto, apressado, educado, consumidor da mercadoria “almanach”, que numa sociedade cada vez mais desencantada e sem mistérios busca diversão, prazer, na decifração das charadas. Leitor que no espaço privado de sua casa, junto à esposa e filhos, encontra possibilidade de descontração. Os matizes impressos relativamente ao conceito de privacidade doméstica reforçam a visão burguesa de “lar”, enquanto esfera idealizada, refúgio, proteção, em oposição ao domínio público⁴⁷.

Revela ainda Carlos Ferreira, através de seu desenho, mesmo que em rápidos traços, outros fios desta trama de práticas de leitura em Campinas. Já não mais se trata da “arte artesanal” da narrativa, como expressão do mundo da “experiência”⁴⁸ e elo cultural, a qual circulava entre uma audiência constituída por sinhás e varões, mucamas e escravos, crianças e velhos. Constitui, sim, prática de leitura fragmentária, conduzida e, provavelmente, tutelada pelo pai e colocada em ação na família “moderna” — a família nuclear.

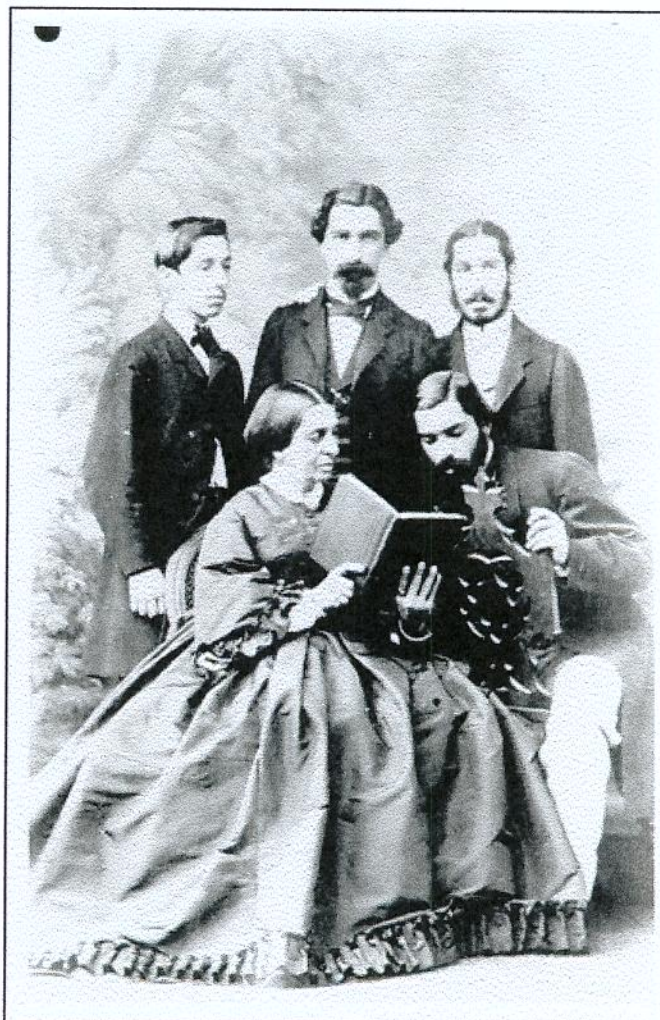


Foto nº 13 - Toda a pompa e circunstância da família burguesa - composta, no caso pela mãe e os filhos - revela-se nesta construção imagética da leitura como cerimonial coletivo. Em cena, Marquiza de Valença - mãe do Barão Geraldo de Rezende - com seus filhos. (RJ., 1860).

José de Alencar, em suas memórias autobiográficas, refere-se igualmente a estes “novos” hábitos de leitura, presentes nos serões familiares fluminenses, ainda que, neste caso, não vinculados aos almanaques:

“Não havendo visitas de cerimônia, sentara-se minha boa mãe e sua irmã Dona Florinda com os amigos que apareciam, ao redor da mesa redonda de jacarandá, no centro da qual havia um candeeiro.

Minha mãe e minha tia se ocupavam dos trabalhos de costuras, e as amigas para não ficarem ociosas as ajudavam. Dados os primeiros momentos à conversação, passava-se à leitura e eu era chamado ao lugar de honra. (...) Lia-se até a hora do chá, e tópicos havia tão interessantes que eu era obrigado à repetição. Compensavam esse excesso as pausas para dar lugar às expansões do auditório, o qual desfazia-se em recriminações contra algum mau personagem ou acompanhava de seus votos e simpatias o herói perseguido”⁴⁹.

A incursão que nos proporciona permite captar alguns fios similares e outros diferenciados em relação à cena de serão familiar, construída pelo jornalista campineiro. A mesma função comunitária, o mesmo caráter de leitura intensiva, repetitiva, não articulada ao mundo da “experiência”, uma semelhante limitação da audiência. Porém, fiapos outros interpõem-se nesta produção, evidenciando rotinas típicas das “veillées” do Antigo Regime, na França⁵⁰, as quais fundiam trabalho e lazer (i.é, a leitura ou a narração).

Eça de Queiroz, por sua vez, faz também alusão aos serões familiares no “Almanach Enciclopédico de Lisboa” para 1896. Sua referência diz respeito diretamente aos almanaques:

(...) *“O almanach é esse amigo sociavel e fiel. Bem o conhecemos, desde os primeiros serões de nossa mocidade, que elle encheu e maravilhou. As suas historias eram tão risonhas! Quanta agudeza nos seus logogriphos! Quadras que elle nos contou ainda nos repicam na alma”* (...) ⁵¹.

Ressoa, explicitamente, desta rememoração portuguesa a força emblemática da leitura dos almanaques. Sua presença nos serões familiares era intensa, prazerosa, capaz de entrecruzar práticas comunicacionais, auditivas e escritas:

“ainda nos repicam na alma!”

Para se compreender a produção histórica do “leitor” individualizado, voltado para leituras “extensivas”, destinadas seja à instrução, seja ao entretenimento, é preciso trazer à tona outros fios: desde o crescimento do número dos “intermediários esquecidos da literatura”⁵², isto é, os tipógrafos, encadernadores, livreiros, até a ampliação da escolarização (nos níveis primários e colegiais); a organização de bibliotecas (dentre as quais o Gabinete de Leitura⁵³, sito à rua Barreto Leme e a partir de 1878 à “rua da Cadêa, nº 17B, proximo á rua Direita”⁵⁴, o qual funciona à base de aluguel de livros); de sociedades ditas “culturais” (muitas das quais femininas); de jornais; bem como da abertura de novos empregos (com trabalhadores livres) na cidade e/ou no município. Os próprios almanaques campineiros, ora focalizados, constróem estatisticamente a imagem do progresso campineiro, pautando-se fundamentalmente nas inúmeras iniciativas “civilizatórias”, liberais, “modernas”, articuladas, quase sempre, às figuras republicanas da cidade.

No interior desse “novos” contextos urbanos de leitura, isto é, nas bibliotecas, gabinetes de leitura, associações, escolas, aprofunda-se o

projeto “moderno” — republicano ou não — de uma prática sócio-cultural ancorado na escrita.

Estas “novas” bases institucionais de leitura — de acesso ainda limitado, porque pago — convivem simultaneamente em Campinas com as práticas de narração de “causos” e histórias, realizadas no interior das residências.

O bacharel, jornalista e poeta João Quirino, irmão de Francisco Quirino dos Santos, por exemplo, no “Almanak de Campinas para 1871”, ao traçar suas memórias juvenis, estudantis, registra um momento de afirmação de um certo distanciamento crítico — demonstrado através da hilaridade —, em torno de uma destas narrativas, ocorridas na casa-grande paterna:

A leitora não crê em milagres?

Faz mal.

Também eu ria-me quando sinhá Brigida, ou sinhá Rosa, as boas das velhas! nos contavam á noute, historias do Bom Jesus de Pirapora, ou da Senhora de Aparecida.

Agora já não. Pesa-me hoje ao lembrar-me dos praguejamentos e raivas de uma velhinha, haja-lhe Deus perdoado, ao contar-nos, a mim e a um primo, proesas do seu Santo Antoninho, todo da mesma madeira, dizia ella, para significar que a imagem era feita de madeira inteiriça, sem emendas, e ao ouvir-nos as gargalhadas, com que acolhiamos cada palavra.

Estudara eu já, nesse tempo; e nas ferias que sempre vinhamos ter em Campinas, era um desfructar sem contas as pobres beatas, que benziam-se e persignavam-se dos pés ás cabeças com as nossas idéas de hereges, como nos chamavam a cada passo.

Pois hoje sou outro”⁵⁵.

A força da “resistência” cultural das práticas alicerçadas na oralidade, portanto, é fio que não se pode perder de vista, na tessitura da rede de práticas de leitura direta ou indiretamente relacionadas aos almanaques campineiros.

Esta acha-se presente, inclusive, nos serões familiares oitocentistas; neles, a comunicação estabelece-se não só através de práticas de leitura de textos escritos, mas, também, via construções orais, permeadas, muitas vezes, de “persuações sedutoras”⁵⁶.

Perpetua-se, aliás, em muitos momentos da produção literária brasileira, sendo nitidamente captada por Antonio Cândido:

“A grande maioria dos nossos escritores, em prosa e verso, fala de pena em punho e prefigura um leitor que ouve o som de sua voz brotar a cada passo por entre as linhas”⁵⁷.

É interessante observar-se que, mesmo no olhar de um especialista em teoria literária do porte de Antonio Cândido, existe um matiz desqualificador em relação à resistência da oralidade na literatura brasileira:

(...) “formou-se, dispensando o intermediário da própria imprensa, um público de auditores, muito maior do que se dependesse dela e favorecendo, ou mesmo requerendo do escritor certas características de facilidade e ênfase, e certo ritmo oratório que passou a timbre de boa literatura e prejudicou entre nós a formação dum estilo realmente escrito para ser lido”⁵⁸.

Afinal, é tão fácil reproduzir as tônicas culturais dominantes, hierarquizadoras dos saberes ...

Retomando-se o circuito de produção/circulação e consumo dos almanaques campineiros oitocentistas, fixemo-nos nas paisagens relativas à sua elaboração.

Seguir os rastros deixados por um dos “intermediários esquecidos da literatura”, ao longo dos almanaques campineiros, permite-nos viajar pelo cotidiano de um livreiro. Depois de árdua luta pela sobrevivência, consegue

ascender socialmente: de simples primeiro ajudante da agência do Correio de Campinas — “serviço sem descanso, sem interrupção de um só dia (...) miseravelmente retribuído⁵⁹, portanto hierarquicamente considerado ‘menor’ —, podemos surpreendê-lo em 1886, economicamente bem situado. Retira-se, então, da sociedade da importante firma comercial, a tipografia campineira “Livro Azul”, para figurar em 1888 como mesário da irmandade religiosa S. S. Sacramento, com todo o prestígio que a posição lhe conferia⁶⁰. Para tal, acumula neste período inúmeros papéis, articulados quase todos ao mundo das letras. Até meados da década de 70, além de primeiro ajudante do Correio, atua como bibliotecário, tanto do Gabinete de Leitura, como da Sociedade Promotora da Instrução e, ainda, como proprietário de escola primária para o sexo masculino, à rua da Cadêa, nº 17A desde 1872⁶¹. Nesta última tem como sócio, no ano seguinte, o futuro professor do Colégio Florence de Campinas, Emilio Henking. A partir de 1878, dedica-se intensamente às atividades de leiloeiro, sócio-proprietário da oficina de encadernação “Casa Livro Azul” (à rua Direita, 42) e proprietário — já em 79 — da loja de brinquedos e “teteias” para crianças, à rua Direita, 38-A; além disso é então, dono de uma livraria e ao mesmo tempo, “loja de papel, livros em branco e objectos de escriptorios e phantasias, no largo do Rosario⁶². No almanaque de Campinas para 1900, em artigo propagandístico especialmente voltado para a constituição da história da “Casa do Livro Azul” e provavelmente elaborado pelo seu próprio proprietário A. B. de Castro Mendes, recolhemos alguns fragmentos confirmadores da “aura” de respeito conquistada pela figura ora visitada.

Foi a 15 de novembro de 1876 (há 23 annos) que modestamente encetou sua vida de trabalho esta hoje conhecidissima casa (...). Numa epoca era sua única especialidade a encadernação e fabricação de caixas para chapéus, que fornecia à importante firma Bierrenbach & Irmãos, que naquelle tempo existia aqui. Para a parte relativa à typographia, só contava com uma pequena machina

Magand e umas 10 varieadades de typos, destinados somente a imprimir cartões de visita (...). O capital para sua fundação foi de 1:200\$000, sendo 600\$000 do actual chefe da casa A. B. de Castro Mendes e 600\$000 do seu saudoso amigo Joaquim Roberto Alves, ficando então constituída a firma sob a rasão de Roberto Alves & Mendes (...). Pouco antes da mudança da casa do largo da Matriz Velha para o largo do Rosario, a sociedade Roberto Alves & Mendes foi com toda a amisade e concordia dissolvida, com a retirada daquelle, pago de seus haveres, ficando então sob a firma individual do actual chefe da casa A. B. de Castro Mendes”⁶³.

Nem todos os livreiros, ou as “figuras menores” do mundo das letras, do final do século XIX, obviamente, conquistaram “locus” privilegiado na sociedade e/ou na memória local.

Só para nos referirmos, neste momento, aos livreiros, nas décadas de 70 e 80, temos notícias de dois outros personagens. São eles Guilherme de Lima — proprietário da Livraria “Paraiso Terrestre”, à rua Direita — e Francisco Gaspar da Silva — da “Livraria Universal”, instalada à rua do Comércio. São referências obtidas no “Almanach popular para 1878”⁶⁴, as quais deixam de constar já no “Almanach popular de Campinas para o anno de 1879”. Convém observar que Gaspar da Silva⁶⁵, português de origem e neste momento colaborador do “Diario de Campinas” é uma das figuras que entra em confronto explícito — chegando, mesmo, a embates físicos no “Boulevard Campineiro” — com os redatores da Gazeta de Campinas, dentre os quais os bem situados na esfera social local, Francisco Quirino dos Santos e Campos Salles. Assim sendo, em decorrência de seus “desacertos” locais, muda-se para a cidade de Sorocaba, S.P., já em 30/01/1877⁶⁶.

Quanto à compra/venda dos almanaques campineiros, nas décadas de 1870 e 1880, temos notícias da instalação da primeira loja

especializada na mercadoria “livros” na cidade, em 1876, através do jornal “Diario de Campinas”:

*“Livraria Internacional
de
Gaspar da Silva
em
Campinas.*

Por esses dias abrir-se-ha um estabelecimento, unico, no seu genero, na cidade de Campinas.

A Livraria Internacional, fornecida directamente por importantes caras da côrte e de Pariz, apresentará uma brilhante colleção das melhores publicações dos ultimos annos, e satisfará com promptidão qualquer encommenda de livros.

Todas as obras de Pinheiro Chagas

Todos os livros de Camillo Castelo Branco

Publicações de Alencar, Machado de Assis, Varella, Casimiro de Abreu, Castro Alves, Julio Cezar Machado, Ramalho Ortigão, Guerra Junqueira, Herculano, etc.

Grande e variado sortimento de papel, pennas, tinteiros e mais objectos de escriptorio.

Lapis da Faber.

Obras de educação e ensino”⁶⁷.

Constituem, pois, também as livrarias na cidade de Campinas, neste final de século, signos da modernidade, dispendo-se a articular de maneira pronta, ágil, a cidade de Campinas à corte e ao mundo europeu.

Esta mesma imagem de livraria como sinônimo de progresso — ou seja, neste momento, como elegância, bom gosto, requinte, aparência, novidade —, é construída através de notícias, anúncios posteriores publicados nos jornais locais:

“Á rua do Commercio nº 26, acabam os srs. Gonçalves Pinheiro & Cia. de abrir uma livraria, nas melhores condições exigidas pela elegancia. Tanto interior como exteriormente está esse estabelecimento decorado com bastante gosto.

Chamamos a atenção dos nossos leitores para os variados objectos annunciados hoje nesta folha”⁶⁸.

“Abre-se Hoje a Livraria Universal - 26 - Rua do Commercio - 26.

Abre hoje este estabelecimento. Os proprietarios envidaram todos os esforços ao seu alcance para estabelecer uma casa deste genero na altura do crescente progresso desta cidade. Crêm que tal desideratum realisou-se” (...) ⁶⁹.

É bem verdade que nestes estabelecimentos comercializa-se não apenas a mercadoria “livro”, mas também “completos sortimentos de papel, (...) objectos de escriptorio, albuns, quadros, imagens e estampas, charutos, fumos diversos e artigos para fumantes”⁷⁰. Ou, ainda, vende-se “objectos da China e do Japão (trabalhos de xarão)”, tais como, “lindas cantoneiras, vasos para flores, guarda-joias, guarda-luvas, fruteiras, pastas, porta-cartões, bandejas, potes para conservar rapé, porta-relógios, (...), bem como vários outros artigos:

“estojos de costura, riquissimos. Necessaires de setim e ceda, com ou sem estojo de costura. Porta-flôres de varios gostos. Vazos de flôres artificiais, bellissimos. (...). Grande variedade de figuras de surpresa. Souvenir de Lisbonne, colleção de vistas dos principaes monumentos de Lisboa. Brincos para senhoras, lindos trabalhos em filagrama, prata de lei. Caixas de musica. Diversas especies de jogos (...)”⁷¹.

Guilherme de Lima, por sua vez, em anúncio publicado no próprio “Almanach popular para o anno de 1878”⁷², faz propaganda — além dos livros, dos objetos de escritório, dos quadros, dos charutos já citados — de artigos de “haute nouveauté”, à venda em sua livraria “Ao Paraiso Terrestre”. Dentre tais mercadorias chama a atenção para as “campainhas electricas, lanternas magicas, collares e anneis electricos”.

Neste mesmo anúncio, ratificando a visão da livraria como espaço “moderno” para atrair clientes, oferece “gratuitamente” “choques electricos ás pessoas que soffrerem de convulsões nervosas”. Ao mesmo tempo, em propaganda, em forma de verso, publicada, na Gazeta de Campinas, especialmente dedicada ao gênero feminino, aciona concepções religiosas articuladas às práticas tradicionais:

Ao Paraiso Terrestre

5 — Rua Direita — 5

Vamos todos visitar

O bemdito Santo Antonio,

Que nos livra do demonio

Quando a gente vem tentar.

Vamos vêl-o no seu throno,

Onde vae ser festejado,

E por todos adorado,

O nosso santo patrono.

Vamos ver a nossa sôrte,

Que lá devemos tirar,

E ao santinho rogar

Que nos dê um bom consôrte.

Toda a moça de bom siso

*Deve o santo visitar,
E uma sôrte tirar
No — TERRESTRE PARAISO⁷³.*

Além disso, o proprietário da Livraria Internacional, o já mencionado Gaspar da Silva, coloca em ação neste espaço o aluguel de livros, pela quantia de 4\$000 mensais⁷⁴. Enquanto isso, o Gabinete de Leitura, oferece a mesma possibilidade por apenas 2\$000 mensais (ou ainda, por 18\$000 anuais e 10\$000 semestrais)⁷⁵.

Merece, ainda, registro o fato dos almanaques serem comercializados, antes da instalação das livrarias, nas próprias tipografias, ou em estabelecimentos comerciais, tais como Santos & Irmãos (situado no largo da Matriz Velha) ou o Gran Turco (sito à rua Direita). Nestes últimos eram vendidos juntamente com as ferragens, as tintas, os vidros, as telhas de vidros, os sinos de bronze, a cera, o chá, o rapé, o algodão mineiro, a oleada para massa⁷⁶ — no que se refere ao primeiro estabelecimento —, ou ao lado de fumos, cigarros, charutos, chapéus e “quinquilharias”, no que respeita ao segundo^{77 78}.

Os preços dos almanaques campineiros, nas décadas ora focalizadas, variam entre 1\$000 e 2\$000. Assim, os anuários para 1871, 1872 e 1878 são vendidos na cidade por 1\$000 e enviados para fora por 1\$200. Quanto aos anuários para 1873, 1876, 1879, 1881, 1886 e 1888, são comercializados por 2\$000. Estas somas estão próximas às cobradas pelos editores dos almanaques da província de São Paulo, ou de outras partes do mundo. Podemos citar, respectivamente, o “Almanach Litterario de São Paulo” (publicado por José Maria Lisboa) vendido por 2\$000, e o “Almanach de lembranças luso brasileiro”, comercializado, por 1\$200, o volume brochado, e o encadernado por 1\$500⁷⁹.

Tais valores correspondem, na época ao salário de um ou de meio-dia de um operário de estrada de ferro, de Capivary, por exemplo, o qual recebe em 1873, de 2\$000 a 2\$500, “conforme o serviço”⁸⁰.

Comparados aos preços dos jornais, dos livros ou de aluguéis de livros, e considerando-se o caráter anual desta publicação, o custo dos almanaques pode ser considerado mais acessível.

Acompanhemos o quadro a seguir, no que se refere aos preços das assinaturas dos jornais campineiros, no período ora analisado⁸¹:

<u>Gazeta de Campinas</u>		<u>Diario de Campinas</u>		<u>O Constitucional</u>	
Ano	1876	1876		1875	
	p/Camp. p. fora	p/Camp. p/fora		p/Camp. p/fora	
Anual	12\$ 13\$	15\$	18\$	10\$	12\$
Semestral		8\$	9\$	5\$	7\$

<u>Opinião Liberal</u>			<u>Correio de Campinas</u>	
Ano	1881		1885	
	p/Camp. p/fora		p/Camp. p/fora	
Anual	14\$	16\$	16\$	8\$
Semestral	8\$	9\$	8\$	9\$

Quanto aos livros — romances, poesias, contos, obras de memória, “livros de educação”, nacionais ou importados, dentre os quais franceses, ingleses, portugueses, brochados ou encadernados, — os custos do volume variam entre 1\$000 e 4\$000.

Assim, por exemplo, no ano de 1873 a “Typographia da Gazeta” anuncia em seu jornal, a venda das seguintes obras, com os seguintes valores:

“Novos Livros

G. Dias

Poesias, c/ retrato. 2 v. — 8\$000

E. Gaboriau*Desmoroamento, 4 v. br. — 10\$000**L. do Cornevin (continuação do Desmoroamento)**1 v. br. — 2\$500*A. Belot*A mulher de fogo. 2 v. br. — 2\$000*J. M. de Macedo*Um passeio pela cidade do Rio de Janeiro, 2 v., enc., c/
estampa — 8\$000*L. Guimarães Junior*Contos sem pretensão. 1v. — 2\$000*A. Dumas Filho*O homem - mulher. 1 v. — 1\$000*Edmond About*O nariz de um tabellião — 1\$000*A. D. Pascual*A morte moral. 4 v. br. — 8\$000*Moreira de Azevedo*Mosaico brasileiro, 1 v. enc. — 3\$000**Os franceses no Rio de Janeiro, 1 v. br. — 2\$000*E. Iiais*Supremacia intellectual da raça latina, 1 v. br. — 2\$000*A. Belot e J. Dautim*O matricida, 2 v. — 2\$000**Dacolard e Lubin, 2 v. — 2\$000*J. M. de Macedo*A Luneta magica, 2 v. br. — 4\$000**Romances da semana, 1 v. — 3\$000**Sobrinha de meu tio, 2 v. — 5\$000**Um noivo, 3 v. — 6\$000**Quatro pontos, 1 v. — 2\$500**Torre em concurso, 1 v. — 1\$500**(...)*

J. Alencar

Til, 4 v. — 4\$000

Garatujas, 1 v., br. — 2\$000, enc. — 3\$000

Cinco minutos, 1 v. — 2\$000

Ermitão da gloria, 1 v., enc. — 3\$000

Ermitão da gloria, 1 v., broch. — 2\$000

Á venda na typographia da Gazeta

*Pagamento c'venda*⁸².

Os livros de “educação” são encontráveis na mesma “typographia”:

“Livros de educação

Menezes - História do Brasil contada aos meninos, 1 v. 2\$500

Pinheiro - Episódios de História Patria contados aos meninos, 1 v. 2\$000

Calogeras - Compendios de Historia da Idade Media, 2 v. 8\$000

Azevedo - Compendio de Historia Antiga, 1 v. 3\$000

Daniel - Historia Antiga, 1 v. 2\$000

Daniel - Historia da Idade Media, 1 v. 2\$000

Daniel - Historia Moderna, 1 v. 2\$000

Daniel - Historia Contemporânea, 1 v. 2\$000

Pinheiro - Historia Sagrada, com gravuras, 1 v. 3\$000

*Pinheiro - Grammatica da infancia, 1 v. 1\$000*⁸³.

Romances, como os dos autores Paulo de Kock e Henrique de Kock, por exemplo, considerados “leitura para os homens”, podem, por sua vez, serem adquiridos à rua do Goes, nº 18, no ano de 1879. As importâncias, neste caso, variam entre 500\$ e 3\$000:

“Livros! Livros!

Leitura para Homens

Chegaram a ultima hora os seguintes livros (...)

Pictorescas aventuras do Cavalheiro de Faublas, versão portuguesa de Luiz Quirino Chaves, edição ornada de estampas. 3 v.grossos 6\$

Amigas e Peccadoras, versão do romance francez Mlle Giraud mal femme, por Pinheiro Chagas, 1 v. encadernado 3\$.

Romance de uma mulher palida, por Henrique de Kock, 1 v. 1\$300

Os companheiros das tuberas, 2 v. 1\$300

Os sete bagos d'uva, por Paulo de Kock, 1 v. 1\$300

Florentina, por Paulo de Kock, 1 v. 1\$400

As mãos cheias de rosas, cheias d'ouro e cheias de sangue, por Arsenio Houssaye, 1 v. 1\$600

Aventuras de quatro mulheres, por Dumas Filho, versão livre de Xavier Magalhães, 2 v. 3\$

Theresa philosopha, com estampas, 1 v. brochado 3\$

Elvira ou tormentos e Felicidade, 1 v. brochado 1\$500

Julia, confidencias de uma mulher de espirito, publicação recreativa, 1 v. 1\$500

Poema Épico, dedicado ao R. P. M. Fr. Martinho de Barros & C., por Souto Maior, 1 v. 1\$500

Elixir do Pagé, 1 brochura de um poeta brasileiro. 500\$

Rimas innocentes, de does poetas ingenuos, 1\$200

Esposa e virgem, romance expressamente prohibido ás senhoras pelo auctor, 1 v. 1\$

Paulo de Kock, Frignete, 1 v. 1\$300

Henrique de Kock, As Trezes noites de Joanna, 1 v. 1\$300

Maximiliano Perrin, Um marido infeliz, 1 v. 1\$600

*Ernesto Feydéau, Memórias de uma dama de boa família
1\$300*

Paulo de Kock, O coitadinho, 1 v. 1\$400

Paulo de Kock, As caixeiras, 1 v. 1\$300

Adolpho Belot, As mulheres de gelo, 1 v. 1\$500”⁸⁴.

No que respeita ao valor relativo ao aluguel dos livros, tanto no Gabinete de Leitura, como na Livraria Internacional, já nos referimos às importâncias cobradas mensalmente, na década de 1870: 2\$000 e 4\$000, respectivamente.

A tiragem dos almanaques no período ora focalizado, pode ser considerada extremamente significativa para a época. Além disso, apresenta uma curva crescente se analisarmos as décadas de 1870 e 1880. Assim, o “Almanak de Campinas para 1871”, alcança no ano de 1870 — quando o município dispõe de 33 mil habitantes⁸⁵ — uma tiragem de 800 exemplares, “rapidamente esgotados”⁸⁶; o “Almanach do Correio de Campinas para 1886”, em 1885 — quando o município apresenta 41.234 habitantes⁸⁷ — chega a 3000 exemplares impressos e, da mesma maneira, agilmente vendidos⁸⁸.

Se compararmos o montante dos jornais e dos livros publicados neste momento na cidade de Campinas e no país, podemos visualizar melhor o significado das cifras dos almanaques, acima explicitadas. O “Diario de Campinas”, por exemplo, no ano de 1886 apresenta a tiragem de 2000 números⁸⁹. Neste mesmo período, a tiragem dos romances de José de Alencar e de Machado de Assis, não ultrapassa o índice de 500 a 1000 volumes⁹⁰.

Dentre os leitores explícitos dos almanaques campineiros, podemos citar certamente os seus autores — i.é, os jornalistas da “Gazeta”, do “Diario”, do “O Constitucional”, do “Correio de Campinas”, bacharéis de direito, “casca-bulhos”, comerciários, ou egressos do mundo das ferragens e da costura masculina, além das mulheres, dos jovens, em geral, iniciantes na “república das letras” — não só de Campinas mas de outras localidades da

província de São Paulo, articuladas pelas ferrovias (Amparo, Casa Branca, Iguape, Itatiba, Itú, Mogi-Mirim, Rio Claro, Santos, São Paulo, dentre outras) ou de outras províncias brasileiras (Pernambuco e Rio Grande do Sul).

Outras figuras socialmente destacadas, podem ser tidas também como leitores dos almanaques; pelo menos é o que se pode concluir, considerando-se a sua distribuição (ou pelo menos, a sua tentativa de) para as seguintes personagens das seguintes cidades brasileiras:

“O Correio e os ‘Almanachs Campinenses’

Ha mais de mez foram entregues ás agencias de Campinas 8 numeros deste Almanach, 7 para Ouro Preto; 2 para São João d’El Rei; 1 para Bom-Sucesso; 1 para a cidade de Turvo e 1 para a Oliveira e só chegaram á seus destinos 2 destinados á São João d’El Rei.

As pessoas á quem foram destinadas o Almanack são os seguintes senhores: dr. Gervasio Pinto e Candido de Goés e Lara (S. João d’El Rei); tenente-coronel João Antonio de Campos (S. José); tenente-coronel José Egydio da Silva Campos (Ouro Preto); professor Antonio Rodrigues de Mello (Turvo, cidade); vigario José Theodoro Brasilino (Oliveira) (...)”⁹¹.

Aliás, quanto á distribuição geográfica dos anuários campineiros, temos notícia de que alguns deles eram lidos também nos Estados Unidos (Nova York). É o caso, especificamente, dos “Almanaks” de Campinas, organizados por J. M. Lisboa, para os anos de 1871, 1872 e 1873.

“Almanak de Campinas. Credibilidade.

“O ‘Novo Mundo’”, interessante periódico adornado de gravuras, que se publica em New York, a maior cidade dos

*Estados Unidos, diz o seguinte sobre o almanaque de Campinas: ‘O Almanak de Campinas é uma publicação que dá muito credito não só á industria de seu edictor, o sr. José Maria Lisboa, mas também á cidade de que o livro serve de guia’*⁹².

Considerando-se a ampliação do número de escolas em Campinas nas décadas analisadas — aliada aos fatores já referidos, dentre os quais a organização de bibliotecas, de sociedades ditas culturais, de jornais⁹³ —, é possível captar-se a ampliação da distribuição social dos almanaques campineiros. Alunos dos cursos noturnos, mantidos, por exemplo, pela Loja Maçônica Independência, podem ser incluídos entre seu público leitor. Temos notícia, através da Gazeta de Campinas, de que são alunos da escola noturna no ano de 1870:

<i>Alfaiates</i>	4
<i>Barbeiros</i>	1
<i>Caixeiro</i>	1
<i>Carpinteiros</i>	21
<i>Folheiro</i>	1
<i>Marceneiros</i>	2
<i>Padeiros</i>	6
<i>Pintores</i>	3
<i>Negociantes de fazenda</i>	1
<i>Sem officio</i>	7
<i>Total</i>	48
<i>Idades</i>	
<i>Maiores</i>	38
<i>Menores</i>	10
<i>Total</i>	48

<i>Nacionalidades</i>	
<i>Brazileiros</i>	43
<i>Portuguezes</i>	2
<i>Allemlães</i>	2
<i>Italiano</i>	1
<i>Total</i>	48 ⁹⁴

Em 1876, o mesmo periódico local, ao divulgar as matrícula de 32 discentes da “aula nocturna da loja ‘Independencia’”, especifica suas idades (entre 8 e 29 anos), sua condição social (escravos ou livres), bem como, neste último aspecto, sua profissão. Usa para tal categorias sociais, registradas genericamente, como “artistas”, “trabalhadores” e “impregados”⁹⁵. Já em 1887, a notícia da Gazeta indica o aumento do número de alunos, frequentando a mesma aula:

“Escola Nocturna Independência: Frequentaram durante o mez de outubro, esta escola, 60 alumnos, termo médio. Existem matriculados 127”⁹⁶.

Daí compreende-se, as inúmeras referências nos jornais locais, aos escravos que sabem ler, escrever⁹⁷, neste final do século XIX, também na cidade de Campinas.

Para a focalização das práticas de leitura destes possíveis leitores, seguindo as pegadas do historiador Roger Chartier, é preciso “antes de mais nada, dar a leitura o estatuto de uma prática criadora, inventiva, produtora e não anulá-la no texto lido, como se o sentido desejado por seu autor devesse inscrever-se no espírito de seus leitores, com toda imediatez e transparência, sem resistência nem desvio”⁹⁸.

No que se refere à especificidade dos almanaques campineiros oitocentistas, no interior deles enquanto tessituras discursivas, podemos nos deparar com leituras díspares. Já destaquei anteriormente as visões de

“modernidade” e de “república” do editor/autor Hyppolito da Silva Dutra, do editor/autor Henrique de Barcellos e da poetisa fluminense Narcisa Amalia. São visões que apresentam nuances que se contrapõem às propostas dos chamados “republicanos históricos”. São percepções que se confrontam — pelo menos em parte — às idéias de Campos Salles, Francisco Quirino dos Santos e de Francisco Glycerio, acerca dos motes centrais destas publicações anuais.

A pesquisa dos jornais locais nos conduz, ao mesmo tempo, até práticas de leitura dos ideais “modernos”, “republicanos” com forte teor emancipatório. São leituras de escravos, de mulheres livres, formuladas no contato direto com os almanaques ou com outros “textos”, escritos ou não. Refiro-me à escritora campineira, autora de romances de folhetim, publicados no jornal “Diario de Campinas”, nos anos 1877, 1878 e 1883. Em seu texto “Rosa Mineira” a autora sob o pseudônimo de “Braziliana” atribui à “civilização”, à “modernidade”, a destruição da personagem principal, da “pobre menina quasi selvagem, a quem a civilização tornou desgraçada”⁹⁹. Em editorial da Gazeta de Campinas, no ano de 1882, podemos nos aproximar de notícia originalmente divulgada pelo jornal “Correio Paulistano”, no sentido de que os escravos da fazenda do Castello, município de Campinas, depois de atacarem o feitor e sua família deixaram a propriedade dando “vivaz á republica”. O objetivo deste artigo — provavelmente do diretor e proprietário deste jornal, i. é de Carlos Ferreira, — além de negar a exatidão do informe é desvincular a suposta ocorrência, da atuação do partido republicano paulista. Ou melhor, o que o autor almeja com esta publicação é desautorizar “outras” leituras do republicanismo, leituras estas capazes de abalar as imagens de “ordem” e de “paz”, relativamente ao ideal republicano. Aliás, chama ele a atenção do leitor no que se refere a tal questão, para a necessidade de:

(...) “estar (em) todos identificados pela mais perfeita
communhão de vistas e de sentimentos”¹⁰⁰ (sic!)

De qualquer forma, apesar do “protesto” do “gazeteiro”, fica o registro de “outras” leituras, criativas, divergentes do ideário republicano defendido pela cúpula do P.R.P. e reproduzido, em grande parte das vezes, nas páginas dos almanaques campineiros.

Portanto, os almanaques produzidos em Campinas nas décadas de 1870 e 1880 — e que são, muitas vezes, oferecidos como “prêmios” aos clientes da Livraria Internacional em 1876¹⁰¹, e depositados no lançamento das pedras fundamentais de estabelecimentos educacionais campineiros, no início da década de 70¹⁰² — ainda que intimamente articulados à modernidade capitalista, produzindo homens na sua utilidade máxima como força econômica e politicamente dóceis, ao mesmo tempo contribuem para alimentar o imaginário daqueles que sabem ler e daqueles que só sabem ouvir¹⁰³. I. é, contribuem também para a construção de experiências de leitura alternativas.

NOTAS DO CAPÍTULO 5

1. Foucault, Michel - "Arqueologia do saber" - trad. de Luiz Felipe Baeta Neves, R. J., Florense, Universitária, 1987. Le Goff, Jacques. "Documento/monumento". In Enciclopédia Einaudi, Porto: Imprensa Nacional, 1984, v. 1.
2. Gay Peter - "A experiência burguesa. Da Rainha Vitória a Freud", op. cit.
3. No que se refere a esta discussão, atendo-me às contribuições de Maria Sylvia Carvalho Franco, em "Os Homens livres na ordem escravocrata". São Paulo: Ática, 1976. Suas reflexões, desde a década de 1970, no Brasil, estimulam a compreensão do sistema capitalista no país, fundado em relações de produção, onde a presença do trabalho escravo não é elemento impeditivo — como poderiam supor as óticas marxistas ortodoxas e pouco dialogais em relação às especificidades do país. Nestes termos, a passagem do trabalho escravo para o livre, representa, pois, na década de 1870, não a instalação, mas o avanço das mesmas relações de produção, as quais, na ótica da filósofa, não são reduzidas ao economicismo, mas analisadas sob o prisma também cultural.
4. Hardman, Francisco Foot - "Trem fantasma (Espetáculos do Maquinismo na transição à modernidade), op. cit.
5. Gazeta de Campinas, "Annuncio. Almanak popular para o anno de 1878", 19/09/77, p. 3.
6. Diario de Campinas, "Notas do Dia", 09.11.1882, p. 1.
7. Mello, Joaquim Correa de - "As plantas de Campinas", in "Almanak de Campinas para 1873", op. cit., p. 103.
8. Op. cit., p. 103.
9. Santos, Francisco Quirino dos - "Uma festa em Santa Cruz", in "Almanak de Campinas para 1872", op. cit., pp. 111-118.
10. Lapa, J. Roberto do Amaral - op. cit., p. 61.
11. Santos, Francisco Quirino dos - op. cit., p. 111.

12. Op. cit., p. 112.
13. Id., *ibid.*, p. 115.
14. Ventura, Roberto - "Estilo tropical", op. cit., pp. 22-23.
15. Benjamin, Walter - "O narrador. Considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In "Obras Escolhidas" I, op. cit., p. 199.
16. Gay, Peter - "Pleasure wars", v. 5, U.S.A., 1998, p. 110.
17. Sarmiento, Josephina - "O despertar da natureza", in "Almanach popular de Campinas para o anno de 1878", op. cit., p. 80.
18. Santos, F. Quirino dos - "Pudor e Amor", in "Almanach popular de Campinas para o anno de 1878", p. 75.
19. Freire Costa, Jurandir - "Sem fraude, nem favor", S.P., Ed. Rocco, pp. 175 a 219.
20. Ferreira, Carlos - "Uma sessão espírita (Caso Estupendo)!", in "Almanach popular de Campinas para o anno de 1879", p. 164.
21. Lucas, D. Catharina R. A. - "Illusões. (N'um Album)", in "Almanach popular de Campinas para o anno de 1878, op. cit., p. 45.
22. Queirós, E. - in "Almanach enciclopédico de Lisboa para 1896", apud "Almanaque", Cadernos de Literatura e Ensaio (coord. Walnice Nogueira Galvão e Bento Prado Jr.), op. cit. p. 73.
23. Le Goff, Jacques - "Enciclopédia Einaudi", Lisboa, Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 1984, pp. 260 a 291.
24. Le Goff, Jacques - op. cit., p. 266.
25. Guinsburg, J. - "Um encerramento", pp. 291 - 293; in Guinsburg, J. (coord.) - "O romantismo", op. cit.

26. Hendebar - "Resumo historico do Processo Pinto", in "Almanach do Correio de Campinas para 1886", op. cit., p. 156.
27. William, R. - "O campo e a cidade", S. P., Cia. das Letras, 1989.
28. Santos, Francisco Q. dos - "A Matriz Nova", in "Almanak de Campinas para 1871", op. cit., p. 86.
29. Tosi, Renzo (org.) - "Dicionário das sentenças latinas e gregas", S.P., Martins Fontes, pp. 741-742.
30. Foucault, Michel - "Vigiar e punir", 4ª ed. Trad. Lígia M. Pondé Vassalos, Petrópolis: Vozes, 1986, p. 143.
31. Guinsburg, em trabalho sobre o romantismo, já citado, afirma: "Muito antes de Baudelaire proclamar que "Les parfums, les couleurs et les sons se repondent", dizia Ludwig Tieck: 'Como? Não seria permitido pensar através de sons, fazer música através de palavras e idéias?' ...". Guinsburg, J. - "Um encerramento". in Guinsburg, J. (coord.) - "O romantismo", op. cit. p. 289.
32. Sarmiento, J. - op. cit., in "Almanach popular de Campinas para o anno de 1879", op. cit., pp. 179 - 181.
33. In "Almanach popular para o anno de 1878", op. cit. p. 67.
34. Bresciani, M. S. M., - "Permanência e ruptura no estudo da cidade", pp. 21 e 22 (mimeo).
35. Goes, J. - "A mulher", in "Almanach popular de Campinas para o anno de 1879", op. cit. pp. 156 a 158.
36. apud Soihet, Rachel - "Bertha Lutz e a ascensão da mulher - 1919 - 1937", R. J., Univ. Fed. Fluminense; Dissertação de Mestrado apresentada ao Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, pp. 81-114, 1974.
37. Comte, A. - "O catecismo positivista", S. P., Abril, Coleção os Pensadores, 1973, p. 112.

38. Darmon, P. - "Domination bourgeoise paternaliste", in *Mythologie de la femme dans l'ancienne France (XVII et XVIII siècles)*, Paris, Seuil, 1981, pp. 178-193.
39. Almeida, Júlia Lopes de - "Livro das noivas", R. J., Francisco Alves, 1926, p. 37.
40. Op. cit., p. 105.
41. Maistre, J. - "As mulheres", in "Almanach popular para o anno de 1878", op. cit., p. 10.
42. In "Almanak de Campinas para 1872", op. cit., p. 107.
43. In "Almanach popular de Campinas para o anno de 1879", op. cit., p. 159.
44. Barthes, Roland - "Leitura. Enciclopédia Einaudi, v. II ,(Oral/Escreto. Argumentação). Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1987, p. 184).
45. Em sua obra "A formação da leitura no Brasil", (S.P. Ática, 1996, p. 308), Marisa Lajolo e Regina Zilberman propõem que na elaboração de um conceito de literatura nos afastemos de "noções lineares de contexto" e trabalhemos, em lugar disso, com a "noção de contextualização contínua, onde cada elemento funciona como contexto do(s) outro(s), de modo que uma época, um autor, uma obra, um problema são, respectiva e reciprocamente, contextualizantes e contextualizáveis".
46. Op. cit. pp. 152 e 153.
47. Sennet, Richard - "O declínio do homem público", S.P., op. cit., pp. 166 a 316.
48. Benjamin, Walter - "O narrador", in "Obras escolhidas", I, op. cit., pp. 200-201.
49. Alencar, José de - "Como e porque sou romancista". In "Obras Completas", Rio de Janeiro: Aquilar, 1959, p. 106.
50. Darnton, Robert - "O grande massacre de gatos e outros episódios da história cultural francesa", R. J.: Edit. Graal, 1988, p. 32.
51. In "Almanaque", Cadernos de Literatura e Ensaio, op. cit., p. 72.

52. A expressão é de Robert Darnton, na obra “O beijo de Lamourette”, op. cit., p. 132.
53. Sobre os Gabinetes de Leitura da província de São Paulo, no século XIX, sobretudo os de Rio Claro e de Sorocaba, é possível consultar-se a dissertação de Mestrado de Ana Luiza Martins, defendida na USP, Dep. de História, FFLCH, no ano de 1990: “Gabinetes de leitura da província de São Paulo: a pluralidade de um espaço esquecido (1847-1890)”. A respeito do Gabinete de Leitura de Campinas, consultei: Lapa, J. R. do A. “A cidade. Os cantos e os antros”, op. cit., pp. 144-146.
54. Diário de Campinas, “Factos diversos”, 05/05/1878, p. 1.
55. Op. cit. , p. 87.
56. As reflexões do sociólogo Jean Baudrillard, no que se refere ao tema de “sedução”, oferecem-nos subsídios para não incorrerem em visões unidimensionais na abordagem destes fios narrativos, ora encarados como “persuasões sedutoras”. Baudrillard, J. - “Da sedução”, op. cit.
57. “Literatura e sociedade”, S.P.: Edit. Nacional, 1985, p. 81.
58. Op. cit., p. 81.
59. Alves Cruz, Luiz Silverio. “Correio de Campinas”. In “Almanak de Campinas para 1871”, op. cit., p. 94.
60. “Almanach de Campinas para 1878”, op. cit., p. 43; Benedetti, Luiz R., op. cit., p. 83.
61. (...) “Ensina a lêr, escrever, contar, doutrina christã, grammatica portugueza e franceza, arithimetica, algebra, geometria, historia e geographia”. “Almanak de Campinas para 1873”, op. cit., p. 10.
62. “Almanach popular de Campinas para o anno de 1879”, op. cit., respectivamente, pp. 131, 123 e 133.

63. "A cidade de Campinas em 1900". Typogr. a vapor da Casa Livro Azul - Campinas, S.P., 1899, [s.p.].
64. Op. cit., p. 61.
65. Em 1876 Gaspar da Silva, além de redator do "Diario de Campinas", é também colaborador da "Provincia de São Paulo", da "Republica das Lettras", autor da obra "Antes de soprar a luz" — reunindo contos, apreciações de vários livros de autores portugueses, perfis biográficos dos escritores Guilherme Braga, Guerra Junqueiro, Gonçalves Crêspo, João Penna —, organizador do "Album Litterario" — coletânea de escritos em prosa e verso de Julio Ribeiro, Thomaz Ribeiro, Basilio Machado, Gonçalves Crêspo — e redator do periódico 'litterario e noticioso' "O Movimento", publicado em Campinas em 11/12/1876, além de inúmeras outras atividades culturais. Diario de Campinas. "Annuncios. Antes de soprar a luz", 8/08/1876, p. 3; Diario de Campinas. "Annuncios. Album Litterario", 13/01/1878, p. 3; Gazeta de Campinas. "Noticiário. O Movimento", 12/12/1876, p. 2.
66. Brito, Jolumá. "História da cidade de Campinas", v. 7, pp. 116-126.
67. Diario de Campinas. "Annuncios. Livraria Internacional", 27/09/1876, p. 3.
68. Diario de Campinas, "Eccos e Factos", 26/10/1879, p. 1.
69. Diario de Campinas. "Annuncios", 26/10/1879, p. 3.
70. "Ao Paraiso Terrestre", "Annuncio", in "Almanach popular para o anno de 1878", op. cit., [s.p.].
71. Diario de Campinas. "Annuncios. Livraria Universal", 03/12/1881, p. 2.
72. Op. cit., [s.p.].
73. "Annuncios. Ao Paraiso Terrestre", 10/06/1877, p. 3.
74. Brito, Jolumá. "História da cidade de Campinas", v. 7, p. 116.
75. Almanak de Campinas para 1872, op. cit., [s.p.].

76. Almanak de Campinas para 1871, op. cit., [s.p.].
77. "Almanach popular de Campinas para o anno de 1878", op. cit., [s.p.].
78. Os periódicos campineiros "Diario" e "Gazeta de Campinas", referem-se ao fato do francês Bernard Gregoire vender almanaques — como o "Litterario de São Paulo", publicado por José Maria Lisboa — e jornais nas ruas e locais públicos da capital paulista e da cidade de Campinas, no ano de 1876. Particularmente nesta última, vê-se proibido de tal prática pelo delegado local, em março de 1876. Tal ocorrência merece da imprensa campineira e provincial severas críticas, as quais chegam a comparar a atuação da autoridade campineira à do imperador Napoleão III, face aos jornais e almanaques franceses: ambos apresentam-se como impossibilitadores da divulgação das "luzes" à população. Gazeta de Campinas. "Noticias. Proibição illegal", 04/03/1876, p. 2; Diario de Campinas. "Factos Diversos", 03/03/1873, p. 1; Diario de Campinas, "Communicados. Bernard Gregoire ao publico", 02/05/1876, p. 3; Diario de Campinas, "Communicados. Mrs. Bernard Gregoire", 17/05/1876, p. 3; Diario de Campinas, "Communicados. gloria á cidade de Campinas e seus habitantes", 08/06/1876, p. 3; Gazeta de Campinas, "Noticias. O sr. Bernard Gregoire", 1/09/1876, p. 2; Gazeta de Campinas. "Annuncios", 29/11/1876, p. 3.
79. Tais referências foram retiradas dos jornais locais "Gazeta de Campinas", "Diario de Campinas", "O Constitucional", "Opinião Liberal" e "Correio de Campinas", nas décadas de 1870 e 1880.
80. Gazeta de Campinas. "Annuncios", 02/03/1873, p. 3. Nesta mesma época, os trabalhadores da Companhia Mogiana de Estradas de Ferro, na "ponte do Jaguary" recebem de 2\$500 a 3\$000 por dia, como "serventes" ou "cavoqueiros". Gazeta de Campinas, "Annuncios", 09/11/1873, p. 4. Um trabalhador livre rural "para podar cafeeiros e lavrar com carpideira e arado", percebe por dia na cidade de Campinas em 1888, 2\$000. Diario de Campinas, "Annuncios", 02/10/1888, p. 3.
81. Os dados foram coletados dos próprios jornais, nas datas destacadas.
82. Gazeta de Campinas. "Annuncios. Novos livros", 25/09/1873, p. 3.
83. Gazeta de Campinas. "Annuncios. Livros de educação", 25/09/1873, p. 4.

84. Diário de Campinas. "Anuncios. Livros! Livros!", 11/10/1879, p. 3.
85. Santos, Francisco Quirino dos. "Campinas. (Notícia Historica)", in "Almanak de Campinas para o anno de 1871", op. cit., p. 72.
86. Gazeta de Campinas. "Carta de J. M. Lisboa á Gazeta de Campinas, 18/06/1871, p. 1.
87. Semeghini, Ulysses, op. cit., p. 96.
88. Gazeta de Campinas. "Noticia. Almanach do Correio", 24/07/1887, p. 2.
89. Pesquisas realizadas no Diário de Campinas, desde sua fundação em 1875 até o ano de 1889, revelam uma variação crescente da tiragem, desde 1.200 até 2.500 exemplares.
90. Peixoto, Afrânio. "Uma mulher como as outras". 3ª ed., São Paulo: Nacional, 1940, p. 315, apud Lajolo, M. & Zilberman, Regina. "A formação da leitura no Brasil", op. cit., p. 103.
91. Diário de Campinas. "Noticia. O Correio e os 'Almanachs Campinenses'", 03/03/1881, p. 1.
92. Gazeta de Campinas. "Noticias. Almanack de Campinas. Credibilidade", 07/04/1872, p. 2.
93. É possível consultar-se a respeito destes fatores culturais a obra "A cidade. Os cantos e os antros", de J. R. do Amaral Lapa, op. cit., pp. 141-181.
94. Gazeta de Campinas. "Noticias. Alunos da escola noturna", 17/11/1870, p. 2.
95. Gazeta de Campinas, "Gazeta de Campinas", 23/12/1876, p. 1.
96. Gazeta de Campinas. "Pequenas Noticias. Escola Nocturna Independencia", 05/11/1887, p. 2.
97. Dentre estas notícias, podemos citar: Diário de Campinas, "Factos Diversos", 10/12/1875, p. 1.

98. Chartier, Roger. "Do livro à leitura", in Chartier, R. (org.) "Práticas da Leitura", op. cit. p. 78.
99. Diário de Campinas. "Folhetim. Rosa Mineira", 22/05/1877, p. 1. A autora publica também, no mesmo periódico, os seguintes romances de folhetim: "Margarida (1878), e "Alguns chefes de família"(1883).
100. Gazeta de Campinas. "Gazeta de Campinas. Um protesto", 05/11/1882, p. 1.
101. Diário de Campinas. "Factos Diversos", 29/11/1876, p. 1.
102. Existem referências deste fato articuladas ao "Colégio Culto à Sciencia"(1873) e à "Escola da Sociedade Germania" (1873). Respectivamente, "Auto do Lançamento da Primeira Pedra do Collegio da Sociedade Culto á Sciencia", pelos seus fundadores. 13/04/1873, apud Paula, Carlos F. de - "Culto à Ciência. Monografia Histórica". Campinas, S.P.: [s.n.], p. 11. Gazeta de Campinas. "Eschola", 04/09/1873, p. 2.
103. Nelson Schapechnik em "Contextos de leitura no Rio de Janeiro do século XIX: salões, gabinetes literários e bibliotecas"(in Bresciani, M. S. M., org. "Imagens da cidade. Séculos XIX e XX". São Paulo, S.P., ANPUH/MARCO ZERO/FAPESP, pp. 147-161, ao focalizar as práticas de leitura também numa acepção plural, chama a atenção para a permanência dos velhos hábitos do serão doméstico, ao lado dos novos contextos de leitura, na cidade oitocentista do Rio de Janeiro.

CAPÍTULO 6 SUGESTÕES SOBRE A CONTINUIDADE DA VIAGEM QUE ESTÁ SENDO NARRADA, OU O RETORNO À “SEDUÇÃO”

1. “A experiência que passa de pessoa a pessoa é a fonte a que recorreram todos os narradores(...) Entre estes, existem dois grupos, que se interpenetram de múltiplas maneiras. A figura do narrador só se torna plenamente tangível se temos presentes esses dois grupos! Quem viaja tem muito a contar, diz o povo, e com isso imagina o narrador como alguém que vem de longe. Mas também escutamos com prazer o homem que ganhou honestamente sua vida sem sair do seu país, e conhece suas histórias e tradições(...) O narrador é um homem que sabe dar conselhos. Mas, se “dar conselhos” parece hoje algo de antiquado, é porque as experiências estão deixando de ser comunicáveis. Aconselhar é menos responder a uma pergunta, que fazer uma sugestão sobre a continuidade de uma história que está sendo narrada!”

(Walter Benjamin “O narrador. Considerações sobre a obra de Nikolai Leskov”)

Viajante de outras épocas, enquanto historiadora, o “locus” do qual parto é a cidade de Campinas, neste final do século XX — cidade que a cada dia se metropoliza, “moderniza-se”, ou seja, a cada dia transforma-se em “catástrofe”¹, em grande questão ecológica, promovendo não a socialização, mas a dessocialização, a desmensurada concentração populacional, o desemprego crônico, a exclusão, a incapacidade de garantir a paz e a justiça social.

E como “Babel, que se quer emancipar do solo, da terra e da água”², para se igualizar a tantas outras, desdenha o passado e aponta para o futuro como um modo privilegiado e exclusivo de temporalidade, ou seja, um

futuro concebido de forma linear, cientificamente planejado, agendado, maquínico, desencantado.

Tal como a caixa de Pandora — retirando-se dela a unidimensionalidade maléfica — os almanaques campineiros oitocentistas, permitem aproximar-me de universo(s) cultural(ais) muito distante(s) e, ao mesmo tempo, muito próximo(s). Possibilitam-me, a partir de uma experiência pessoal, tecer redes simbólicas perdidas, retomar relações — que considero imperdíveis — entre o importante momento do avanço da modernidade em Campinas, ao final do século XIX, e os nossos dias.

Reconheço, ao mesmo tempo, a força paradigmática destas publicações, enquanto leitura recorrente, largamente difundida na Campinas imperial e reatualizada através da reprodução de suas imagens em produções do nosso século as mais diversas, desde almanaques, revistas, jornais, até obras historiográficas, didáticas e artísticas, elaboradas e veiculadas nesta cidade. Ou seja, os almanaques deste final de século XIX têm significativo papel na consolidação das percepções e práticas culturais relativas à historicidade campineira, dentre as quais destaco: 1) a concepção de verdade absoluta; 2) a hierarquização dos saberes; 3) o privilegiamento da razão científica; 4) a visão de tempo linear, progressista, unidimensional; 5) o sentimento de identidade onde o “outro”, o diferente, é excluído; 6) a valorização dos grandes políticos, dos intelectuais; 7) o conhecimento convertido em consumo; 8) o economicismo; 9) a fragmentação do social e a desqualificação do aspecto cultural; 10) o apagamento dos conflitos sociais; 11) o distanciamento e/ou apagamento do sujeito em relação à produção do conhecimento; 12) a leitura impressionista, aligeirada.

Neste sentido, inconformada com as práticas acadêmicas contemporâneas de investigação — que tendem, em grande parte, a desarticular o intelecto da ação, a teoria da prática, a pesquisa do ensino, o Logos do Eros — como professora atuando na formação de docentes de

história, busco brechas para estimular relações outras com a historicidade local.

Para tanto, recorro à inspiração do filósofo Walter Benjamin, no que se refere aos conceitos de “memória” e de “experiência/vivência”.

Já na década de 30, Benjamin, refletindo sobre a figura do narrador e o significado da narrativa, constata o perigo do gradual desaparecimento do espaço da “experiência” (*Erfahrung*)³ no mundo moderno. O ato de narrar, segundo ele, envolve o narrador e o ouvinte numa cadeia temporal singular. Pela oralidade, o narrador retoma no presente elementos da tradição passada e os preserva do esquecimento. A narrativa não pressupõe um fim, antes estimula a continuidade da história que está sendo narrada, a partir da comunicabilidade das “experiências”, às quais se refere de maneira imaginária ou factual. A narrativa expressa uma forma artesanal de comunicação, na qual homens e mulheres trabalham, contando e ouvindo histórias. O narrador oferece aos ouvintes, enquanto personagem sábio e conhecedor deste e de outros universos — e, ao mesmo tempo, com eles intercambia — “experiências” enraizadas na memória coletiva do grupo⁴.

Benjamin demonstra o enfraquecimento da “experiência” no mundo capitalista moderno e, ao mesmo tempo, o predomínio do que chama “vivência”: o “herói moderno”, para tal filósofo é um ser despojado de sua “experiência”, da imagem de si mesmo e da imagem do outro; todas as suas energias estão concentradas no seu cotidiano urbano. Daí a sua vida de autômato, semelhante à dos seres imaginários de Bergson, que liquidaram por completo a sua memória. Já não é mais, portanto, ser humano: é público, é multidão, apenas... A diluição da “experiência” no mundo moderno ocorre quando se esgarça a rede da vida coletiva, do respeito aos mais velhos, da cadeia temporal. O desenvolvimento das forças produtivas, o processo acelerado das invenções tecnológicas transformam as relações e as sensibilidades sociais; o trabalhador passa a isolar-se dos outros e do processo mais global da produção; o ritmo dos homens torna-se o ritmo da técnica. O

passado deixa de ser referência de continuidade — os indivíduos, como a “nova horda dos novos bárbaros”, atropelam-se na vertigem de um tempo fugaz (preso no instante) e se dispersam na busca solitária e atordoante do “novo” como o sempre-igual.

Em textos de 1939 (“Sobre alguns temas de Baudelaire”⁵), por sua vez, Benjamin constrói uma tríplice interlocução sobre os sentidos da “memória”. A discussão a respeito do tema adquire solidez no diálogo com Henri Bergson e com a filosofia do imponderável e do arbitrário, entremeando fronteiras com os campos da psicologia, em busca da construção de uma nova metafísica. Ora o diálogo privilegiado é com a psicanálise, nas suas diferentes roupagens, de Freud e Jung. Ora os contornos da memória adquirem tonalidades poéticas e literárias, quando os interlocutores são Charles Baudelaire, Edgar Allan Poe e Marcel Proust⁶.

Assim, para Walter Benjamin, a “memória” constitui uma viagem no tempo até as “impressões matinais” da pessoa humana, com direito a ida e volta. Apoiando-se em Aristóteles, reconhece que o registro mnemônico, por si, não tem valor: também alguns animais têm esta capacidade, (os computadores também). O desafio para o “animal histórico” está na “rememoração” (“anamnesis”), sempre a partir da dimensão presente. Rememoração esta que passa pelo filtro do juízo crítico do intelectual; mas, ao mesmo tempo, tal juízo crítico passa pelo crivo do olhar “poético” da criança:

“Para o autor que recorda, o principal não é o que ele viveu, mas o tecer de sua recordação, o trabalho de Penélope da rememoração”⁷.

“Regressemos, se possível, de um esforço retrospectivo da imaginação, até as nossas impressões mais antigas, nossas impressões matinais. A criança vê tudo como se fosse novo em folha ... Não há nada mais parecido com o que se chama

*inspiração, que a alegria com a qual a criança absorve a forma e a cor*⁸.

Portanto, para Benjamin, a “memória” é afetiva, ela articula sempre, por um ato de vontade, elementos voluntários e involuntários.

Em seus discursos, o filósofo nos propicia a chave para, em sala de aula, convertermos “vivências” em “experiências”, ou melhor, em “experiências vividas”, sobretudo se nos voltarmos para as memórias locais⁹ — é importante enfatizar que tais memórias têm sido varridas do cotidiano escolar via padrões assertivos homogeneizadores, que têm sido capazes de forçar um esquecer conjunto e sincronizado, sobretudo das memórias mais incômodas, menos consensuais.

O termo local, regional, está sendo tomado aqui numa acepção não somente administrativa, mas perceptiva (articulado à geografia da percepção)¹⁰.

No Brasil, chamo a atenção para a tendência — presente em grande parte das reflexões e práticas (historiográfico-educacionais) voltadas para este tema, o local, o regional — marcadamente celebrativa, homogeneizadora, comprometida com a reprodução da dominação, do status quo. Compreendo, a partir desta constatação, inclusive, o preconceito existente em relação ao “local” como objeto de análise, o que faz com que inúmeras elaborações historiográficas brasileiras (em nível de Pós-graduação) não se apresentem como tais. Por outro lado, considero extremamente preocupante o fato de que estes trabalhos, muitas vezes, incorram em generalizações que impedem a percepção das memórias plurais, circunscritas a uma rede específica de conflitos e confrontos¹¹.

A rememoração benjaminiana, em sala de aula, permite, pois, aos alunos posicionarem-se não enquanto “público”, enquanto “multidão”, mas como “pessoas humanas”, inseridas, com todas as suas diferenças, na trama

social, sendo capazes de rearticular dimensões espaço-temporais frente aos desafios presentes.

Ao mesmo tempo, o conceito de “memória” em Walter Benjamin possibilita o redimensionamento, no ensino de História, de conceitos espaço-temporais que têm sido abalados, sutil e vigorosamente, tanto pela informática como pelas práticas que colocam em ação valores e idéias típicas de uma “sociedade global”¹².

Aliás, parafraseando Jean Chesneaux, pode-se dizer que *“sentir-se mal no espaço e no tempo não é privilégio dos astronautas”*¹³. Quanto ao conceito de espaço, mais particularmente, a simetria das metrópoles modernas, voltadas para a circulação, para o movimento, desnuda uma dada concepção de espacialidade que pode ser caracterizada como lugar “fora do solo” — área banalizada sob o efeito de uma monotonia repetitiva, onde quase não se podem captar as propriedades topológicas, as singularidades culturais.

Quanto à visão de tempo, estamos circunscritos ao império do instante, do imediato, da urgência, do culto do descartável. A flexibilidade dos ritmos e dos olhares temporais (a partir de experiências plurais), bem como a dimensão da duração são, cada vez mais, desqualificadas, degradadas, desprezadas nesta gaiola atemporal atual. O relógio digital é emblemático desta noção de tempo, inscrita no instante, pontual, ao contrário do relógio com mostrador tradicional, indicativo da idéia de duração: cada momento nele se define pela relação com o anterior e o posterior, com o passado e com o futuro. E os próprios arquivos documentais dos computadores, se, por um lado, propiciam ganho de tempo e facilidade de acesso — em termos espaciais — ratificam, por outro lado, a desorganização e a desarticulação da referida dimensão de duração, parcelam estoques aleatórios de dados, “chamados” pelo ato de apertar um botão^{14,15}. Neste sentido, poder-se-ia considerá-los como sucedâneos dos almanaques oitocentistas, corroborando para o esfacelamento do social.

Assim, a tendência onipresente do “fora do solo”, a destruição do local em proveito do global, a prioridade dos fluxos e dos movimentos, a mistura do próximo e do longínquo, a erosão do sentido de duração afetam nossas sensibilidades pessoais, degradam nossas percepções coletivas, particularmente no que se refere às nossas “experiências” locais.

Somos cada vez mais conduzidos ao esquecimento de nossa história pessoal com duração e localização (ou localizações) dadas. Esquecemos que cada um de nós tem um passado singular (temporal e espacialmente localizado), portanto, um futuro singular. Perdemos a noção de pertencer a uma dada coletividade, enraizada no tempo e no espaço, e prolongada no futuro.

Sabemos, ao mesmo tempo, que os indivíduos sem pertença tendem a retornar à “regressão oral”, segundo a expressão do psicossociólogo francês Gerard Mendel¹⁶, “consumindo” vorazmente (leia-se, sem saborear, sem mesmo captar os nexos) desde os sedativos, os jogos da tevê, as marcas mundialmente famosas, até os esteriótipos psicoastrológicos. Tendem a isolar-se em espaços privatizados e a introjetar narcisismos e/ou sentimentos de inferioridade, os quais acabam por destruir o senso questionador, a vontade de ação¹⁷.

Reconhecendo a dificuldade de superação do esfacelamento do social que nos domina — e tendo clara a impossibilidade de se voltar atrás, em direção a uma harmonia ancestral, ou de se reconstruir um outro mundo — proponho que se coloque em ação, no ensino fundamental e médio, como nos indica Benjamin, a domesticação dolorosa do nada. Ou, em outras palavras, retomar o “fio entretecido na matéria da vida”, reencontrar uma maneira coletiva de tecê-lo, exige o afastamento de atividades terapêuticas, ou de técnicas apressadas de cunho “salvacionista”, por meio de uma espécie de curto-circuito utópico. Segundo o próprio filósofo, as grandiosas aporias da literatura contemporânea, aquelas que agem em Proust ou em Kafka, nos advertem da necessidade de uma longa permanência perseverante “no avesso

do nada”, como nos dirá a propósito de Kafka¹⁸. Seguindo as trilhas benjaminianas sugiro, pois, a pesquisa compartilhada, persistente — questionadora das imagens e das ações envolvidas no “no man’s land” narrativo — das tradições históricas locais; pesquisa esta assentada em práticas de produção de saberes, concebidos no plural e intercambiáveis na tessitura das “narrativas”.

Mais especificamente, proponho como atividades coletivas a “rememoração”, o estudo do meio, a leitura sistemática de outros textos documentais locais, as quais devem ser colocadas em ação de maneira intimamente imbricada.

Crianças, jovens, adultos, “pessoas de idade” da localidade serão estimuladas — através, por exemplo, do contato com arcabouços históricos, fotografias ou outros documentos — à “rememoração”, enquanto viagem surpreendente. Viagem capaz de propiciar-lhes um jogo entre lembranças e esquecimentos, através do qual contarão suas histórias, desfazendo-se de representações definitivas e ousando afirmar-se na incerteza. Estamos, pois, seguindo as trilhas benjaminianas, perante uma dimensão social mais ampliada de sujeito — aberta não só ao consciente, mas ao inconsciente — bem como uma concepção de verdade, não como “adequação”, nem muito menos como “posse”, mas como “contemplação”, ou como renúncia à certeza do consciente¹⁹.

Quanto ao estudo do meio, i. é, à análise dos lugares da memória local, este será focalizado como etapa imprescindível para a continuidade das histórias narradas, justamente porque propicia a aproximação em relação a marcos e sinais inscritos na duração. Noções como antes, agora, depois, permanências e mudanças, ponto de referência, proximidade, distância, interior e exterior, vizinhança, limites, seqüências, simultaneidade, dentre outras, neste momento serão detidamente enfocadas, sempre a partir de dimensões vividas pelos próprios discentes²⁰.

Os textos documentais locais, quer sejam pessoais ou não, cuja leitura deve estar também articulada às etapas de aprendizagem anteriores — de caráter não só oficial, mas literário, jornalístico, iconográfico, cinematográfico, musical — constituem, igualmente, objetos privilegiados de reflexão e de produção de conhecimento. Estimulo, aqui, o trabalho com os almanaques locais. Estes “livrinhos populares”, portadores de tradições não só locais, mas nacionais, européias, ocidentais, poderão revelar-se extremamente vivos, plenos de significados, saborosos — também aos olhos dos discentes — se captados como expressões de historicidade e, ao mesmo tempo, como instituintes do social. Como “documentos/monumentos”, na expressão de Michel Foucault. Além disso, a leitura “a contrapelo” destes anuários (como nos sugere Benjamin), poderá propiciar aos alunos o encontro e o diálogo — a partir do presente vivido — com “outras” vozes, localizadas na própria tessitura linguística destes materiais.

Recomendo ainda que o professor oriente seus discentes na pesquisa dos textos macro-históricos — relativos à história do Brasil, ou à história geral — imbricados às temáticas de história local, ora priorizados. Textos didáticos, paradidáticos e mesmo historiográficos (os quais poderão merecer da parte do professor adaptações ao universo cultural do aluno), deverão ser igualmente focalizados enquanto “documentos”, isto é, como instrumentos de reflexão, de conhecimento histórico.

Neste sentido, tais práticas metodológicas — “a rememoração”, o estudo do meio e a leitura de outros documentos históricos — poderão propiciar aos alunos do ensino fundamental e médio a oportunidade de perceberem-se como parte integrante da história e, ao mesmo tempo, como produtores do conhecimento histórico²¹. Terão elas a potencialidade de incentivá-los a relacionar-se com estas fontes — orais, escritas, arquitetônicas, dentre outras — de forma a ultrapassar seu caráter opaco exterior, distanciado e por isso mesmo sempre igual, sagrado, imutável. São, ainda, capazes de

instigá-los a perceber e a deixar de lado a conduta passiva, consumidora, ou o olhar impressionista, excessivamente rápido, descuidado, em relação a todo o espetáculo do documento.

A postura, pois, que se acredita dissonante, desligada dos padrões assertivos, homogeneizadores, institucionais da escola, no que se refere ao contato com estes “textos” é o diálogo criativo, circunscrito à história dos discentes — concebidos numa acepção mais ampla como já destacamos anteriormente. Tal diálogo é plural, permitindo olhares múltiplos também em relação ao futuro, à continuidade da história que está sendo narrada. Por outro lado, deve ser igualmente pontual, sensível em relação às especificidades das fontes.

A eficiência da metodologia empregada mede-se pela capacidade que se tem de despertar no aluno a vontade de articular reflexões, rever sensibilidades, produzir suas próprias conclusões (de forma escrita e oral), não para ser avaliado, mas pelo prazer de construir e compartilhar conhecimentos.

Além disso, no espaço das aulas de história, convertido em fórum de intercâmbio narrativo entre diferentes sujeitos, um público distante do universo escolar será também contatado. Com ele poder-se-á buscar a construção de memórias múltiplas, relativas a esta mesma localidade, num exercício de afastamento de isolacionismos, dos narcisismos e/ou das hierarquizações dos saberes, muitas vezes imperantes.

Para sintetizar, não pretendo resolver a questão da produção das memórias locais, mas esboçar algumas pistas, possibilidades de vias de aproximação a serem exploradas. Procuro, sim, estimular professores e alunos à elaboração criativa de significados da história local. Elaboração esta que, como disse Gilberto Freyre²², pode ser um “meio de nos sentirmos nos outros”, que se produz “tocando em nervos”. Que é acima de tudo, uma “aventura de sensibilidade, não apenas um esforço de pesquisa”, ou de ensino. Aventura coletiva que inclui em seu bojo a racionalidade — dimensão fundamental também em Walter Benjamin, que a concebe intimamente articulada à esfera

afetiva, emocional, e nunca como sinônimo de razão instrumental, hierarquizadora dos conhecimentos²³ —, mas também o desconcerto da criança, o prazer, a sedução, não como dimensão narcísica, destrutiva, mas exatamente como refinamento das visões e sentimentos em relação ao diferente, ao “Outro”.

NOTAS DO CAPÍTULO 6

1. Virilio, Paul - "Un Paysage d'événements", Edit. Galilée, Paris, 1992.
2. Op. cit., p. 53.
3. O autor utiliza as palavras *Enfahrung* e *Erlebniss*. Ambas têm, em alemão, a mesma significação: experiência. No contexto dos seus textos, *Enfahrung* é usada como a experiência considerada em grosso, por assim dizer, sem a intervenção da consciência; *Erlebniss*, por sua vez, aparece como os acontecimentos para cujo desenvolvimento tenha contribuído a consciência (daí a tradução para a "experiência vivida"). Benjamin, W. - "Sobre alguns temas de Baudelaire". In "A Modernidade e os modernos", op. cit., p. 71.
4. Benjamin, Walter. "O Narrador. Consideração sobre a obra de Nikolai Leskov", in: Walter Benjamin. Obras Escolhidas, I. Magia e Técnica. Arte e Política. op. cit., pp. 197-221.
5. Op. cit., pp. 37-76.
6. Id., IBID.
7. "Gesammelte Schriften", Oeuvres, v. 1, p. 37, apud Bolle, Willi - "Fisiognomia da metrópole moderna", op. cit., p. 322.
8. Baudelaire, Charles - "Le peintre de la vie moderne". In "Oeuvres Complètes". Paris: Eds. Y. G. Le Dantec & C. Pichois, 1961, p. 1159.
9. Ainda, para a discussão da problemática da história local ou regional, leia-se: Samuel, Raphael - "História Local ou Regional", Revista de História, S. Paulo, v. 9, nº 19, pp. 219-243; Silva, Marcos A. da (org.) - "República em Migalhas. História Regional e Local". São Paulo, Marco Zero, 1990; Goubert, Pierre - "História local", Revista História & Perspectivas, Uberlândia, nº 6, jan./jul. 1992, pp. 45-57; Hoskins, W.G. - "Local History in England", London, 1972; Rogers, Alan - "This was their world, approaches do local history", London, 1972; Everitt, Alan - "New avenues in English local history", Leischester, 1970.

10. Dentre os inúmeros trabalhos nesta área, destaco Tuan, Yi-Fu. "Topofilia", São Paulo: Edit. Difel, 1980; Tuan, Yi-Fu. "Espaço e Lugar", São Paulo: Difel, 1985; Willman, G., "Cidade e alma", São Paulo: Estúdio Nobel, 1990.
11. Para a discussão sobre este preconceito relativo à história regional, bem como sobre as contribuições do aprofundamento da postura auto-reflexiva quanto a esta problemática, consultar: Silva, Marcos A. "A História e seus limites", História & Perspectivas, Uberlândia, 6, jan./jun. 1992, pp. 59-65.
12. O Conceito de "sociedade global", segundo Renato Ortiz em sua obra Mundialização e Cultura (S. Paulo, Brasiliense, 1994), foi cunhado por Gurvitch em 1950, sem contudo referir-se ao planeta como um todo. A rigor, os estudos sobre o mundo enquanto sistema iniciam-se, segundo o citado autor, em meados dos anos 70, com Immanuel Wallestein. Demonstra também que a mídia e as grandes empresas são os agentes preferenciais de suas constituição e que o "pattern da civilização mundial envolve padronização e segmentação, global e local, manifestando um processo cultural complexo e abrangente". Chama a atenção para a necessidade de se deixar de lado, no trato da presente questão, as antinomias: local/global, heterogêneo/homogêneo, fragmentação/unidade.
13. "Modernidade-Mundo", Petrópolis, Vozes, 1995, p. 32.
14. Id., ibid., p. 31.
15. Para análise das concepções de tempo e de espaço na sociedade contemporânea, sugiro também as seguintes leituras: Giddens, Anthony - "As Conseqüências da Modernidade", São Paulo, Unesp, 1991; Harvey, David - "Condição Pós-Moderna", São Paulo, Edições Loyola, 1993; Kaplan, E. Ann (org.) - "O Mal-Estar no Pós-Modernismo. Teorias. Práticas". Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1993.
16. Chesneaux, Jean; op. cit. p. 51.
17. Sennett, Richard - O Declínio do Homem Público, op. cit., pp. 317 a 414.
18. Carta de Benjamin a Scholem de 20/07/1934. In Briefe, p. 614, v. II, apud Gagnebin, Jeanne M. - "História e narração em Walter Benjamin", S.P.: Perspectiva/Fapesp/Edit. da Unicamp, 1994, p. 73.

19. Benjamin, Walter - "Origem do drama barroco alemão". Trad., apres. e notas Sérgio P. Rouanet, S.P.: Brasiliense, 1984, p. 58; Matos, Olgária C. F. - "O iluminismo visionário: Benjamin, leitor de Descartes e Kant", S.P., Brasiliense, 1993.
20. A propósito do trabalho em sala de aula, com as noções de tempo e espaço, destaque: Daniel, Jean Yves (coord.), "Le temps" (Sciences humaines et sociales), Interfaces nº 4, Paris, Centre Régional de Documentation Pédagogique, [s/d]; Zamboni, Ernesta - "Desenvolvimento das noções de espaço e tempo na criança", Centro de Estudos Educacionais e Sociedade. A Prática do Ensino de História. Campinas, S. P., Cedes/Cortez, 1983, pp. 63-71; Simielli, M. Elena - "Primeiros mapas. Como entender e construir", S.P., Ática, 1992, 4 vs.
21. Na verdade, tal proposta de ensino vem sendo colocada em prática, através de duas professoras de história da E.E. "Barão Geraldo de Rezende", no distrito de Barão Geraldo, município de Campinas — portanto nos níveis fundamental e médio — com excelentes resultados. Trata-se de projeto de pesquisa, financiado pela Fapesp (desde novembro/96), com duração prevista para mais um ano) e que constitui parte de um projeto mais amplo, intitulado "Pesquisa em Parceria: E.E.P.S.G. Barão Geraldo de Rezende e Universidade Estadual de Campinas" (o qual reúne as áreas de ensino de Artes, de Ciências, de Física, além de História). Enquanto sub-projeto, conta também com a participação da Profª Drª Ernesta Zamboni (docente da F.E. Unicamp), de uma auxiliar de pesquisa (doutoranda do Depto. de História/IFCH - Unicamp), de 20 licenciandos em História (F.E. Unicamp), além das duas professoras já referidas da escola parceira. O re exame do desenvolvimento de todo este trabalho, enquanto coordenadora do sub-projeto, assegura-me que os objetivos fundamentais previstos no cronograma inicial têm sido alcançados: isto é, temos propiciado aos docentes o diálogo entre investigações teórico-metodológicas (área de História e de Educação) e as suas práticas de pesquisa e ensino, fortalecendo o elo de ligação entre a universidade e a escola. Mais particularmente, os professores e licenciandos têm sido orientados a adentrar o universo da pesquisa documental e bibliográfica, referente à história local, capaz de subsidiar iniciativas criativas nesta área de ensino, nos níveis fundamental e médio. Mas, esta já é uma outra história. Sobre esta, é possível consultar-se: Galzerani, M. Carolina B. - "A procura de tempos perdidos: memórias locais na escola, integração universidade x unidade escolar". "Catálogo dos pesquisadores sobre o ensino de História", 1ª versão, coordenadora Ernesta Zamboni, Universidade Estadual de Campinas, F.E., DEME, Campinas, S.P., pp.

22-23; Galzerani, M. Carolina B. - "Pesquisa na escola pública: cenário, atores e ações" (mimeo).

22. Prefácio à 1ª edição de "Casa Grande e Senzala", R. J., Record, 1978.

23. Para o aprofundamento do conceito de "razão" em Walter Benjamin, consulte: Matos, Olgária C. F. - "Os arcanos do inteiramente outro. A Escola de Frankfurt. A Melancolia e a Revolução", S.P., Brasiliense, 1989; Matos, Olgária, C. F. - "O iluminismo visionário: Benjamin, leitor de Descartes e Kant", S.P., Brasiliense, 1993.

IMPRESSÕES FINAIS DE VIAGEM

A “Erfahrung” termina. A “viagem/experiência” (traduzindo o vocábulo alemão) chega ao fim.

A escolha da metáfora da “viagem” ao longo deste trajeto não foi aleatória. Na verdade, inconformada com o esfacelamento do social que nos domina, ou, em outras palavras, com o declínio da esfera pública, aproximando-me de Walter Benjamin, busquei outros recursos narrativos.

Neste sentido, a imagem de “viagem”, a incorporação do “leitor implícito”, a presença de traços de oralidade, a apresentação de sugestões pensando-se em estimular a continuidade da história que está sendo narrada, são alguns dos esforços neste sentido. Devem ser lidos, pois, muito mais do que um estilo literário, como busca para encontrar uma linha de fuga, capaz de instaurar uma outra comunicação interpessoal.

Se de fato consegui este objetivo, não sei, talvez tenha simplesmente produzido, à maneira do “flâneur” mais uma fantasmagoria sobre as possibilidades comunicacionais.

De qualquer forma, o meu objetivo básico neste percurso de viagem foi o de tornar transparentes os mecanismos de uma das máquinas — visualizadas como locomotivas — de produção de sonhos, “de retratos” da sociedade campineira oitocentista: o almanaque. Moveu-me, intensamente, revelar centelhas do embate das forças simbólicas, presentes nas diferentes séries de almanaques localizados. Posso registrar que grande parte dos pesquisadores dos almanaques, não só no Brasil, mas de outras partes do mundo — dentre os quais cientistas sociais, linguistas, antropólogos, pedagogos — deixaram-se enredar pela teia encantadora, fantasmagórica dos almanaques, e acabaram visualizando-os como produções do “outro”.

Ao focalizarmos o almanaque campineiro, da segunda metade do século XIX como intimamente articulado ao avanço da modernidade

capitalista, meu ponto de partida e de chegada é o próprio presente.

Situada no presente, gostaria que estas páginas de leitura voltadas para os almanaques representassem um estímulo para o questionamento sobretudo das visões de mundo, das sensibilidades, que tem sido engendradas pela modernidade capitalista.

Portanto, que esta leitura fosse um convite, para se imaginar “outras” possibilidades, “outras” saídas, de relação inter-pessoal, de produção de conhecimento histórico. Busca de saídas, permeadas ainda pelos “sonhos”, tornados “utopias”, mas já situadas no mundo da percepção, no mundo do despertar.

Ou, para utilizarmos as expressões de Walter Benjamin, fica a sugestão de:

“Atravessar o passado com a intensidade de um sonho, a fim de experimentar o presente como o mundo da vigília ao qual o sonho se refere”.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

ACERVOS CONSULTADOS

- Arquivo Edgard Leuenröth, Unicamp (Campinas, S.P.)*
- Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Campinas (Campinas, S.P.)*
- Arquivo Histórico do Estado de São Paulo (São Paulo, S.P.)*
- Arquivo Particular de José Novaes (Campinas, S.P.)*
- Biblioteca Central (Unicamp, Campinas, S.P.)*
- Biblioteca Central (UFSCar, São Carlos, S.P.)*
- Biblioteca do Centro de Ciências, Letras e Artes (Campinas, S.P.)*
- Biblioteca da Cúria Metropolitana de Campinas (Campinas, S.P.)*
- Biblioteca da Faculdade de Direito da USP (São Paulo, S.P.)*
- Biblioteca da Faculdade de Educação da Unicamp (Campinas, S.P.)*
- Biblioteca da F.L.C.H. da USP (São Paulo, S.P.)*
- Biblioteca do IEL da Unicamp (Campinas, S.P.)*
- Biblioteca do IFCH da Unicamp (Campinas, S.P.)*
- Biblioteca Municipal de Campinas (Campinas, S.P.)*
- Biblioteca Mário de Andrade (São Paulo, S.P.)*
- Biblioteca Nacional (Rio de Janeiro, R. J.)*
- Bibliothèque Nationale de France (Paris, França)*
- Centro de Memória, Unicamp (Campinas, S.P.)*
- Instituto Histórico e Geográfico (São Paulo, S.P.)*
- Public Library (Boston, Mass. U.S.A.)*
- Real Gabinete Português de Leitura (Rio de Janeiro, R. J.)*

I - FONTES

1 - FONTES IMPRESSAS

1.1. Almanaques de Campinas (1871 a 1914)

LISBOA, José Maria. **Almanak de Campinas para 1871**. Campinas, S.P.: Typ. da Gazeta, 1870.

_____. **Almanak de Campinas e do Amparo para 1872 (Bissexta)**. Campinas, S.P.: Typ. da Gazeta, 1871.

_____. **Almanak de Campinas e de São João do Rio Claro para 1873, Ano III**. Campinas, S.P.: Typ. da Gazeta, 1872.

SILVA, Hypolito da. **Almanach Popular para o anno de 1878**. 1º anno. Campinas, S.P.: Typ. da Gazeta, 1877.

FERREIRA, Carlos, SILVA, Hypolito da. **Almanach Popular de Campinas para o anno de 1879**. Segundo Anno. Campinas, S.P.: Typ. da Gazeta, 1878.

BARCELOS, Henrique de. **Almanach do Correio de Campinas para 1886**. Campinas, S.P.: Typ. do Correio, 1885.

PINHEIRO, José Gonçalves. **Almanach de Campinas para 1888**. Campinas, S.P.: Typ. do Correio, 1887.

CARDONA, Francisco, ROCHA, José. **Almanach de Campinas. (Litterario e Estatístico)**, Primeiro Anno. Campinas, S.P.: Typ. Cardona, 1891.

AMARAL, Leopoldo. **A cidade de Campinas em 1900**, Anno I. Campinas, S.P.: Typ. a vapor da Casa do Livro Azul, 1899.

OCTAVIO, Benedicto, MELILLO, Vicente. **Almanach Historico e Estatístico de Campinas - 1912**, Campinas, S.P.: Typ. da Casa Mascote, 1911.

_____. **Almanach Historico e Estatístico de Campinas - 1914**, Campinas, S.P.: Typ. da Casa Mascote, 1913.

1.2. Almanaques Literários da Província de São Paulo (1876 - 1885)

LISBOA, José Maria. **Almanach Literário de São Paulo**. São Paulo: Typ. da Província, ano 1876.

_____. **Almanach Literário de São Paulo**. São Paulo: Typ. da Província, ano 1877.

_____. **Almanach Literário de São Paulo**. São Paulo: Typ. da Província, ano 1878.

_____. **Almanach Literário de São Paulo**. São Paulo: Typ. da Província, ano 1879.

_____. **Almanach Literário de São Paulo**. São Paulo: Typ. da Província, ano 1880.

_____. **Almanach Literário de São Paulo**. São Paulo: Typ. da Província, ano 1881.

_____. **Almanach Literário de São Paulo**. São Paulo: Typ. da Provincia, ano 1884.

_____. **Almanach Literário de São Paulo**. São Paulo: Typ. da Provincia, ano 1885.

1.3. Almanaques da Província de São Paulo

MARQUES e Irmão. **Almanak administrativo, mercantil e industrial da Província de São Paulo para o anno de 1857**. São Paulo: Typ. Imparcial de J. R. de Azevedo Marques, 1856.

_____. **Almanak administrativo, mercantil e industrial da Província de São Paulo para o anno de 1858**. São Paulo: Typ. Imparcial de J. R. de Azevedo Marques, 1857.

MARQUES, Abílio. **Indicador de São Paulo. Administrativo, judicial, industrial, profissional e commercial para o anno de 1878**. São Paulo: Typ. Imparcial de J. R. de Azevedo Marques, 1877.

FONSECA, Paulo Delfino, LUNÉ, Antonio José Batista. **Almanak da Província de São Paulo para 1873**. Ed. Fac similar, São Paulo: Imprensa Oficial do Estado; Arquivo do Estado, 1985.

SECKLER, Jorge. **Novo Almanach de São Paulo para o anno de 1883**: guia administrativo, commercial e industrial para as cidades de São Paulo, Santos, Campinas e Rio Claro, acompanhado e uma planta da cidade de S. Paulo: Edit. Propriet. Jorge Seckler & Cia., 1882.

_____. **Almanach administrativo, commercial e industrial da Província**

de São Paulo para o ano de 1886. Quarto Anno. São Paulo: Edit. Propriet. Jorge Seckler & Cia., 1886.

_____. **Almanach da Provincia de São Paulo. Administrativo e Commercial para o anno de 1887.** São Paulo: Edit. Propriet. Jorge Seckler & Cia., 1887.

_____. **Almanach da Provincia de São Paulo. Administrativo e Commercial para o anno de 1888.** São Paulo: Edit. Propriet. Jorge Seckler & Cia., 1888.

_____. **Almanach da Provincia de São Paulo. Administrativo e Commercial para o anno de 1890.** São Paulo: Edit. Propriet. Jorge Seckler & Cia., 1890.

SILVA, Antonio Elias. **Almanach Commercial.** 1878. São Paulo: Typ. Commercial, 1877.

ASSIS MOURA, Francisco Ignacio Xavier de. **Almanach administrativo, commercial e industrial da Provincia de São Paulo para o anno de 1883.** São Paulo: [s.n.] 1882.

THORMAN, Canuto. **Almanach do Estado de São Paulo, 1890.** São Paulo: Ed. Companhia Industrial de São Paulo, 1889.

_____. **Almanach do Estado de São Paulo, 1891.** São Paulo: Ed. Companhia Industrial de São Paulo, 1890.

_____. **Almanach do Estado de São Paulo 1895.** São Paulo: Ed. Companhia Industrial de São Paulo, 1894.

_____. **Almanach do Estado de São Paulo 1896.** São Paulo: Ed. Companhia Industrial de São Paulo, 1895.

1.4. *Almanaques do Rio de Janeiro (côrte e província)*

Almanach administrativo, mercantil e commercial da corte e provincia do Rio de Janeiro e do municipio de Santos para o anno de 1883. Rio de Janeiro: Typ. Laemmert & C., 1882.

1.5. *Almanaques brasileiros*

REIS, Antonio Manoel dos. **Almanach brasileiro illustrado para o anno de 1877.** Rio de Janeiro: [s.n.], 1876.

_____. **Almanach brasileiro illustrado para o anno de 1878.** Rio de Janeiro: [s.n.], 1877.

Almanach administrativo, mercantil e industrial do Imperio do Brazil para o anno de 1884. Rio de Janeiro: Typ. Laemmert & C., 1883.

Almanach administrativo, mercantil e industrial do Imperio do Brazil para o anno de 1903. Rio de Janeiro: Typ. Laemmert, & C., 1902.

Almanach administrativo, mercantil e industrial do Imperio do Brazil para o anno de 1904. Rio de Janeiro: Typ. Laemmert, & C., 1903.

Almanach administrativo, mercantil e industrial do Imperio do Brazil para o anno de 1913. Rio de Janeiro: Typ. Laemmert, & C., 1912.

Almanach Republicano Brasileiro para o anno de 1889 em homenagem ao centenário da Revolução Franceza. Ano 1, Rio de Janeiro: Mont'Alverne, 1889.

Almanach Popular Brasileiro para o anno de 1895. Pelotas/Porto Alegre, Ed. Echenique & Irmão, Livr. Universal, 1894.

Almanach para a cidade da Bahia. Salvador, Bahia: Typ. Manoel Antonio da Silva Serva, ano 1812

Almanach da Flora Brasileira, para 1883 e 1889. Distribuido gratuitamente pelo farmacêutico do R. J.: Eugenio Marques de Hollanda.

RIBEIRO, João. **Almanaque Brasileiro Garnier. 1906,** Rio de Janeiro: Garnier, 1905.

_____. **Almanaque brasileiro Garnier. 1907.** Rio de Janeiro: Garnier, 1906.

_____. **Almanaque brasileiro Garnier. 1911.** Rio de Janeiro: Garnier, 1910.

_____. **Almanaque brasileiro Garnier. 1912.** Rio de Janeiro: Garnier, 1911.

_____. **Almanaque brasileiro Garnier. 1914.** Rio de Janeiro: Garnier, 1913.

1.6. *Almanaques europeus*

Almanak de Lembranças Luso-Brazileiro para o anno de 1869. Lisboa, [s.n.], 1868.

VIDEIRA, Carrilho. **Almanach Republicano para o anno de 1879.** Lisboa,

[s.n.], 1878.

LEMOS, João de. Novo almanach de lembranças luso-brazileiro para o anno de 1874. Lisboa: Livraria de Antonio Maria Pereira, 1873.

_____. **Novo almanach de lembranças luso-brazileiro para o anno de 1875.** Lisboa: Livraria de Antonio Maria Pereira, 1874.

_____. **Novo almanach de lembranças luso-brazileiro para o anno de 1877.** Lisboa: Livraria de Antonio Maria Pereira, 1876.

_____. **Novo almanach de lembranças luso-brazileiro para o anno de 1878.** Lisboa: Livraria de Antonio Maria Pereira, 1877.

_____. **Novo almanach de lembranças luso-brazileiro para o anno de 1879.** Lisboa: Livraria de Antonio Maria Pereira, 1878.

_____. **Novo almanach de lembranças luso-brazileiro para o anno de 1880.** Lisboa: Livraria de Antonio Maria Pereira, 1879.

_____. **Novo almanach de lembranças luso-brazileiro para o anno de 1892.** Lisboa: Livraria de Antonio Maria Pereira, 1891.

_____. **Novo almanach de lembranças luso-brazileiro para o anno de 1898.** Lisboa: Livraria de Antonio Maria Pereira, 1897.

_____. **Novo almanach de lembranças luso-brazileiro para o anno de 1900.** Lisboa: Livraria de Antonio Maria Pereira, 1889.

Almanak de Gens de Bien - 1795. Paris: Chez Pichard Libraire, 1794.

Almanach des Guerriers Français, 1819. Paris: Chez Eymery, 1818.

Almanach Hachette. Petite Encyclopedie Populaire de la vie pratique.
1894. Paris: Hachette & C.

Almanach Hachette. Petite Encyclopedie Populaire de la vie pratique.
1898. Paris: Hachette & C., 1897.

Almanach Hachette. Petite Encyclopedie Populaire de la vie pratique.
1908. Paris: Hachette & C., 1907.

Almanach Hachette. Petite Encyclopedie Populaire de la vie pratique.
1909. Paris: Hachette & C., 1908.

Almanach Hachette. Petite Encyclopedie Populaire de la vie pratique.
1910. Paris: Hachette & C., 1909.

Almanach Hachette. Petite Encyclopedie Populaire de la vie pratique.
1912. Paris: Hachette & C., 1911.

1.7. *Almanaques norte-americanos*

ADRAIN, Robert. **The Gentleman's Diary and Almanac for 1811.** N. Y.:
Elliot & Crissy, 1810.

ALLEN, Anson. **Allen's New England Almanac for 1806.** Hartford (Conn.):
Lincoln & Gleason, 1805.

_____. **The Newtonian Reflector or New England Almanac for 1824.**
Hartford: Roberts & Burr, 1823.

_____. **The Newtonian Reflector or New England Almanc for 1832.**

Hartford: H. Burr, 1831:

_____. **The New England Almanac for 1833.** Hartford: Andrus & Judd:
Geo. P. Olmsted, Printer, 1832.

_____. **The New England Almanac for 1834.** Hartford: Andrus & Judd,
1833.

_____. **The New England Almanac for 1835.** Hartford: Andrus & Judd,
1834.

_____. **The New England Almanac for 1836.** Hartford: Andrus & Judd,
1835.

HOWARD, Caroline. **The lady's annual register and housewife's
memorandum book for 1839.** Boston: Freeman and Bolles Printers, 1838.

ABBOT, Lyman. **The Western Farmers' Almanac for 1839. Calculated for
the Meridian of Auburn.** Auburn, N.Y.: Oliphant & Skinner, 1838.

Addison County Illustrated Almanac for 1878. New Haven, Vt.: C.B.F.
Palmer, 1877.

GREENAWAY, Kate. **Almanach de Kate Greenaway, 1889.** Paris: Libraire
Hachette et Cie., 1888.

_____. **Almanack for 1890** (engraved and printed by E. Evans). London:
George Routledge, 1889.

1.8. Dicionários

AMARAL, Antonio Barreto do. **Dicionário de História de São Paulo**, Coleção Paulística. V. XIX, S.P.: Governo do Estado de S.P., 1980.

BERTHEHOT, André. **La Grande Encyclopedie**. Paris: Societé Anonyme de la Grande Encyclopedie, [s.d.].

BLAKE, Augusto Victorina Alves. **Diccionario Bibliographico Brasileiro**. Rio de Janeiro: Typ. Nacional, 1883, Ed. Conselho Fed. de Cultura, 1970.

Dictionnaire de la Langue Française. Paris: Hachett, [s.d.].

Dictionnaire Encyclopedique pour tous. Petit Larousse illustré. Paris: Libraire Larousse, 1975.

Enciclopédia Brasileira dos Municípios. Rio de Janeiro: IBGE, 1958.

FONSECA, José da. **Novo Diccionario Francez-Portuguez**. Paris: Edit. Aillaud.

Grande Enciclopedia Portuguesa e Brasileira. Lisboa: Editorial Enciclopédia Ltda., [s.d.].

HOLANDA, Aurélio Buarque de. **Novo Dicionário da Lingua Portuguesa**, 1ª ed., 14ª impressão, Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1986.

Larousse du XX^{eme} Siècle. Paris: Larousse, 1928.

Lello Universal. Porto: Livraria Chardon, [s.d.].

MELLO, Luis Correia de. **Dicionário de autores paulistas**. São Paulo: Ed. Gráfica Irmãos Andrioli S/A, 1954.

MENEZES, Raimundo de. **Dicionário Literário Brasileiro** (ilustrado). São Paulo: Edição Saraiva, 1969.

ROBERT, Paul. **Dictionnaire alphabetique et analogique de la langue française**. Paris/Casablanca: Societé du Nouveau Littre, 1958.

SERRÃO, Joel. **Dicionário da História de Portugal**. Porto, [s.n.], 1971.

SILVA, Antonio de Moraes. **Diccionario da Lingua Portuguesa**. tomos I e II, 7ª edição melhorada e muito accrescentada. Lisboa: Typographia de Joaquim Germano de Sousa Neves - Editor, 1878.

TOZI, Renzo. **Dicionário de Sentenças Latinas e Gregas**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

1.9. Periódicos

Campinas

Gazeta de Campinas - de 1869 (outubro) a 1889 (maio)

Diario de Campinas - de 1875 (setembro) até 1889 (novembro)

Correio de Campinas - de 1885 (março) a 1889 (novembro)

Opinião Liberal - de 1881 (junho) a 1883 (janeiro)

O Constitucional - de 1874 (março) a 1876 (março)

Letras e Artes - ano de 1887 (de setembro a dezembro)

Correio Popular (Campinas, S.P.), de 1970 aos nossos dias

São Paulo

A Província - de 1876

O Estado de São Paulo - de 1900

1.10. Romances, poesias, contos

ALMEIDA, Julia Lopes de. **A Família Medeiros**. Rio de Janeiro: Empresa Nacional de Publicidade Editora, Rio de Janeiro, 1949.

_____. **Correio da Roça**. Rio de Janeiro, Paris: Francisco Alves A.C., Aillaud, Alves & C., 1913.

_____. **A Árvore**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1916.

_____. **História de nossa terra**. 18ª ed., Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1925.

_____. **Jornadas no meu país**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1920.

_____, VIEIRA, Adelina Lopes. **Contos infantis em verso e prosa**. Rio de Janeiro: Edit. Francisco Alves, 1927.

BALZAC, H. **A Comédia Humana**. Lisboa: Portugalia Edit., 1969.

BAUDELAIRE. **O meu coração a nu precedido de Fogachos**. Lisboa: Guimarães Edit., 1988.

BRANCO, Camillo Castello. **Um livro**. Lisboa: Parceria Antonio Maria Pereira, [s.d.].

DUTRA, José Hypolito da Silva. **Latifúndios** (poemas). São Paulo: Typ. José Lousada & C., 1887.

FERREIRA, Carlos. **A primeira culpa: um estudo da vida social**. Campinas, S.P.: Typographia Livro Azul, 1890.

_____. **Alcyones**, (poemas). Rio de Janeiro: J.F.T., Soares, 1872.

_____. **Historias cambiantes**. São Paulo: Typ. do Correio Paulistano, 1874.

_____. **O marido da doida** (drama em 4 actos). Campinas, S.P.: Typ. Gazeta de Campinas, 1878.

_____. **Plumas ao vento** (poesias). Campinas, S.P.: Casa Genoud, 1908.

_____. **Redivivas** (poesias). Campinas, S.P.: Typ. da Gazeta de Campinas, 1881.

_____. **Rosas loucas**. São Paulo: Casa Ganoux, 1883.

HUGO, Victor. **Morceaux choisis**. Paris: Libraire de la Grove, 1947.

_____. **Os miseráveis**. São Paulo: Edigraf Ltda., [s.d.], t. 1 e 2.

PRÉVOST, Abade. **Manon Lescaut**. São Paulo: Edit. Tecnoprint S/a, [s.d.].

SANTOS, Francisco Quirino dos. **Estrellas errantes** (poesias). 3ª ed. Campinas, S.P.: Typ. a vapor Livro Azul, 1909.

_____. **A virgem Guaraciaba: estudo critico litterario de um romance de Pinheiro Chagas.** [s.n.t.].

_____. **A nova Laura** (romance). [s.n.t.].

_____. **A Judia.** [s.n.t.].

STENDHAL. **O vermelho e o negro.** Rio de Janeiro: Edit. Globo, 1987.

TAUNAY, Visconde de. **A mocidade de Trajano.** São Paulo: Biblioteca Academia Paulista de Letras, 1984.

SALLES, Campos. Um panfleto na propaganda republicana (apresentação e notas Célio Dibes), **Anais do Museu Paulista**, São Paulo, USP, 1976. t. XXVII.

_____. **Da propaganda à presidência.** Brasília: Edit. Universidade de Brasília, 1983.

1.11. Relatos de viagens, memórias

AGASSIZ, Luiz, AGASSIZ, Elizabeth Cary. **Viagem ao Brasil, 1865 - 1866.** Trad. João Etienne Filho, São Paulo: Edit. da Universidade de São Paulo; Belo Horizonte: Itatiaia, (Reconquista do Brasil, v. 12), 1975.

AMARAL, Leopoldo. **Campinas: Recordações.** São Paulo: Secção de Obras d'O Estado de São Paulo, 1927.

- COUTY, Louis. **O Brasil em 1884. Esboços Sociológicos.** Brasília: Senado Federal, 1984.
- D'ALINCOURT, Luiz. **Memória sobre a viagem do Porto de Santos à cidade de Cuiabá.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo. Belo Horizonte: Itatiaia, (Coleção Reconquista do Brasil, v. 25), 1975.
- DUARTE, Rafael. **Campinas de outr'ora.** (Coisas do meu tempo por Agrício). São Paulo: Typ. Andrade & Mello, 1905.
- EWBANK, Thomas. **Vida no Brasil.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Belo Horizonte: Itatiaia, (Coleção Reconquista do Brasil, v. 28), 1976.
- KIDDER, Daniel P. **Reminiscência de viagens e permanência no Brasil** (Rio de Janeiro e Províncias de São Paulo). Trad. Moacir M. Vasconcelos. São Paulo: Martins/Editora da USP, 1972 (Biblioteca Brasileira).
- KOSERITZ, Carl Von. **Imagens do Brasil.** São Paulo: Martins - Editora da USP, 1972.
- MARTINS, Amélia de Rezende. **Um idealista realizador: Barão Geraldo de Rezende.** Rio de Janeiro: Oficinas Gráficas do Almanach Laemmert, 1939.
- MAWE, John. **Viagens ao interior do Brasil.** Trad. Selena Benevides Viana. São Paulo: Belo Horizonte: Itatiaia, (Reconquista do Brasil, v. 33), 1978.
- QUEIROZ, Vitalina Pompêo de Souza. **Reminiscências de Campinas.** Campinas, S.P.: Typ. da Casa do Livro Azul, 1951.
- RUGENDAS, João Maurício. **Viagem pitoresca através do Brasil.** Trad. Sérgio Milliet. 7ª ed. São Paulo: Martins; Brasília: Instituto Nacional do Livro - Ministério da Educação e Cultura, (Biblioteca Histórica Brasileira)

1976.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagem à província de São Paulo**. Trad. de Rubens Borba de Moraes, v. II da “Biblioteca Histórica Brasileira”, São Paulo: Luiz Martins, 1940.

SPIX, Johann Baptist Von. **Viagem pelo Brasil: 1817 - 1820**. Trad. Lúcia Furquins Lahaneyer, 3ª ed., São Paulo: Melhoramentos; Brasília: Instituto Nacional do Livro, 1976, v. I, II, II.

TSCHUDI, J.J. von. **Viagem às províncias do Rio de Janeiro e São Paulo**. São Paulo: Martins, (Biblioteca Histórica Paulista, v. V) 1976.

ZALUAR, Emílio Augusto. **Peregrinação pela província de São Paulo (1860-1861)**. São Paulo: Editora da USP; Belo Horizonte: Itatiaia, (Coleção Reconquista do Brasil, v. 23), 1975.

1.12. Manuais, panfletos, códigos, apontamentos e outros

MARQUES, Manoel Eufrazio de Azevedo. **Apontamentos. Historicos, Geographicos, Biographicos, Estatisticos e Noticiosos da Provincia de São Paulo. Seguidos da Chronologia dos acontecimentos mais notaveis desde a fundação da Capitania de São Vicente até o anno de 1876**. (Colligidos por Manoel Eufrazio de Azevedo Marques e publicados por deliberação do Instituto Historico e Geographico Brasileiro). Rio de Janeiro: Typ. Universal de Eduardo Henrique Laemmert, 1879, 2 vs.

BRASILIENSE, Americo. **Lições de Historia Patria**. São Paulo: Typ. da Prov., 1877.

_____. **Os programas dos partidos políticos e o II Império.** São Paulo: Typ. Jorge Seckler, 1878.

CAMPINAS. Camara Municipal. **Codigo de Posturas da Camara Municipal da Cidade de Campinas:** Typ. Campineira, 1858.

_____. 1864.

_____. 1880.

Código Criminal do Império do Brasil. In PIERANGELLI, José Henrique. **Códigos penais do Brasil: evolução histórica.** Bauru, S.P.: Jalovi, 1980.

DUTRA, José Hypolito da Silva. **Humorismos da propaganda republicana.** São Paulo: Duprat, 1904.

Manifesto Republicano de 1870. In Alves Filho, Francisco Rodrigues, **Campos Salles: o presidente e sua época.** São Paulo: Cultura do Brasil, 1940.

MONTEVERDE, Emilio Achilles. **Manual Encyclopedico para uso das escolas d'instrucção primaria,** aprovado pelo Conselho Geral d'Instrucção publica, 8ª ed., revista e melhorada. Lisboa: Imprensa Nacional, 1865.

RIBEIRO, José Jacinto. **Chronologia Paulista ou Relação dos fatos mais importantes ocorridos em São Paulo (...).** Coleção Obras Raras, Campinas, S.P.: Unicamp, v. 1.

2 - FONTES MANUSCRITAS

Câmara Municipal de Campinas

Livro de Correspondencias: 1858 a 1872.

Livro de Correspondencias: 1872 a 1881.

Livro de Correspondencias: 1886 a 1892.

Livro de Correspondencias e Editais: 1849 a 1869.

Livro de Correspondencias, Posturas e Editais: 1856 a 1872.

Livro de Correspondencias, Posturas e Editais: 1879 a 1891.

Livro de Correspondencias, Posturas e Regulamentos: 1884 a 1891.

Livro de Correspondencias: 1839 a 1869. Posturas: 1847.

3 - FONTES ICONOGRÁFICAS

Coleções (Centro de Memória - Unicamp)

Benedito Barbosa Pupo

Cartões postais

Cia. Mac-Hardy

Família Teixeira de Mello

Fotografias avulsas

Geraldo Sesso Junior

João Falchi Trinca

Otilia Forster

Plínio Guimarães de Moraes

II - BIBLIOGRAFIA UTILIZADA

1 - SOBRE ALMANAQUES

1.1. Obras publicadas

AGUILAR PIÑAL, Francisco. **La prensa española en el siglo XVIII: diarios, revistas y pronósticos**. Madrid: CSCI, 1978.

BENNET, Jean. **Regard sur le passé - Les almanachs mutualistes**. Paris: Étampes, Société Régionale d'Impr. et de Publicité (Imp. SRIP), 1963.

BERNADAC, Colette. **Almanach des enfants**. Paris: Magnard, 1992.

BESSON, Sylvie. **L'astrologie dans les "almanachs" populaires du XVII^e e siècle**. Paris: Hachette, Bibliothèque Nationale (Diffusion Presses de la Fondation Nationale de Sciences Politiques), 1976.

BERTIN, François. **Le facteur et son almanach**. Oberthur: Edit. Rennes, 1990.

BOLLÈME, Geneviève. **Les almanachs populaires au XVII^e et XVIII^e siècles**. Essai d'histoire sociale. Paris: Mouton & CO, La Haye, 1969.

BONNEBAS, Georges, BONNEBAS, Mireille. **Caricatures tranchis du vie, humor et humeurs**. [s.l.], Auguste Hoyru, Ladis, Pépin et Léonce Petit, 1986.

BRAIDA, Lodovica. **Le guide del tempo: produzione contenuti e forme degli almanacchi piemontesi nel settecento**. Torino: Palazzo Carignano Deputazione subalpina di storia patria, 1989.

- CAPP, Bernard Stuart. **Astrology and popular press: english almanacs, 1500/1800.** Editeur London, Boston, Mass.: Faber & Faber, 1979.
- CASTELOT, André. **L'Almanach de Clio.** Paris: Edit. Nouv. Éd. Rev. et Augm. Editeur, Perrin, 1985.
- CASTING, Roger. **"Almanachs" minuscules français.** Paris: L., Giraud Badin. Extrait du Bulletin du Bibliographie, 1959.
- CRETIAZ, Bernard, JAQUESON, Alain, MAYOR, Jean Claude. **Les secrets d'un almanach: le véritable "messenger boiteux" de Berne et Vevey: questions sur la culture populaire.** Genève: Inst. d'études Sociales, 1980.
- FAXON, W. Frederic. **Literary annuals and gift books: a bibliography - 1823 - 1903.** [s.l.]: Private Libraires Associations, Pinner MDX reprinted with supplementary essays by Eleanore Jamieson and Iain Bain, Pinner, MDR, Private Libraires Association, Cop., 1973.
- FRAND, Pascal. **L'ideologie des "almanachs" politiques sous le Directoire.** [s.l.]: [s.n.], 1989.
- GOSSELIN, Ronald. **Les almanachs républicains: traditions révolutionnaires et culture politique des masses populaires de Paris - 1840 - 1851.** Editeur Paris: Edit. l'Harmattan Sainte Foy, Canada: Presses de l'Université Laval, 1993.
- GRAND-CARTERET, John. **Les "almanachs" français: bibliographie, iconographie - 1600 : 1895.** Genève: Slatkine, 1968.
- KELLY, John Thomas. **Practical astronomy during the seventeenth century: a study of almanac-makers in American and England.** New York: Garland Pub., 1991.

- LABISSE, Félix. **Le sorcier des familles: almanach fatidique.** Paris: À l'abeille Quibutine, 1957.
- O'NEAL, David L. **Early American Almanacs: the PH e LPS collection, 1679 - 1900.** Peterborough, New Hampshire: [s.n.], 1979.
- PAULIN, Baron du Roure de. **Quelques reliures d'almanachs.** Paris: Edit. Paul et fils et Guillemin, 1961.
- PINKNEY, Andrea Davis. **Dear Benjamin Banneker.** San Diego: CA, Harcourt Brace & Co., 1994.
- PITTER, Helen Mary. **The Oxford almanacs.** Oxford: Clarendon Press, 1974.
- ROULLIER, B. **Histoire militaire du roi racontée en almanachs, 1681-1697.** Catalogue Editeur Paris: B., Roullier, 1987.
- SAFFROY, Gaston. **Bibliographie des almanachs et annuaires administratifs, eclesiastiques et militaires français de l'ancien régime et des almanachs et annuaires généalogiques et nobiliaires du XVI^e siècle a nos jours.** Paris: Mâcon, Impr. Protat frères, 1959.
- SAGENDORPH, Robb. **America and her almanacs: wit, wisdom and weather, 1629-1970.** Dublin, N.H., USA: Yankee, Boston, Mass. Little, Bown and C., 1970.
- SOLARI, Gabriella. **Almanacchi, lunari e calendari toscani tra settecento e ottocento.** Editeur, Firenze - Giunta Regionale Toscana, Milano: Edit. Bibliografica, 1989.
- SONNET, Martine. **Les almanachs em langue française publiés et diffusés en France de 1789 a 1799.** [s.l.]: [s.n.], 1977.

STOWELL, Marion Barber. **Early American almanacs: the colonial weekday bible.** New York: Burt Franklin Publisher, 1977.

WARZÉE, André, HEBERLÉ, J. M. **Recherches bibliographiques sur les almanachs belges,** [s.l.]: [s.n.]; 1952.

1.2. *Teses*

CASA NOVA, Vera Lúcia de. **Leitura de almanaques de farmácia: Biotônico Fontoura e a Saúde da Mulher,** Rio de Janeiro: U.F.R.J., 1990. (Tese de Doutorado).

PARK, Margareth B. **Histórias e leituras de almanaques no Brasil.** Campinas, S.P.: F.E., Unicamp, 1998 (Tese de Doutorado).

1.3. *Artigos, notícias prévias, catálogos de exposições*

CAMARGO, Ana Maria de Almeida. Dos primeiros almanaques de São Paulo. São Paulo: IMESP/DAESP, pp.4-61, 1983, introdução à edição fac similar dos almanaques de 1857 e 1858. In **Almanak administrativo, commercial e industrial da Provincia de São Paulo para o anno de 1857,** organizado e redigido por Marques & Irmão. 1º anno. São Paulo: Typ. Imparcial de J. R. de A. Marques, 1856.

Fragments et forms brèves: Actes du II^e colloque international. Editeur. Aix en Provence: Université de Provence, Aix Marseille, 1990.

Les effets du soleil: almanachs du règne de Louis XIV^e, XVII^e **Exposition de la Collection Edmond de Rothschild**. Editeur Paris: Réunion des Muses Natiounaux, 1995.

CHARTIER, Roger. Compte-rendu du livre de Geneviève Bollème, Les "almanachs" populaires aux XVII et XVIII siècles. Essai d'histoire sociale. Paris: La Haye, Mouton, 1969. **Revue Historique**, 244, 1970.

PAIVA, F. Mendes. História do almanach. In **Almanach Litterario Paulista para 1876**. São Paulo: Typ. da Provincia de São Paulo, pp. 165-167, 1875.

PARK, M. B. De analfabeto a ignorante, assim como de almanaque à leitura desqualificada ... muita distância existe!. **Anais do X Cole**, Campinas, S.P.: 1995.

_____. Leituras de almanaques: o cordãozinho e o Jeca. **Educação e Sociedade**. Ano XVII, v. 17, n° 54, Campinas, S.P.: Edit. Papirus, pp.161-171, abril, 1996.

PUPO, Benedito Barbosa. A memória de Campinas em almanaques. **Semana de Estudos sobre a História de Campinas II** [s.n.t.].

RAVASCHIO, M. Alves de Paula, BISCARO, Bárbara Júlia M.L., SANTOS, M. Natália dos. Os almanaques como fonte de informações. **Boletim do Centro de Memória**, Unicamp, Campinas, S.P.: v. 1 n° 2, pp.34-40, 1989.

_____, _____, SCARPELINE, Rosaelena. Os almanaques como fontes de informação - S.P. e região II. **Boletim do Centro de Memória**, Unicamp, Campinas, S.P.: v. 2, n° 3, pp. 22-26, 1990.

REZENDE, Carlos Penteado de. Notícia Prévia. **Almanach Litterario Paulista para o ano de 1876**. São Paulo: Typ. da Prov. de São Paulo, Ed.

fac-similar, 1875.

2 - SOBRE CAMPINAS

2.1. Obras publicadas

AFFONSO, Cleide Maria de Luca, PINTO, Maria Nivea. **Culto à Ciência, cento e treze anos a serviço da cultura.** Campinas, S.P.: Tecla Tipo, 1986.

ALANIZ, Anna Gicelle García. **Ingênuos e libertos: estratégias de sobrevivência familiar em épocas de transição 1871-1895.** Campinas, S.P.: Centro de Memória, Unicamp, 1997.

ALBINO, Marcus. **Ide por todo mundo: a província de São Paulo como campo de missão presbiteriana 1869-1892.** Campinas, S.P.: Centro de Memória, Unicamp, 1996.

BARBOSA, Irene Maria Ferreira. **Enfrentando preconceitos.** Campinas, S.P.: Centro de Memória, Unicamp, 1997.

BATTISTONI FILHO, Duilio. **Aspectos culturais da história de Campinas.** Campinas, S.P.: Mousinho, 1983.

BENEDETTI, Luiz Roberto. **Os santos nômades e o deus estabelecido: um estudo sobre religião e sociedade.** São Paulo: Paulinas, 1984.

BOURROUL, Estevam Leão. **O doutor Ricardo Gumbleton Daunt: 1818-1893.** Ensaio biographico. São Paulo: Typ. a vapor Espindola, Siqueira,

1900.

BRITO, Jolumá. **História da cidade de Campinas**. São Paulo: Saraiva, (26 vs.) 1956-1969.

_____. **Carlos Gomes**. São Paulo: Livraria Edit. Record, 1936.

DAUNT, Ricardo Gumbleton. **Os primeiros tempos de Campinas**. São Paulo: Typ. Paulista, 1900.

DEBES, Célio. **A caminho do oeste** (Subsídios para a História da Companhia Paulista de Estradas de Ferro e das Ferrovias de São Paulo). São Paulo: Edição comemorativa do centenário de Fundação da Companhia Paulista, 1968.

_____. **Campos Salles**. São Paulo: Gráfica Municipal, 1977. (t. 1 e 2).

_____. **O partido republicano na propaganda (1872-1889)**. São Paulo: [s.n.], 1975.

DUARTE, Paulo. **Júlio Mesquita**. São Paulo: Hucitec, 1977.

DUARTE, Raphael. **Campinas de outr'ora**. São Paulo: Typ. Andrade & Mello, 1905.

_____. **Cronica do Clube Semanal de Cultura Artística**. São Paulo: Est. de S.P., 1947.

GONÇALVES, Fúlvia. **Testemunhos do passado campineiro**. Campinas, S.P.: Edit. da Unicamp, 1986.

GOULART, Edmo. **Campinas: ruas da época imperial**. Campinas, S.P.: Maranata, 1983.

- _____. **Antologia da poesia campineira.** Campinas, S.P.: [s.n.], 1971.
- MACIEL, Cleber da Silva. **Discriminações raciais - negros em Campinas (1888-1921).** Campinas, S.P.: Centro de Memória, Unicamp, 1987.
- MARIANO, Julio. **Campinas de ontem e anteontem:** quadros históricos menos conhecidos da cidade princesa, que se traçaram tendo por base documentos inéditos do arquivo da Câmara Municipal de Campinas. Campinas, S.P.: Maranata, 1970.
- _____. **História da imprensa em Campinas:** alguns fatos e alguns nomes. Campinas, São Paulo: Typ. Paulino, 1946.
- _____. **Badulaques.** São Paulo: Conselho Estadual de Artes e Ciências Humanas, 1979.
- MARTINS, Valter. **Nem senhores, nem escravos** (os pequenos agricultores em Campinas 1800-1850). Campinas, S.P.: Centro de Memória, Unicamp 1996.
- MENDES, Antonio Benedicto de Castro. **Casa Livro Azul. Memorial comemorativo do 50º aniversário de sua fundação: 14 de novembro de 1876 - 14 de novembro de 1926.** Campinas, S.P.: Typ. da Casa Livro Azul, 1926.
- MENDES, José de Castro. **Efemérides campineiras: 1739-1960.** Campinas, S.P.: Palmeiras, 1963.
- Monografia Histórica do município de Campinas.** Rio de Janeiro: IBGE, 1952.
- MONTEIRO, Aristides. **Panorama da poesia em Campinas.** Campinas, S.P.: Publicações da Academia Campinense de Letras, nº 34, 1976.

MONTEIRO SALLES, Francisco José. **Joaquim Corrêa de Mello. Sua vida e sua obra.** Campinas, S.P.: Pub. Academia Campinense de Letras, 1978.

OCTAVIO, Benedito. **Campinas antiga: as festas de 1846.** Campinas, S.P.: Typ. a vap. Casa Livro Azul, 1905.

PAULA, Carlos Francisco de. **Culto à Ciência: colégio-ginásio e colégio estadual: monografia histórica.** Campinas, S.P.: [s.n.], 1946.

PAULA LEITE, Ant. R. **Presença de Alberto Salles.** Campinas, S.P.: Edit. Maranata [s.d.].

PUPO, Celso Maria de Mello. **Campinas, município do império: fundação e constituição, usos familiares, a morada, sesmarias, engenhos e fazendas.** São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1983.

_____. **Campinas, seu berço e juventude.** Campinas, S.P.: Emp. Graf. Rev. dos Tribunais, 1969.

RIBEIRO, Arilda Ines Miranda. **A educação feminina durante o século XIX: o colégio Florence de Campinas 1863-1889.** Campinas, S.P.: Centro de Memória - Unicamp, 1996.

RIBEIRO JUNIOR, João. **Alberto Salles: trajetória intelectual e pensamento político.** São Paulo: Edit. Convívio, 1983.

RODRIGUES, João Lourenço. **A vida religiosa de Campinas através do histórico da Irmandade do SS. Sacramento da Catedral, 1847 - 1947.** Campinas, S.P.: Tip. A Tribuna, 1947.

SALGADO, Ivone. **Urbanismo sanitaria em Campinas no final do século XIX.** Projeto integrado CNPq, Evolução Urbana em Campinas, FAU, PUCCAMP, fevereiro de 1992.

SANTOS FILHO, Lycurgo de Castro Santos, NOVAES, José Nogueira. **A febre amarela em Campinas 1889-1900**. Campinas, S.P.: Centro de Memória - Unicamp, 1996.

SEGURADO, Milton Duarte. **Campinas em soneto**. Campinas, S.P.: Minaz Produtora de Arte, 1985.

SEMEGHINI, Ulysses. Cidade. **Do café à indústria: uma cidade e seu tempo**. Campinas, S.P.: Unicamp, 1992.

SESSO JUNIOR, Geraldo. **Retalhos da velha Campinas**. Campinas, S.P.: Palmeiras, 1970.

SOUZA COELHO, Camilo Geraldo. **Julio Mesquita**. Campinas: Est. de S.P., 1975.

WOLKART, Christiano. **Monographia de Campinas para uso dos alumnos da instrucção preliminar**. Campinas, S.P.: Typ. a vap. Casa Livro Azul, 1903.

XAVIER, Regina Célia Lima. **A conquista da liberdade**. Libertos em Campinas na segunda metade do século XIX. Campinas, S.P.: Centro de Memória - Unicamp, 1996.

2.2. *Teses*

ALANIZ, Anna Gicelle Garcia. **Família negra. Ingênuos e libertos no mundo dos seus ex-senhores: estratégias de sobrevivência familiar em épocas de transição 1871-1895**. São Paulo: FFLCH, USP, 1995. (Dissertação de Mestrado).

- BITTENCOURT, Luiz Cláudio. **O desenho urbano de Campinas: implantação e evolução.** São Paulo: FFLCH, USP, 1990. (Dissertação de Mestrado).
- BLANCO, Silvana Mota Barbosa. **Republica das letras.** Discursos republicanos na província de São Paulo. Campinas, S.P.: IFCH, Unicamp, 1993. (Dissertação de Mestrado).
- BRANDÃO, Sílvia Helena Antunes Bueno. **Corpos vestidos: mulheres na cidade de Campinas - 1890/1920.** Campinas, S.P.: IFCH, Unicamp, 1993. (Dissertação de Mestrado).
- CANO, Jefferson. **Escravidão, alforrias e projetos políticos na imprensa de Campinas 1870 - 1889.** Campinas, S.P.: IFCH, Unicamp, 1994. (Dissertação de Mestrado).
- CARPINTEIRO, Antonio Carlos Cabral. **Momento de ruptura. As transformações no centro de Campinas na década dos cinquenta.** São Paulo: FAU, USP, 1991 (Dissertação de Mestrado).
- DAMÁSIO, Adauto. **Os libertos em Campinas na primeira metade do século XIX.** Campinas, S.P.: IFCH, Unicamp, 1993. (Dissertação de Mestrado).
- GEBARA, Ademir. **Campinas 1869-1875: republicanismo, imprensa e sociedade.** Campinas, S.P.: FFLCH, USP, 1975. (Dissertação de Mestrado).
- KARASTOJANOV, Andréa Maria Souto. **Colégio Rio Branco - fundação, história e tradição.** Campinas, S.P.: IFCH, Unicamp, 1998. (Dissertação de Mestrado).
- MAGALHÃES, Wanda Moreira. **Eleitores e eleitos: os agentes do poder em**

Campinas na segunda metade do século XIX. Campinas, S.P.: FFLCH, USP, 1992. (Tese de Doutorado).

MANOEL, Ivan Aparecido - **Igreja e educação feminina: os colégios das irmãs de São José de Chamberry (1859-1919)**. São Paulo: FFLCH, USP, 1988. (Tese de Doutorado).

MORAES, Carmem Sylvia Vidigal. **O ideário republicano e a educação: Colégio Culto à Ciência. 1869-1892**. São Paulo: FE, USP, 1991. (Dissertação de Mestrado).

NOGUEIRA, Lenita Waldige Mendes. **Maneco Músico, pai e mestre de Carlos Gomes**. São Paulo: ECA, USP, 1989. (Dissertação de Mestrado).

PÁTEO, Maria Luísa de Freitas Duarte do. **Bandas de música e cotidiano urbano em Campinas: 1870-1900**. Campinas, S.P.: IFCH, Unicamp, 1993. (Dissertação de Mestrado).

SILVA, Lúcia Helena Oliveira. **As estratégias de sedução: mulheres escravas apre(e)ndendo a liberdade (1850-1988)**. Campinas, S.P.: FE, Unicamp, 1993. (Dissertação de Mestrado).

XAVIER, Salete Beatriz Braga. **A expansão escolar campineira e a grande lavoura no fim do império: 1860-89**. Campinas, S.P.: FE, Unicamp, 1982. (Dissertação de Mestrado).

2.3. Artigos

ALVES, Custodio Manuel. Notas sobre Campinas. **Revista do Centro de Ciências, Letras e Artes de Campinas**. Campinas, S.P., 7, pp. 139-144,

1904.

BATTISTONI FILHO, Duilio. Notas sobre a expansão urbana em Campinas durante o segundo reinado. **Notícia Bibliografica e Histórica**, Campinas, S.P., 141, pp. 30-34, jan./mar. 1991.

FARIA, Alberto. Imprensa em Campinas. **Revista do Centro de Ciencias, Letras e Artes de Campinas**, Campinas, S.P., 2, pp. 4-41. 1916.

LOBO, Pelagio Alvares. O dr. Thomaz Alves num trabalho de Pelágio Lobo. **Correio Popular**, Campinas, S.P., 4.9.1948.

_____. Eloy Cerqueira, caçula de uma família de legionários republicanos. **Correio Paulistano**, São Paulo, 16.10.1949.

_____. O mestre-escola, esse sacrificado. **Correio Paulistano**, São Paulo, 15.10.1950.

_____. Um educador dos velhos tempos. **Correio Paulistano**, São Paulo, 24.6.1951.

MARIANO, Julio. Pequena história da imprensa em Campinas. **Folha da Manhã**, São Paulo, 6.4.1958.

MELILLO, Vicente. A instrução em Campinas. In Octavio, Benedito & Melillo, Vicente (orgs.). **Almanach Historico e Estatistico de Campinas**, 1912, Campinas, S.P.: Typ. Casa Mascote, 1911, pp. 74-84, 1911.

OCTAVIO, Benedito. Antonio Carlos Gomes: notas para um estudo biographico. **Revista do Centro de Ciencias, Letras e Artes de Campinas**, Campinas, S.P., 45, pp. 39-64, 1916.

_____. Campinas antiga: Antonio Luis Patrício da Silva Manso. **Revista do**

Centro de Ciências, Letras e Artes de Campinas, Campinas, S.P., 3, pp. 80-86, set. 1908.

_____. Campinas antiga: o crime de 'Capuava'. In: Octavio, Benedito & Melillo, Vicente (orgs.). **Almanach Histórico e Estatístico de Campinas: 1912**, Campinas, S.P.: Typ. Casa Mascote, pp. 39-47, 1911.

_____. Campinas antiga: as mãos do enforcado; a história e a lenda. **Revista do Centro de Ciências, Letras e Artes de Campinas**, Campinas, S.P., 17, pp. 21-29, mar. 1908.

_____. Vitorino dos Anjos. **Revista do Centro de Ciências, Letras e Artes de Campinas**, Campinas, S.P., 41, 1915.

OMEGNA, Nelson. Aspectos da piedade cristã dos antigos campineiros. **Correio Popular**, Campinas, S.P., 3.9.1939.

SANTOS FILHO, Lycurgo de Castro. **A Iconografia em Campinas**. São Paulo: Paulistânia, 79, pp. 57-58, 1975.

3 - GERAL

ADORNO, Sérgio. **Os aprendizes do poder: o bacharelismo liberal na política brasileira.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

ALENCAR, José de. Como e porque sou romancista. In **Obra completa**, Rio de Janeiro: Aquilar, 1959, v. 1.

ARENDT, Hannah. **A condição humana.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987.

_____. **Da revolução.** São Paulo: Edit. Ática, 1988.

_____. **Le system sotalitaire.** Paris: Seuil, 1972.

_____. **A vida do espírito.** O pensar, o querer, o julgar. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1992.

AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. **Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites século XIX.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

BACHLARD, G. **A poética do espaço,** Rio de Janeiro: Eldorado, [s.d.].

BAKHTIN, Mikhail. **A cultura popular na Idade Média e no Renascimento.** O contexto de François Rabelais. 2ª ed. Tradução de Yara Frateschi, São Paulo. Brasília: Editora Hucitec, 1993.

_____. **Marxismo e filosofia da linguagem.** Problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem. 3ª ed. Trad. Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. São Paulo: Hucitec, 1986.

_____. **Questões de literatura e de estética.** A teoria do romance. 2ª ed. São Paulo: Hucitec, 1990.

- _____. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- BARTHES, Roland. **Leitura. Enciclopédia Einaudi** (Oral/Escreto, Argumentação). Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1987, V. II.
- BAUDELAIRE, Charles. **Oeuvres complètes**. Paris: Ed. Y. G. Le & Dantee C. Pichois, 1961.
- BAUSBAUM, Leôncio. **História sincera da República**. Rio de Janeiro: São José. 1957, v. 1.
- BAUDRILLARD, Jean. **Da sedução**. Campinas, S.P.: Edit. Papyrus, 1991.
- BEIGUELMANN, Paula. **Formação política do Brasil**. São Paulo: Pioneira, 1967.
- BELLET, Roger (org.). **Paris au XIX^{ème} siècle: Aspects d'un mythe littéraire**. Lyon: Presses Universitaires, 1948.
- BENJAMIN, Walter. **A modernidade e os modernos**. Trad. Heidrun Krieger Mendes da Silva, Arlete de Brito & Tania Jatobá, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1975.
- _____. A obra de arte no tempo de suas técnicas de reprodução. In Benjamin, Walter, Adorno, Theodoro & Goldman, Lucien. **Sociologia da arte IV**. Org. Gilberto Velho. Rio de Janeiro: Zahar, 1969.
- _____. **Obras escolhidas I. Magia e técnica Arte e política**. Trad. Sérgio Paulo Rouanet, Pref. Jeanne – Marie Gagnebin. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- _____. **Obras escolhidas II. Rua de mão única. Infância em Berlim por volta de 1900. Imagens do pensamento**. Trad. Rubens Rodrigues Torres

Filho & José Carlos Martins Barbosa. São Paulo: Brasiliense, 1987.

_____. **Obras escolhidas III.** Charles Baudelaire, um Lírico no auge do Capitalismo. Trad. José Carlos Martins Barbosa & Hemerson Alves Batista. São Paulo: Brasiliense, 1989.

_____. **Oeuvres II.** Poesie et Révolution. Paris: Les Lettres Nouvelles, Ed. Denoël, 1971.

_____. **Origens do drama barroco alemão.** Trad., apres. e notas Sérgio Paulo Rouanet : São Paulo : Brasiliense, 1984.

_____. **Sens unique** (précédé de Enfance Berlinoise). Paris: Les Lettres Nouvelles, Ed. Denoël, 1978.

_____. **Sociologia.** Org., introd. e trad. Flávio Kothe, São Paulo: Ática, 1985.

BERMAM, Marshall. **Tudo o que é sólido desmancha no ar. A aventura da modernidade.** Trad. Carlos Felipe Moisés e Ana Maria L. Ioriatti. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

BOEHERER, George. **Da monarquia à república: história do Partido Republicano no Brasil.** Rio de Janeiro: MEC, 1954.

BOLLE, W.. **Fisiognomia da metrópole moderna.** Representação da história em Walter Benjamin. São Paulo: Edit. da USP, 1994.

_____. Walter Benjamin: infância berlinense por volta de 1900. In A. C. Arantes (org.), **Produzindo o passado.** São Paulo: Brasiliense, 1984.

_____. Walter Benjamin. fisionomista da metrópole moderna. **Oculum, Rev. de Arq., Arte e Cultura.** Campinas, S.P.: ano II, agosto 1985.

BOLLÈME, G. **Le peuple par écrit**. Paris: Éditions du Seuil, 1986.

_____. **La bible bleue**. Anthologie d'une littérature populaire. Paris: Flammarion, 1975.

_____. **La littérature populaire et de colportage, dans livre et société dans la France du XVIII siècle**. Paris: La Haye Mouton, 1965.

BOSI, Ecléa. **Cultura de massa e cultura popular**. Leituras de Operárias. Petrópolis: Vozes, 1996.

BRESCIANI, Maria Stella Martins. **Liberalismo: ideologia e controle social**. Um estudo sobre São Paulo 1850. 1910. São Paulo: FFLCH da USP, 1976 (Tese de Doutorado), 2 vs.

_____. **As voltas de um parafuso**. **Cadernos de Pesquisa**. São Paulo: ANPHIB/Brasiliense, 1978.

_____. **Londres e Paris no século XIX: o espetáculo da pobreza**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

_____. **Metrópolis: as faces do monstro urbano (as cidades do século XIX)**. **Rev. Bras. de Hist.**, São Paulo: Marco Zero, ANPUH, v. 8, n° 9, pp. 35-68, set. 1984/abril 1985.

_____. **Lógica e dissonância: lei, ciência e resistência operária**. **Rev. Bras. de Hist.**, São Paulo: Marco Zero, ANPUH, v. 6, n° 11, pp. 7-44, set. 1986.

_____. **Permanência e ruptura no estudo da cidade**. (MIMEO).

_____. **Século XIX: a elaboração de um mito literário**. **História: Questões & Debates**. **Rev. da Associação Paranaense de História**, Curitiba, Paraná: ano 7, n° 13, pp. 209-243, dezembro de 1986.

_____. **Carlyle: a revolução francesa e o engendramento dos tempos modernos. Primeira Versão**, Campinas, S.P.: IFCH, Unicamp, n° 11, 1990.

_____. **O cidadão da república. Liberalismo versus positivismo. Brasil 1870. 1900. Revista USP**, São Paulo, n° 17, pp. 122-135, março/abril/maio 1993.

BUARQUE, Felício. **Origens republicanas**. São Paulo: Edaglit, 1962.

BURKE, Peter. El 'descubrimiento' de la cultura popular. In: Samuel, Raphael (ed.) **História popular y teoria socialista**. Barcelona: Editorial Crítica, 1984.

CANDIDO, Antonio. **Literatura e Sociedade**. São Paulo: Edit. Nacional, 1958.

CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem: a elite política imperial**. Brasília: Ed. UnB, 1981.

_____. **A formação das almas: o imaginário da República no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

_____. **Teatro de sombras: a política imperial**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

CASCUDO, Luis da Câmara. **Antropologia do folclore brasileiro**. 4ª ed., São Paulo: Martins, 1971 (Biblioteca de Ciências Sociais).

CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, 1982.

_____. **L'invention du quotidien. Arts de faire**. Nueva Edición, Paris: Gallimard, 1990.

CHACON, Vamirech. **História das idéias sociológicas no Brasil**. São Paulo: Grijalbo/Edusp, 1977.

CHALHOUB, Sidney. **Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CHARTIER, Anne Marie, HÉBRARD, Jean. **Discursos sobre a leitura. 1880-1980**. São Paulo: Ática, 1995.

CHARTIER, Roger (org.). **Pratiques de la lecture**. Paris: Editions Rivages, 1985.

_____. **A história cultural: entre prática e representações**. Tradução de Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Editora Bertrand S.A., 1990.

_____. **L'ordre des livres**. Lecteurs, auteurs, bibliothèques en Europe entre XIV et XVIII siècles. Aix-en-Provence: Editions Alinea, 1992.

CHARTIER, Roger (org.). **La correspondance**. Les usages de la lettre au XIX siècle. Paris: Librairie Arthème Fayard, 1991.

CHAUÍ, Marilena. **Conformismo e resistência: aspectos da cultura popular no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

_____. **Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas**. 2ª ed., São Paulo: Ed. Moderna, 1981 (Coleção Contemporânea).

COMTE, A. **Discursos sobre o espírito positivo**. Porto Alegre, R. S.: Edit. Globo/Edusp., 1976.

_____. **O catecismo positivista**. São Paulo: Abril, Coleção Os Pensadores, v. XXXIII, 1973.

- _____. **Opúsculos de filosofia social.** Porto Alegre, R. S.: Edit. Globo/Edusp. 1972.
- CONTIER, Arnaldo Daraya. **Imprensa e ideologia em São Paulo: 1822-1842: Matizes do vocabulário político e social.** Campinas, S.P.: Vozes. Ed. Unicamp, 1979.
- CORBIN, Alain. **Saberes e odores.** O olfato e o imaginário social nos séculos dezoito e dezenove. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- _____. O segredo do indivíduo, In **História da Vida Privada.** Org. Michelle Perrot, v. 4, São Paulo: Cia. das Letras, 1990.
- COSTA, Cruz. **Contribuição à história das idéias no Brasil.** Rio de Janeiro: J. Olympio, 1956.
- _____. **Panorama da história da filosofia no Brasil.** São Paulo: Cultrix, 1960.
- COSTA, Emília Viotti da. **Da monarquia à república: momentos decisivos.** São Paulo: Grijalbo, 1977.
- _____. O movimento republicano em Itú. Os fazendeiros do oeste paulista e os pródomos do movimento republicano. **Rev. de História.** São Paulo: USP, nº 20, 1954.
- COSTA, Jurandir Freire. **A inocência e o vício.** Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1992.
- _____. **Sem fraude nem favor.** São Paulo: Edit. Rocco, 1998.
- CUNHA, F.. **O romantismo no Brasil: de Castro Alves a Sousandrade.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1971.

DANIEL, Jean Yves. Le Temps. **Interfaces**. Paris: Centre Régional de Documentation Pédagogique, n° 4, [s.d.].

DARMON, P. **Mythologie de la femme dans l'ancienne France XVII et XVIII siècles**. Paris: Seuil, 1981.

DARNTON, Robert. **O grande massacre de gatos e outros episódios da história cultural francesa**. Trad. Sônia Coutinho. Rio de Janeiro: Graal, 1986 (Biblioteca de História, 13).

_____. **O beijo de Lamourette**. (Mídia, cultura e revolução). São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

DAVIS, Natalie G. **Culturas do povo**. Sociedade e cultura no início da França moderna. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1990.

_____. **Nas margens**. Três mulheres do século XVII. Tradução de Hildegard Feist. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

DEBES, Célio. **O partido republicano na propaganda**. São Paulo: 1975.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. O Brasil na historiografia romântica inglesa: as afinidades históricas de Shouthey a Walter Scott. **Anais do Museu Paulista**. 1967, v. 21.

DORNAS, Fº, João. A idéia republicana em São Paulo. **Rev. do Arquivo Munic**. São Paulo: ano VI, v. LXI, S.P., set/out. 1939.

DUCHET, Michèle. **Antopologia y história en el siglo de las luces** Trad. F. G. Aramburo, Mexico: Siglo Vientiuno, 1975.

DUBY, Georges (org.). O historiador hoje. In **História e nova História**. Lisboa: Teorema, 1986.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**. Uma história dos costume. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1990.

EVERITT, Alan. **New avenues in English local history**. Leicester: [s.n.], 1970.

FAUSTO, Boris. **Crime e cotidiano: a criminalidade em São Paulo: 1888-1924**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

FEBVRE, Lucien, MARTIN, Henry-Jean. **O aparecimento do livro**. São Paulo: Editora Unesp, 1991.

FERRES, Gilberto. **A fotografia no Brasil (1840. 1900)**. Rio de Janeiro: Fund. Nacional de Arte, Fund. Nacional Pró-Memória, 1985.

FORTES, Luiz Roberto. **Rousseau: o bom selvagem**. São Paulo: FTD, 1989.

FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas**. Uma arqueologia das ciências humanas. 4ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1987.

_____. **Vigiar e Punir**. 4ª ed. Trad. Lígia M. Pondé Vassalo, Petrópolis : Vozes, 1986.

_____. **Arqueologia do saber**, Trad. de Luiz Felipe Baeta Neves, Rio de Janeiro: Forense/Universitária, 1987.

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. All de world was America: John Locke, Liberalismo e propriedade como conceito atropológico. **Rev. USP**, São Paulo, 17, pp. 30-53, março/abril/maio 1993.

_____. **Homens livres na ordem escravocrata**. 2ª ed., 2ª impressão, São Paulo: Ática, 1974, 1976, reimpressão (Coleção Ensaios, 3).

_____. **As idéias estão no lugar. Cadernos de Debate.** São Paulo: 1976.

FREITAS, Affonso A. de. **A imprensa periódica de São Paulo desde os seus primórdios até 1924.** São Paulo: Typografia do Diário Oficial, 1915.

_____. **Tradições e reminiscências paulistas.** São Paulo: Revista do Brasil, 1921.

FREYRE, Gilberto. **Casa grande & senzala.** Formação da família brasileira sob regime da economia patriarcal. 9ª ed., Rio de Janeiro: José Olympio, 1958.

_____. **Sobrados e mocambos.** Rio de Janeiro: Livraria José Olympio e INL, 1977, t. I.

GALZERANI, Maria Carolina B. **Pesquisa na escola pública: cenário, atores e ações.** (MIMEO).

_____. (coord.). História local e ensino de história, In **Anais do II Encontro Perspectivas do Ensino de História.** São Paulo: FEUSP, pp. 317-322, 1996.

_____. A procura de tempos perdidos: memórias locais na escola, integração universidade x unidade escolar. **Catálogo dos pesquisadores sobre o ensino de História,** coord. por Ernesta Zamboni, Campinas, S.P.: G.P.H.E., F.E., Unicamp, p.p. 22-23, 1997.

GAGNEBIN, Jeanne M. **História e narração em Walter Benjamin.** São Paulo: Perspectiva/Fapesp, Campinas, S.P.: Edit. da Unicamp, 1994.

GAY, Peter. **A experiência burguesa Da rainha Vitória a Freud.** São Paulo: Cia. das Letras, 1988, 3 vs.

- _____. **Pleasure wars**. N. Y.: USA, [s.n.], 1998.
- GERBI, Antonello. **La disputa del nuevo mundo**. Trad. Ant. Alatorre, México, D.F.: Fondo de Cultura Economica, 1960.
- GIDDENS, Anthony. **Sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas**. São Paulo: Edit. Unesp, 1993.
- _____. **As conseqüências da modernidade**. São Paulo: Edit. Unesp, 1991.
- GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes**. O cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela inquisição. 3ª ed. Tradução de Maria Betânia Amoroso. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- GLEZER, R. São Paulo e a elite letrada no século XIX. **Rev. Bras. de Hist.**, São Paulo: Marco Zero/ANPUH, v. 2, n° 23/24, pp. 19-30, set. 91/ag. 92.
- GOMES, Eustáquio Teixeira. A modernidade e política., **Resgate**. Revista de Cultura: Centro de Memória, Unicamp, Campinas, S.P.: Papirus, n° 2, pp.35-47, 1991.
- GOUBERT, Pierre. História local. **Revista História & Perspectivas**. Uberlândia, M. G.: Universidade Federal de Uberlândia, n° 6, pp. 45-57, jan/jul. 1992.
- GUINSBURG, J. **O romantismo**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1978.
- HABERMAS, Jurgen. **The philosophical discourses of modernity: twelve lectures**. Trad. Frederick Lawrence, Cambridge: Polity Press, 1987.
- _____. Arquitetura moderna e pós-moderna. Trad. de Carlos Ed. Jordão Pacheco, **Novos Estudos/Cebrap**, São Paulo, n° 18, pp.115-124, set. 1987.

- _____. **Mudança estrutural na esfera pública.** Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.
- HALLEWELL, Laurence. **O livro no Brasil** (Sua História). São Paulo: Edusp, 1985.
- HARDMAN, Francisco Foot. **Trem fantasma: a modernidade na selva.** São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
- HAROCHE, Claudine, COURTIN, Jacques. O homem desfigurado, **Rev. Bras. de Hist.** São Paulo: Marco Zero/ANPUH, v. 7, nº 13, pp.7-32, set.86/fev.87.
- HARVEY, David. **Condição pós-moderna.** São Paulo: Ed. Loyola, 1993.
- HOBBSBAWN, Eric. **A era das revoluções.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
- HOBBSBAWN, Éric J. **The age of empire, 1875. 1914.** London: Weinfeld & Nicolson, 1987.
- _____. **A era do capital.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- HOGGART, Richard. **The uses of literacy.** Aspects of working-class life with special reference to publications and entertainments. Mitcham, Victoria: Penguin Books, 1962.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. **História geral da civilização brasileira.** São Paulo: Dif. Européia do Livro, 1972, t. II, v. 4 e 5.
- _____. **Raízes do Brasil.** São Paulo: Editora José Olympio, 1992.
- HOORNAERT, Eduardo et alii. **História da igreja no Brasil.** Ensaio de interpretação a partir do povo (primeira época). Petrópolis: Vozes, 1977,

(História Geral da Igreja na América Latina, t. 2).

HOSKINS, W. G. **Local history in England**. London: [s.n.], 1972.

HUMBOLDT, Alexander. **Essai politique sur le Royaume de la Nouvelle Espagne**. Paris: F.Schoell, 1841.

HUNT, Lynn. **A nova história cultural**. Tradução de Jefferson Luís Camargo, São Paulo: Martins Fontes, 1992.

KAPLAN, E. Ann (org.). **O mal-estar no pós-modernismo**. Teorias. Práticas, Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1993.

KONDER, Leandro. **Walter Benjamin. O marxismo da melancolia**. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1988.

KOTHE, Flavio. **Walter Benjamin**. São Paulo: Edit. Ática, 1985.

LAJOLO, Marisa, ZILBERMAN, Regina. **A formação da leitura no Brasil**. São Paulo: Ática, 1996.

_____, _____. **A leitura rarefeita**. São Paulo: Edit. Brasiliense, 1991.

LAPA, José Roberto do Amaral. Primeiras notas para uma bibliografia da história de Campinas. Marília, S.P., Separata da **Revista Estudos Históricos**, nº 5/6, órgão do Dep. De História da F.F.C.L. de Marília, S.P., 1966.

_____. (org.). **História política da república**. Campinas, S.P.: Papyrus, 1990.

LEFEBVRE, Henri. **Introdução à modernidade (prelúdios)**, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.

LEFORT, Claude. **Éléments d'une critique de la bureaucratie**. Genève
Librairie Droz: 1971 (Travaux de droit, d'économie, de sociologie et de
sciences politiques, n° 85).

_____. **A invenção democrática**. Trad. Maria Isabel Loureiro. São Paulo:
Brasiliense, 1981.

_____. **As formas de História**. São Paulo: Brasiliense, 1978.

LE GOFF, Jacques. **Enciclopédia Einaudi**. Lisboa: Imprensa Nacional / Casa
da Moeda, 1984, 1987, v. I e II.

_____. **História e memória**. Campinas, S.P.: Editora da Unicamp, 1992.

LE RIDER, Jaques. **A modernidade vienense**. São Paulo: Edit. Civilização
Brasileira, 1990.

LIMA, Luis Costa. **O controle do imaginário: razão e imaginação no
ocidente**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

_____. **Dispersa demana**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1981.

LINEBAUGH, Peter. Todas as montanhas Atlânticas estremeeceram. **Revista
Brasileira de História**. São Paulo: Marco Zero/ANPUH, v. 6, pp.7-46, set.
1983.

LINS, Ivan. **História do positivismo no Brasil**. São Paulo: Edit.
Nac./Brasiliana, 322, 1964.

LISBOA, Karen Macknow. Viagem pelo Brasil de Spix e Martius: quadros da
natureza e esboços de uma civilização. **Revista Brasileira de História**, São
Paulo : Marco Zero/ Anpuh, v. 15, n° 29, pp. 73-88, 1995.

- LIPOVETSKY, Gilles. **O império do efêmero**. São Paulo: Cia. das Letras, 1989.
- LOBO, Leuza (org.). **Teorias poéticas do romantismo**. Rio de Janeiro: Mercado Aberto, UFRJ, 1987.
- LOCKE, John. **Segundo tratado sobre o governo civil**. 2ª ed., Trad. E. Jacy Monteiro. São Paulo: Abril Cultural, 1978.
- LUSO, João. Centenario de José Maria Lisboa. **Rev. Brasileira de Letras**, Rio de Janeiro, ano 31, v. 56.
- MACHADO, Geraldo Pinheiro. **A filosofia no Brasil**. São Paulo: Edit. Cortez & Moraes, 1976.
- MACHADO, Maria Helena Pinheiro. **Crime e escravidão; trabalho, luta e resistência nas lavouras paulistas (1830-1888)**. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- MACPHERSON, L. B. **A teoria política do individualismo possessivo de Hobbes até Locke**. Trad. Nelson Dantas, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. (Coleção Pensamento Crítico, v. 22).
- MANGUEL, Alberto. **Uma história da leitura**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- MARSON, Izabel. Liberalismo e escravidão no Brasil. **Revista da USP**, São Paulo, nº 17, pp.102-113, março/abril/maio de 1993.
- MARTINS, Ana Luiz. **Gabinetes de leitura da Província de São Paulo: a pluralidade de um espaço esquecido**. São Paulo: FFLCH da USP, 1990. (Dissertação de Mestrado).
- MATOS, Odilon Nogueira de. **Café e ferrovias: a evolução ferroviária de São**

Paulo e o desenvolvimento da cultura cafeeira. São Paulo: Alfa-Ômega, 1974.

MATOS, Olgária C. F.. **O iluminismo visionário: Benjamin, leitor de Descartes e Kant.** São Paulo: Brasiliense, 1993.

_____. **Os arcanos do inteiramente outro.** A Escola de Frankfurt. A melancolia e a revolução. São Paulo: Brasiliense, 1989.

MELLO e Souza, Laura de. **O diabo e a terra de Santa Cruz; feitiçaria e religiosidade popular no Brasil colonial.** São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

MEYER, Marlyse. **Folhetim. uma história.** São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

_____. **As mil faces de um herói canalha,** Rio de Janeiro: Edit. UFRJ, 1998.

MONBEIG, Pierre. **Pionniers et planteurs de São Paulo.** Paris: Armand Colin, 1952.

MONTESQUIEU, Ch. L. de S. **O espírito das leis.** Trad. Gabriela Barbosa. São Paulo: Ed. e Publ. Brasil, [s.d.], 2 vs.

MOYSÉS, Sarita Maria A.. **Entre-tempos: alfabetização e escravidão.** Campinas, S.P.: FE., Unicamp, 1992 (Tese de Livre-Docência).

MONTÓIA, Ana Edite Ribeiro. **Espaço urbano e política: São Paulo no século XIX.** Campinas, S.P.: IFCH Unicamp, 1990 (Tese de Mestrado).

MONZANI, Luiz Roberto. Cabet e os limites do discurso utópico Folhetim, nº 378, **Folha de São Paulo**, São Paulo, pp. 6-9, 15/04/1984.

MORAES, Evaristo de. **Da monarquia para a república**. Brasília: [s.d.], 1985.

_____. **Comte** (Sociologia). Coleção Grandes Cientistas Sociais, São Paulo: Edit. Ática, 1978.

NEDELL, Jeffrey. **Belle époque tropical**. São Paulo: Cia das Letras, 1993.

NOBRE, José Freitas. **História da imprensa no império**. São Paulo: Ed. Leia, 1950.

NOGUEIRA, Almeida. **A Academia de São Paulo: tradições e reminiscências**. São Paulo: Saraiva, 1977.

NORA, Pierre. Le retour de l'événement. In Le Goff, Jacques e Nora, Pierre. **Faire de l'histoire; nouveaux problemes**. Paris: Gallimard, 1974 (Bibliothèque des Histoires).

ORTIZ, Renato. **Cultura e modernidade**. São Paulo: Brasiliense, 1991.

_____. **Mundialização e cultura**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

PAIM, Antonio. **História das idéias filosóficas no Brasil**. São Paulo: Grijalbo/Edusp, [s.d.].

PEIXOTO, Brissac Nelson. **A sedução da barbárie** (O marxismo na modernidade). São Paulo: Brasiliense, 1982.

_____. **Paisagens urbanas**. São Paulo: Edit. Senac/Edit. Marca d'água, 1996.

PERROT, Michelle (org.). **História da vida privada** (Da revolução francesa à primeira guerra). São Paulo: Companhia das Letras, 1987, 4 v.

PINHEIRO, Péricles da Silva. O jornalista José Maria Lisboa. **Suplemento do Centenário de O Estado de São Paulo**, São Paulo, nº 16, 19/04/1975.

PIOZZI, Patrícia. **Natureza e artefacto: a ordem anárquica**, algumas considerações sobre a gênese da idéia socialista libertária. São Paulo: FFLCH, USP, 1991. (Tese de Doutorado).

PRADO JR., Caio. **Evolução política do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, [s.d.].

PRAZ, Mario. **A carne, a morte e o diabo na literatura romântica**. Campinas: Editora da Unicamp, 1996.

PRIORE, Mary del (org.), BASSANEZI, Carla (coord.). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Editora Contexto, 1997.

RAYMOND, William. **O campo e a cidade**. São Paulo: Cia das Letras, 1989.

REIS, Daniel Aarão et alii. **Versões e ficções: o sequestro da história**. São Paulo: Edit. Fundação Perseu Abrão, 1997.

ROGERS, Alan. **This was their world, approaches to local history**. London: [s.n.], 1972.

ROUANET, S.P. **As razões do iluminismo**. São Paulo: Cia das Letras, 1987.

_____. **Édipo e o anjo: itinerários freudianos em Walter Benjamin**. Rio de Janeiro: Editora Tempo Universitário, 1981.

_____. Porque o moderno envelhece tão rápido. Concepção de modernidade em Walter Benjamin. **Revista da USP**, São Paulo, nº 15, pp. 103-117, set./out./nov. de 1992.

SALIBA, E. T. **As utopias românticas**. São Paulo: Brasiliense, 1991.

- SALLES, Iraci Galvão. **Trabalho, progresso e sociedade civilizada**. São Paulo: FFLCH, USP, 1980. (Dissertação de Mestrado).
- SAMUEL, Raphael. História local e história oral. **Revista Brasileira de História**. São Paulo: Marco Zero/ANPUH, v. 9, n° 19, pp. 219-243, set.89/jan.90.
- SANTOS, José Maria dos Santos. **Os republicanos paulistas e a abolição**, São Paulo: Martins, 1942.
- SCHAMA, Simon **Cidadãos. Uma crônica da revolução francesa**, São Paulo: Cia das Letras, 1989.
- _____. **Paisagem e Memória**. São Paulo: Cia das Letras, 1996.
- SCHAPOCHNIK, Nelson. Contextos de leitura no Rio de Janeiro do século XIX: salões, gabinetes literários e bibliotecas. In Bresciani, M. S. M.(org.) **Imagens da cidade**. São Paulo: Marco Zero / Anpuh / Fapesp, pp. 147-162, 1994.
- SCHORSKE, Carl E. **Viena. Fin de siècle**. São Paulo: Cia das Letras, 1988.
- SCHWARZ, Roberto. As idéias fora do lugar. **Estudos Cebrap**, São Paulo, 3, pp.151-161, jan. 1973.
- _____. **Ao vencedor as batatas**. São Paulo: Duas Cidades, 1981.
- SENNET, Richard. **O declínio do homem público**. São Paulo: Cia das Letras, 1988.
- SEVCENKO, Nicolau. **A revolta da vacina; mentes insanas em corpos rebeldes**. São Paulo: Brasiliense, 1984. (Tudo é História, v. 89).

SIGMAUN, J. **1848: Las revoluciones românticas y democraticas de Europa.** Trad. Cart. Madrid, siglo XXI, 1985.

SILVA, Marcos A. da (org.). **Republica em migalhas.** História regional e local. São Paulo: Marco Zero, 1990.

_____. A História e seus limites, In **História & Perspectivas.** Uberlândia, M. G.: Universidade Federal de Uberlândia, 6, pp.59-65, jan./jun. 1992.

SIMSON, Olga R. M.. **Os desafios contemporâneos da história oral.** Campinas, S.P.: Editora do Centro de Memória da Unicamp, 1997.

_____. **Branços e negros no carnaval popular paulistano: 1914-1988.** São Paulo: F.E., USP, 1989. (Tese de Doutorado).

SIMIELLI, M. Elena. **Primeiros mapas.** Como entender e construir. São Paulo: Ática, 1992 (4 vs.).

SLENES, Robert W. Senhores e subalternos no oeste paulista. In Alencastro, Luiz Felipe (org.). **História da vida privada no Brasil.** São Paulo: Cia. das Letras, 1997, v. 2.

SMITH A.. **A riqueza das nações.** Investigação sobre sua natureza e suas causas. Trad. Luiz João Baraúna. São Paulo: Abril Cultural, 1983, v. II.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil.** Rio de Janeiro: Civil. Brasileira, 1966.

SOUZA, Laura M.. **O diabo e a terra de Santa Cruz.** São Paulo: Cia das Letras, 1986.

STAROBINSKI, J.. **A transparência e o obstáculo.** São Paulo: Cia das Letras, 1991.

TALMON, J. L.. **Political messianism, the romantic phase**. London: Seckle & Warbury, 1960.

_____. **Romantismo e revolta. Europa, 1815 - 1848**. Lisboa, Verbo, 1971.

THOMPSON, Edward P. **Tiempo, disciplina de trabajo y capitalismo industrial**. In **Tradicion, revuelta y consciencia de clase**. Barcelona: Ed. Critica, 1979.

_____. **The making of the english working class**. London: Penguin Books, 1968.

_____. **A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser**. Trad. Waltensir Dutra, Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981. (Biblioteca de Ciências Sociais. Sociologia).

TODOROV, Izvetan. **A conquista da América; a questão do outro**. São Paulo: Trad. Beatriz Perrone Moisés, São Paulo: Martins Fontes, 1982.

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e lugar**. São Paulo: Difel, 1985.

_____. **Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente**. São Paulo: Difel, 1980.

VAMPRÉ, Spencer. **Memórias para a história da academia de São Paulo**. Livraria Acadêmica/Saraiva Edit., 1924, v. II.

VARIKAS, Eleni. **Pária: uma metáfora da exclusão das mulheres**. **Revista Brasileira de História**. São Paulo: v. 9, n° 18, ANPUH/Marco Zero/MCT-CNPq, pp. 19-28, ago.89/set.89.

VENÂNCIO F°, Alberto. **As arcadas ao bacharelismo**. São Paulo: Edit. Perspectiva, [s.d.].

- VENTURA, R. **Estilo tropical**. São Paulo: Cia. das Letras, 1991.
- VIRILIO, Paul. **Un paysage d'événements**. Paris: Edit. Galilée, 1992.
- VOLTAIRE, F.M.A.. **Dicionário filosófico**. São Paulo: Editor Victor Civita, Abril Cultural, 1974.
- WATT, Ian. **Mitos do individualismo moderno**. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.
- WILLIAMS, Raymond. **Marxism and literature**. Oxford: Oxford University Press, 1977.
- _____. **Cultura e sociedade. 1780. 1950**. São Paulo: Cia. das Letras, Edit. Nac. 1969.
- WILLMAN, G. **Cidade e alma**. São Paulo: Estúdio Nobel, 1990.
- YATSUDA, Enid. O caipira e os outros. In: **Cultura brasileira. temas e situações**, São Paulo: Editora Ática, 1992.
- ZAMBONI, Ernesta. Desenvolvimento das noções de espaço e tempo na criança. **Centro de Estudos Educacionais e Sociedade**. A Prática do Ensino de História. Campinas, S.P.: Cedes/Cortez, nº 10, pp. 63-71, 1983.
- ZIMMERMANN, Maria Emília Marques. **O PRP e os fazendeiros de café**. Campinas, S.P.: Ed. Unicamp, 1986.

ANEXO I

LOGRADOUROS CAMPINEIROS

*(Referência: Goulart, Edmo - "Campinas. Ruas da Época Imperial",
Campinas, Edit. Maranata, 1983)*

Nomenclatura

a partir de 1870

Bairro Alto

Beco do Caracol

Beco do Inferno

Beco do Rocio

Beco do Rodovalho

Brejo do nascente

Brejo do poente

Edifício da Cadea

Igreja de Santa Cruz

Igreja do Rosário

Largo da Matriz Velha (ou da Cadea)

Largo de Santa Cruz

Largo do Jorumbeval

Nomenclatura e/ou outros dados

atual(ais)

Imediações do Largo São Benedito

Rua Benjamin Constant

Travessa São Vicente

Rua do Rócio

Rua Cel. Rodovalho

Avenida Anchieta

Rua Alvares Machado

Demolido no final do séc. XIX,

local a partir de 1906 ocupado

pelo monumento-túmulo a

Carlos Gomes

Basílica N. S. do Carmo

Na época em reforma, demolida

em 1956, e em seguida reconstruída

no atual Bairro do Castelo

Praça Bento Quirino

Praça 15 de Novembro

Praça Carlos Botelho

Largo do Mercado

Largo do Rosário

Largo do Tanquinho

Largo do Theatro

Matriz Nova

Passeio Público

Rua Alegre

Rua da Ponte

Rua de Baixo

Rua Direita

Rua do Bom Jesus

Rua da Cadea

Rua do Campo

Rua do Commercio

Rua do Góes

Rua do Imperador

Rua do Tanquinho

Rua Formosa

Rua São Carlos

Theatro São Carlos

Largo das Andorinhas

Praça Visconde de Indaiatuba

Largo do Pará

Largo Rui Barbosa

Catedral Metropolitana

Praça Imprensa Fluminense

(Centro de Convivência)

Rua Culto à Ciência

Rua Major Solon

Rua Luzitana

Rua Barão de Jaguará

Av. Dr. Campos Salles

Rua Tomás Alves

Avenida Andrade Neves

Rua Luzitana

Rua César Bierrenbach

Rua Marechal Deodoro

Rua Duque de Caxias

Rua Conceição

Rua Moraes Salles

Reformado em 1867, demolido em 1922 e substituído pelo edifício do Teatro Municipal, inaugurado 1930, e também já demolido, em 1965

ANEXO II

CRÉDITO DAS ILUSTRAÇÕES

Foto nº 01 - José Maria Lisboa. **Suplemento do Centenário do Estado de São Paulo**, 19/04/1975.

Foto nº 02 - Almanach de Strasbourg, desenho in Bertin, François. **Le facteur et son almanach**. Paris: Edit. Rennes Oberthur, 1990, p. 21.

Foto nº 03 - Primeiras folhas do Almanach de Poche, de 1833, in Bertin, François. **Le facteur et son almanach**. Paris: Edit. Rennes Oberthur, 1990, p. 21.

Foto nº 04 - Primeira folha do **Almanach das Senhoras para 1875**, organizado por Guiomar Torrezão. Lisboa: Typ. de C. A. Rodrigues, 1874. Acervo Biblioteca Mário de Andrade, São Paulo.

Foto nº 05 - Primeira folha do **Almanak de Campinas para 1871**, org. por José Maria Lisboa. Campinas, S.P.: Typ. da Gazeta de Campinas, 1870. Acervo de José Nogueira Novaes, Campinas, S.P.

Foto nº 06 - Primeira folha do **Almanach popular para o anno de 1878**, org. por Hyppolito da Silva. Campinas, S.P.: Typ. da Gazeta, 1877. Acervo João Falchi Trinca, Centro de Memória, Unicamp, Campinas, S.P.

Foto nº 07 - Primeira folha do Almanach do **Correio de Campinas para 1886**, org. por Henrique de Barcellos. Campinas, S.P.: Typ. do Correio de Campinas,

1885. Acervo João Falchi Trinca, Centro de Memória, Unicamp, Campinas.

Foto nº 08 - Sem título. Acervo Geraldo Sesso Júnior, Centro de Memória, Unicamp, Campinas, S.P.

Foto nº 09 - Narcisa Amalia. Telles, Norma. Escritora, Escritas, Escrituras. In Priore, Mary del (org.). **História das mulheres no Brasil**. S.P.: Edit. Unesp/Contexto, 1997, p.411.

Foto nº 10 - Primeira folha do **Almanak de Campinas para 1872**, org. por J. M. Lisboa. Campinas, S.P: Typ. da Gazeta de Campinas, 1871. Acervo João Falchi Trinca, Centro de Memória, Unicamp, Campinas, S.P.

Foto nº 11 - O Beijo, desenho. **Novo almanach de lembranças luso brasileiro para 1900**, org. por Antonio Xavier de Sousa Cordeiro. Parceria Antonio Maria Pereira, Lisboa: Livraria Editora, 1899.

Foto nº 12 - Vicentina e Noemia Bierrembach, Campinas, S.P., 188-, Nickelsen & Comp. Acervo João Falchi Trinca, Centro de Memória, Unicamp, Campinas, S.P.

Foto nº 13 - Marquesa de Valença e seus filhos, Rio de Janeiro, R. J., 1860. Acervo João Falchi Trinca, Centro de Memória, Unicamp, Campinas, S.P.